

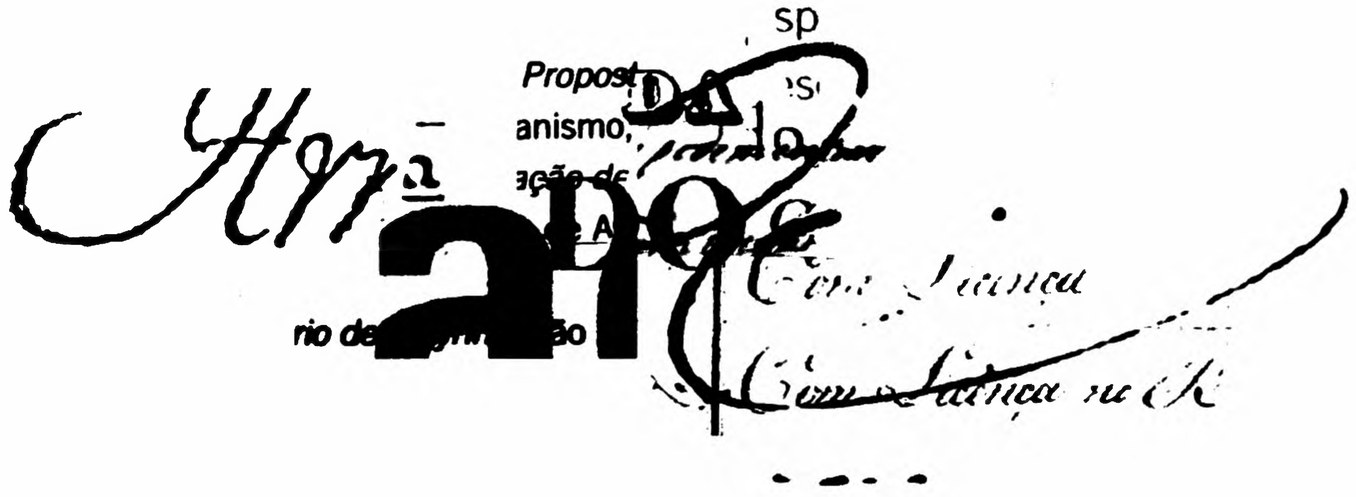
pós

revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da fauusp

10

dezembro – 2001

ISSN: 1518-9554



PÓS N. 10

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

DEZEMBRO 2001

ISSN 1518-9554

Ficha Catalográfica

720
P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)- – São Paulo: FAU, 1990 –

v.: 27 cm

n.10, dez. 2001

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS n. 10
Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
Mestrado e Doutorado – Área de concentração "Estruturas Ambientais Urbanas"
Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo
Tels. (11) 3257-7688/7837 ramal 30 – Fax: (11) 3258-2377
e-mail: cpgfau@edu.usp.br – Home page: www.usp.br/fau

Apoio financeiro: Capes

PÓS n. 10
Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
Dezembro 2001

Universidade de São Paulo
Reitor Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Vice-Reitor Prof. Dr. Hélio Nogueira
Pró-Reitor de Pós-Graduação Héctor Francisco Terenzi

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Diretora Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio
Vice-Diretora Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Comissão de Pós-Graduação
Presidente Profa. Dra. Ermínia Maricato
Vice-Presidente Prof. Dr. Wilson Edson Jorge
Prof. Dr. João Roberto Leme Simões
Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite
Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi
Prof. Dr. Dácio A. B. Ottoni (Suplente)
Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro (Suplente)
Profa. Dra. Maria Lúcia Caira Gitahy (Suplente)
Prof. Dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino (Suplente)
Prof. Dr. Siegbert Zanettini (Suplente)

Representante Discente na CPG
Andréa de Oliveira Tourinho
Pedro Orange Lins da Fonseca (Suplente)

Comissão Editorial
Coordenadora: Profa. Dra. Vera Pallamin
Profa. Dra. Catharina Pinheiro
Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki
Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi
Profa. Dra. Rebeca Scherer
Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein
Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

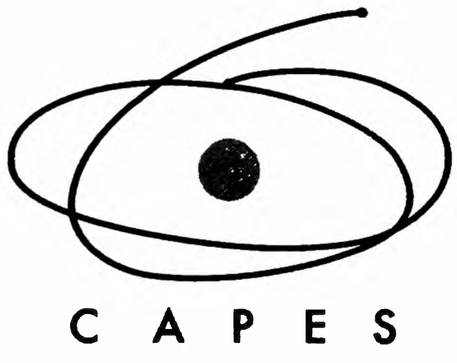
Secretária de Acadêmica
Luciane Nogueira Amaral dos Santos

Secretária de Redação
Izolina Rosa (MTb 16199)

Conselho Editorial
Antonio Carlos Zani (CTU – UEL)
Azael Rangel Camargo (FAU – EESC/USP)
Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP)
Eduardo de Almeida (FAUUSP)
Flávio J. Magalhães Villaça (FAUUSP)
Luiz Carlos Soares (UFF)
Jorge Fiori (Departament of Housing and Urbanism – Architectural Association – Londres)
Júlio Roberto Katinsky (FAUUSP)
Maria Flora Gonçalves (Nesur-Unicamp)
Maria Lúcia C. Gitahy (FAUUSP)
Maria Ruth Amaral de Sampaio (FAUUSP)
Marta Rossetti Batista (IEA – IEB-USP)
Nestor Goulart Reis Filho (FAUUSP)
Paulo Mendes da Rocha (FAUUSP)
Pedro George (Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia-Portugal)
Sheila Walbe Ornstein (FAUUSP)
Silvio Soares Macedo (FAUUSP)
Sonia Marques Barreto (MDU – UFPE)
Wrana Panizi (Reitoria – UFRGS)
Yvonne Mautner (FAUUSP)

Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas
Rodrigo Sommer

Foto da Capa
Candida Maria Vuolo



Sumário

1 Apresentação

2 | Depoimentos

012 Carlos Alberto Cerqueira Lemos

022 Carlos Roberto Monteiro de Andrade

3 | Artigos

034 O urbanismo, a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade
Philip Gunn
Telma de Barros Correia

062 A municipalização do verde público na cidade de São Paulo: da Administração dos Jardins Públicos e Arborização (1900) à Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios (1935)
Vladimir Bartalini

076 Urbanização e lazer: a contribuição lúdico-pedagógica dos parques infantis de São Paulo nas primeiras décadas do século 20
Carlos Augusto da Costa Niemeyer

092 Sobre desenho e design
Mauro Claro

4 CONFERÊNCIAS NA FAUUSP

112 SHAPING AMERICAN URBAN PUBLIC SPACE FROM CIAM TO NEW URBANISM
Eric Mumford

126 GOVERNANÇA, UM NOVO PARADIGMA DE GESTÃO? – SOBRE A CONFERÊNCIA DE PIERRE CALAME
João Sette Whitaker Ferreira

5 NÚCLEOS E LABORATÓRIOS DE PESQUISA DA FAUUSP

140 RICARDO TOLEDO SILVA

6 IN MEMORIAM

150 EDUARDO CORONA

7 EVENTOS

154 HÁBITAT E ESTATUTO DA CIDADE
Paulo César Xavier Pereira

156 PENSAMENTO E AÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO – UM BALANÇO REFLEXIVO DO IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Henri Acselrad

174 CONVITE PARA A COMEMORAÇÃO DOS 100 ANOS DO PRÉDIO VILA PENTEADO E SEMINÁRIO SOBRE AS NOVAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAUUSP
Vera Pallamin e Rebeca Scherer

8 RESENHAS

182 NOVOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL URBANA
Cibele Haddad Taralli

185 ARTE URBANA: SÃO PAULO REGIÃO CENTRAL (1945-1998) + OBRAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO E PERMANENTE.
Catharina P. Cordeiro dos Santos Lima

9 NOTÍCIAS

190 CD-ROM URBANISMO NO BRASIL

191 BRASIL, CIDADES: ALTERNATIVAS PARA A CRISE URBANA

192 CADERNOS DE ARQUITETURA DA FAUUSP

193 ESPAÇO&DEBATES

194 TESES E DISSERTAÇÕES

I | APRESENTAÇÃO

Pós n. 10: Ampliando conteúdos

A partir desta edição, a *Revista PÓS* passa a incluir três novas seções: Conferências na FAUUSP, Núcleos e Laboratórios de Pesquisa e Eventos, complementando a estrutura em vigor até então composta de Depoimentos, Artigos, Resenhas e Notícias.

A seção Conferências na FAUUSP objetiva ampliar a divulgação do conteúdo desses encontros acadêmicos, ao mesmo tempo em que documenta esta linha de trabalho realizada na faculdade. Serão publicados os textos diretamente fornecidos pelos autores, ou aqueles elaborados a partir da transcrição de suas falas – devidamente avalizados – assim como artigos a estas relacionados, recuperando analítica ou criticamente as questões ali trabalhadas. Inauguramos este espaço com a palestra sobre urbanismo, de Eric Mumford, e o texto de João S. Whitaker referente à conferência de Pierre Calame sobre o tema "governança"

Núcleos e Laboratórios de Pesquisa pretende divulgar as linhas de investigação e os trabalhos que vêm sendo conduzidos por esses grupos da FAUUSP – apresentando seus participantes, as áreas de atuação e os principais projetos. Iniciamos por uma entrevista com Ricardo Toledo, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Informações Urbanas – INFURB.

Eventos será uma seção dedicada a programações internas à FAUUSP – com destaque para debates ligados à pós-graduação – e a encontros acadêmicos externos, simpósios e colóquios. Inicia-se com o texto "Balanço Reflexivo do IX Encontro Nacional da ANPUR" da autoria de Henri Acselrad e um convite ao Seminário sobre as Novas Áreas de Concentração do Programa de Pós-Graduação, que será realizado em conjunto com a comemoração dos 100 anos do edifício Vila Penteado, no 2º semestre de 2002.

Dando continuidade à diretriz da revista de publicar trabalhos derivados de pesquisas, teses e dissertações, o corpo de artigos reunidos neste número traz à reflexão temas associados às áreas do urbanismo, paisagismo, história, tecnologia e design. São desenvolvidas análises ligadas a discursos sobre urbanismo, à administração de áreas verdes públicas, à criação dos parques infantis em São Paulo e à relação entre desenho e design.

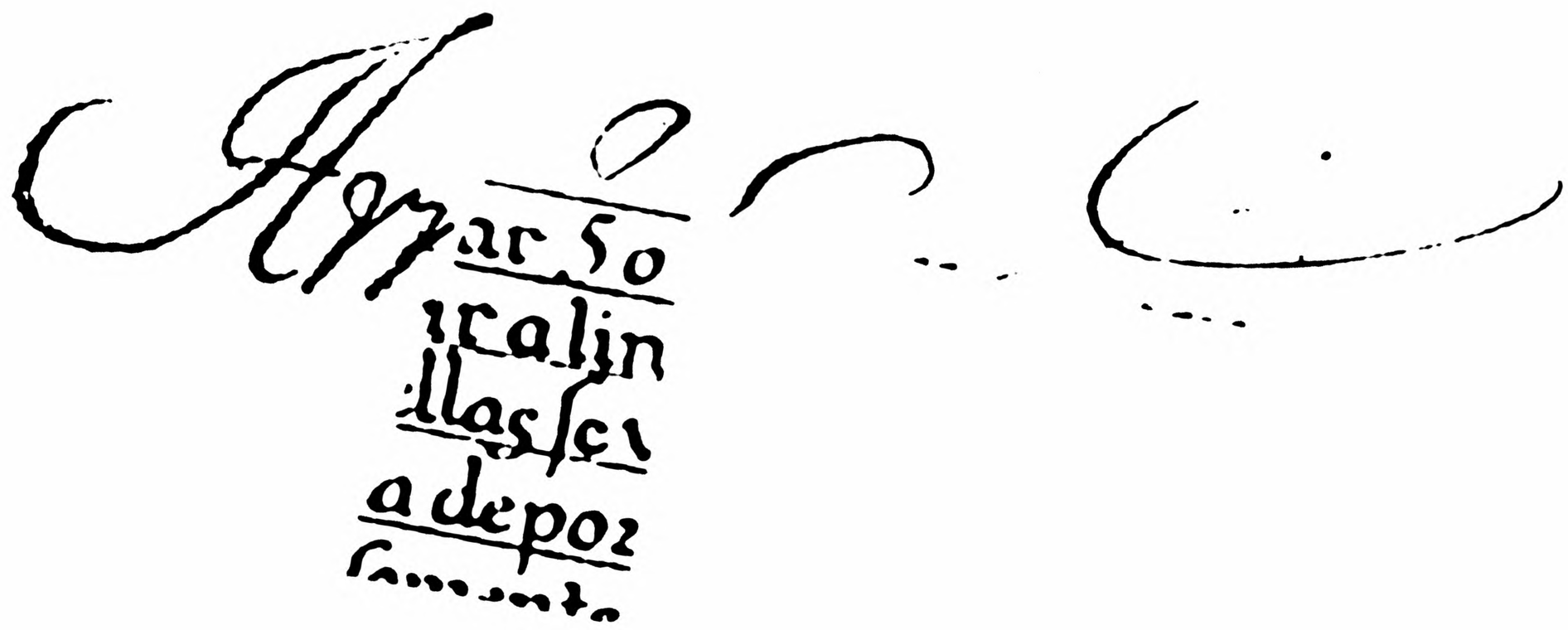
A historiografia da arquitetura é o campo de atuação de nossos dois entrevistados para a seção Depoimentos: Carlos Alberto Cerqueira Lemos e Carlos Roberto Monteiro de Andrade. A pesquisa e seus processos de elaboração, o embasamento científico de narrativas históricas, o enfoque genealógico na investigação dos momentos de emergência e solidificação de concepções e soluções em arquitetura são algumas das questões tratadas pelos professores, em depoimentos que mesclam aspectos teóricos ao comentário de seus percursos individuais de trabalho.

A seção Resenhas apresenta dois livros recentes da autoria de docentes da FAUUSP, sendo um dedicado ao tema da gestão ambiental e o outro à arte urbana. No campo das Notícias destaca-se o seminário realizado sobre o "Estatuto da Cidade" discutindo as inovações desta nova lei no âmbito urbano e das políticas públicas, e o lançamento do CD-ROM "Urbanismo no Brasil"

Prestamos uma homenagem a nosso caro ex-professor Eduardo Corona, em *In Memorian,* com um texto elaborado por um de seus amigos mais próximos, Carlos Lemos.

Sentindo-nos honrados com o convite feito pela CPG da FAUUSP, assumimos a chefia da Comissão Editorial da Revista *PÓS*. Dando continuidade a este trabalho em equipe, buscaremos diversificar os pontos de contato e inserção da revista, de modo a ampliar e aprofundar este espaço de difusão e reflexão sobre a pesquisa em arquitetura e urbanismo.

Vera Pallamin
Comissão Editorial



2 | DEPOIMENTOS

ENTREVISTADORA

MARIA IRENE DE Q. F. SZMRECSANYI

Cientista social, doutora em sociologia, professora dos cursos de graduação e pós-graduação da FAUUSP, orientadora credenciada de doutorado e mestrado, representante do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto na Comissão de Pós-Graduação da Escola, coordenadora do Mestrado Interinstitucional da FAUUSP e Universidade Estadual de Londrina – UEL, coordenadora da área de concentração História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo.

Autora de: *Educação e fecundidade: Ideologia, teoria e método na sociologia da reprodução* (Hucitec, 1986); Rio e São Paulo: Raízes da substituição da metrópole nacional *(Revista USP*, 17. 1993); *Cidades-jardins: A busca do equilíbrio social e ambiental, 1898-1998* (Catálogo da Fundação Bienal de São Paulo-FAUUSP, 1997); *Lazer e consumo: Espaços públicos e semipúblicos no cotidiano urbano* (in Bruhns e Gutierrez); *Representação do lúdico* (Unicamp-Autores Associados, 2001); Editora de: *Cotidiano, planejamento urbano e cultura popular* (*Anais*, FAUUSP, v. 1, 1994; v. 2, 1995); *Pós – Revista do Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 7, 8, 9; Diretora de: *Coleção Arte e Vida Urbana* – desde 1993 (Hucitec, São Paulo); Tradutora de: Max Weber – *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Pioneira, 1968 e sucessivas edições).

Apresentação das entrevistas

Dois historiadores e professores germinados no ambiente da FAUUSP prestam depoimento nestas entrevistas sobre como encaram a pesquisa em história da arquitetura e do urbanismo e como, no decorrer de seus trabalhos, a produção historiográfica veio integrar-se à sua própria vida. Registrar o que deles ouvimos é uma oportunidade de manifestar o quanto essa produção na FAUUSP dignificou a Escola.

Para o público desta revista, é muito provável que ambos dispensem apresentações, mas um breve esboço de sua carreira ajudará os desavisados.

Carlos Lemos – Além de autor consagrado como um dos mais proeminentes historiadores da arquitetura do país, autor de dez ou mais livros sobre esse tema, é nosso professor há mais de 40 anos e aqui continua lecionando e orientando, apesar de aposentado. Foi colaborador de Oscar Niemeyer, chefiando seu escritório em São Paulo durante os anos 50, foi professor fundador do Departamento de História desta Escola, ex-membro do Condephaat, é articulista permanente do jornal *A Folha de S. Paulo* e convidado como conferencista e para reuniões científicas nacionais pelas melhores universidades. Dentre suas publicações destacam-se *Cozinhas, etc.*, *Alvenaria burguesa*, *Ramos de Azevedo e seu escritório*, *A casa paulista*. Lemos nos acena com a publicação em 2002 de suas memórias profissionais, as quais, relatadas com seu estilo delicioso e tratando de uma época decisiva para a arquitetura moderna entre nós, talvez venha a se transformar no seu maior sucesso literário.

Carlos Roberto – Para os velhos colegas, o Mancha – aqui se formou, mestrou-se, doutorou-se e aqui continua assiduamente pesquisando, na biblioteca e em associação com docentes da casa. Ele representa uma de nossas várias contribuições ao cursos de arquitetura e urbanismo da Escola de Engenharia da USP em São Carlos, cuja pós-graduação hoje coordena. É graduado também em ciências sociais pela USP. Estagiou no Cebrap durante e logo após sua graduação. Seus títulos de pós-graduação foram obtidos com trabalhos que se tornaram referências nacionais, e apresentados em vários congressos. Seu mestrado sobre *Saturnino de Brito e seu plano de saneamento para Santos* foi aceito para publicação pela Editora Hucitec, há muitos anos. O autor pretendendo sempre aperfeiçoá-lo ainda mais. Seu doutorado versa sobre o urbanista e arquiteto *Barry Park e o plano do Jardim América em São Paulo como a introdução do modelo Cidade Jardim no Brasil*. Também traduziu e introduziu para o leitor brasileiro o clássico de Camilo Sitte, *A Construção das cidades segundo princípios artísticos*.

Minha relação com ambos é de admiração e afeto. Lemos, além de magnífico profissional, é homem de grande generosidade e humor satírico, como pude constatar ao longo de décadas no Departamento de História e também fora da Escola, no convívio social mais amplo, inclusive como arquiteto de minha casa. Conheci Mancha ainda na década de 70, como o aluno de graduação que se tornou meu monitor, por sugestão de Juarez Rubens Brandrão Lopes, na disciplina Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo e já se caracterizando pelo rigor no estudo de cada tema sobre o qual se debruçava.

A ambos expresso os agradecimentos da Comissão Editorial desta revista por terem atendido ao seu convite e minha satisfação por ter podido participar destes colóquios.

CARLOS ALBERTO CERQUEIRA LEMOS

MARIA IRENE: Poderíamos começar de como você escolhe seus objetos de estudo. Isto é, embora a arquitetura brasileira seja sempre o seu tema, cada livro, cada trabalho seu, tem uma especificidade.

CARLOS LEMOS: Em geral, meu tema é a habitação.

MI: Quando você entrou na FAU, tinha feito pesquisas anteriormente? Em que ano você começou a trabalhar com pesquisa?

CL: Bom, aí tem uma faceta engraçada. Até eu vou tocar nesse assunto em um livro que vai sair o ano que vem, e que comecei a produzir em setembro. São minhas memórias profissionais. São memórias relativas ao meu aprendizado, uma história muito comprida. Não vou entrar agora em pormenores, mas estas minhas memórias têm como base o fato de que a gente tem aptidões genéticas, mas que só podem ser desenvolvidas no cotidiano, na sociedade, na escola, no convívio com as pessoas, etc., etc. De modo que o que vale é o que a gente aprende, mas das disposições mentais, depende de alguma coisa... Por exemplo, sou canhoto, meu irmão é canhoto, tenho tios canhotos, um deles foi arquiteto. O meu irmão desenha magnificamente bem com a esquerda, eu também desenho com a esquerda.

MI: Isso, dizem, relaciona-se aos hemisférios cerebrais. Mas você desenha também com a direita e com as duas mãos simultaneamente, eu já vi.

CL: Essa relação com determinadas partes do cérebro já foi comprovada. Isso até meu pai constatou quando eu era criança. Comecei um dia a ficar gago, gago, cada vez mais gago, até ficar mudo. E ele descobriu que a professora do grupo escolar estava exigindo que eu escrevesse com a mão direita. Aí ele foi lá falar com ela, que foi compreensiva e me deixou escrever como preferisse, e eu sarei. O canhoto tem uma certa disposição para artes, artes gráficas, artes plásticas. Há uma estatística da Faculdade de Arquitetura de Milão: seu índice de alunos canhotos, de 16%, contrasta com a média da população italiana, que é de 6%. Pula de 6 para 16! Tive a possibilidade de fazer essas memórias tentando buscar, nos meus ancestrais, notícias que pudessem justificar geneticamente meu percurso. Desde cedo eu tinha mania de saber de onde vim e não tinha o menor interesse em saber para aonde eu ia.

MI: Isso quando muito jovem?

CL: Desde os 15 anos. Eu tinha obsessão para saber de onde eu vim, para entender quem sou



eu. O meu pai eu conheci, o meu avô conheci, o pai do meu avô já não conheci, o pai do meu bisavô não sabia quem foi, o que ele fazia, se ele era branco, preto, alto... Então eu tive muito interesse por genealogia, para saber essas coisas, principalmente.

MI: De que cidade você veio?

CL: Minha família é toda do interior, mas sou de São Paulo. Então eu precisei fazer muitas pesquisas. Com 18 anos fiz o curso de paleografia. Isso não era normal. Perguntavam: por que com essa idade estudar paleografia? Fiz o curso no Arquivo do Estado e fiz pesquisas lá.

MI: Mas você chegou lá por quê? Teve um ambiente familiar que o encaminhou ou foi em busca sozinho?

CL: Um dos diretores do Arquivo era pai de um amigo meu. Era chefe do Arquivo Colonial. E lá eu fiz pesquisas. Encantei-me muito com um bandido, por exemplo, que existiu em Minas, que era ligado à minha família. Então fui tirar a limpo a vida desse homem. Fiquei um ano e meio pesquisando, fiz uma pequena biografia dele, um trabalhinho, até ganhei um prêmio. Foi meu primeiro trabalho impresso, que saiu em letra de forma, na *Revista do Arquivo Municipal* de 1940 e tal, faz mais de 50 anos! Bom, isso tudo é para dizer que sempre tive uma predisposição para procurar coisas.

MI: Algumas interrogações e a busca dos dados, não é?

CL: Quando o Eduardo Corona uma vez teve a idéia de a gente fazer um dicionário de arquitetura, fiquei responsável pela parte antiga e ele pela moderna. Então, em antigos documentos, fui selecionando palavras, palavras, palavras e depois fui ler, nos velhos dicionários, o que elas significavam e como estavam sendo usadas hoje, se é que estavam, e, se estivessem, que sentido elas tinham hoje. Foi um trabalho de pesquisa muito grande. Mas isso já na década de 50 ou no ano 58, por aí.

MI: Nesse intervalo, entre 50 e 70, você produziu algumas coisas também. Lembro pelo menos de folhetos que foram publicados pela FAU. Sua experiência no Condephaat não levou você a escrever? Como apareceu a publicação *Notas sobre arquitetura tradicional paulista?*

CL: Sim, sim, é verdade! Eram artigos que haviam saído na *Revista Acrópole*. Eu colaborei na *Acrópole*, daí essa compilação. São interessantes, mas sem maior importância.

MI: A continuidade de sua pesquisa histórica adveio dessa colaboração ou de outras atividades?

CL: Você veja, não é mentira, há palavras que... parecem até um desafio. Por causa de uma palavra precisei tirar férias e fiquei trancado no arquivo do Estado um mês, era a palavra *lanço.* Nos documentos antigos, nas escrituras antigas, falava-se de "*casas de diversos lanços* ou *o lanço de casas"*, coisas assim... ! A palavra lanço dava a impressão de várias coisas próximas umas das outras, mas a gente não sabia direito o que era. Até o Saia uma vez falou: *"Quem souber o significado da palavra lanço, no tempo dos bandeirantes, resolve todo o problema da história da arquitetura bandeirista."*

MI: E você decifrou a charada?

CL: Decifrei!

MI: O que é o lanço?

CL: Decifrei e foi complicadíssimo, porque eu li todos os inventários publicados e li talvez uns 20 ou 30 inventários ainda inéditos. E fui anotando...

MI: Que períodos?

CL: Séculos 17, 18... fundamentalmente do século 17

MI: O que é lanço?

CL: Os dicionários antigos dizem que lanço seria "*uma correnteza de casas"* e isso hoje para nós tem um significado muito vago, praticamente nada diz, tendo em vista as descrições vindas do século 17 Um dia, de repente, deu-me um estalo: naquela definição a palavra casa significa cômodo, aposento. Dizia-se casa de dormir, de estar, de banhos, etc. Então, lanço, a princípio seria uma sucessão de cômodos um atrás do outro. Aí ficou fácil entender o que seria "lanço do meio" "lanço da capela" Lanço passava a designar unidade de quantidades construídas: dizia-se, por exemplo, que fulano "herdara 12 lanços de casas moradas" e, na verdade, recebera três moradias de três lanços cada, mais outras menores, de dois e um lanço respectivamente. Aparecia em inventários em referência ora a casas ora a cômodos ou mesmo à escada. Conclui, depois de muita leitura, que o termo designa sucessão de elementos semelhantes como um lanço de degraus numa escada.

MI: Foram essas experiências em historiografia que o levaram ao Condephaat?

CL: Sim! Entrei na FAU em 1954 e comecei a lecionar nesse ano. Fui para o Condephaat só em 1968. Bom, eu só estou falando isso pela minha predisposição ou a minha vocação para procurar coisas em pesquisas. Eu daria muito bem para ser detetive particular, alguma coisa assim... Se alguém me desse uma incumbência: *"resolva esse problema, que eu quero saber como é que é"*, eu faria isso com gosto.

MI: E você gosta de literatura de investigação?

CL: Gosto! E por essa predisposição, ao resolver os problemas do dicionário, fiquei sem querer especialista em arquitetura brasileira. Fui fazendo o dicionário, foram 6 anos, do A ao Z, publicando quatro páginas por mês na revista *Acrópole*. Eu tinha obrigação de todo mês entregar quatro páginas.

MI: Como você conceitua a arquitetura? Lembro que a definição do dicionário leva em conta a intenção plástica. Mas seus estudos compreendem a arquitetura anônima e a casa popular atual, a definição parecendo menos artística e mais antropológica. Você fala sempre em programa de necessidades e em usos e costumes, como fez no trabalho que apresentou no seminário que organizei O Estudo da História na Formação do Arquiteto.

CL: Sim. Um programa e um determinado uso. Mas se você for consultar, todos os críticos de arte, todos os historiadores da arte privilegiam a intenção plástica. Se você se der ao trabalho de estudar, ler, a história da arte, ninguém fala em planta, em programa, em sistema estrutural, em código, ninguém fala em clima, só fala da intenção plástica. Se é bonito ou se é feio são ocorrências secundárias que a gente até se esquece. Quando escrevi o livro *A casa paulista,* fiz tudo sistematicamente... Às vezes, falo do clima, às vezes, falo do dinheiro, mas sempre trato dos sistemas construtivos, dos partidos.

MI: Você se detém também em cômodos, em partes significativas da casa, como no caso seu livro (tese) sobre a cozinha, a varanda, etc.

CL: Sim, a varanda era o local de estar e de convívio familiar. Era onde se ficava durante o dia. Havia, quase sempre, a varanda alpendrada nos fundos da casa. Essa palavra passou, a partir do século 19, a designar a sala de jantar. Ao contrário do alpendre dos fundos, área eminentemente familiar, o alpendre da frente era a área de intermediação entre o público e o privado. Era chamado de corredor. Era a área de recepção, de contato com o público. Nela se abria a casa propriamente dita. Também ali se abria a porta da capela, a porta do quarto de hóspedes. A capela abria sua porta para fora da casa por uma determinação canônica. Todo dono de fazenda – aqueles fazendeiros bandeirantes – quando ia fazer sua casa, já sabia que ali poderia ter uma capela, então ele pedia um brevê.

MI: Brevê? Era licença para poder rezar a missa?

CL: Sim, sim, uma licença para poder ter o altar com a pedra ara onde o padre visitante pudesse rezar a missa, celebrar um casamento, fazer um batizado. Essa determinação canônica faz parte do programa. Era uma razão determinante de existência desse alpendre. Naquele tempo a hospitalidade era simplesmente uma obrigação social, não era uma boa vontade. O fulano, quisesse ou não quisesse, tinha que atender o viajante e isso veio até o século 19. Daí o quarto de hóspede separado do resto da moradia e situado no alpendre fronteiro.

MI: Como você conheceu esses costumes? Foram relatos orais, às vezes de parentes? Ou você foi lendo viajantes e a própria historiografia? Que historiadores você leu no início da sua profissão?

CL: Eu nunca li historiador nenhum.

MI: Nunca leu Sérgio Buarque de Hollanda?

CL: Ah! Perdão, eu estou pensando que você estivesse se referindo a teorias sobre a história.

MI: Não, a historiografia mesmo.

CL: Olha, ao fazer o nosso dicionário, eu não só li as fontes primárias, no Arquivo do Estado, mas fichei toda a obra de Gilberto Freire e outros autores, sobretudo viajantes. Toda hora em que aparecia o tema arquitetônico eu fichava, e aí fui fazendo também comparações.

MI: Você fala de *Casa grande e senzala*?

CL: De *Casa grande senzala,* de *Ordem e progresso,* de *Açúcar, Ingleses no Brasil...* E também *Raízes do Brasil.* Mas de Sérgio Buarque o que para mim foi fundamental foi *Caminhos e fronteiras.*

MI: Você sempre trabalhou mais com São Paulo, não é?

CL: Não para fazer o dicionário. Ele é do Brasil inteiro. Olha, eu li os viajantes e, paralelamente, vê quanta coisa em matéria de investigação fui fazendo concomitantemente. Na FAU, já tinha uma disciplina optativa minha, chamada História dos Equipamentos da Habitação. Então, comecei a dar como tarefa aos alunos a leitura sistemática de viajantes, para que anotassem tudo que se referisse à arquitetura e ao mobiliário, aos equipamentos da habitação, desde a xícara, do prato e da colher, até o fogão, a cama, o banco, o cabide, o guarda-roupa. E no fim do semestre eles vinham com as fichinhas. Organizei um mapa do Brasil e fui localizando nele as cidades relatadas pelos viajantes. Depois levei essas fichas todas para o Museu da Casa Brasileira e combinei com o Ernani da Silva Bruno de continuar lá esse arquivo. Aí fui tirando mais referências de romances antigos, de livros de relatos e deu em um acervo maravilhoso, que tem mais de 20.000 fichas só sobre o equipamento da habitação. Tudo isso devido ao trabalho sistemático de pesquisadores que o Ernani contratou.

MI: Os seus orientandos têm trabalhado essa fonte?

CL: Há muitos que vão lá. As fichas são muito consultadas. Eu também fui fichando, pessoalmente fui fichando, tenho montes, pacotes de fichas... E com os índices remissivos, porque a toda hora que precisasse eu sabia onde achar a informação: cozinha nos fundos das casas bandeirantes, capela em tal lugar... ia lá e achava. E depois, com essa minha definição de partido arquitetônico que fiz para uso próprio, para análise, comecei a escrever, e fiz o livro *Arquitetura do Brasil*, por encomenda da Editora Melhoramentos, fiz *Casa paulista,* etc.

MI: Depois você fez aquele capítulo do livro do Zanini, *Arte no Brasil?*
CL: Sim! Em dois volumes. Também participei dos *Artes no Brasil,* da Abril, que eram vendidos em fascículos.
MI: Então o seu método, seu raciocínio para levantamento de dados é esse: procurar aquelas variáveis que você citou?
CL: É! E para mim basta! Porque muita gente se engana comigo, pensa que sou uma pessoa erudita, evoluída, eu não sou nada, sou ignorante demais.
MI: Mas pelo que você acabou de relatar, você é exatamente um erudito, pois leu e leu, sempre procurando relatos históricos.
CL: Sim, sempre procurei informações, mas detesto teorias, eu sou empírico por excelência. Tenho escritos uns 10 livros diferentes, eu a desafio a achar na bibliografia de algum deles a citação de referência a algum teórico. A maioria dos alunos de pós-graduação tem orgasmos em citar Weber, Marx, Benjamin, Argan e outros. Não ligo para eles. Sabe, nem sei quem foi Marx. Eu não sei! Sei somente que esses autores existiram, mas nunca os li. Aí é que está minha ignorância. É enorme!
MI: Você deixa para que os outros descubram, depois de ler seus livros, quais seus fundamentos.
CL: No prefácio do livro *Alvenaria burguesa*, falo exatamente sobre isso, e eu vou buscar dados, relaciono dados, dou o máximo de informações, para depois outras pessoas aproveitarem e elaborarem trabalhos com fundos teóricos corretos. Eu sou como jogador de voleibol, o que levanta a bola para o outro cortar.
MI: Como você estudou a casa popular?
CL: Tudo começou em Brasília, onde vi projetos que venceram um concurso para a casa popular. Eram todos projetos para a classe média e não o que o povo estava querendo. As camadas populares não suportam certas superposições de funções. A sala, por exemplo, não pode ser usada como quarto. Apenas a cozinha pode servir como sala. Resolvi então estudar esses hábitos nos bairros populares de São Paulo. Uma socióloga, Marina Heck, ajudou-nos, a mim e a Maria Ruth, a fazer questionários, fichas para perguntas e respostas, sim, não, e tal... Fizemos croquis – tinha quadrinhos com os croquis da casa, tinha lugar para a fotografia da casa – foi uma pesquisa realmente proveitosa.
MI: Vocês pesquisaram, inclusive, bairros populares antigos, não é? Vila Madalena, por exemplo?
CL: Sorteamos duas ordens de bairros, dois anéis. Os bairros periféricos das décadas de 40 ou 50, depois bairros periféricos dos anos 70. Tivemos uma mostragem bem-diversificada.
MI: E houve diferença?
CL: Sim, no uso de solo...
MI: Bom, você comparou dois períodos buscando a diferença com relação aos projetos. Você já tinha essa hipótese de que o operário não tolera certa superposição de funções no mesmo cômodo?
CL: Já tinha, já tinha!
MI: E a pesquisa confirmou isso?
CL: Confirmou, plenamente, plenamente!
MI: E houve alguma coisa que você não previu, que se mostrou muito diferente do que você pensava? Essa coleta de dados serviu para mudar suas idéias?
CL: Não, não... Eu não tinha idéia antes, fiz a coleta de dados e adquiri aquele conhecimento. Agora, de 1972 para cá, nesses trinta anos, as mudanças foram muito importantes, porque a casa popular, hoje, a casa autoconstruída é completamente diferente, na técnica construtiva e no programa.
MI: De hoje para aquela época?
CL: É!
MI: O que altera quanto à técnica?
CL: Na técnica construtiva, o uso intensivo do bloco de concreto e do concreto armado. As favelas modernas todas hoje são de alvenaria. Todas, todas, tanto de São Paulo como do Rio.
MI: Antigamente chegavam a ser de tijolo?
CL: Não, antigamente havia alguma casa de tijolo, mas o grosso era de tábuas.
MI: Bom, nas favelas, sim. E nas áreas autoconstruídas não eram de tijolos?

CL: Aí sim, as casas autoconstruídas eram de tijolos.
MI: E isso você acha que é determinado pela escolha ou é a indústria que impõe?
CL: A indústria favoreceu, barateou. Tornou acessível o concreto armado.
MI: Não é um contra: ponto à sua colocação de que o operário escolhe um tipo de casa? Há um texto seu, que já não me lembro qual, em que você afirma que a opção de quem não tem dinheiro é muito pequena. Então, a largura de uma sala e até da casa é determinada pelo comprimento que as serrarias dão à madeira que suporta o telhado...
CL: Os dimensionamentos são determinados pelos materiais disponíveis no mercado. Hoje, as vigas pré-moldadas é que determinam as larguras.
MI: Então, como é que você sabe o que o operário quer, se na verdade ele não quer, ele faz o que pode?
CL: Exato, mas esta é uma constatação da nossa pesquisa. Ali, vimos que não é exatamente o que o operário quer. Ele faz o que pode. Porque o operário quer mesmo é fazer a casa de classe média, entendeu? É isso o que ele quer. Ali ele fez o que pôde; mas fazendo o que pode, ele é levado por um lado cultural, que a classe média não tem, a usar a casa como possibilidade de aumento, pelo menos temporário, de rendimento. O operário programa a hipótese de alugar cômodos. É por isso que na planta deles, a maioria dos cômodos têm porta para fora, embora tenha comunicação interna ampla: podem fechar uma porta e deixar aberta só a de fora. A cozinha fica em lugar estratégico, para ser usada por mais de uma família. E depois há a possibilidade de ter outra casa nos fundos para um filho ou uma filha que se casa. Essa hipótese também não ocorre na casa de classe média. Mas quanto à técnica construtiva, e ao padrão e à intenção plástica, o modelo dele é a classe média, sem dúvida.
MI: Como é que você se previne contra, digamos, o preconceito na pesquisa? Como chegar aos dados sem uma idéia montada na cabeça? Lembro, por exemplo, a tese do Janjão a respeito da restauração de prédios incompletos e sem documentação. Chama-se um estado que nunca existiu porque aponta que o arquiteto está de fato interpretando e inventando ao fazer o projeto de restauro, produzindo um resultado que não era o original, mas sim o que lhe parece lógico. Como é que você, como historiador, previne-se contra isso? Você diz que busca os fatos, mas na verdade o historiador seleciona até dados, ele que transforma os dados em fatos, não é?
CL: Hoje em dia, entendo que toda construção remanescente deve ser encarada no seguinte sentido: ela ainda satisfaz bem a um programa para a qual foi solicitada? Se satisfaz, a obra que tem que se fazer ali é só de manutenção e de modernização, vamos dizer assim. Se for um teatro se coloca ar-condicionado, se for um mercado, amplia-se área de frigoríficos, vamos dizer assim. Enfim, adaptam-se às condições contemporâneas aquele edifício que nunca teve o seu uso programado alterado. Agora, existem dezenas e dezenas de casos em que o programa original desapareceu. Existem vários exemplos.
MI: Esta casa em que nós estamos, FAU-Maranhão, ela tem programa original, mas serve a outros usos agora.
CL: Este é um outro lado do problema, por exemplo, de repente, a Estrada de Ferro Sorocabana não precisa mais da estação central. Então demole? Faz um prédio de apartamentos no lugar? Não, é um prédio bonito, Cristiano das Neves caprichou ali. Então vamos aproveitá-la. Bom, não tem mais trem, então não vai mais ter uso ferroviário, então vamos dar um outro uso, então vamos fazer sala de concertos. Dá certo. Está-se usando um arcabouço antigo, um partido arquitetônico, concebido em uma determinada intenção plástica antiga, que faz parte do contexto das visuais da cidade, então aquele visual, aquela integração daquele prédio com os outros prédios tem que ser mantida. Mexa por dentro, mas deixe por fora como ele era, para continuar participando das relações necessárias que existiam entre eles, entendeu? De modo que a gente tem que entender que todos os programas realmente se

alteram, mas os edifícios são fixos de pedra e cal. Esse que é o grande desafio ao arquiteto. Não existe, você pode procurar à vontade, não existe programa de necessidades imutável.
Necessariamente ele se altera ao longo do tempo, por causa do progresso, por causa dos modos de vida. A Santa Casa de 1870, na Vila Buarque, foi concebida com um determinado programa, e o edifício do Hospital Einstein, com outro programa, ambos hospitalares, mas um não cabe no outro mais, porque houve esta permanente mudança. O único programa que se alterou muito pouco no tempo foi o das igrejas. Na igreja católica, por exemplo, em que se reza a missa do mesmo jeito desde São Pedro, desde quando os cristãos assumiram a basílica laica de Roma, tem a mesma forma. E é por isso que nas cidades em que se dá o processo de metropolização, o que sobrou de antigo e incólume são as igrejas, porque não se alterou o seu programa e elas não se alteraram, enquanto outros edifícios necessariamente foram obrigados a adequar-se às novas exigências. Ou se desiste de ocupar o espaço da mesma forma, que é o caso desta casa aqui, que se transformou em uma escola ou então se demole.

MI: Por exemplo, para se saber qual era o programa desta casa, buscar certas informações da família, documentos ou entrevistas, não é?

CL: A história completa dela, tanto de uso como na técnica construtiva.

MI: O que pergunto é: como é que você trabalha quando faz um levantamento de uma situação passada, para ter certeza de que o que você está dizendo é verdade? Ou não se busca a verdade? Você sabe que a historiografia de hoje diz que tudo é uma versão, não uma verdade.

CL: É claro, claro. Você veja, quando nós fizemos a publicação sobre esta casa aqui, a *Vila Penteado,* a Maria Cecília Naclério Homem ficou encarregada de entrevistar a família para ver o uso da casa, pois nunca ninguém documentara como se dormia, como se levantava, como se ia ao banheiro, se, quando usava o pinico, se ele ficava debaixo da cama ou não. Porque não havia suítes, não havia banheiro privativo, não é? O banheiro era longe para danar, a quilômetros. O homem já saía de gravata do quarto. Tomava-se banho de que jeito? Ele devia tomar banho, talvez, um dia sim, um dia não, ou em algum horário qualquer, no banheiro da casa, mas e a toalete dele, matutina, para ele ir trabalhar? Ele saía de barba feita, tudo arrumadinho, pois tinham bacias, tinham aqueles jarros de água. Às vezes tinha bidê, e outras, além do bidê tinha o urinol, às vezes guardado dentro de uma poltrona. Essas coisas nunca foram documentadas. Nunca foram descritas. Enfim, Maria Cecília ficou conhecendo pelas entrevistas, a vida cotidiana levada na casa histórica.

MI: Bom, pois é, mas se não viu outras famílias, também, será que você não é levado a transferir essa experiência, generalizá-la como se fosse de todos?

CL: Não. Sempre procurei um número diversificado de depoimentos. Acho que até eu escrevi neste livro meu que sairá no ano que vem sobre *Minhas memórias profissionais,* que grande parte do texto tem informações comparadas ou confrontadas. Naquele tempo não havia gravador, eu escrevia na unha, na hora, no papel almaço, mas nunca me basei em uma só informação.

MI: Já tinha um diário, alguma coisa assim?

CL: Era uma espécie de história oral. Fui precursor até, em 1943 ou 1944. Mas, inclusive eu falo agora, aqui, tudo aquilo teve que ser filtrado, porque as pessoas tendem a enfeitar, edulcorar, esconder coisas. De modo que aquilo, a média, o que sobrou daquelas informações, na verdade, não foi a realidade do que aconteceu.

MI: E como é que você trabalha para transformar isso numa realidade?

CL: Eu só transcrevo, mas não faço juízo de valor, porque....

MI: Mas quando você escolhe, não está fazendo juízo de valor sobre o que você vai transcrever?

CL: Eu procuro dar, por exemplo, os testemunhos os mais variados, sob o ponto de vista do uso da sala central da casa, sobretudo da casa paulista. Transcrevo pelo menos uma meia dúzia de depoimentos sobre o uso da sala. Então, de seis pessoas...

MI: E se são contraditórias?
CL: Não são contraditórias. Uma completa a outra, uma omite uma coisa, outra fala da outra, tal, entendeu?
MI: Então você fez um trabalho de seleção...
CL: É. E quem ler, que compare o que sobrou. Olha, uma vez, eu até falei, acho que você estava presente, deram muita risada, mas ainda sou um pouco adepto da definição de história, da poetisa Adélia Prado. Então, ela falou que história é o excremento do tempo. É o que sobrou. É o que sobrou do depoimento de A, B, tal. Eu, quando era jovem, nesse tempo destas entrevistas, como era história oral que eu estava fazendo, eu fui entrevistar um velhinho de 90 anos, que era da minha família, Mário Cerqueira Leite; fiquei umas três horas conversando com ele, e ele me contando fatos históricos da família, brigas, do fulano que era poeta, recitou coisas dele, que publicava nos chamados Pasquins, uns jornaizinhos que eram distribuídos pela cidadezinha.
MI: Você vem de Itapetininga, Lemos?
CL: Não. Isso foi lá em Minas. Esses Pasquins eles escreviam, um caçoando do outro e colavam no poste, e ele me transcreveu algumas poesias desses Pasquins. Quer dizer, tudo aquilo era vida de gerações e de parentes, todos afunilados na mente de um homem, na Vila Mariana. Tenho que transcrever aquilo que ele me falou. E aceitar como verdade o que realmente é entendido como verdade. Muita coisa a gente tem que expurgar, quando a gente sabe... por exemplo, ele até o avô dele – que é esse homem do Pasquim, tudo correto. Mas a partir do bisavô dele, do homem de 90 anos, naquele tempo, em 1943 – eu já comecei a achar que ele estava inventando, que estava bolando coisas, e daí falava: sabe como que é? A nossa família é de origem judia, somos descendentes de judeus de Portugal. E o judeu de quem descendemos chamava-se Requion da Costa Lima. E daí perguntei: como se escreve esse Requion? Ah! R.I.C.H.I.O.N. Daí falei, mais isso é nome? Ah, é. Meu avô já falava Richion, ele era judeu português. Era muito rico e depois ficou pobre, e a última coisa que ele tinha era um navio que vinha de Portugal, com as coisas que eles tinham lá, inclusive com jóias, etc. E o navio afundou. E ele praticamente enlouqueceu na praia esperando o navio chegar. Tudo isso era muito fantasioso. Anotei a informação, mas a coloquei de lado, assim. Como menino de 19 anos, percebi que o velhote já estava rateando. Aí, então, fui para o Arquivo do Estado, que claro, o meu trabalho não ia ser só na base de depoimentos, que é loucura. Eu fui procurar dados documentais.
MI: Mas alguém o orientava?
CL: Pesquisei sozinho, sozinho. Aí fui para o Arquivo do Estado. Na parte genealógica, fui orientado pelo professor Carlos da Silveira. Ele falou: *Olha, você quer saber isso, procure em tal livro, assim, assim. Quer saber aquilo, vai procurar nos processos de habilitação* genere et moribus, *na Cúria, que lá tem o que você quer.* Eu já tinha feito curso de paleografia, então eu lia qualquer coisa. Fui procurar de traz para diante, dados. E um advogado lá de Ouro Fino, mandou-me uma certidão, dizendo que a minha bisavó era filha de um cidadão chamado Silvestre da Costa Lima. Que esse Silvestre tinha avô em São Paulo, chamado Francisco Afonso de Lima. Eu com esse nome, varri, passei pente fino no arquivo, inventários e achei Francisco Afonso de Lima.
MI: Conseguiu a genealogia completa...
CL: Negociante na rua da Quitanda. Tinha uma filha casada com Francisco da Costa Requião. É o tal Richion. Você vê que toda fumaça tem alguma coisa, um foguinho. Aí, fui em diante, esse Requião, sei lá se ele era judeu ou não, não dá para saber, casou-se na igreja católica, foi para Minas, etc. Você vê que alguma coisa, o tempo faz com que as pessoas mudem, com que se altere o sentido das palavras, os nomes, os sons. E as pessoas assumem como verdade o que não é mais verdade. Morreu na praia. Até em uma carta que eu escrevi depois que eu descobri isso aí, procurei saber... Escrevi para o Zé Guimarães, lá de Ouro Fino, dizendo: Oh! Descobri o tal judeu Richion. É o Requião, tal assim, assim,... Só, que praia... será que ele teria morrido aí em Minas, não é? Aí ele

respondeu: *Olha, sabe que aqui em Santana do Sapucaí tem um lugar chamado Prainha. Vai ver ele morreu na Prainha.*

CL: Enfim, as minhas pesquisas são sempre para procurar uma coisa que alguém pediu.

MI: Quantos livros você já publicou?

CL: Não sei, uns dez. Agora, em colaboração com outras pessoas, também já participei de muitos livros.

MI: Qual foi o último anterior às *Memórias*?

CL: O último livro que publiquei se chama *A República ensina a morar melhor*. É uma raspa de tacho. Veja só esse negócio de pesquisa... Maria Cecília Naclério Homem pediu verba ao CNPq, mas o CNPq a deu para mim, eu era o seu orientador. Então fiquei responsável pela verba. E assim ela fez aquele livro *Palacetes paulistanos*. Mas durante essa pesquisa, eu pedi para duas estudantes fazerem um levantamento sistemático de casas aprovadas em São Paulo, desde o final do século 19 até a Guerra de 14. As meninas fizeram isso no Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura – DPH. E lá elas levantaram uma lista de 3.000 casas construídas, anotando seus programas, sala, quarto, banheiro, cozinha e assim, assim. Programas e mais programas. Aí sorteamos 300. Dessas 300, depois sorteei 30. Mas das 300 fizemos quadros estatísticos: relação de área de sala com área de dormitório, quantidade de dormitórios com o número de salas, área de cozinha com... Enfim, dissecamos a casa. E com base nisso, eu fiz esse livrinho. Porque nesse tempo estudado pela pesquisa já estava vigorando o Código de Obras. Há uma coisa que talvez você não saiba: como desde a Revolução Francesa o direito de propriedade sempre foi sagrado, não havia a possibilidade de alguma lei intervir dentro de sua propriedade. Dentro de sua casa mandava você. A sua casa, você fazia como quisesse, como pudesse. Era impossível haver uma lei determinando que você devia dormir em um quarto de tantos metros quadrados, entendeu? Nunca houve lei a respeito de organização da casa.

MI: Internamente, mas para rua...

CL: Para rua sim, mas a Câmara estava preocupada com a adequação das fachadas entre si, o ritmo das janelas, altura dos beirais, isso sim, claro. Mas o interior da casa, da porta da casa para dentro, a lei nunca entrou. A República Positivista, com base em todo o progresso da ciência e na higiene de habitação é que fez os primeiros códigos. Então, qual foi a minha idéia: aliar todas as estatísticas com as determinações do código. Viu? Quem estava obedecendo quem, como, tal, etc. E deu esse livro que se chama *A república ensina a morar*. Esse é o último.

MI: Está certo, mas como é que você passa a se interessar pelo período, foi casual? Como é que você escolhe um período para essas moças irem trabalhar?

CL: Às vezes sim, é o acaso. Fiz porque a Maria Cecília Naclério Homem queria fazer uma pesquisa sobre palacetes paulistanos, como moravam os ricos do café, os fazendeiros. Então ela ganhou dinheiro e, sendo do CNPq, ele veio em meu nome, por ser o orientador dela. Eu recomendei que fossem levantados dados sobre todas as habitações e o que não dizia respeito a palacetes aproveitei para fazer essa estatística.

MI: Quantas casas, de quando a quando? Pergunto porque, se você chega na República, você já estava interessado na República, como esse objeto de estudo.

CL: Deixa eu te explicar. Ela queria fazer o palacete. Palacete no final de 1880, 1890 – a casa de dona Veridiana é de 1886 – e até a Guerra de 14.

MI: Então ela que definiu o período e você aproveitou...

CL: E eu aproveitei para as meninas levantarem dados não só dos palacetes, mas de todos...

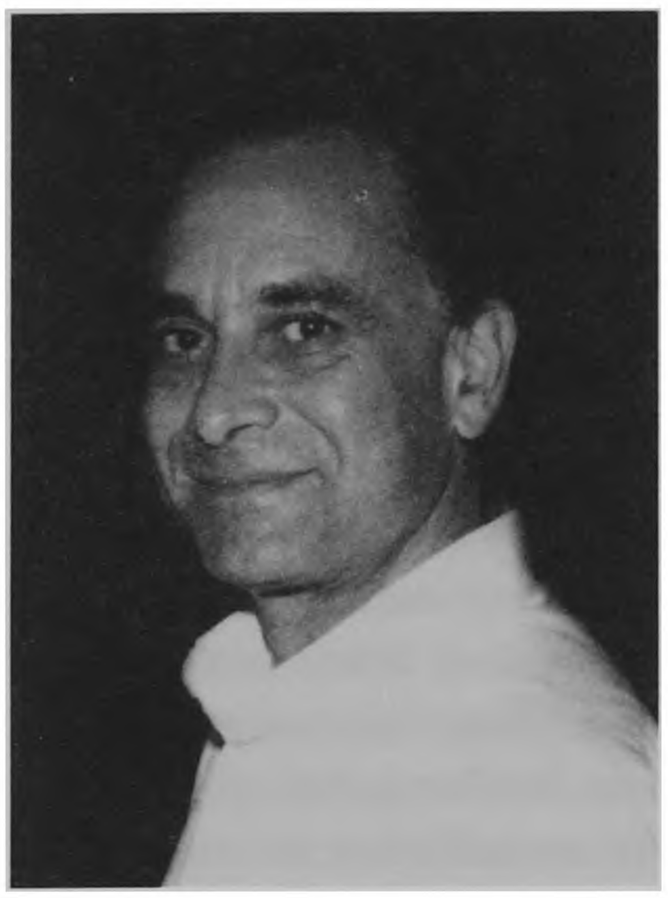
MI: Cecília começou pelo palacete, mas você começou pelo período republicano e do período passou para as casas, procurando nelas as mudanças, não foi?

CL: A minha idéia básica era ver como essas casas, que nós levantamos, estavam atendendo às primeiras leis que a República tinha bolado. Essa é uma idéia original minha.

MI: É isso que estou querendo reconstruir. Você formou uma hipótese que, digamos, existia um racionalismo positivista que está se implantando com a República...
CL: E como isso refletiu na arquitetura.
MI: E isso não significou uma mudança, um pouquinho de mudança, no objeto?
CL: Não, é sempre a casa.
MI: É sempre a casa, certo, mas...
CL: Mas o tempo não muda. Eu vou desde o bandeirante até hoje. O ato de morar é que me interessa, e como ele variou no tempo.
MI: Certo, mas veja bem, nesse caso você pegou o Estado intervindo no hábito de morar. No passado você pegava, digamos, condicionantes econômicos ou ecológicos da produção da casa pelo exame do material de construção. Por tanto, seu objeto é *uma relação*, você estuda *relações entre fatos.*
CL: O tema básico é o morar. Agora, a época, conforme a sociedade, vai indo... Então, são estas coisas que eu estudo. A casa do operário; como ele organiza a própria casa; como deixou de organizar; como ele pôde organizar; como ele gostaria que fosse; porque a pergunta também é: Como você gostaria que fosse a sua casa?
MI: Eu acho engraçado porque convidei o Lelé e ele ao falar na FAU acentuou esse ponto: a vida dele se deve ao acaso. Você parece que está indo na mesma direção. Ah! o que eu fiz, deveu-se muito ao azar...
CL: É sempre o acaso, é sempre o acaso. Por que aconteceu de eu lecionar na FAU? Acredito que muita gente, já como estudante na faculdade, está sempre a dizer: *Ah, se Deus quiser, vou ser professor aqui. Eu vou caprichar para ser professor aqui. Eu vou estudar, vou fazer concurso. O primeiro concurso que abrir aqui, eu vou entrar.* Isso quer dizer gente que planeja. Eu não. Eu estava andando na rua Barão de Itapetininga, na hora que estava cruzando a porta da livraria Brasiliense, o Corona estava saindo, quase tropeçou em mim: *Ah, Lemos, que bom te encontrar. Você sabe que agora vou ficar no lugar do Anhaia na cadeira de Teoria de Arquitetura, e preciso de um assistente. Você não quer lecionar comigo?* Daí eu falei: Lecionar o quê? Teoria da Arquitetura. Falei: o que é isso? *Eu vou falar a respeito dos edifícios, da caracterologia dos edifícios, como os edifícios nascem, por que tem tais formas, etc. A escola de Paris, os filósofos que falavam a respeito da arquitetura.* E aí, eu falei: Mas e o assistente, o que é? O assistente dá aula prática. Dá desenho. Desenho do quê? De como se faz uma curva de visibilidade de um teatro, como se projeta uma escada. Que tudo está contido na caracterologia dos edifícios. E aí falei: Bom, isso sei fazer bem. Eu era chefe do escritório do Oscar. Já fazia quatro anos que eu estava desenhando. Detalhava tudo, sabia desenhar. Daí falei: Tá bom, então eu vou. Então isso foi o acaso. Outro acaso: estávamos jantando, o Corona e eu, a conversa vai-e-vem, não sei o que lá, não me lembro bem, e, de repente, veio uma dúvida sobre um termo. Olhei no dicionário, que me informou um negócio que não tinha nada a ver com o assunto ligado à arquitetura. Eu falei: faz falta um dicionário que explique arquitetura. Faz falta. Então, o Corona disse: Vamos fazer um dicionário e pronto! E pesquisando as acepções fui ficando dono do conhecimento de técnicas construtivas, disso e daquilo e tal, fiquei professor de história. Foi por acaso, o dicionário surgiu de uma sobremesa.
MI: Expressando uma vocação para historiografia que já estava lá na paleografia.
CL: É, pode ser. Se eu fosse estudar medicina, talvez tivesse feito a história da medicina.

CARLOS ROBERTO MONTEIRO DE ANDRADE

MARIA IRENE: Para a gente iniciar, a história é narrativa? O que é historiografia na prática?
CARLOS ROBERTO: Acredito que sim, que o historiador constrói narrativas, narrativas segundo um embasamento científico, um suporte documental, apoios estatísticos, mas onde entra a dimensão artística, criativa, não apenas no processo de escritura, mas no próprio processo de elaboração. Veja o trabalho de investigação como um trabalho criativo e artístico nesse filme. Não apenas criativo no sentido de imprimir uma nova explicação, esclarecer de um outro ponto de vista certos fatos e fenômenos, mas no sentido mesmo de propor uma reinterpretação de fatos históricos. E, do meu ponto de vista, o fazer história tem sido, em grande medida, ir buscar, pôr à tona, colocar à tona algumas concepções, propostas dentro da arquitetura, do urbanismo, resgatando, em especial, os profissionais responsáveis por essas propostas.
MI: Você entende por historiografia a ciência aplicada? Ou é exagero dizer isso?
CR: Não é exagero, historiografia é uma ciência aplicada.
MI: Trata-se daquela relação entre passado, presente e futuro, proposta por diferentes historiadores e que nesta escola sempre foi patrocinada porque significa não o conhecimento em si e por si, mas aquela que tem uma aplicação no projeto, por mais indireta que possa ser?
CR: Acho que em certa medida sim, em específico, a história da arquitetura, a história do urbanismo, que são histórias que envolvem práticas profissionais, que envolvem histórias de concepções, de teorias. Em certo sentido, acho que tem uma dimensão prática aplicativa sim, para o arquiteto, para o urbanista, embora eu não exercite o ofício do projetista. Não exercito em termos, porque nas minhas horas de relaxamento, acabo desenvolvendo projetos de residências fictícias, e totalmente utópicas em um certo sentido, que não seriam realizadas, embora muito fáceis de construir. São residências para mim, para minha família, para situações hipotéticas, mas enfim, gosto muito de ficar fazendo uns quadradinhos como desenho, mas isto não tem essa dimensão prática interativa que tem para um arquiteto de prancheta, como se diz. Agora, parece-me que o conhecimento dessa história leva a um desdobramento aplicativo e prático, quer dizer, pensar um projeto, conceber um projeto, desenvolvê-lo. Em certa medida, faço isso, acompanhando o aluno com orientação de trabalhos de graduação, por exemplo, pois é uma



prática que venho utilizando há muito tempo. Quer dizer, acompanhando um processo de projetação, a minha intervenção é sempre no sentido de buscar lembrar ao aluno que não é a primeira vez que se faz isso, que temos de aprender com quem já fez e já se vem fazendo isso desde a Antiguidade mais remota. Temos também que resgatar, recuperar esse percurso, as soluções havidas, etc.

MI: Aprender com o já feito significa aprender o quê? Aprender técnicas de projeto? Uma técnica construtiva? Ou a busca de uma outra coisa, que pode ser a equiparada à questão de uma identidade, seja do local, seja uma identidade nacional, como na época de Vargas e do Ministério de Educação e Saúde?

CR: Sim, acho que se aprende nos dois sentidos. Obviamente, há um conhecimento que a história propicia, que é um conhecimento positivo: as técnicas construtivas, o emprego dos materiais, as soluções formais plásticas, adotadas por grupos diversos, mas, obviamente, o fazer história nos coloca perante uma situação engajada, queiramos ou não. E se o historiador não quiser, problema dele, ele que vai correr risco com a sua história. Quer dizer, história é projeto. Fazer história em certa medida encerra um projeto na perspectiva, no escopo, além daquele que dá conta de um fenômeno pouco trabalhado, pouco estudado. No meu caso, particularmente, acho que fazer vir à tona, contribuir para vir à tona, figuras que parecem não-expressivas no quadro da construção da cidade brasileira. Isso não tem, obviamente, um sentido de resgatar uma identidade nacional ou de lutar nesse sentido, até porque, esta época, a conjuntura atual não nos leva a isso, uma situação muito diversa dos anos 40, 50, em que, sem dúvida, essa questão estava colocada. E nos discursos dos arquitetos da época, dos críticos da época, isso é muito veemente, muito forte. Mas, enfim, penso também em história como sendo um projeto no sentido de resgatar essas figuras. Trata-se de repensar, de reescrever o que é a própria história da cidade brasileira e, ao se fazer isso, colocar também a questão de quais perspectivas podemos estar antevendo e colocando em ação, em prática, no sentido de conduzi-la a esse escopo, a esse futuro almejado.

MI: Você se referiu ao resgate de certas figuras. Como vê essa relação do indivíduo com a história? O papel do indivíduo na história diante de outros condicionantes? Como particularmente você vê e trabalha a figura do profissional?

CR: Tenho trabalhado bastante com esse caso. Acho que talvez seja o ponto temático, o foco temático em que mais tenho me concentrado, é exatamente a minha questão. Atuação de uma figura determinada, de um indivíduo, ou de um profissional (Saturnino de Brito e outros). Porque mesmo nas minhas orientações faço isso. Já orientei um trabalho sobre Paulo de Camargo Almeida, um profissional carioca que veio e trabalhou aqui em São Paulo, na USP, inclusive. Outro, Oswaldo Correia Gonçalves, arquiteto santista, figura importante no quadro da arquitetura paulista. E estou agora orientando um trabalho com um sabor muito grande, pois é sobre o Flávio Império, arquiteto e professor. Então, vejo a figura do profissional, sobretudo no quadro da cultura arquitetônica, como uma peça importante para reconstruir a história de um certo período, de um certo movimento, ou de um conjunto de propostas que foram formuladas em um certo período. Por quê? Porque o profissional – no caso o arquiteto ou o engenheiro, pois estudei Saturnino de Brito, Jorge de Macedo Vieira – fecha – de certa maneira ele é o catalisador: um conjunto de proposições, (vamos chamar assim), as teorias formuladas a respeito de sua especialidade em um certo curso, em uma certa época, com os seus colegas, com o currículo que lá se realizava. E, ao mesmo tempo, enquanto indivíduo, em uma sociedade, em uma certa época, ele representa uma classe, tem uma perspectiva que pode ser mais ou menos empreendedora, uma atuação política mais ou menos próxima ao poder público ou contra a república. Eu vejo, portanto, a figura do indivíduo na história como a figura mais que catalisadora: ele é o catalisador e o que encarna a síntese, encarna, enfim, esse conjunto de idéias, de teorias, de proposições de referências.

MI: Mas ao selecionar um profissional, você não restringe o conceito de arquitetura àquilo que o arquiteto ou engenheiro-arquiteto faz?

CR: Sim, em certa medida sim, quer dizer, eu restrinjo, mas explicito esta restrição à arquitetura para alguém, organizo para alguém, Saturnino de Brito pensa isso sobre o planejamento e outro pode estar pensando diferente. Neste sentido, busco verificar qual é a sua posição, evitando obviamente sempre o anacronismo, procedimento historiográfico a ser seguido com muito cuidado.

MI: Mas você não restringe muito o fenômeno urbano, tratando só esse meio?

CR: Faço um recorte, há uma restrição no sentido de fazer um recorte, uma demarcação em um campo maior. Vejo esse procedimento também como uma ferramenta. Quer dizer, o centrar, o focar uma pesquisa, o tomar como objeto uma atuação profissional de um arquiteto, de um engenheiro. Se por um lado é um recorte, parece-me um recorte necessário em uma pesquisa. Tem de ser alguma maneira de cercar o seu objeto, sabendo obviamente que esse não vai estar se isolando do seu contexto, mas cercar no sentido de poder abraçá-lo, contê-lo. Digo isso, mas sou muito suspeito porque os meus objetos tendem sempre a se estender muito. Talvez aí, por uma formação histórica que eu tenha tido, uma tendência a uma genealogia que sempre me persegue. Quer dizer, qual a origem, qual a gênese dessa idéia, de onde ela vem? A cidade-jardim não me interessa apenas em si. Não me satisfaz apenas formular essa idéia e daí para a frente ver seu trajeto, quero saber como ela surge, como ela foi construída. A idéia não é algo que brota espontaneamente; quais são suas raízes, suas referências, e influências? Foi a viagem que ele fez? Foi a leitura que ele realizou? Foi o discurso do protótipo que leu no jornal na época? Nesse sentido, o trabalho genealógico é fundamental para se estar esclarecendo o momento em que uma certa concepção se catalisa e cristaliza e, com isso, tem a possibilidade de se formular teoricamente. Então, por um lado, eu sei que me imponho o recorte e, por outro lado, esse recorte para o pesquisador teria que ter uma flexibilidade muito grande. Para pegar um caso com o qual estou às voltas, estou tentando elaborar minha tese de livre-docência, mas provavelmente só vai ficar para o ano que vem, pois não tive fôlego suficiente para concluir nesse

mês de julho. Estou estudando apenas as cidades novas planejadas no Brasil no século 20, pegando o período entre Goiânia e Brasília, principalmente, e deparei-me com um documento importantíssimo que são as atas do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte que se realizou em 1959, com o tema Cidade nova, síntese das artes. Isto introduziu montanhas de material! Cidade nova, síntese das artes: os primeiros a falar são Mário Barata, Mário Pedrosa. A cidade como obra de arte em 1959. Eu retomei a questão de pensar a dimensão estética da cidade, que até então me interessava, mas abandonara, de certa maneira, no meu trabalho específico sobre cidade nova. Eu estava muito mais afoito com os fenômenos quantitativos, impressionado primeiro com a quantidade de cidades que o Brasil construiu.

MI: Eu queria saber quem organizou o congresso.

CR: O Mário Pedrosa foi o organizador, com a colaboração do Mário Barata. O Argan era o seu secretário-geral..., mas o Pedrosa foi o principal responsável e teve uma atuação que é fenomenal. Esse é um ponto chave no meu trabalho, em que estou em discussão, inclusive com a professora Otília Arantes. A minha leitura difere da Otília em relação ao Pedrosa. É claro que de alguma maneira buscava salvar o Pedrosa dos compromissos que ele vai ter com o governo Juscelino Kubitschek, movimentos trotskistas, movimentos de esquerdas. A impressão que tenho é que não dá para salvar não... Aquele momento era um momento em que se tinha de ver Brasília como uma aventura a empenhar toda a energia da nação, porque ela seria um símbolo construtor da identidade nacional e de certa maneira o seu discurso se articula com muita coerência como o de outros, desde o JK até o Israel Pinheiro, do Oscar Niemeyer, obviamente, de Lúcio Costa. Enfim, um documento que acabou vindo no final do meu trabalho de levantamento, não tem a ver com todos os documentos cartográficos sobre as inúmeras cidades do norte do Paraná, do noroeste de São Paulo; mudou a pesquisa.

MI: Uma volta ao mito da identidade nacional?

CR: É da identidade nacional, em 1959, que me parece um momento bem coerente. Mas me parece interessante exatamente esse papel fundamental que o Pedrosa tem e em um discurso assim. Também impressionante é o discurso de JK. Cada vez mais me cai o queixo: alguém fazia para ele esses discursos? Eram muito bons intelectualmente.

MI: O papel socialmente mobilizador e ao mesmo tempo alienante do Juscelino merecia um bom estudo, não é?

CR: Há uma documentação muito interessante que me veio às mãos. Em um depoimento do Mário Barata, na segunda ou terceira sessão. (Há a sessão inaugural, depois a primeira sessão é sobre cidade nova e a segunda sessão é sobre urbanismo). Acho que na segunda sessão o Mário Barata faz uma espécie de história da cidade brasileira e fiquei surpreso com as colocações do Barata, antecipando o professor Nestor Goulart Reis em relação à idéia de que a cidade colonial do Brasil é planejada, revelando ter trabalhado com a documentação portuguesa a respeito, mencionando os arquivos que lhes foram abertos, dando inúmeros exemplos de cidades que têm essas características. Obviamente, essa é uma parte do trabalho dele, ele tenta mostrar, enfim, a história de construção da cidade brasileira, mas parte daí com a seguinte idéia: olha, nós planejamos cidades há muito tempo... Ele estava falando isso para 45, 50 estrangeiros, brasileiros, eram menos da metade, estrangeiros que eram um Neutra, um Saarinen...

MI: O congresso era ligado ao concurso?

CR: Não, o concurso tinha sido em 1957 no começo de 1957. Em 1959, o congresso abre em Brasília, no Palácio da Justiça, provavelmente com cheiro de concreto. Levam todos os estrangeiros para lá... Figuras incríveis como Bruno Zapping, Zevi, que teve a intervenção talvez mais ácida, a mais crítica em relação a Brasília, mas outras figuras muito interessantes. Porém o Barata, o interessante dele é como ele busca convencer os gringos de que: "*olha, nossa experiência de planejar cidades não é de hoje, vem de longe*" O

que introduziu no meu trabalho uma série de outras questões, que se eu tivesse talvez um pouco mais de tempo... Tenho que fechar, porque até fim de agosto agora tenho que entregar todo meu material e por isso estou desistindo, vão começar as aulas, não vai dar tempo mesmo.

MI: Por que não faz uma parte pelo menos?

CR: Uma parte sim! Eu espero até março do ano que vem estar concluindo. Mas em abril, obviamente, tudo vai me obrigar a quê? A ir ao arquivo da Bienal, ao arquivo do MASP, porque, além disso, quero saber mais coisas sobre esse congresso, já que ele se revelou uma documentação tão importante. E aí entra uma outra questão. Trata-se do acaso na pesquisa que acho um fator decisivo na pesquisa, porque ele aparece desde a figura do anjo da biblioteca, que ajuda a encontrar o livro – essa expressão não sei de onde vem, a do anjo da biblioteca – mas inúmeras vezes isso aconteceu comigo. Estou atrás do livro, o livro está assim nos meus pensamentos e, de repente, ele passa na minha frente e bato o olho nele ou ele cai na minha frente, coisa do tipo... Em parte isso aconteceu com as atas desse congresso, que vieram por acaso para mim. Eu tinha pedido um outro documento à Bienal, para um aluno da pós-graduação, e mandaram-me isso. Eu disse: puxa, que tema interessante: "Cidade nova, síntese das artes" Na minha pesquisa sobre cidade-jardim achei os manuscritos, 70 páginas manuscritas, do Barry Park, o que me levou a ficar só com ele, quando no projeto inicial tinha a intenção de não resgatar a figura de um profissional – inclusive quando eu entrei no doutorado da FAUUSP, a justificativa para o meu plano era essa: eu estudei o Brito, a figura de um profissional, agora quero estudar a figura de uma teoria. Mas no bojo do estudo da cidade-jardim no Brasil, encontrei as 160 páginas manuscritas, algumas datilografadas em inglês, uma ou duas com traduções de funcionários da companhia, creio que Park nunca deve ter falado uma palavra em português. Eu tinha a leitura que o Park tinha da prefeitura, do Victor da Silva Freire, a atuação dele como lobista junto à prefeitura e como ele via a cidade, pontos que inclusive explorei muito pouco na tese. É fenomenal como ele lê a cidade, a paisagem urbana paulistana, uma paisagem que em geral era meio desprezada, sobretudo quando comparada com a paisagem carioca do Rio. Sobretudo pelos estrangeiros que vinham ao Rio de Janeiro e a São Paulo. São Paulo seria uma cidade com uma paisagem sem aquela exuberância realmente. A maior parte deles não se dá conta disso, do que eram, vamos dizer, os aspectos a serem valorados da paisagem urbana paulistana. Barry Parker faz uma leitura muito bonita, que acabei nem aproveitando. Mas enfim, foi esse acaso de encontrar esses manuscritos que me levaram para um outro rumo na pesquisa, obrigando-me a um cercamento maior.

MI: Como é que você se familiarizou com a pesquisa em arquivo?

CR: Aí é uma história em que você entra. Fui levado por algumas mãos, acho que uma é a sua, por eu ter trabalhado como monitor da disciplina Fundamentos Socioeconômicos. Foi algo importante, quer dizer, eu fazia ciências sociais, estava já na iniciação científica. Enfim, foi um momento para me aprofundar mais, estudar mais e, particularmente, que você me deu, você e o professor Bollaffi, ambos trabalharam um pouco comigo, mas era mais você.

MI: Sobretudo o professor Juarez!

CR: Eu queria deixar gravado porque é o mais decisivo para mim. Vocês me deram muita liberdade, então eu montava seminários com os alunos, o Juarez..., mais do que liberdade, ele dava a salinha dele para eu ficar lá, tinha essa disponibilidade. A gente vira e mexe estava fazendo seminários, era uma época também, isso nos anos 70, que a gente fazia seminários sobre vários temas na FAU. Não nas Ciências Sociais, nas Ciências Sociais havia outras coisas. Eu fiz na FAU seminários sobre a América Latina, sobre o Fernando Henrique Cardoso, a teoria da dependência, fizemos seminários e sobre o capital, obviamente, com os colegas que você conhece: Jonas, que hoje é professor, Carlos

Martins, Clara Ant, a única que não se encaminhou para pesquisas. Mas a pessoa que acho, sentiu que eu tinha alguma queda para essa área foi, de fato, o professor Juarez. Ele me convidou para o Cebrap, e eu fui o primeiro bolsista em iniciação científica da FAU, na época que estavam surgindo sistemas de bolsa de iniciação e aí fiz também um projeto de iniciação científica, com aqueles temas típicos dos anos 70: "Urbanização e acumulação capitalista em São Paulo" na fase inicial da industrialização, que pegava Luiz Pereira e acabava em Castels. Era um pouco esse o *tour* que eu fiz no meu TGI, um trabalho teórico... foi até criticado depois pelo meu orientador de doutorado, que estava entrando para dar aula na FAU quando eu estava no 5º ano.

MI: O doutorado foi com o Murillo?

CR: Sim, mas o professor Juarez foi quem me levou para o Cebrap e este, em 1973, era um caldeirão de pensamentos, de formulação de idéias. Participar dos mesões do Cebrap, que eram semanais, foi incrível ter a oportunidade de ter discutido polêmicas entre Fernando Henrique e Weffort, Paul Singer, o texto do Chico de Oliveira, o crítico arrasando.

Os meus temas, em certa medida, também têm um embasamento na minha história de vida. Já que se trata de entrevista, de um depoimento, vou colocar isso. Eu morei no Jardim da Saúde, morei em um bairro-jardim, então vivi a infância no bairro-jardim, cheguei a comentar isso no fim da minha tese. Ouvir falar de uma rua curva, de uma pequena praça triangular, de uma rua arborizada – era algo totalmente familiar porque eu morei ali. Corria por aquelas ruas, ainda não asfaltadas; freqüentava Santos, freqüentei Santos quando criança, meu pai comprou quando eu tinha 6, 7 anos, um apartamento na Cidade Ocean e o nosso passeio era ir da Cidade Ocean, na Praia Grande, que não tinha muita coisa além de uma bela praia, (é que hoje já não devem estar estas coisas) e passear em Santos. Tomava-se um ônibus e ia-se para Santos, São Vicente, tomar banho. E me fascinava Santos, de alguma maneira aquela paisagem me fascinava, eu gostava de Santos. Como passei a dar aula em Santos, eu entrei na Faculdade de Santos para dar aula de saneamento ambiental.

MI: E foi direto cair nas mãos do Saturnino de Brito.

CR: Aí é que entrou o Saturnino de Brito, de quem eu não tinha ouvido falar na FAU. Foi uma surpresa, eu não tinha ouvido falar na FAU e quando você descobre que é figura importante... é uma das 40... E por aí vai... E eu ainda diria: tive sorte também de poder estar vivendo, habitando algumas arquiteturas interessantes, a minha própria casa no Jardim da Saúde, que é um estilo chalé e sobretudo, no tempo de Liceu Pauster, a arquitetura do Ramos de Azevedo. De alguma maneira, não sei explicar com precisão, elas me contaminaram. Essa arquitetura, por um lado, a arquitetura muito romântica, singela do neogótico e a arquitetura eclética de um Ramos de Azevedo no Liceu. E por gostar de arquitetura, de estar em um ambiente assim, e ao entrar na FAU, obviamente, foi a glória. Porque quando entrei na FAU em 1970, o edifício estava novo. Então era uma coisa... um deslumbramento com aquela obra. E confesso que não tinha ouvido falar de arquitetura moderna antes de entrar na FAU, muito remotamente em palestra que um professor, Luís Saia, proferiu para nós no cursinho. Eu era aluno do cursinho Anglo com a Helena Saia, sua filha e outros. Hoje muitos são professores da FAU: Rafael Perrone, o Rondino, o Carlos Costa, que é o meu xará. Convidaram, fizeram muito bem em convidar o Luís Saia, além de outras figuras. Foi uma palestra interessante. Foi a primeira vez, acho, que ouvi falar da arquitetura moderna, mas presenciar a arquitetura moderna, vivenciá-la, aconteceu quando entrei na FAU. Acho que essa vivência em certas arquiteturas nos ensina também ou nos impregna de alguma forma.

MI: Você desenha também?

CR: Eu pintei durante um tempo antes de entrar na FAU. Pintei, cheguei a expor em alguns salões: São Bernardo, Campinas. Coisa pequena, mas gostava muito de desenhar e continuei desenhando, trabalhei como desenhista da Física

durante dois anos, com o Tônico, Antônio Carlos Ferreira, repórter da Globo, o Carlão, Carlos Egydio Alonso, que hoje é diretor do Mackenzie, e uma figura incrível, um amigo ótimo, mas que há muito tempo não vejo, o Hector Bottini. Ele não concluiu a FAU, ele fez a capa do livro do Camilo Sitte, que traduzi. Foi a única exigência que coloquei para o editor, que já o conhecia. O Hector era um ótimo desenhista, então era um estímulo estar com pessoas que também desenhavam. Nessa parte do desenho, quem me deu um estímulo forte foi o Flavio Império. Fui um dos poucos alunos que fazia as optativas do Flávio, aquelas em que ele te deixava numa sala dançando, ao som de... teclando, com um giz na lousa, com os olhos vendados... Mas embora eu tenha continuado a trabalhar com artes gráficas – na verdade, trabalhei um pouco com essa parte de logotipos: fiz um troféu de esportes da USP, ganhei o prêmio, eu e o Hector, o troféu de esportes, não sei se ainda vale alguma coisa, porém está lá o certificado que ganhamos o concurso. Mas acabei abandonando o desenho. Retomei isso apenas no fim dos anos 70, com um conjunto de colegas, muitos deles da FAU, ainda, Nuno, Carlos Morales, não sei se você lembra, uma figura incrível que está viva, ótimo artista gráfico, o Vítor Nosec, que trabalha para a Fundação Instituto Lina Bo Bardi; ele fez toda a parte de programação visual do livro dela. E nós, na época, estávamos nos jornalzinhos alternativos, nós criamos um jornal. Foi o momento em que me reencontrei com a parte de artes gráficas, desenho, literatura e poesia. Trabalhei muito poesia, tinha alguma coisa publicada em poesia, um livrinho de poesia e estou retomando a poesia, vamos dizer, há alguns anos, de uma maneira muito cautelosa. Assim como a questão da arte também. Tenho retomado há uns dois anos, mas aí com outra técnica, gostava muito de trabalhar com desenho a nanquim, me dava bem. Aí eu parti para fazer instalações, comecei a fazer instalações, eu fiz uma que chegou pronta, exposta lá em São Carlos, "Ontologia do trabalho" Título altamente sociológico, mas de qualquer maneira foi um caminho que acabei retomando e me dá muita satisfação isto, apesar de, para fazer a livre-docência...

MI: Bom, sendo assim múltiplo... como se considera um historiador dentro de tudo isso? É sua função prioritária?

CR: Múltiplo não, acabo ficando mais com a pesquisa da história da arquitetura e do urbanismo. É uma função prioritária, sim! Sem dúvida alguma por conta do meu envolvimento com a universidade, de dedicação exclusiva, e agora, desde 1998, 1999, orientando trabalhos junto ao grupo de pesquisa que nós temos.

MI: Você continua com aquela pesquisa com o grupo da FAU?

CR: Acabou, foi encerrada em fins do ano passado, com a professora Maria Ruth Amaral de Sampaio.

MI: Você tinha outra, com a Cristina Leme?

CR: Com a Cristina Leme, na verdade, temos uma rede de pesquisadores que fez a *História do urbanismo no Brasil*, desde 92, com um projeto que obviamente a Cristina foi a figura que levou à frente e conduziu, mas eu estive desde o início acompanhando esse trabalho com a Cris. Eu em São Paulo, o José Geraldo Simões, e depois estendemos isso para Salvador, com a Ana Fernandes, para o Rio de Janeiro, com a Vera Rezende e acabou se estendendo – hoje é uma rede nacional que já resultou neste CD, do levantamento documental exaustivo, informes que a gente fez em revistas de arquitetura, urbanismo e engenharia e esse livro *Urbanismo no Brasil*. E estamos desenvolvendo um projeto de exposição sobre o urbanismo modernista no Brasil, para o ano que vem. Nossa idéia é estar apresentando essa exposição na Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, caso ela venha a ser realizada; fechamos isso na última ANPUR. Mas agora a gente está com muita dificuldade de se encontrar, embora ontem a Cristina estivesse lá na banca de livre-docência do Renato Aneli. Mantenho esse vínculo com a Cristina, de certa maneira a gente está sempre em contato. Mas como estava dizendo, o meu trabalho de história é,

sem dúvida, o principal, e é um trabalho que faço com muito gosto, me dá prazer. É até curioso porque família de intelectual, de professor, às vezes, vê o nosso trabalho como um trabalho que não tem fim. Nossa! Fim de semana e você está lendo. Com prazer, estou curtindo! E não só isso, pegar uma tese que eu tenha que ler, também me dá um sabor, então nesse sentido é uma atividade que faço com muito prazer, que gosto de fazer, assim como a pesquisa de campo e a pesquisa documental.

MI: Você faz o levantamento pessoalmente ou consegue dirigir um grupo para levantar dados?

CR: É complicado, mas acho que estamos tendo um caminho muito bom. Particularmente, estou com um pequeno grupo de orientandos, uma menina estudando cidades novas no Paraná, Maringá, Cianorte, os projetos do Jorge de Macedo, a outra estudando Águas de São Pedro, Águas de Lindóia, Águas da Prata, cidades novas balneárias, o Jefferson estudando o conjunto de planos que concorreram para o concurso de Brasília, em 57. Programamos uma mesa redonda agora na ANPUR, de história, em Niterói. No fim, foi muito confusa, a mesa acabou não se efetivando, mas foi a primeira tentativa de juntar quatro pessoas em torno do mesmo tema. O grupo de pesquisas que a gente tem, não só o nosso, também o grupo do Carlos Martins, do Renato Aneli, acho que temos conseguido articular bem os trabalhos que os mestrandos estão desenvolvendo. Trabalhos lá no nosso programa e com os trabalhos dos próprios docentes.

MI: Então, você consegue articular temáticas?

CR: Temos alguns temas, por exemplo, habitação social é um tema que a gente trabalha no nosso grupo de pesquisas. Obviamente, o Nabil Bonduki está um pouco mais afastado por conta dos compromissos políticos, mas ainda ele, vamos dizer, é o que conduz essa questão de levantamentos, etc. Eu pego a partir de cidades novas, urbanismo de cidades novas e a Sarah Feldman está, de certa maneira, muito por conta dessa nossa pesquisa com a FAU, debruçando-se sobre as questões relativas à legislação. De certa maneira, com essa divisão, foi possível, acho que a gente ter um...

MI: Agora, vocês não organizaram um sistema de publicações lá, não é?

CR: Não, essa é uma lacuna do nosso departamento, do nosso programa de pós-graduação, e é uma das metas da atual CPG e espero que até o começo de... Estou na coordenação do programa, então sou o presidente da CPG do departamento, a CPG do departamento funciona com a comissão de pesquisa.

MI: Essa comissão de pesquisa é da escola toda?

CR: Não, só do departamento.

MI: Vocês têm um curso de arquitetura, não é?

CR: Temos um curso de arquitetura e a pós-graduação em arquitetura, que é anterior à graduação (a pós é de 1971, uma coisa assim, fundada pelo Paulo de Camargo Almeida). Mas essas comissões articuladas estão com várias tarefas. A primeira já conseguimos encaminhar, mas está tramitando aí pela burocracia, é a proposta do curso de doutorado, que já está com um certo atraso, e a outra é a de publicação, envolvendo diretamente o professor Lira e o professor Mário Henrique D'Agostinho.

MI: Vocês pretendem fazer uma revista?

CR: Uma revista que possa ser também uma revista eletrônica, mas não queremos ficar só com a revista eletrônica, e sim, uma revista impressa. Ela já está com uma estrutura e há sugestões de matérias para ela, mas ainda não está totalmente fechada, nem o nome, inclusive, definimos. A parte mais difícil talvez seja o nome de uma revista.

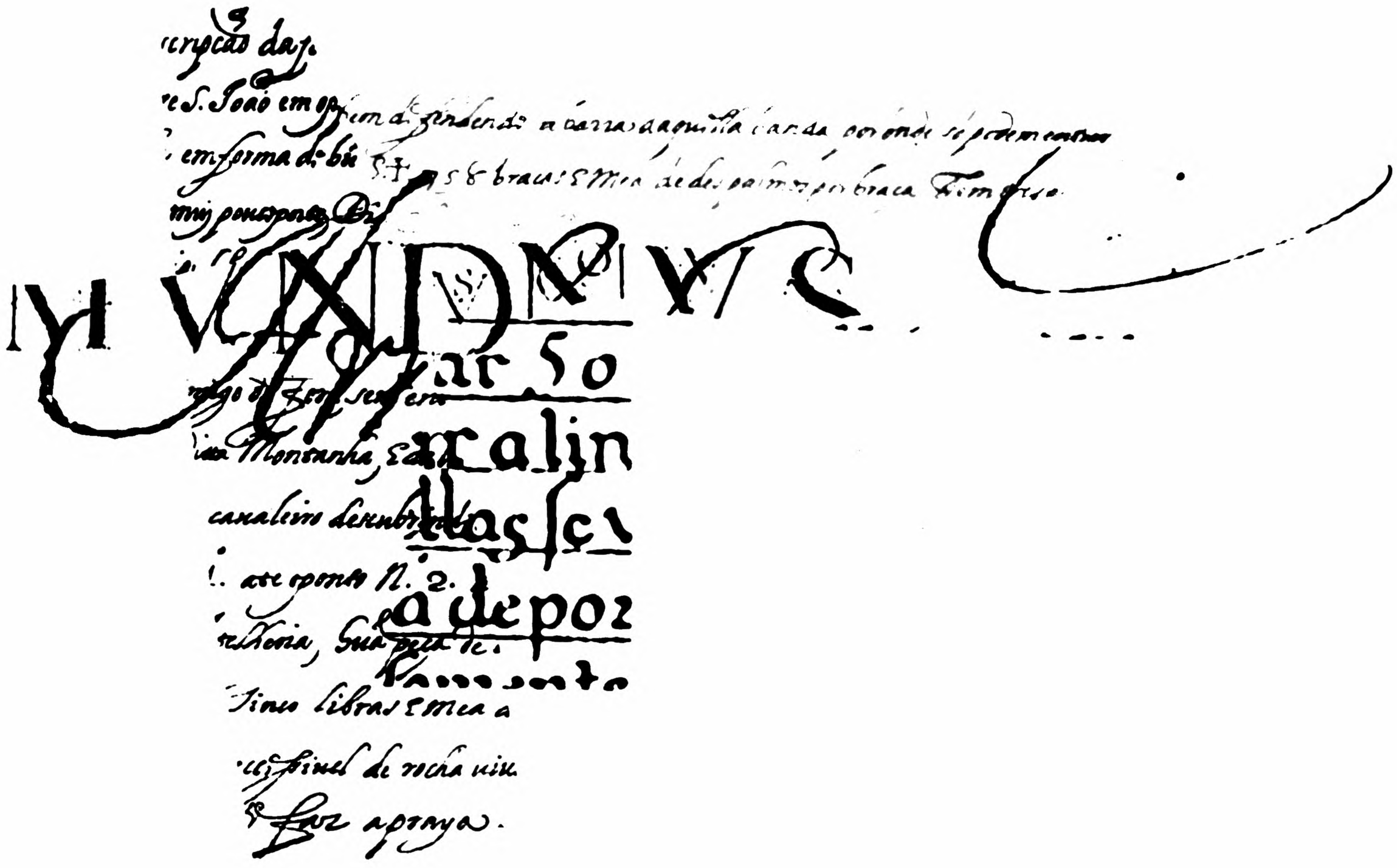
MI: O nome de uma revista?

CR: Você pensa vários, é que às vezes vem muita bobagem, a gente está excluindo tudo que tem Arq. e Urb. Vem uns nomes, às vezes, estapafúrdios, Zebra ou nomes, enfim, vistas, olhares, mas até agora não encontramos um nome satisfatório para virar um consenso, mas é nossa idéia estarmos conseguindo...

MI: Eu herdei um nome tão sem graça: Pós!

CR: Por outro lado, vocês saíram na frente, porque é um nome que gruda, ele pega... Qual revista? A revista *Pós*...

MI: É, gruda!
CR: Acho que a *Pós* está mantendo, está conseguindo manter uma constância, uma qualidade.
MI: Agora, com relação às perspectivas de pesquisa no campo da arquitetura e urbanismo, o que faz muita falta ainda?
CR: Tem um mundo por fazer, tenho a impressão de que uma das questões que você tinha formulado por escrito, sobre nossa historiografia da arquitetura e da engenharia, é ainda incipiente. Ela vai ser incipiente por muito tempo e acho que a contribuição que os programas de pós-graduação deram e, particularmente, o nosso aqui, de 1980 para cá foi decisiva para tirar a historiografia de meia dúzia de gatos pingados. É brutal a produção, ou seja, é um negócio que sem o programa de pós-graduação estaria mais incipiente, obviamente. O professor Nestor insiste em dizer que o trabalho de pesquisa é um trabalho a ser feito profissionalmente, com o dinheiro, retaguarda, preparo, enfim, não é uma coisa de improviso, de amador. Um pouco também como vejo o problema. Você pode até fazer de uma forma diletante, mas se quiser ser rigoroso, sério, consistente, aprofundando temáticas, questões, ele tem que ser muito bem estruturado, ancorado e, de certa maneira, isso nos obriga a estar o tempo todo também com uma produtividade intensa. Você conhece as nossas agências: Fapesp, CNPq, Capes... Quer dizer, bobeou você perde uma bolsa de produtividade, bobeou você perde uma bolsa da Fapesp, ou não consegue um auxílio de pesquisa. Por outro lado, eu diria, temos isso aí, temos a Fapesp que é uma instituição de uma respeitabilidade incrível no nosso país, e acho que dá um apoio fundamental. Para a área de arquitetura, ela tem sido até pouco utilizada. Mas mesmo assim, parece-me muito incipiente toda essa historiografia, por nossa história ser muito grande. Quer dizer, no Brasil, com essa dimensão territorial, essa questão de tema das cidades novas no século 20 nos permite ter uma idéia da vitalidade com a qual este país constrói cidades.
MI: Mas até por isso elas têm muita homogeneidade, não têm?
CR: Homogeneidade tem até certo ponto. Existem muitos aspectos homogêneos, mas por outro lado, também existe uma heterogeneidade muito grande, até pelas diferenças regionais, culturais do nosso país, geográficas, você acaba tendo situações muito diversas, uma cidade nova na Amazônia...
MI: E trabalhos de síntese sobre essa diversidade com que você tem trabalhado?
CR: Não!
MI: Não dá para fazer ainda?
CR: Olha, talvez... Quanto aos primeiros ensaios, as primeira tentativas, acho que dá, que é possível. Eu, Nabil e Sarah tivemos aprovado um projeto na Edusp para fazermos uma história do urbanismo no Brasil, acabamos não levando a cabo por problemas nossos... compromissos... Mas é uma história que poderia ser escrita com a Cristina, com outros também. Nós apresentamos e montamos o projeto e depois, quando conversamos algumas vezes no sentido de deslanchar, o que acabou não se sucedendo, vimos que tinha uma curva, quer dizer, algumas são cidades que obviamente foram cobertas pela história: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife. Para outras cidades a história está por se construir, por exemplo: Goiânia. Há 10 anos trabalho sobre Goiânia, mas não tenho nada, só uns documentos, uns textos do Godoy, os primeiros trabalhos...



3 | ARTIGOS

Philip Gunn
Telma de Barros Correia

O URBANISMO, A MEDICINA E A BIOLOGIA NAS PALAVRAS E IMAGENS DA CIDADE

RESUMO

O urbanismo – que surge como disciplina no século 19, institucionalizada no início do século 20 – tem recorrido reiteradamente à biologia para explicitar suas análises e técnicas de ação. Nas representações da cidade tornou-se freqüente as analogias com corpos vivos, partes de corpos, doenças e anomalias. Nas palavras da cidade e do urbanismo, termos da biologia são freqüentemente empregados, surgindo tanto nas técnicas de análise e intervenção quanto para nomear partes e componentes da cidade. O texto discute esta correspondência que se instaura entre a cidade e o corpo, investigando as metáforas e as analogias formuladas entre a aglomeração urbana e os organismos vivos no uso de palavras da biologia e da medicina para designar a cidade e alguns de seus lugares. Por meio da fala de diferentes autores – urbanistas, médicos, etc. – no Brasil e em outros países – o trabalho assinala como estes vínculos percorrem os séculos 19 e 20. Discute o sentido da persistência e da força da imagem do corpo como modelo de ordem e de desordem urbana. Discute ainda impactos deste procedimento na compreensão da forma e do ambiente da cidade.

ABSTRACT

Urbanism, which emerged as a specific area of knowledge during the 19th century and which was institutionalised in the early 20th century, has frequently approached biology in order to define its means of analysis and techniques of intervention. Analogies based on living beings, parts of the body, illnesses and anomalies have often been used in representations of the city. In the vocabulary of urbanism and in discussions on the city biological terminology has infiltrated both analytical and projectural technique especially in the denomination of parts of cities and their components. The text to follow, discusses this correspondence between the city and the body and investigates the metaphors and the analogies drawn between urban agglomerations and living organisms in the terminology of biology and medicine as used to designate the city and some places within it. The paper uses the language of differing authors – urban engineers, architects, doctors etc. – both in Brazil and in other countries throughout the 19th and 20th centuries, to illustrate the discussion. The central theme in this discussion is the persistence and force of the image of the human body as a model for urban order and disorder and as a means of understanding city form.

Analogias médicas e biológicas no vocabulário e nas representações da cidade

A capacidade de modificar-se e expandir-se contínua e desmesuradamente converteu-se em um dos atributos básicos de algumas de nossas cidades. Interpretações variadas para tal fenômeno são veiculadas quando se enfoca algumas das conseqüências a ele reputadas. Assim, quando se trata de conseqüências julgadas positivas – como o aumento do número de indústrias, escolas, cinemas, telefones, televisores – fala-se em expansão, crescimento e progresso. Quando, ao contrário, aborda-se aspectos julgados negativos – como o aumento do desemprego, doenças e criminalidade – o fenômeno é geralmente definido em termos de um "inchamento" da cidade. O "inchamento" das grandes cidades brasileiras surge nas falas de intelectuais, políticos e jornalistas, como algo associado aos grandes problemas nacionais: os sem-terra, a violência urbana, a escassez de moradia, o desemprego, a fome e a violência urbana. À idéia de "inchamento" articula-se a de um crescimento problemático, cujas causas e conseqüências devem ser combatidas. No vocabulário referente aos organismos vivos, inchar diz respeito a um aumento de volume decorrente de uma dilatação e não de um crescimento "natural" ou harmonioso. Aplicado às cidades, indica uma transformação anômala, uma espécie de doença urbana.

"O Recife não cresceu – inchou", dizia Gilberto Freyre nos anos 50, inaugurando essa nova interpretação do fenômeno de crescimento de nossas metrópoles. Matéria no *Observador Econômico*, em 1959, desenvolvia esta noção, alegando que o Recife perdeu *"... aquele ar gostoso de província e tomou – sem poder, sem estar preparado, ares de grande cidade"* O desemprego, o número de vendedores ambulantes concentrado nas ruas centrais, as "roupas enxovalhadas e remendadas" das pessoas, os baixos salários – situação que "torna tão forte e temido, na capital pernambucana, o partido comunista" – são algumas das evidências apontadas na matéria do "despreparo da cidade" para crescer (Damata, 1959, p. 36). A concentração crescente de pobreza, a insatisfação e a revolta têm sido desde então o "sintoma" básico das cidades ditas "inchadas"

O uso corrente da palavra "inchar" em referência às metrópoles brasileiras atuais revela a permanência de um procedimento com raízes remotas nas representações e discursos sobre as cidades: o emprego de palavras da biologia e da medicina para nomear seus lugares e seus "problemas" O urbanismo tem recorrido à biologia para explicitar suas análises e técnicas de ação. Analogias entre a cidade e os organismos vivos marcam os procedimentos do urbanismo desde seu início e persistem até os dias de hoje. Nas representações da cidade tornou-se freqüente, desde o século passado, as analogias com corpos vivos, partes de corpos, doenças e anomalias. Nas palavras da cidade e do urbanismo,

termos da biologia são freqüentemente empregados, surgindo tanto nas técnicas de análise e intervenção quanto para nomear partes e componentes da cidade.

O texto a seguir discute esta correspondência que se instaura entre a cidade e o corpo, investigando as analogias formuladas entre a aglomeração urbana e os organismos vivos e o uso de palavras da biologia e da medicina para designar a cidade e alguns de seus lugares. Por meio da fala de diferentes autores – urbanistas, médicos, etc. – no Brasil e em outros países, assinala como estes vínculos percorrem os séculos 19 e 20. Discute o sentido da persistência e da força da imagem do corpo como modelo de ordem e desordem urbana e investiga impactos do uso de metáforas orgânicas no urbanismo, na compreensão da forma e do ambiente da cidade.

A MODERNIDADE E A IDÉIA DE CIDADE COMO ORGANISMO

As analogias entre formas arquitetônicas e o corpo humano são remotas. Especulações sobre antropometria, iniciadas no século 5º a.C., orientaram a teoria do belo no período clássico. Além de modelo de ordem e de funcionalidade, o corpo – se bem proporcionado – também é erigido em parâmetro de beleza para as formas arquitetônicas. Vitruvius justificava a necessidade de simetria e proporção nos templos, associando-as com a relação existente entre os membros de um corpo belo. Argumentava que tal como no corpo humano, a beleza está na proporção simétrica entre os membros; no edifício, a magnitude geral do conjunto depende de relações simétricas entre suas diversas partes (Vitruvius, 1960, p. 72-73).

A aplicação dos conceitos clássicos de antropometria orgânica na arquitetura foi retomada no renascimento. Em meados do século 15, em *De re aedificatoria*, Alberti aponta semelhanças entre o edifício e o corpo vivo, postulando uma arquitetura capaz de reproduzir algumas de suas qualidades: *"O edifício é como um organismo animal e para delineá-lo é necessário imitar a natureza."* Tal imitação busca, a partir de uma investigação da morfologia natural – como a análise métrica do corpo – extrair princípios gerais e aplicá-los à arquitetura, dotando-a artificialmente de unidade orgânica. Argumenta Alberti que da mesma forma como cada membro do corpo tem seu sentido funcional, a beleza do prédio não deve se esgotar em uma só parte, mas impregná-lo no todo; da mesma forma que no organismo animal cada membro está de acordo com os demais, no edifício cada parte deve estar de acordo com as outras. Dessa idéia de relação entre as partes e o todo, deduz-se uma noção de hierarquia e composição fundamentais em sua teoria arquitetônica: postulando que as partes fundamentais do edifício devem estar destinadas às suas funções essenciais, que o tamanho de cada parte do prédio deve ter uma proporção com as das demais e que os edifícios grandes devem ter os membros maiores (Portoghesi, 1985, p. 41-49). A noção do corpo

humano como parâmetro para a criação de formas arquitetônicas persistiu. No século 18, Boulée recomendava ao arquiteto *"estudar a teoria do volume e analisá-la, procurando compreender suas propriedades, os poderes que têm sobre nossos sentidos, suas similaridades com o organismo humano"* (Sennett, 1997, p. 243).

No renascimento as metáforas orgânicas no campo da arquitetura foram estendidas à cidade. Desde então, o corpo – sua estrutura, funcionamento e distúrbios – converteu-se em modelo de ordem ou desordem urbana. Francesco Di Giorgio Martini postulava que a cidade possui razão, a medida e a forma do corpo humano e *"... como o corpo possui todas as dimensões e membros com perfeita medida e circunferências, o mesmo devendo-se observar na cidade e em outros edifícios"* (D'agostino, 1995, p. 29). Leonardo da Vinci instaurava o procedimento – que haveria de se tornar bastante usual – de estabelecer analogias entre a circulação sangüínea e o movimento nas cidades. Alberti recorria à noção do *caráter* das cidades, esta também muitas vezes retomada posteriormente.

As descobertas de William Harvey acerca do sistema sangüíneo, difundidas na obra *De motu cordis*, de 1628, contribuíram para ampliar as analogias entre os ambientes construídos e os corpos. O movimento constante do sangue no corpo, nutrindo as células, contribui para conferir um sentido novo à mobilidade, que haveria de ter impactos profundos sobre diferentes práticas e áreas do saber. Em Emílio, publicado em 1762, Rousseau coloca a liberdade de movimento da criança, desde seu nascimento, como essencial ao seu crescimento para ser bela e saudável. Condena energicamente o hábito de envolver crianças pequenas em fraldas, faixas, testeiras e bandagens, as quais considera tolherem os movimentos, dificultando a circulação do sangue e dos humores e impedindo que cresçam fortes e bem-proporcionadas (Rousseau, 1995). A circulação se torna amplamente valorizada também na medicina. À essencial mobilidade do sangue, procura-se equiparar a necessidade de mobilidade do dinheiro, ao mesmo tempo em que se elege o mito da mobilidade social como uma das bases do pensamento liberal. Em *A riqueza das nações*, Adam Smith faz apologia à circulação de bens e dinheiro, mostrada como mais lucrativa que as propriedades imóveis. À imagem da circulação de bens e recursos nutrindo a economia, associa-se o uso de termos como "saúde econômica" "respiração das mercadorias" "exercício do capital" e "estimulação da energia do trabalho" (Sennett, 1997, p. 225).

A mobilidade no espaço urbano também é valorizada de forma crescente. A teoria miasmática, identificando o surgimento e a propagação de doenças em emanações pútridas, decorrentes de águas paradas e ambientes abafados, vai postular a circulação desimpedida de coisas, pessoas, líquidos e fluidos na cidade. É nesse contexto que, segundo Richard Sennett, as palavras artérias e veias entraram no vocabulário sobre a cidade no século 18, empregadas por homens que tomavam o sistema sangüíneo como modelo para uma organização do tráfego urbano (Sennett, 1997 p. 220).

A GRANDE CIDADE, UM CORPO DOENTE; O URBANISTA, SEU MÉDICO

A partir do século passado verificou-se uma grande ampliação do emprego de metáforas vinculadas à biologia nas representações e no vocabulário sobre a cidade. Este estreitamento dos vínculos entre biologia e cidade evidencia mais um dos avassaladores impactos causados pelas descobertas e debates travados no campo da biologia sobre as mentalidades no século 19. A ascensão das pesquisas e descobertas científicas no campo da biologia foi correlata à origem de novas disciplinas e áreas de especialização. A própria biologia surge no início do século 19 após se dissociar da zoologia, em um movimento que originaria, em seguida, áreas como a frenologia – estudo do cérebro. Neste contexto, o século 19 chegou a ser definido – sem exagero, parece-nos – como o "século da biologia"

Um campo importante de debate instaurou-se em torno da teoria da evolução das espécies, envolvendo após 1870 darwinistas do Club X – Thomas Henry Huxley, Herbert Spencer e outros. Foi especialmente significativa a discussão travada entre Huxley e o bispo Wilberforce sobre a descendência humana dos macacos (Ferreira, 1990, p. 68 e 81). A teoria da evolução das espécies não apenas se revelou capaz de resistir aos fortes ataques de que foi alvo – sobretudo por parte de religiosos – e difundir-se em uma velocidade surpreendente, como de influenciar os mais diversos ramos da ciência e do conhecimento. Uma conseqüência imediata do darwinismo foi o surgimento da ecologia e a eugenia (Gunn, 1997). As ciências sociais, por sua vez, viram-se profundamente marcadas por conceitos e procedimentos da biologia, como indica a grande difusão de visões evolucionistas da história.

O urbanismo, que surge como disciplina no século 19, não escapa a uma forte "contaminação" pela biologia. Termos relacionados à biologia e ao discurso médico são freqüentemente empregados para nomear partes e componentes da cidade e na designação de técnicas de análise e intervenção do urbanismo. Todo esse vocabulário vincula-se a uma concepção funcionalista e orgânica de cidade, na qual são centrais o conceito de evolução, a noção de articulação harmônica entre as diferentes partes de um todo e preocupações de ordem sanitária.

A ampliação do uso de analogias entre a cidade e os organismos vivos no século 19 traduz-se em três procedimentos básicos: no prosseguimento – porém de forma bem mais ampla – do uso de metáforas orgânicas na descrição da forma urbana; no emprego destas metáforas também para equiparar cidades com corpos doentes ou anômalos; e no estabelecimento de paralelos entre os métodos de análise e intervenção do médico e do urbanista.

O uso de metáforas orgânicas na descrição da forma urbana no século 19 foi ampliado, difundido e enriquecido, não apenas inspirando procedimentos

compositivos e subsidiando leituras da cidade, como tornando o vocabulário do urbanismo repleto de palavras da medicina e da biologia. No repertório dos urbanistas firmaram-se termos como *sistemas de circulação* para designar o conjunto das ruas, *funções* urbanas para indicar as atividades julgadas básicas que têm lugar na cidade, tratada como um *organismo* único cujo bom desempenho depende do perfeito funcionamento das diferentes partes – *artérias, células, órgãos* e *sistemas* – e da perfeita articulação entre elas.

As metáforas biológicas foram empregadas especialmente no discurso técnico sobre a cidade. Entre as sugestões feitas por Vieira Souto para os melhoramentos do Rio de Janeiro, na década de 1870, consta a abertura de duas avenidas, justificadas como "verdadeiros pulmões facultados" à cidade (Souto, 1875, p. 35). Um exemplo da relevância do repertório biológico no urbanismo do início do século 20, pode ser localizado na fala do engenheiro Frederico Liberalli, no Congresso de Engenharia e Indústria, realizado no Rio de Janeiro em 1900:

"Está no conhecimento geral que as ruas e praças de uma povoação tem funcções semelhantes ás arterias e pulmões do corpo humano: são canaes de circulação e orgãos da respiração. O corpo humano, essa maravilha de engenho e estructura do Supremo Architecto do Universo, do creador de todas as cousas visiveis e invisiveis, obedece ás relações destas duas funcções necessárias á vida, inherentes á existencia – mover-se e respirar. E pequeno como se nasce e, se, perfeito, com todos os elementos para crescer e prosperar, assim devem as povoações desde a sua formação, desde os primeiros gritos annunciadores de sua existencia, obedecer á direcção dos engenheiros, que são, na execução das obras materiaes, os architectos, os creadores de um outro organismo que tambem é dotado de nervos, de vasos, de esophago, de visceras, de conductores diversos, como sejam os cabos subterraneos electricos, as canalisações, para aguas pluviaes, esgotos, gaz, as pneumaticas e de ar comprimido e mais producções do engenho humano, concernentes ao organismo de uma cidade moderna e civilisada." (Liberalli, 1900, 113).

Acima, a metáfora entre o corpo humano e a cidade é mobilizada para justificar a ênfase do urbanismo nas questões de transporte e higiene. Tal ênfase se revela coerente com a mobilidade de fluxos (de matérias-primas, mercadorias, mão-de-obra, etc.), acentuada pela industrialização e com as estratégias de controle social fundamentadas em práticas de higiene intimamente relacionadas com normas morais. A metáfora presta-se ainda para uma pouco modesta comparação entre a ação do criador do mundo natural e a dos únicos seres julgados habilitados para conformar o organismo de cidades modernas e civilizadas, isto é, entre Deus e os engenheiros.

Poucos anos depois outro engenheiro, Everardo Backheuser, procurando assinalar a importância do papel das canalizações de água e esgotos nas cidades, estabelecia uma correspondência entre tais sistemas e os sistemas arterial e

venoso de circulação nos animais: *"É preciso trazer aos tecidos, isto é, á casa, sangue novo, vermelho, oxygenado, isto é, agua, e afastar o sangue impuro, que são os dejectos"* (Backheuser, 1906, p. 37-38).

No trabalho intitulado *Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações,* publicado em 1917. o engenheiro Victor da Silva Freire – então professor da Escola Politécnica e diretor de Obras e Viação do Município de São Paulo – utiliza-se de várias metáforas médicas: refere-se a "artérias" urbanas; discute a "physiologia da capital paulista"; faz referência ao "coração da cidade" (Freire, 1917).

Na Europa torna-se igualmente freqüente o uso de noções e palavras da biologia no urbanismo. Nada parece mais ilustrativo nesse sentido que o livro, sugestivamente denominado *Cidades em evolução* – publicado em 1915 – do sociólogo, botânico, zoólogo e urbanista Patrick Geddes. Nas suas formulações sobre planejamento são centrais conceitos como "o espírito" e o "caráter" das cidades, nas quais identifica também raças. Segundo Geddes, *"como ser vivo que é, a cidade reage em relação ao seu meio ambiente"* assumindo caráter e aspectos diferentes em cada era. "Polvo" "esqueleto de pedra" "imensa e envolvente ameba" são algumas das imagens sugeridas ao autor por Londres, com seu crescimento irregular e implacável. Descrevendo esta nova realidade urbana, enfatizava, por outro lado, as novas linhas de unificação dos seus diferentes territórios, equiparando as estradas de ferro a "artérias pulsantes" e os fios telegráficos a "nervos" Ampliando suas análises para outras cidades, as metáforas biológicas prosseguem. Os "grandes espaços abertos" são definidos como "inigualáveis pulmões de vida"; o fenômeno da conurbação é mostrado enquanto um processo de crescimento urbano que "tende a engolir todas as diferenças" entre cidades, inclusive entre aquelas de "natureza e raça" distintas (Geddes, 1994).

As analogias entre a cidade e o corpo humano também surgem exemplarmente nas falas de vários dos conferencistas presentes na Exposition de la Cité Reconstituée, realizada em Paris, em 1916. O arquiteto Marcel Auburtin emprega o termo "grandes artérias" para nomear as vias de maior fluxo ou dimensão da cidade, comparando-as aos vasos que conduzem o sangue do coração às diversas partes do corpo (Auburtin, 1917, p. 275). Na conferência de abertura dessa exposição, Louis Bonnier – inspetor geral dos Serviços Técnicos de Arquitetura e Estética da Prefeitura do Sena – explicitava exemplarmente todo este viés de elaboração imagética e teórica da cidade ao definir o urbanismo como *"... a biologia das aglomerações humanas"* (Bonnier, 1917. p. 224). Sublinhando semelhanças entre o papel do médico e o do urbanista, retratava cada aglomeração como um "organismo particular" sobre o qual caberia ao urbanismo investigar "*a hereditariedade, as taras, o temperamento, a maneira de viver, os desejos e o desenvolvimento futuro*" (Bonnier, 1917. p. 224).

No início de seu curso no Collège Libre des Sciences Sociales, como recurso para facilitar a transmissão aos alunos de sua noção de cidade e urbanismo, Alfred Agache estabelecia sucessivos paralelos entre a cidade e o corpo humano, identificando no organismo urbano *"órgãos e funções de alimentação, circulação, digestão, respiração, sistema nervoso, etc."* (Agache, 1917, p. 239). Porém, é no artigo "La Remodelation d'une Capitale" publicado em 1932 pela *Revista Polytechnica*, que Agache parece ter ido mais longe nas analogias entre a cidade e o organismo humano. Nele a cidade é definida como uma *"entidade coletiva que possui um organismo e funções"* que, como o corpo humano, deve atender a um conjunto de regras que condicionam a saúde. Considera que tal como os seres humanos, as cidades se desenvolvem, definham ou morrem; têm igualmente um sistema circulatório – avenidas e ruas – que conduzem a substância necessária à vida a todos os pontos do corpo urbano. Ao coração da cidade convergem as grandes correntes de circulação. Como as células do corpo humano que se oxigenam em contato com o sistema arterial, as moradias recebem ar e luz em contato com as artérias e vias urbanas. Os grandes mercados de alimentos são equiparados ao estômago das cidades; os esgotos ao seu aparelho digestivo; os espaços livres ao seu pulmão; as redes de eletricidade a seu sistema muscular; as linhas de telefone e telégrafo ligando as casas – as células do corpo urbano – às estações centrais, a seu sistema nervoso (Agache, 1932, p. 313-314).

Em obra publicada em 1924, o arquivista e historiador francês Marcel Poëte descreve Paris como um "ser vivo" em constante evolução, incorpora a noção de "evolução urbana" e postula a introdução da noção de "ciclo vital" no estudo das aglomerações urbanas (Poëte, 1992, p. 185-187). Em artigo escrito em 1939 Gaston Bardet defendia que *"um plano de cidade deve assemelhar-se a uma unidade biológica"* e discorria sobre as questões de tráfego envolvidas, valendo-se de expressões como "ossatura das cidades" "descongestionar pontos nevrálgicos" ramificações viárias "em forma de pé de ganso" encruzilhadas em "núcleos em forma de rins" saídas de cidades em forma de "feixes de músculos" (Bardet, 1940, p. 272-273).

Metáforas orgânicas também foram incorporadas pela construção civil, na descrição das condições estruturais dos prédios, formulando-se uma "teoria do tecido elástico" uma "equação da membrana elástica" falando-se em "patologias das construções" em "lesões" em obras de alvenaria, e em "fraturas" no concreto armado.

Desde o século 19, entretanto, as analogias orgânicas aplicadas à cidade nem sempre se referem a organismos nos quais cada órgão desempenha plenamente sua função: remetem também a corpos doentes ou anômalos. As representações negativas da grande cidade – vista como ambiente perigoso do ponto de vista sanitário, social, moral e político – que se difundem no século 19, vão recorrer com freqüência a analogias médicas para definir os problemas

atribuídos à cidade – suas "doenças" e "taras" – e explicitar como devem ser investigados – "diagnosticados" –, prevenidos e equacionados – os "remédios" e "cirurgias"

Os problemas no funcionamento deste organismo urbano são localizados pelos sintomas que revelam patologias e tendências degenerativas, para as quais se buscam remédios. A congestão das ruas e casas, o crescimento e transformação rápidos, incontroláveis e desordenados, uma tendência à degeneração física e moral de seus habitantes, são algumas das patologias atribuídas à grande cidade. Posteriormente, nos procedimentos e técnicas do planejamento urbano no século 20 incorpora-se o termo "diagnóstico" em uma análise da situação existente, capaz de fundamentar e justificar propostas de intervenção.

As analogias com seres vivos – expressando anomalias orgânicas ou processos degenerativos irrefreáveis – mobilizadas para retratar a grande cidade no século 19, cujo crescimento inusitado e as profundas transformações despertaram atitudes de prevenção, não se restringiram ao campo do urbanismo. Uma vasta literatura mostra as grandes cidades como entes desconhecidos e assustadores, portadores de ameaças à vida e às instituições, devido às grandes epidemias que as assolavam e às massas inquietas de miseráveis nelas concentradas. Suas dimensões incomensuráveis sugeriam algumas vezes a imagem de um monstro, como em Balzac que, entretanto, fala em um "monstro sedutor" revelando simultaneamente seu entusiasmo e sua desconfiança diante de Paris. O alastramento ininterrupto das grandes cidades suscitou em alguns a idéia de um tumor, imagem que também surge em Balzac: "o *grande cancro enfumaçado que se deita às margens do Sena*" é outra das representações de Paris que emerge na sua obra. As partes deterioradas – ruas sujas ladeadas por casas arruinadas – foram insistentemente tratadas como "chagas" da cidade. Também, neste caso, a referência surge no romancista francês. Em *Esplendores e misérias das cortesãs*, de 1838, Balzac assinala o contraste entre os pontos luminosos da cidade *"onde se acotovela uma multidão incessante, onde luzem as obras-primas da indústria, da moda e das artes" e* o labirinto de vielas "estreitas, sombrias e lamacentas" do seu entorno, as quais define como uma "chaga das capitais" (Balzac, 1989, p. 42-44).

Na fala técnica multiplicam-se as referências a males urbanos. Patrick Geddes, em 1915, apontava doenças e anomalias orgânicas na cidade moderna. Os aglomerados dispersos em torno de Londres lhes sugeria a imagem de "pólipos vivos" Entre os males que atribuía ao "grande corpo social multirradiado" que via em Londres, consta "enquistamentos, congestões, e mesmo paralisias" Geddes faz referências a noções como "terapêutica urbana" e "terapia" de cidades, enquanto a tarefa de levantamento histórico que recomenda para Londres é definida em termos de uma espécie de "embriologia" (Geddes, 1994, p. 43-45).

No Brasil, no amplo repertório utilizado para deplorar as condições da moradia do pobre urbano no século passado e início do atual, situava-se a descrição dessas casas como as "chagas" da nossa paisagem urbana. Em 1917 o engenheiro Victor da Silva Freire menciona *"casas onde o cadastro sanitário aponta uma tara"*; simultaneamente fala em "'remédios' para problemas urbanos" (Freire, 1917).

A identificação de "doenças" na cidade fundamentou comparações entre procedimentos de urbanistas e médicos, mobilizadas tanto para apontar intervenções julgadas corretas quanto as vistas como inadequadas. Em 1875, criticando as propostas formuladas por comissão encarregada de propor melhoramentos para a cidade do Rio de Janeiro, o engenheiro Vieira Souto equiparava os procedimentos da comissão aos de um médico descuidado:

"Semelhante ao medico que receita por informações e sem exame detido do doente e das causas da molestia, a commissão aconselha as providencias a tomar, sem indagar as circunstancias que influirão para a obstrucção do canal. A therapeutica antes da pathologia! Este singular systema de projectar melhoramentos nos sorprende tanto mais, quando é certo que do inquerito sobre as causas de obstrucção do canal muita luz poderia provir para a indicação do remedio mais applicado ao mal." (Souto, 1875, p. 14-15)

Este paralelo entre a ação de médicos e urbanistas, nos procedimentos de diagnóstico-investigação e tratamento-intervenção, foi um tema constante entre os formuladores de técnicas de planejamento urbano. Tal paralelo se inseria numa defesa do planejamento centrada em crítica ao improviso. Como o médico, o urbanista devia ser capaz de relacionar o conjunto dos sintomas e sinais a um determinado mal; identificado o problema, caberia lançar mão de seus conhecimentos técnicos para equacioná-lo. Nesse sentido, Patrick Geddes recomendava que *"para aliviar os males da cidade, o diagnóstico deve preceder o tratamento"* (Geddes, 1994, p. 137) e acrescentava:

"... o estudante de medicina deve ir à cabeceira do doente e também à sala de anatomia e estudar, antes que realmente entenda o funcionamento da estrutura do corpo humano. O mesmo ocorre com o estudante das cidades: deve trabalhar na sua cidade e para a sua cidade, mesmo que seja só para investigá-la mais claramente. Sempre, na medicina e na saúde pública, o diagnóstico precede o tratamento, e não como vem sendo feito aqui e ali pelo "homem prático" que adota uma verdadeira panacéia de tratamento, antes de qualquer diagnóstico válido. Assim acontece com as cidades as panacéias rivais dos partidos políticos, há muito tempo, retardam os levantamentos e diagnósticos do sociólogo urbano" (Geddes, 1994, p. 122).

Em palestra realizada em 1917. o arquiteto e professor de urbanismo Alfred Agache discutia os contornos que iam assumindo as cidades, prevendo uma crise iminente, defendendo a necessidade de "prevenir os sintomas" e "fiscalizar os

efeitos" e advertindo que apenas um especialista prevenido seria capaz de realizar o "diagnóstico" de um estado urbano maligno (Agache, 1917 p. 238-239). Posteriormente, Agache haveria de referir-se a patologias e terapêuticas urbanas:

"A saúde, o desenvolvimento, a existência dos corpos urbanos são regidos pelas mesmas leis que as do corpo humano. Como um ser vivo, a aglomeração urbana está exposta a mal estar, doenças e crises." (Agache, 1932, p. 314)

Agache entendia que, como nos seres humanos, os órgãos da cidade devem responder às suas funções e o crescimento deve ser harmonioso. Desenvolvendo-se de forma súbita, as cidades estariam sujeitas a crises de crescimento, as quais, como no caso dos indivíduos, exigiriam intervenções enérgicas. Buscando uma apropriação pelo urbanismo da legitimidade que a medicina tinha conquistado, equipara o urbanista ao clínico. Ao urbanista caberia fazer diagnósticos precisos, aplicar os remédios e indicar o regime a ser seguido (Agache, 1932, p. 316). Cabe-lhe descobrir as "taras" de uma cidade e indicar os meios de saná-las:

"O organismo urbano, tal como o organismo humano, deve ser vigiado, mantido, reparado. Uma cidade deve normalmente preencher suas funções. A circulação deve ser fácil e, como o corpo humano, a cidade deve eliminar seus dejetos sob pena de intoxicação. Enfim, a cidade deve igualmente respirar, isto é, ter espaços livres e avenidas bem arejadas. Mas não é suficiente que um corpo seja bem construído, que sua circulação seja boa, sua respiração fácil e sua digestão normal; é necessário ainda que sua plástica seja harmoniosa." (Agache, 1932, p. 316)

Portanto, na imagem do corpo urbano perfeito convergem requisitos de saúde, estéticos e morais. Da mesma forma que as doenças, crescimento desarmonioso e feiúra, a cidade, segundo Agache, estaria sujeita a taras.

Referências ao caráter das cidades ocorrem não apenas na literatura especializada. Em artigo denominado "A função social da casa" publicado em 1940, no qual critica alguns dos rumos tomados pelas transformações das metrópoles brasileiras, Carlos Maul advertia:

"*O tema não se presta sòmente a devaneios e recordações, porque a êle se prende um fenômeno das nossas grandes cidades cuja fisionomia vai perdendo o caráter, para confundir-se com o de todas as metrópolis, e deturpando mesmo as próprias linhas da paizagem brasileira.* (Maul, 1940, p. 84)

Em artigo publicado em 1943 pela revista do IDORT, Cristovam Dantas se utiliza de metáforas biológicas ao identificar dois tipos de cidade na América Latina: "cidades-polipeiro" (reunião de tumores) e "cidades-tentaculares" (Dantas, 1943, p. 263). Entretanto, são os autores que tratam de questões referentes a tráfego os que recorrem com mais freqüência às palavras e imagens da biologia. Palavras como circulação, artérias, congestão, juntam-se a conceitos como "esclerose do sistema arterial" utilizado pelo engenheiro Jerônymo Cavalcanti, analisando o caso do Rio de Janeiro em 1939 (Cavalcanti, 1939, p. 445).

As metáforas entre a cidade e o corpo, a fisiologia e a personalidade dos indivíduos revelavam-se particularmente poderosas e úteis em um momento em que o urbanismo colocava como questões centrais a higiene e a circulação. A idéia da saúde e do movimento como essenciais à vida humana é mobilizada para justificar o saneamento e a circulação como fundamentais à existência das cidades. Por outro lado, as analogias entre a cidade e o corpo encontravam respaldo, inclusive, na idéia que do bom funcionamento de um dependia o bom funcionamento do outro. A sujeira das ruas e casas revelava a falta de higiene do habitante da cidade – sobretudo do pobre – com conseqüências julgadas graves sobre sua saúde, sua produtividade, seu estado moral, sobre os gastos públicos com hospitais e segurança e sobre os rendimentos das empresas. Operando-se um clássico deslizamento da saúde à moral, a falta de higiene e de saúde também eram associadas a desregramentos e a comportamentos desviantes. O saneamento da cidade e das moradias era entendido como essencial à difusão de novos hábitos de higiene pessoal. Portanto, tratava-se de uma empresa única de salubridade que percorria o meio urbano e os indivíduos. A saúde e a circulação se articulavam como questões básicas na problematização da cidade, como pontos cruciais ao bom funcionamento do "organismo urbano" e dos organismos de seus habitantes.

Urbanismo funcionalista. a metáfora do corpo e a da máquina

Os vínculos entre o urbanismo e os procedimentos e as palavras da biologia e da medicina persistiram no urbanismo das "vanguardas modernas", no qual, entretanto, a analogia entre a cidade e os organismos vivos vai conviver com outra analogia importante, aquela com a fábrica moderna e as máquinas.

A concepção de cidade do "urbanismo funcionalista" revela grandes continuidades com o urbanismo do século 19: seja pela ênfase que confere à circulação e à higiene; seja na radicalização das tendências de reforma da cidade e da moradia, baseada na funcionalização e descongestionamento do espaço; seja no discurso, em que as palavras e metáforas da biologia e da medicina persistem. Sob o último aspecto verifica-se uma continuidade com o século 19, tanto no amplo uso de metáforas orgânicas na descrição da forma urbana quanto no emprego destas metáforas também para traçar paralelos entre cidades e corpos doentes ou anômalos e, ainda, na eventual equiparação dos métodos de análise e intervenção do urbanista aos do médico.

No modelo de ordem urbana eleito por Le Corbusier, uma das imagens recorrentes é aquela do organismo humano, tão cara aos homens do século 19. Evidências nesse sentido se multiplicam em sua obra. Nos "conceitos e

princípios" no anexo do livro *Urbanismo*, de 1923, Le Corbusier inclui alguns elementos do corpo nos quais identifica analogias relevantes para a nova disciplina do urbanismo. Foram lembradas as células, os órgãos do corpo humano com seu encadeamento lógico, os princípios de evolução biológica, etc. Criticando as grandes cidades da época, escrevia: *"As capitais não têm artérias, têm apenas vasos capilares; o crescimento marca-lhes a doença e a morte. Para sobreviverem, sua existência está há muito tempo nas mãos de cirurgiões que retalham sem cessar"* (Le Corbusier, 1992, p. 7). Em publicação posterior, de 1951, *The modular*, Le Corbusier centra sua preocupação no desenho das escalas e medidas antropométricas de uma ciência emergente, a ergonomia, apresentando sua proposta de escalas antrópicas azul e vermelha (Le Corbusier, 1965, p. 5). Na *Carta de Atenas*, produzida após o IV Congresso do CIAM, em 1933, há várias referências a termos e procedimentos da biologia e do discurso médico. Fala-se em "condições vitais" da aglomeração, no "espírito" na "alma" na "fisionomia" e na "personalidade própria" das cidades. Entende-se as superfícies livres como "autênticos pulmões da cidade" A moradia é definida como "célula essencial do tecido urbano" e considerada o "núcleo" inicial do urbanismo:

"Se a célula é o elemento biológico primordial, a casa, quer dizer, o abrigo de uma família, constitui a célula social. A construção dessa casa, há mais de um século submetida aos jogos brutais da especulação, deve tornar-se uma empresa humana. A casa é o núcleo inicial do urbanismo. Ela protege o crescimento do homem, abriga as alegrias e as dores de sua vida cotidiana" (Le Corbusier, 1993).

O plano geral de cidade, entendido por Le Corbusier como indispensável ao "crescimento harmonioso" da cidade, foi definido nos seguintes termos:

"... uma verdadeira criação biológica, compreendendo órgãos claramente definidos, capazes de desempenhar com perfeição suas funções essenciais. Os recursos do solo serão analisados e as limitações às quais ele obriga reconhecidas, a ambiência geral estudada e os valores naturais hierarquizados. Os grandes leitos de circulação serão confirmados e instalados no lugar adequado, e a natureza de seu equipamento fixada segundo o uso para o qual eles serão destinados. Uma curva de crescimento exprimirá o futuro econômico previsto para a cidade. Regras invioláveis assegurarão aos habitantes o bem-estar da moradia, a facilidade do trabalho, o emprego feliz das horas livres. A alma das cidades será animada pela clareza do plano" (Le Corbusier, 1993).

Dando prosseguimento à avaliação freqüente durante o século 19, a *Carta de Atenas* identifica sinais de um organismo doente nas grandes cidades: fala em "artérias congestionadas"; atribui "taras" às cidades; argumenta que o subúrbio está "doente"; menciona "setores urbanos congestionados" e "habitações podres" Assinala como o "crescimento da cidade devora progressivamente as superfícies verdes limítrofes" provocando doenças e a decadência dos habitantes à medida

que "enfraquece seu corpo e arruína sua sensibilidade" Denuncia o "estrangulamento dos pátios" Define os subúrbios como "descendentes degenerados dos arrabaldes" (Le Corbusier, 1993).

No modelo de ordem urbana eleito por Le Corbusier a imagem do organismo animal convive com a da máquina: ora a cidade é retratada como um organismo com órgãos exercendo funções; ora como uma fábrica com máquinas executando tarefas específicas. Analogias entre a cidade e a máquina – formuladas desde o século 16 – são retomadas na definição dos contornos do modelo de cidade eleito. A metáfora da máquina é mobilizada por Le Corbusier, equiparando a cidade à fábrica – a casa a uma "máquina de morar" e a rua a uma "máquina de circular" (Le Corbusier, 1992, p. 124). O modelo fabril é recuperado em um projeto que pensa transpor para o ambiente urbano a aceleração que o maquinário moderno imprimiu ao mundo da produção. A visão maquinista de cidade se reforça depois da Segunda Guerra, com a difusão da Teoria dos Sistemas, resultando nos conceitos e no vocabulário sobre a cidade, em um emprego crescente de abstrações mecânicas, geométricas e eletrodinâmicas, com a difusão de palavras como "estrutura" (infra-estrutura, etc.), "elemento" "unidade" "conjunto" "eixo" "ponto" "pólo" "centro" "periferia" "setor" "área"

Entre os membros da geração de Le Corbusier as analogias entre a cidade e os organismos vivos foram insistentemente retomadas. Defendendo as habitações coletivas altas – pela possibilidade de redução das distâncias e de criação de serviços coletivos – Gropius as definia como *"um verdadeiro organismo habitacional biologicamente condicionado por nosso tempo"* (Gropius, 1977 p. 164). Em *A arquitetura da grande cidade*, publicado em 1927 Ludwig Hilberseimer critica as grandes cidades da época, investiga algumas iniciativas que estavam sendo elaboradas e aponta algumas intervenções que julga apropriadas. No seu discurso sobre a cidade, a palavra "organismo" surge como um conceito central, dotado de uma conotação bastante positiva: toda a intervenção que recomenda é sintetizada na transformação das grandes cidades em "organismos" Palavras como "organismos em funcionamento" "organismo razoável" "organismo eficiente" "relação orgânica" e "unidade orgânica", sucedem-se nos seus escritos, sempre referidas a formas e situações vistas como desejáveis. O principal problema da cidade está no fato de "não ser orgânica" enquanto se sugere "passar de um imagem caótica para uma imagem orgânica" Ao criticar o padrão de moradias barata que estava se difundindo na década de 20, defende que estas sejam convertidas em um "organismo perfeito" unindo mais comodidade com menores custos. Enfatizando a importância da questão do transporte na organização da cidade moderna, define as vias como "as artérias de todo o organismo" Assinalando a necessária articulação projetual entre a casa e a cidade, escreve: *"a arquitetura da grande cidade depende fundamentalmente da resolução de dois fatores: a célula elementar e o organismo urbano em seu*

conjunto" Citando obra de Martin Mächer, de 1922, Hilberseimer equipara o papel das capitais na nação, ao do cérebro no corpo humano (Hilberseimer, 1979).

Em 1939, na Conferência An Organic Architecture, the Architecture of Democracy, Frank Lloyd Wright defendia uma intervenção profunda no espaço de Londres, estabelecendo uma comparação entre esta cidade e uma velha senhora:

"Londres está velha, por que negá-lo? O que faríeis a uma mulher velha, sem qualquer salvação possível? Deveria ser este, humanamente, o vosso método de comportamento: procurar fazer que se sentisse melhor e aliviar os seus males, não é verdade? Se depois morresse, provavelmente não a conservaríeis numa urna de vidro. Na minha opinião, no que toca a Londres, deveríeis agir do mesmo modo: melhorias, mitigações, respeito e homenagem, e por fim, e muito rapidamente, conservar o melhor dela como monumento, num grande parque verde" (Tafuri, 1988, p. 78).

A concepção de organismo também se estendia à arquitetura, na visão de arquitetos e historiadores ligados ao movimento moderno. Em 1941, Giedion escrevia:

"Uma arquitetura pode ser iniciada por todos os tipos de condições externas, mas uma vez que surge ela constitui um organismo em si, com seu próprio caráter e vida. Seu valor não pode ser constatado em termos sociológicos ou econômicos pelos quais explicamos sua origem, e sua influência pode continuar depois que seu ambiente original tiver sido alterado ou desaparecido." (Giedion, 1995, p. 20)

Buscando descrever e enfatizar as inovações introduzidas pela arquitetura moderna, seus adeptos recorreram com freqüência às imagens e palavras da biologia em referências médicas. No Brasil dos anos 20, Gregori Warchavchick se referia à estrutura como o esqueleto do edifício, o qual definia como *... um organismo cuja fachada é sua cara..."* (Warchavchick, 1925). Em 1938, o engenheiro arquiteto Henrique Mindlin incluía entre os "princípios da casa moderna" a idéia de que esta deveria *"ser considerada como um conjunto orgânico de vários elementos (edificação, jardim, mobiliário) que se integram a fim de se corresponder harmoniosamente às condições de vida dos moradores, formando um todo indissolúvel"* (Mindlin, 1938, p. 39). Descrevendo os prédios residenciais do anteprojeto para a futura capital do Brasil, que formulou nos anos 30, a engenheira Carmen Portinho se referia à estrutura enquanto "ossatura independente" e às paredes divisórias como "membranas separadoras" O interior dos apartamentos, por sua vez, é definido como uma "célula insonorisada, impermeável ao barulho" (Portinho, 1939, p. 291-292). As palavras da biologia também surgem em leituras da arquitetura do passado, como em Lúcio Costa, que identificou entre as qualidades da arquitetura popular portuguesa, transposta para o Brasil durante o período colonial, a "justeza de proporções" "ausência de

make-up" e pureza da forma, as quais resumia no que definia como "uma saúde plástica perfeita"

A persistência do discurso biológico da cidade

Do pós-guerra ao momento atual assistimos a uma ampla superposição de linguagens e imagens: o uso de metáforas orgânicas na descrição da forma urbana persiste e se renova, mas convive com as analogias mecânicas, matemáticas e eletrodinâmicas. No VIII Congresso do CIAM, realizado em 1951, em Hoddeston, Inglaterra, o tema eleito foi "O coração da cidade" Nele foi enfatizado o papel do centro cívico representativo da cidade, lugar privilegiado para o desenvolvimento de atividades e intercâmbios culturais e comerciais, cuja função impulsionadora da vida urbana é equiparada à exercida pelo coração sobre a vida animal.

No Brasil, o discurso do engenheiro Antônio Baltar sobre o Recife, nas décadas de 40 e 50, está repleto de analogias biológicas: menciona-se suas células da habitação e vias capilares, coloca-se a urgência de medidas a imprimir organicidade (Baltar, 1946, 1951, 1952). Em 1945, o engenheiro Ulysses Rodrigues Helmeister sugeria a criação de conjuntos residenciais autônomos em áreas periféricas, configurando o que denominou de "cidades celulares" (Helmeister, 1945, p. 20). Na década de 40 as analogias biológicas da cidade pareciam haver alcançado seu auge. Um indício neste sentido pode ser, por exemplo, a menção a estas analogias como ponto passivo em artigo publicado em 1943, de autoria do arquiteto Hermínio de Andrade e Silva, tratando das medidas de defesa das cidades perante ataques aéreos:

"Além da proteção que requerem as instalações elétricas, de água, esgotos, gás, luz e outras de utilidade pública, importantíssimas para a vida das cidades, como artérias que são de seu organismo vivo, a edificação, morada e lugar de trabalho do homem, como célula máter desse organismo, merece, por isso maior consideração e mais dedicado estudo..." (Andrade e Silva, 1943, p. 17).

Durante a Jornada da Habitação Econômica, promovida pelo IDORT em São Paulo, em 1942, as metáforas biológicas ressurgem. Roberto Simonsen, na conferência inaugural do evento, define a casa moderna como *"uma verdadeira instituição biológica"*, tais os atributos de higiene e conforto que lhes são inerentes (Simonsen, 1942, p. 25). O engenheiro Léo Morais, sublinhando vantagens que atribui ao modelo "cidade-jardim" postulava que *"a cidade como todo organismo vivo deve ter um crescimento limitado"* (Morais, 1942, p. 113).

A força da linguagem biológica no urbanismo e na arquitetura pode ser evidenciada em títulos de obras publicadas entre os anos 50 e 70: *O coração da cidade: Por uma vida mais humana de comunidade,* de Ernesto, Rogers e outros

(1955); *O coração de nossas cidades: A crise urbana; diagnóstico e cura,* de Victor Gruen (1964); *O metabolismo das cidades,* de Abel Wolman (1965); *Vida e morte das grandes cidades,* de Jane Jacobs (1967); *Patologia da construção,* de Friedrich Eichler (1973); *Urbanização celular,* de José Geraldo Camargo (1977); *Anatomia da arquitetura,* de George Mansell (1979).

Nos anos 60, o engenheiro Colin Buchanan reconceituava as células urbanas em termos de áreas ambientais, em trabalho no qual propunha como princípio de desenho nunca deixar uma "área ambiental" aberta ao tráfego "de passagem": "*Se este conceito é seguido o resultado é uma cidade inteira adotando uma estrutura celular de áreas ambientais localizadas em rede entrelaçada de rodovias de distribuição*" (Buchanan, 1964, p. 59-65).

Nos anos 70, o urbanista português Marques Barata se revelou um defensor do modelo biológico como um dos recursos possíveis para dar conta da realidade complexa da cidade em livro, no qual se sucedem menções a "sistemas e aparelhos do corpo citadino" ao "tecido urbano". ao "metabolismo urbano" a cidades doentes, à "hipertrofia dos centros metropolitanos" ao "estado de decomposição de corpos urbanos" (Martins Barata, 1977).

Também no Brasil teve continuidade entre urbanistas o procedimento de equiparar algumas características das cidades a doenças e às intervenções recomendadas, em cirurgias. Em 1949, Eduardo Duvivier definia o crescimento das capitais dos estados – concentrando órgãos públicos, indústrias e negócios – em termos de uma "hipertrofia das cidades" (Duvivier, 1949, p. 47). O engenheiro Antônio Baltar – como Marques Barata com vínculos ao grupo "Economia e Humanismo" –, referindo-se ao Recife nas décadas de 40 e 50, fala da necessidade de "cirurgias urbanas" de "reorganizar o tecido urbano" de "abrir artérias" critica o "enquistamento" da cidade e sua "congestão" (Baltar, 1946, 1951, p. 1952). Em 1947. defendendo a necessidade de zoneamento das cidades, o engenheiro Armando de Godoy Filho escrevia:

"Uma explicação muito simples e clara da questão do zoneamento, podemos encontrar, buscando a analogia com o nosso organismo, onde a natureza, sabiamente, dispôs os órgãos com ótimo critério econômico de proximidade, tendo em vista as relações de atividades de cada um deles. Assim, por exemplo, o fígado, pâncreas, intestinos etc., estão próximos do estômago e não nos pés ou na cabeça. Da mesma forma, no caso das cidades, o bairro proletário deve estar contíguo ou tanto quanto possível próximo do bairro industrial. E, por exemplo, em situação contígua ao bairro residencial mais rico da cidade, deve haver algum destinado especialmente às residências do pessoal, de recursos mais modestos, que presta serviços aos moradores do outro, como sejam: lavadeiras, cozinheiras, motoristas, bombeiros etc." (Godoy Filho, 1947 p. 119)

Em 1958, uma atitude pessimista sobre as grandes cidades na América do Norte delineia-se nos editores da revista *Fortune*. Em um ensaio escrito por

Francis Bello, a causa do pessimismo é apontada no automóvel, descrito em uma linguagem biológica como um "monstro" que estaria "enforcando" a cidade. Mas neste caso, o otimismo recupera terreno ao concluir-se que *"deve ser possível ainda desenvolver uma metrópole do automóvel que tem um coração..."* (Bello, 1958, p. 32, 56, 58).

Além da sociologia e da engenharia de tráfego, a geografia urbana foi outra disciplina que apelou com freqüência para a terminologia e os procedimentos da biologia. Em 1964, Pierre George escrevia que o desenvolvimento urbano envolve tanto a adaptação de uma herança de outros períodos "de vida urbana" como *"a organização de novos espaços urbanos e sua integração num complexo vivo"* Entendia não ser possível discutir as "monstruosidades urbanas" sem investigar se estas são uma conseqüência inevitável de certas formas de "organização e evolução" Se as causas das monstruosidades não são plenamente conhecidas, suas faces, para o autor, são inequívocas: *"O gigantismo de certas aglomerações aparece como a tara maior do urbanismo"* (George, 1964, p. 279).

Atualmente, o uso da palavra "artéria" em relação às vias urbanas de tráfego intenso tornou-se corriqueiro, e a imagem dos parques, como pulmões, um lugar comum. Continua-se a falar em congestão e circulação. Na arquitetura se recorre a palavras como "membrana" "pele" "esqueleto" e "ossatura" No Brasil, nas últimas décadas, as analogias entre cidades e organismos renovaram-se em novas imagens e conceitos: nas representações negativas o crescimento intenso das metrópoles surge identificado a um "inchamento" das cidades ou a uma "macrocefalia" da rede urbana; fala-se em "casas-embrião" e "habitação subnormal"; nas representações positivas fala-se em "prédios inteligentes"

Nos anos 60 no Brasil, difunde-se a noção, já sugerida na década anterior por Gilberto Freyre, de que nossas grandes cidades estariam "inchando" O artigo "Política social do mocambo" publicado em 1963, referente ao Recife, descreve esta leitura do crescimento da cidade:

"Em função das precárias relações político-econômicas do campo, a atração e as melhores condições de vida da cidade são motivos de tentação para os camponeses, que ali vão se instalando sem renda nem emprego efetivo, sequer qualificação para trabalho especializado, e, em função de sua baixa renda, vão 'inchando' a cidade, gerando os males das invasões e da indústria do mocambo na formação de agrupamentos residenciais desorganizados" (*Arquitetura*, 1963, p. 22).

As críticas ao "inchamento" das cidades estão sempre associadas a uma idéia de que nossas grandes cidades – com seus altos índices de desemprego, ruas repletas de camelôs, moradias precárias em morros e alagados – são maiores do que deveriam ser, têm mais habitantes que poderiam ter. Continuam, enfim, a serem vistas como organismos doentes. O "inchamento" expressa a concentração crescente de pobres na cidade e tem seu "sintoma" mais visível na expansão das

moradias precárias. A intervenção estatal corrente sobre estas moradias muitas vezes foi definida – sobretudo nos anos 60 e 70 – em termos de "erradicação" valendo-se do mesmo termo usado no discurso médico para indicar o desaparecimento total de doenças epidêmicas.

A noção de inchamento se desdobraria em duas outras: "hipertrofia urbana" e "macrocefalia da rede urbana" São palavras que ganham espaço no discurso técnico e acadêmico no Brasil durante os anos 70, quando o sinal mais evidente da expansão da rede urbana, em condições de urbanização acelerada, foi o surto de crescimento das grandes metrópoles e, especialmente, de São Paulo. Trata-se de um momento de especial preocupação com este ritmo de crescimento desta cidade, marcado pelo *slogan* "São Paulo precisa parar (de crescer)" do prefeito e urbanista engenheiro Figueiredo Ferraz, que haveria de ser respaldado por entidades paraacadêmicas por meio de estudos que incluíam dados demográficos sobre a preponderância populacional da metrópole paulista na rede urbana estadual e nacional[1].

As preocupações suscitadas em torno do crescimento acelerado das cidades, entretanto, não são recentes, nem se restringem a países com grandes desigualdades sociais como o Brasil. Se nos anos 20 Le Corbusier proclamava que *"a grande cidade mata-se a si mesma"*, recomendando uma reforma radical do centro – uma cirurgia – como forma de salvá-la, a partir dos anos 60 torna-se recorrente entre arquitetos e urbanistas as denúncias acerca da "morte definitiva da cidade" A fragmentação de seu espaço, a decadência das áreas centrais e o agravamento das tensões e desigualdades sociais, seriam alguns dos sintomas desta "morte" Outros ainda falam no "esquartejamento" da cidade pelo urbanismo moderno (Portzamparc, 1997. p. 34).

Nos anos 80 no Brasil, entre as alternativas habitacionais oferecidas por programas públicos, colocava-se a oferta dos chamados "embriões": lotes com casa de área mínima, para posterior acabamento e ampliação pelo usuário (Plano Habitacional do Município de São Paulo 1983-1987. 1984, p. 18; Projeto Recife, Seminário de Redirecionamento, 1987. p. 3). À moradia insuficiente e visivelmente incompleta oferecida aos pobres atribui-se o sentido de momento de origem de uma futura "casa de verdade" em uma analogia com o ser humano nos seus primeiros meses de vida intra-uterina.

Paralelos entre a ação do urbanista e a do médico reaparecem, agora em novos termos. Discutindo a necessidade de um reposicionamento do urbanista em face das novas formas urbanas e da dinâmica de suas transformações, o arquiteto Rem Koolhaas considera que estes profissionais estariam se tornando especialistas em doenças imaginárias: *"Para os urbanistas, a redescoberta atrasada das virtudes da cidade clássica no momento em que se tornam definitivamente impossíveis, pode ser um ponto sem volta, um momento fatal de desconexão, desqualificação. Eles são agora especialistas em dores fantasma:*

(1) A posição do Cebrap pode ser vista em CAMARGO, C. P. F. de, CARDOSO, F. H. et al. *São Paulo 1975 –Crescimento e pobreza.* São Paulo: Ed. Loyola, 1975, p. 21. Para uma análise analógica da chamada "urbanização sociopática" ver PERREIRA, Luiz. 'Urbanização Sociopática' e Tensões Sociais na América Latina. In: ALMEIDA, F. L. de. *A questão urbana na América Latina.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 63-89.

doutores discutindo as complicações médicas de um membro já amputado." (Koolhaas, 1995, p. 963)

No campo específico da arquitetura o vocabulário biológico tem recebido recentemente contribuições das técnicas, formulações e conceitos sugeridos pela publicidade. Um exemplo neste sentido é a noção de "prédio inteligente" No momento em que a beleza ou a saúde dos corpos não parecem capazes de sugerir atributos suficientemente atraentes à arquitetura, recorre-se à inteligência. Diferente do que sugere, os chamados "prédios inteligentes" não são dotados da faculdade do raciocínio ou da capacidade de aprender, apreender ou compreender. Trata-se de um recurso publicitário que procura diferenciar e atribuir qualidades exclusivas a edifícios que incorporam algumas tecnologias novas referentes, sobretudo, à segurança (controle, acesso e prevenção contra incêndios), conforto (ar-condicionado central) e economia (de manutenção, com energia). A publicidade tem recorrido insistentemente ao conceito "inteligente" o qual se presta para tudo, uma vez que – a rigor – não significa nada, não indica nenhuma especificidade do produto. Nos anúncios de material de construção o termo é mobilizado em comerciais de vidro, divisórias, lâmpadas, carpetes, interruptores, etc.; na publicidade de empreendimentos imobiliários fala-se em projetos, escritórios, prédios e bairros inteligentes. O pretensioso conceito tem sido aceito e empregado por alguns arquitetos, em uma estratégia coerente com a autopromoção: afinal, o prédio inteligente pressupõe um projeto inteligente e, por que não, um arquiteto inteligente. Nesta concepção, a inteligência atribuída ao projetista e aos promotores da obra – supostamente expressa na opção e capacidade de utilização de novas tecnologias – seria incorporada pelo edifício. Mas o "prédio inteligente" pressupõe, sobretudo, um usuário inteligente, residindo na lisonja do potencial cliente o apelo central deste conceito publicitário.

A noção de prédio inteligente tanto pode ser entendida como uma nova analogia entre cidade e corpo quanto noção filiada a um novo vocabulário associado a sistemas dotados de inteligência artificial ou baseados na automação. Neste sentido a idéia de prédio inteligente denuncia uma importante requalificação das metáforas urbanas, sejam elas orgânicas ou mecânicas. O orgânico se desloca do corpo como organismo multifuncional para o cérebro com seus mecanismos de produção de conhecimento e transmissão de informações. O mecânico, por sua vez, cede lugar ao eletrônico. A visão maquinista de cidade do século 19 e a de Le Corbusier tinha como modelo instrumentos mecânicos – como carros e relógios – com suas engrenagens complexas e articuladas. No final do século 20, o modelo maquinista de cidade é essencialmente eletrônico, recorre a sistemas informatizados, gerenciando ritmos e controlando fluxos de coisas, pessoas e informações.

Kevin Lynch indica as raízes do termo "organismo" na biologia do século 19 e cita os grandes nomes responsáveis por sua divulgação: Haekel e Herbert

Spencer. Entre os que considera os "gigantes de teoria orgânica do assentamento" menciona Patrick Geddes, Louis Mumford, Frederick. L. Olmsted, Ebenezer Howard, H. Odum, B. MacKaye, C. Perry, A. Glikson, H. Wright e Raymond Unwin. O conceito de organismo, segundo Lynch, forneceu a base para a forma das cidades novas inglesas, das *greenbelt towns* nos EUA, da cidade nova finlandesa de Tapiola, de Bedford Park e de Hamstead Garden Suburb, na Inglaterra, de Radburn e Chatham Village, nos EUA. O conceito também influenciou, na sua opinião, projetos com formas urbanas radicalmente opostas como os casos de Chandigarh e Brasília. Avaliando a influência desta tradição na década de 80, Lynch concluía:

"A força desta corrente persiste, como pode ser vista na influência política crescente da idéia de ecologia, ou nas lutas acadêmicas sobre a subsunção de cultura humana no novo campo da sociobiologia (...). É o ponto de vista prevalente entre profissionais do urbanismo hoje em dia e o entusiasmo por este enfoque cresce diariamente entre as cidadãos leigos." (Lynch, 1981, p. 92)

As analogias biológicas nas representações da cidade e o uso de nomes de partes dos corpos vivos na denominação de seus lugares mostram-se mais usuais em referência às grandes cidades, estes fenômenos que se difundem em todo o planeta a partir do século 19, cuja configuração e transformação revelam uma complexidade e dinâmica sem equivalente na história das aglomerações. Disciplinas as mais diversas – estatística, geografia humana, sociologia, história, economia, urbanismo – são mobilizadas no esforço de compreender e lidar com estas formas urbanas novas e desconhecidas sob múltiplos aspectos. Para decifrá-las e descrevê-las recorre-se reiteradamente ao funcionamento dos organismos animais, este outro grande enigma, apesar das descobertas – que pareciam reveladoras – ocorridas no chamado "século da biologia" As abstrações mecânicas, geométricas e eletrodinâmicas, por sua vez, difundem-se em um segundo momento, expressando uma estratégia alternativa para captar e entender a cidade, uma nova forma de representá-la e de intervir sobre ela.

Apesar de não haver nenhuma novidade na constatação do uso da terminologia da biologia e da medicina na construção do vocabulário do urbanismo, ao concluir este mapeamento não deixa de parecer surpreendente a abrangência e a persistência do procedimento, bem como o caráter aparentemente essencial destas metáforas à construção do campo conceitual, do discurso e das práticas do urbanismo ao longo dos últimos séculos. Este sentimento de surpresa encontra paralelo naquele experimentado por Louis Althusser, no fim dos anos 60, ao escrever com Etienne Balibar a obra *Ler Capital.* Em rodapé do capítulo 7. os autores se mostram assustados com a dependência que constatam do uso de analogias espaciais – campo, horizonte, área, sítio, posição – para formular seu juízo sobre a obra de Marx. Althusser formulou o problema na forma de uma pergunta, curiosamente sem dar uma resposta – "*Por*

que uma certa forma de discurso científico exige, necessariamente, o uso de metáforas emprestadas de disciplinas não-científicas?" (Althusser & Balibar, 1970, p. 26)

Entretanto, mais que constatar a força e a permanência das palavras e dos conceitos da biologia e da medicina no urbanismo, cabe procurar entender o impacto que tiveram nas formas de compreender a cidade e agir sobre ela.

Organismo biológico x organismo urbano

No uso de metáforas biológicas no campo da arquitetura e do urbanismo, vemos delinearem-se duas atitudes. Uma, reconhecendo a força e a persistência destas metáforas, incorporam-nas recuperando imagens consagradas ou atualizando-as em novas leituras da cidade. Outra, parte da constatação de que tais metáforas são insuficientes e exploram as possibilidades de superá-las.

No primeiro caso, o procedimento surge na construção das falas e das imagens filiadas às mais diversas diretrizes teóricas e finalidades: na crítica acadêmica; no embasamento ideológico de projetos; na preparação de imagens no marketing do desenho, visando à criação e ao estímulo de desejos e à invenção e reformulação de necessidades. Uma questão mais específica reside na existência de tendências diferenciadas no uso de metáforas biológicas na arquitetura e no urbanismo. Este texto se concentrou, sobretudo, no vocabulário do urbanismo. Constata-se, entretanto, que nos dias de hoje, com o declínio das práticas estatais "dirigistas" do urbanismo em contexto neoliberal, diminuem as necessidades ideológicas das analogias da biologia, como de qualquer outra fonte de inspiração. Na arquitetura, contudo, a biologia continua a fornecer um manancial de formas e idéias: tecidos, músculos, órgãos, veias e rugas aparecem nas autópsias cirúrgicas de Lynn, em Chicago, ou de Genry[2], em Cleveland (ou Bilbao).

A idéia de cidade como organismo, por outro lado, tem sido alvo de ponderações e críticas por vários autores. Na cidade brasileira de Juiz de Fora, já em 1937. o engenheiro Francisco Batista de Oliveira negava a existência de supostas "leis biológicas", regulando e harmonizando a transformação da cidade: *".... toda cidade cresce sem o controle das leis biológicas que estabelecem, automaticamente, equilíbrio e harmonia entre as partes de todo. A administração emprehendida, muitas vezes, pelo rapido despertar de uma nova era, não pode acudir, em tempo e hora, ás manifestações de crescimento da urbs, apenas por meio de suas legislações, é preciso que ella lance mão da educação, da disciplina urbanistica, da propaganda principalmente"* (Oliveira, 1937. p. 87).

Em 1950, sem abdicar desta noção, o engenheiro Luiz de Anhaia Mello não deixou de assinalar diferenças essenciais entre as cidades e os organismos vivos:

(2) Ver LYNN, Greg, cenas de 'Stranded Sears Tower', em AD *Folding in Architecture*. Londres: St. Martins Press, 1993. p. 82-85; e GEHRY, Frank, JOHNSON, Philip. "Residencia Lewis, Cleveland, Ohio, EUA" em AD *Folding in Architecture*. Londres: St. Martins Press, 1993.

"As cidades são organismos, mas ao contrário da generalidade destes, falta-lhes o que Aristóteles chamou 'entelechia', isto é, a posse da própria perfeição, ou, como quer Leibnitz, uma suficiência que os torne senhores das próprias ações internas. Crescem indefinidamente, caoticamente, ao sabor dos múltiplos interesses particulares em conflito permanente com os interesses gerais." (Mello, 1950, p. 26)

Portanto, como campo de conflito entre interesses diversos, as cidades estariam privadas da cooperação harmônica entre os órgãos, inerente aos organismos vivos.

A constatação da insuficiência das metáforas orgânicas à compreensão da cidade e à ação sobre ela e a crença na necessidade de superá-las evidencia-se em escritos de Kevin Lynch. Em *Good city form*, considerando que o conceito de organismo no urbanismo funcionalista possui implicações distintas da analogia complementar da máquina, o autor se empenhou em explicitar os atributos de um organismo quando aplicados à cidade:

"Um organismo é um indivíduo autônomo que tem limites definidos e um tamanho determinado. Ele não altera seu tamanho por extensão ou expansão ou pela agregação de partes, mas reorganiza sua forma na medida em que altera seu tamanho e alcança limites ou limiares, onde a alteração da forma se torna radical". Uma vez que o organismo *"... possui um limite externo claro, não pode ser facilmente dividido internamente. Existem partes diferenciadas, mas estas partes estão em contato próximo uma com a outra, sem necessariamente ter limites claros. Elas trabalham conjuntamente e influem mutuamente às vezes de maneira sutil. Forma e função estão interligadas indissoluvelmente, e a função do conjunto é complexa. Ele não pode ser conhecido simplesmente pela natureza das partes uma vez que as partes funcionando juntas são uma coisa totalmente diferente de uma simples coleção. O organismo inteiro é dinâmico, mas trata-se de um dinamismo homeostático: ajustes internos tendem a devolver o organismo à um estado de equilíbrio quando este é alterado por uma força externa. Portanto (o organismo) possui auto-regulação e auto-organização. Se conserta por si próprio, produz novos indivíduos e percorre um ciclo de nascimento, crescimento, maturidade e morte. Uma ação cíclica e rítmica é normal desde o ciclo de vida em si até o batimento do coração, a respiração e o pulsar dos nervos. Os organismos possuem intuição. Eles podem ficar doente ou bem ou sentir stress. Eles devem ser entendidos como entes dinâmicos."* (Lynch, 1981, p. 89)

Na idéia de organismo acima, aponta-se uma forma de crescimento, uma organização funcional complexa e capaz de se auto-regular, um ciclo vital e um dinamismo funcional, oscilando entre estados de funcionamento pleno e alterações. Para Lynch "o *estado ótimo é o estágio de climax ecológico com uma diversidade máxima de elementos, um uso eficiente de energia percorrendo o sistema, e a reciclagem contínua do material. Os assentamentos ficam doentes*

quando o equilíbrio é rompido..." (Lynch,1981, p. 91-92). O autor, entretanto, assinala uma série de problemas no uso da analogia biológica em relação à cidade:

"*É fácil rejeitar as formas mais banais desta analogia – que as ruas como artérias, os parques como pulmões, as linhas de comunicação como nervos, os troncos de esgotos como o cólon, o centro da cidade como o coração que bombeia o sangue do tráfico pelas artérias e os escritórios como o cérebro (...). A dificuldade central é a analogia em si. Cidades não são organismos, como elas também não são máquinas, talvez menos ainda. Eles não crescem ou se transformam por si só...*" (Lynch, 1981, p. 95)

Lynch fica, então, no terreno do agenciamento social e econômico das mudanças da cidade e deixa de lado, com saudades, a idéia de cidade como organismo: *"Se, enfim, acabo criticando o enfoque, preciso admitir também um longo fascínio com a idéia e lamentar que o mundo pode não ser assim."* (Lynch, 1981, p. 89)

Na biologia o conceito de organismo refere-se a seres vivos – animal ou vegetal – considerados como um todo. Trata-se de um todo complexo composto por células, associadas em tecidos, organizadas em órgãos, reunidas em sistemas, agrupadas em aparelhos. Das células aos aparelhos, o sentido da associação está na realização de funções específicas indispensáveis ao funcionamento do organismo. Ao organismo é atribuído uma capacidade de auto-regulação e de autodefesa – a homeostasia –, realizadas por meio de mecanismo de adaptação e compensação que combate a ação de causas que alteram seu funcionamento e reestabelecem seu equilíbrio e pleno funcionamento. Quando estes mecanismos não atuam de forma suficiente, surgem as doenças. A morte – fim das atividades vitais e início da dissolução do corpo – indica o fracasso definitivo das forças e dos mecanismos de defesa perante o agressor:

"O organismo dos seres vivos está constantemente pondo em jogo mecanismos de adaptação e de compensação de suas funções às variações do ambiente externo, a fim de manter o equilíbrio funcional que representa a sua saúde. Se, porém, os estímulos forem exagerados ou agirem bruscamente ou, então, em uma fase de enfraquecimento daqueles mecanismos, o organismo não conseguirá manter o equilíbrio de suas funções e de suas estruturas orgânicas, sobrevindo a moléstia. (...) A moléstia não representa o desenvolvimento de um mecanismo novo, mas antes a conseqüência do enfraquecimento dos mecanismos normais de adaptação e compensação." (Maffei, 1978, p. 23-24)

Estendido à cidade, o conceito de organismo tem implicações profundas sobre a forma de entender e intervir no seu ambiente. Ao se considerar a cidade um organismo, aceita-se que: a cidade tem vida; é composta de partes com funções específicas e essenciais; tem capacidade de adaptação e reação contra a ação de causas que possam alterar seu funcionamento normal; esta capacidade,

entretanto, não é plena, nem constante, permitindo a emergência de doenças e, no limite da morte, a falência total da cidade.

Alguns problemas profundos se colocam neste momento. Em primeiro lugar, a idéia de equilíbrio funcional parece absolutamente descabida quando se tem em mente todas as contradições e conflitos nas cidades modernas: o desemprego, a violência, a falta de moradias, os preconceitos raciais e culturais, a luta de classe... Mesmo considerando que todas estas contradições indicam a existência de desequilíbrios, surge o problema de localizar onde está a "doença"

O urbanismo tem insistentemente localizado as "doenças" nos seus "sintomas" urbanos. O congestionamento do tráfego, por exemplo, é encarado como questão a ser equacionada antes de se questionar o sistema de transporte privado, que assinala uma brutal apropriação do espaço público pelo carro, que se converteu em instrumento de opressão do pedestre, alvo da violência e arrogância dos motoristas, que implicou em uma ampla mobilização de recursos públicos apropriados de forma extremamente diferenciada pela população.

Sempre se pode argumentar que a resolução destas "doenças" remete a questões sociais profundas, que escapam ao campo de ação do urbanista. Entretanto, quando o urbanista as mostra como questões urbanas – males da cidade, em geral, ou da grande cidade, em particular – ele está despolitizando-as. Na ânsia de legitimar sua ação e seu papel na sociedade, de explicitar seus métodos e procedimentos, ele muitas vezes não recua ante uma operação brutal de simplificação das contradições do mundo moderno.

O uso de analogias e metáforas orgânicas tem subsidiado duas posturas básicas diante da cidade. Uma primeira – meramente descritiva – mostra-se extremamente simplificadora da realidade. Revela uma atitude de fuga diante da complexidade e das contradições da cidade, mantendo o entendimento contido nos limites da analogia em si. Em uma segunda postura, a metáfora biológica é mobilizada no delineamento de um modelo ideal de cidade e de ordem, que, mesmo impossível, serve de horizonte para a ação sobre a cidade real. Ambas as posturas pressupõem uma atitude ahistórica diante da cidade, que investe em uma idealização de funções e características corporais constantes, de matriz utilitarista, disciplinar e positivista, desdenhando de outras possibilidades e sonhos de cidade.

Philip Gunn
Professor do Departamento de Tecnologia da Arquitetura e orientador credenciado para o curso de pós-graduação da FAUUSP
Telma de Barros Correia
Doutora pela FAUUSP e professora da Escola de Engenharia de São Carlos – EESC-USP

Bibliografia

ABERCROMBIE, Patrick. *Town and country planning.* 2 ed. Londres: Oxford Univ. Press, 1943.

AGACHE, Alfred. La remodelation d'une capitale. *Revista Polytechnica.* São Paulo, anno XXIX, n. 106. p. 314-320, nov./dez. 1932.

_____. Les grandes villes modernes el leur avenir. In: GAUTIER, Louis. *Exposition de la Cité Reconstituée, Rapport Général.* Paris: Association Générale des Hygiénistes et Technicienes Municipaux, 1917.

ALTHUSSER, L., BALIBAR, E. *Reading capital.* Londres: New Left Books, 1970.

ANDRADE E SILVA, Hermínio. O urbanismo e a arquitetura em face dos ataques aéreos. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, n.1, v. X, jan. 1943.

ARGAN, Guilio Carlo. *Walter Gropius e a Bauhaus.* Lisboa: Ed. Presença, 1990.

ARQUITETURA. Política Social do Mocambo, Rio de Janeiro, n. 13, 1963.

AUBURTIN, J. Marcel. Qu'est-ce que l'urbanisme? In: GAUTIER, Louis. *Exposition de la Cité Reconstituée, Rapport Général.* Paris: Association Générale des Hygiénistes et Technicienes Municipaux, 1917.

BACKHEUSER, Everardo. *Habitações populares.* Relatório Apresentado ao exmo. sr. dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BALTAR, Antônio Bezerra. Diretrizes de um plano regional para o Recife. In: *Teses e conferências sobre problemas de urbanismo e área metropolitana.* Recife: CODEPE, 1951.

_____. O tráfego urbano como problema de engenharia. *Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas.* Ano XIV, V. XXVII e XXVIII. Recife, p. 37-38, jul./dez. 1952.

_____. Sobre a cirurgia urbana. *Boletim da cidade e do porto do Recife.* Recife, PMR, n. 19-34, 1946-1940.

BALZAC, Honoré de. *A comédia humana.* 2. ed. São Paulo: Globo, 1989.

BARDET, Gaston. Problemas de urbanismo: Circulação. *Revista de Organização Científica,* São Paulo: IDORT, n. 108, dez. 1940.

BELLO, Francis. The city and the car. In: FORTUNE (Eds). *The exploding metropolis.* Nova York: Anchor, 1958.

BONNIER, Louis. De l'urbanisme. In: GAUTIER, Louis. *Exposition de la Cité Reconstituée, Rapport Général.* Paris, Association Générale des Hygiénistes et Technicienes Municipaux, 1917.

BUCHANAN, Colin. *Traffic in towns.* Harmondsworth: Penguin, 1964.

CAVALCANTI, Jeronymo. Idéas gerais sobre um plano de descongestionamento do tráfego no Rio. *Revista Municipal de Engenharia,* Rio de Janeiro, v. VI, n. 4, jul. 1939.

D'AGOSTINO, Mário Henrique Simão. *Geometrias simbólicas. Espaço, arquitetura e tradição clássica. Estudo da história da teoria da arquitetura e do urbanismo.* São Paulo: 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

DAMATA, Gaspariano. O Recife cresceu de pés descalços. *O Observador Econômico e Financeiro,* São Paulo, n. 285, ano XXIV, nov. 1959.

DANTAS, Cristovam. A casa do "homem esquecido" *Revista de Organização Científica,* São Paulo: IDORT, n. 144, dez. 1943.

DUVIVIER, Eduardo. O problema do inquilinato. *Digesto Econômico*, São Paulo, ano V, n. 56, jul. 1949.

GAZETA MERCANTIL. Edifícios inteligentes trazem conforto e economia. São Paulo, 29 ago. 96. p. D-1.

FERRAZ, J. C. de F. *Urbs nostra.* São Paulo: Edusp, 1991.

FERREIRA, Ricardo. *Bates, Darwin, Wallace e a teoria da evolução.* Brasília/São Paulo: Ed. UnB/ Edusp, 1990.

FOLHA DE S. PAULO. Prédios Inteligentes. Novas tecnologias exigem edifício flexível. São Paulo, p. 9-3, 22 out. 1995.

FREIRE, Victor da Silva. Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços). Um capítulo de urbanismo e de economia nacional. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, v. 1, n. 3. fev. 1918.

GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994.

GEHRY, Frank, JOHNSON, Philip. Residência Lewis, Cleveland, Ohio, EUA. *AD folding in architecture*. Londres: St. Martins Press, 1993.

GEORGE, Pierre. Critique géographic de développement urbain. In: GEORGE, GUGLIELMO, KAYSER e LECOSTE. *La géographie active*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

GIEDION, S. *Space, time and architecture. The growth of a new tradicion*. Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

GODOY FILHO, Armando de. A habitação popular diante da realidade brasileira. *Engenharia*, São Paulo, ano VI, nov. 1947.

GROPIUS, Walter. *Bauhaus: Novarquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

GUNN, Philip. *As démarches da ciência num "século da biologia" – Notas sobre a construção das noções de etnicidade no Brasil do século XIX*. Trabalho apresentado na sessão livre CIEC, A cidade, a moradia e as intervenções no espaço, VII ANPUR, Recife, 1997.

HELMEISTER, Ulysses Rodrigues. A influência dos conjuntos no problema da habitação econômica. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, n. 1, v. XII. p 19-22, jan. 1945.

HILBERSEIMER, Ludwig. *La arquitectura de la gran ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1979.

JAMESON, Frederic. Architecture and the critique of ideology. In: OCKMAN, J. BERKE, D., MCLEOD, M. (Eds.) *Architecture, criticism ideology*. Princeton: Princeton Architectural Press, 1985.

KOOLHAAS, Rem, MAU, Bruce. What ever happened to urbanism? In: S, M, L, XL. Nova York: The Monacelli Press, 1995.

LE CORBUSIER. *The modular – A harmonious measure to the human scale universally applicable to architecture and mechanics*. 1. (1954) Londres: Faber & Faber, ed. inglesa, 1963.

———. *Carta de Atenas*. São Paulo: Eduso-Hucitec, 1993.

———. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIBERALLI, Dr. Frederico Augusto. Congresso de Engenharia e Industria. *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro, IV série, n. 1, p. 113-128, dez. 1900.

LYNCH, Kevin. *Good city form*. Cambridge: Mass. MIT Press, 1981.

LYNN, Greg. Cenas de Stranded Sears Tower. AD *Folding in Architecture*. Londres: St. Martins Press, 1993. p. 82-85.

MAFFEI, Walter E. *Os fundamentos da medicina*. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, v. 1, 1978.

MARTINS BARATA, J. P. *A doença na cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977

MAUL, Carlos. A função social da casa. In: *Sombras heróicas e outros estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

MELLO, Luiz Anhaia. O problema da habitação. *Digesto Econômico*, São Paulo, ano VI, n. 72, nov. 1950.

MINDLIN, Henrique E. Análise racional do projeto. *Acrópole*. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 38-46, jul. 1938.

MORAIS, Léo. Cidades-jardins. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VII, v. LXXXI. Jan./fev. 1942.

OLIVEIRA, Francisco Batista de. *Noções elementares de urbanismo*. Juiz de Fora: SA Lith. e Mech. União Industrial, 1937.

POËTE, Marcel. La ville comme être vivant. In: *Villes & civilisation urbaine, XVIII-XX siècle*. Paris: Larousse, 1992.

PORTINHO, Carmen. Anteprojeto para a futura capital do Brasil no Planalto Central. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, n. 3, v. VI, p. 284-91-297, maio 1939.

PORTOGHESI, Paolo. Leon Battista Alberti y su libro De Re Aedificatoria. In: *El angel de la historia*. Madrid Hermann Blume, 1985.

PORTZAMPARC, Christian de. A terceira era da cidade. *Óculum*. Campinas, n. 9, p. 34-49, 1997.

PROJETO/DESIGN (anúncios publicitários), São Paulo, n. 201, out. 1996; n. 1212, set. 1997; n. 214, nov. 1997; n. 217, fev. 1998; e n. 218, mar. 1998.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SÃO PAULO (Cidade). *Plano Habitacional do Município de São Paulo 1983-1987*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1984.

SEMINÁRIO DE REDIRECIONAMENTO. *Projeto Recife*. Recife: Prefeitura/URB-Recife, jan. 1987.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SIMONSEN, Roberto. Conferência inaugural da Jornada da Habitação Econômica promovida pelo IDORT. *Revista do Arquivo Municipal,* São Paulo, ano VII, v. LXXXI. São Paulo, jan./fev. 1942.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

SOUTO, L. R. Vieira. *O melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. Crítica dos trabalhos da respectiva commissão*. Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira & C., 1875.

TAFURI, Manfredo. *Teorias e história da arquitetura*. Lisboa: Ed. Presença, 1988.

VITRUVIUS. *The ten books of architecture*. Nova York: Dover, 1960.

WARCHAVCHICK, Gregori. Acerca da arquitetura moderna. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro: 1 nov. 1925.

Vladimir Bartalini

A MUNICIPALIZAÇÃO DO VERDE PÚBLICO NA CIDADE DE SÃO PAULO: DA ADMINISTRAÇÃO DOS JARDINS PÚBLICOS E ARBORIZAÇÃO (1900) À SUBDIVISÃO DE PARQUES, JARDINS E CEMITÉRIOS (1935)

Resumo

Este artigo trata da ação da municipalidade de São Paulo, no provimento de áreas verdes de recreação no primeiro período da existência do órgão administrativo, especialmente criado para essa finalidade. Cobre o intervalo de 1893, quando foi instituída a Inspetoria dos Jardins Públicos, em 1935, quando se criou a Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios. Esse período foi marcado pela atuação de Antonio Etzel à frente da administração dos jardins públicos e da arborização urbana de São Paulo, de 1900 até sua aposentadoria em 1930. No entanto, as decisões sobre o projeto e sobre a criação ou a supressão das mais importantes áreas verdes de recreação escapavam do controle daquele órgão. Na tentativa de avaliar a ação da municipalidade no cumprimento desta atribuição foram analisados os seguintes tópicos: organização administrativa municipal e quadro técnico para os assuntos de áreas verdes; formas usuais de lazer ao ar livre (demanda) e as áreas verdes implantadas e mantidas pela prefeitura (oferta).

Abstract

This article deals with the provision of recreational green areas in the municipal administration area of São Paulo. This study of public provision deals with a period which begins with the setting up of the Agency of Public Gardens, in 1893, and ends with the creation of the Subdivision of Parks, Gardens and Cemeteries, in 1935. The article admits the important role of Antonio Etzel as the head of the agency responsible for public garden administration from 1900 up to 1930, when he retired. Qualifying the agencies difficulties, the article mentions the ways in which decisions concerning design and planning of the most important recreational green areas often escaped the control of this agency. Three main topics were analysed with the aim of describing the performance of the municipal administration in this sector: the organization of the municipal administration and the professional staff; the recreation habits of the population using green areas and the provision record of green areas as created and maintained by the municipality.

Somente na segunda metade do século 19, com a emergência de São Paulo no cenário político e econômico nacional, as áreas verdes públicas passaram a receber maior importância e a merecer mais atenção por parte dos poderes constituídos, embora nem sempre esta atenção ganhasse materialidade.

Se, no início, muito do verde provido e administrado pelos governos provincial e municipal era destinado ao "aformoseamento" da cidade capital, outro tanto visava à recreação dos citadinos e ambos chegavam mesmo a se confundir. De fato, não é difícil a confusão, uma vez que o se exibir, o ver e ser visto, era também uma forma de recreação, um modo de passar o tempo do não-trabalho, um hábito cultural com seus códigos próprios, que tinha nos jardins tratados com primor e nos recantos pitorescos o cenário que convinha.

Havia também, ao menos por parte de alguns funcionários da administração municipal, a preocupação com o verde que, na linguagem de hoje, teria o nome de "ambiental" É o que atestam os relatórios da Fiscalização dos Rios e Várzeas que alertavam, desde 1893, para a necessidade de plantar e conservar os "guapesaes" que, *"além de sanearem os rios, muito contribuem para a criação de peixes"*[1] Vários relatos subseqüentes daquele órgão renovaram advertências com o mesmo teor e, ainda em 1927, podia-se ler no relatório da Diretoria Geral de Higiene, à qual estava subordinada a então Administração dos Jardins Públicos, o aviso de que *"nossa cidade tem insuficiência de parques, necessários à higienização do ar"* alerta que não excluía a recreação porque a cidade também precisaria de um parque *"na medida das necessidades de sua população que já exige não só a manutenção dos jardins distribuídos pelos bairros, mas também um parque de dimensões vastas, com vegetação abundante que a acolha"*[2]

Vê-se, assim, como as diversas funções do verde se interpenetravam desde então, como o "verde embelezador" acompanhava o "verde recreativo" e como este andava com o "verde ambiental" Mesmo que seja difícil a separação, é do "verde recreativo" provido pela municipalidade que se tratará prioritariamente neste artigo.

(1) Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo intendente municipal Cesario Ramalho da Silva – 1893. São Paulo: Typ. A vap. de Espindola, Siqueira & Comp., 1894, p. 40.

(2) Relatório de 1927 apresentado pelo dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo (1º vol.). São Paulo: Empreza Graphica Limitada, 1928, p.180.

Organização administrativa e corpo técnico para os assuntos de áreas verdes públicas

Sendo São Paulo a capital da província, ela sediava a Assembléia Provincial e possuía sua própria Câmara Municipal. Vários registros nas atas da Câmara no período pré-republicano atestam a imbricação das competências provinciais e municipais no referente às áreas verdes. Afora os casos mais significativos, como as realizações do presidente da Província João Theodoro Xavier (1872-1875), não é possível saber com precisão de que esfera administrativa partiram as primeiras iniciativas de tratamento de cada um dos largos e praças que desde o início da



Figura 1
Parque Dom Pedro II em 1929. Área verde mantida pela equipe de Antônio Etzel
Fonte: Prestes Maia. Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo

década de 1870 passaram a ser ajardinados e arborizados. A ação municipal só se tornaria mais clara a partir de 1893, ano em que se transferiu à municipalidade a administração dos jardins públicos da capital.

A referência mais antiga ao setor que passou a cuidar especialmente das áreas verdes municipais encontra-se no relatório que o intendente Cesário Ramalho da Silva enviou à Câmara referente ao exercício de 1893. Vinha designado como Inspetoria dos Jardins Públicos da Capital e seu responsável era Joaquim Mariano Galvão Bueno. Sabe-se ainda que, em fins de 1894, o setor dos Jardins Públicos, que antes pertencera à Secretaria da Intendência Municipal, entrou para a esfera da Intendência de Obras, onde permaneceu até fevereiro de 1896, quando passou a estar subordinado à Intendência de Polícia e Higiene. Ali ficaria até outubro de 1900, tendo então seu nome alterado para Administração dos Jardins Públicos e Arborização, vinculada à Diretoria de Obras, criada na mesma ocasião.

Mas já desde 1899, quando tomou posse como prefeito, Antônio da Silva Prado havia nomeado Antônio Etzel como responsável por tudo que dissesse respeito ao ajardinamento e à arborização dos logradouros municipais. Ele ficaria à frente desses serviços até se aposentar em 1930, transferindo o cargo ao seu filho e auxiliar, Arthur Etzel. Daí pode-se inferir a continuidade do esquema que vinha sendo adotado, apesar dos diferentes endereços que os assuntos atinentes aos parques e jardins ocuparam no organograma administrativo municipal. Durante todo o período considerado, as áreas verdes públicas, exceto o Parque da Várzea do Carmo (posteriormente denominado Parque Dom Pedro II), foram executadas e mantidas pela repartição municipal para isto criada[3]

(3) No caso do Parque da Várzea do Carmo, as obras, inclusive ajardinamento, foram contratadas por terceiros. O relatório que o administrador dos jardins, Antônio Etzel, encaminhou ao prefeito Firmiano de Moraes Pinto, sobre o ano de 1922, vinha com um teor de queixa contra os procedimentos da Diretoria de Obras, que não avisou a Administração dos Jardins quando do recebimento da obra do parque. O plantio estava incompleto, tendo a Administração dos Jardins que arcar com os serviços de *"plantação de árvores e arbustos para a formação de grupos nos gramados, replantação de árvores que constituem a arborização da parte externa do Parque, formação de canteiros com flores anuais e vivazes, principalmente roseiras enxertadas altas e tipo chorão, reforma de diversos gramados, limpeza das ruas e passeios na parte interna, construção de um barraco para depósito de ferramentas e outros materiais"* Relatório de 1922 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1923, p. 174-175.

Antônio Etzel nasceu no ano de 1856, na cidade de Trento, que pertencia então ao império austríaco, vindo a adotar, mais tarde, a cidadania italiana. Chegou ao Brasil em 1882, já com a experiência de ter ministrado aulas práticas na Escola Agrícola de San Michele, em Trento. Segundo depoimento de seu filho, Eduardo Etzel[4], trouxe consigo muitas sementes de plantas, sinal que pretendia se estabelecer no ramo. Uma vez no Brasil, foi residir em Campinas, no estado de São Paulo, onde trabalhou como jardineiro, implantando jardim e pomar na residência de João Bierrenbach. Consta que o imperador Pedro II, em viagem a Campinas, esteve na residência de Bierrenbach e ficou impressionado com o trabalho do jardineiro. Recomendou-o, então, a seu ministro da Agricultura, conselheiro Antônio da Silva Prado. Por conta de um surto de febre amarela em Campinas, Antônio Etzel resolveu deixar a cidade com destino a São Paulo. Lá procurou Antônio da Silva Prado, passando então a trabalhar na chácara de dona Veridiana Prado, mãe do futuro prefeito, no bairro de Higienópolis.

Segundo seu filho Eduardo, Antônio Etzel era um homem de "poucas letras" Desempenhava bem sua função de jardineiro e tinha grande prática no seu ramo, mas não projetava jardins, ou não os projetava no modo com que hoje se espera que seja feito, ou seja, com as peças gráficas e as especificações técnicas de praxe. Também não desenhava quiosques, pontes, bancos, esculturas e demais adereços com que se costumava equipar os jardins de então. Tampouco se pode dizer que tivesse concepções originais sobre os jardins que executava, que fosse um artista da jardinagem. Seria mais próximo da verdade supor que ele fosse entrosado em seu ramo o bastante para ser beneficiário de um ambiente cultural que lhe permitia atualizar os valores estéticos que orientavam os jardins que executava. Foi com esta bagagem que pôde renovar os jardins preexistentes, *"provincianos, com canteiros altos e pequenos entremeados de ruazinhas com arvoredo irregular e polimorfo"* (Etzel, 1982, p. 59).

Ora ligada aos assuntos de higiene e polícia, ora aos assuntos viários, a unidade responsável pelos jardins públicos foi ininterruptamente comandada pelos Etzel, pai e filho, até o fim do período em pauta. Sua organização era relativamente simples quando Antônio Etzel a assumiu e assim se manteve por muito tempo. Descreve-a sucintamente Eduardo Etzel: *"Sabemos a modéstia da administração dos jardins nas primeiras décadas deste século. Uma empresa por assim dizer doméstica, na qual dois homens, o administrador e seu ajudante, formavam o quadro dirigente (técnica, contabilidade e secretaria), suficiente para um grupo de operários pequeno mas adequado. Havia a turma de jardinagem, a dos cortadores de grama, a dos podadores, os carroceiros, a turma de limpeza, os guardas presentes em todas as praças ajardinadas e finalmente os operários que reforçavam esta ou aquela falha de pessoal, permitindo que o serviço fluísse normalmente"* (Etzel, 1982).

(4) As informações sobre Antônio Etzel foram gentilmente cedidas por seu filho, Eduardo Etzel, e seu neto, Antônio Etzel Neto, em entrevista realizada em 28 de outubro de 1998. Sobre as passagens de Antônio Etzel e de seu filho Arthur na prefeitura de São Paulo ver ETZEL, Eduardo. O verde da cidade de São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal*, n. 195, jan./dez. 1982.

Os relatórios de 1920 e 1927. enviados pelo poder executivo à Câmara Municipal, revelam como era composta a Administração dos Jardins naqueles anos. Comparando-se os dois relatórios, pode-se verificar que o número de funcionários passou de 109, em 1920, para 218, em 1927. Este expressivo aumento numérico ocorreu, em parte, entre o pessoal especializado em tarefas de jardinagem – operários, jardineiros, podadores e cortadores de grama – e em parte na função de guarda de jardim, que não requeria especialização. Nada porém se alterou no que dizia respeito à elaboração de projetos.

O órgão responsável pelos parques e jardins da cidade permanecia simples na sua estrutura, montada para a execução e a manutenção do plantio, sem contar com pessoal especializado para o projeto das áreas verdes. Os projetos dos parques e jardins, caso houvessem, eram elaborados pelo administrador ou seus auxiliares se fossem simples; se não, por profissionais de fora do serviço público ou, ainda, por técnicos de outras unidades da administração que não a dos jardins – como nas diretorias ou divisões de Obras e Serviços, ou de Obras e Viação, onde se concentravam os urbanistas.

Para avaliar o alcance da ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação convém cotejá-la com a demanda por estes espaços, o que pode ser feito com o conhecimento dos hábitos de lazer da população, o que se fará no tópico a seguir.

Formas de lazer ao ar livre e as áreas verdes da cidade

Conta Jorge Americano (1957), ao recordar a São Paulo da última virada de século, que *"era sério o problema de passar o domingo"* principalmente para as crianças. Visitar parentes era enfadonho; as matinês dos teatros, quando havia, nem sempre eram próprias para os menores. Restavam os piqueniques nas chácaras aos arredores da cidade, no Parque da Cantareira, no Parque Antártica, ou no Bosque da Saúde. Ali podia-se correr, subir em árvores, deitar-se na relva, brincar. Jovens e adultos tinham outras opções, nesses locais, além dos piqueniques feitos nos *"ranchos rústicos de sapé, com mesas compridas e bancos de tábuas":* cantarolar árias de óperas ou namorar à sombra das árvores, jogar bocha, patinar, jogar ou assistir ao futebol, andar de bicicleta.

O hábito de passeios com piqueniques e outras diversões terá duração longa, podendo ser observado ainda hoje em alguns parques públicos de São Paulo. No início do período abordado novos locais para o exercício desse tipo de lazer foram acrescentados aos anteriormente existentes, porém nenhum deles foi implantado pela prefeitura.

Logo no início do século, em 1900, foi inaugurado o Parque Antártica, em um terreno de aproximadamente 18 hectares de propriedade da Companhia

Antártica Paulista, na Água Branca. Era um parque projetado com ruas de traçado retilíneo e árvores plantadas com o fim específico de proporcionar sombra aos visitantes. Ficava a uma distância de 4,5 km do centro da cidade e era servido por uma linha de bondes elétricos da Light, com tarifas reduzidas, de modo a estimular a freqüência ao parque[5]. Possuía cancha de bocha, campo para futebol, cimentado ou tablado para patinação, além de brinquedos para crianças. Mas o parque teve vida curta, pois em 1916 foi alugado pelo Palestra Itália para a realização de jogos de futebol, sendo posteriormente comprado pela mesma associação em 1920 (Pontes, 1993).

Também da Companhia Antárctica era o Bosque da Saúde, uma área de aproximadamente 5 hectares, coberta por vegetação residual da mata atlântica, na qual se abriram algumas clareiras e trilhas. Distava mais ou menos 6,5 km do centro da cidade e também era servida por linha de bondes elétricos. Em 1925, com a abertura do loteamento do Bosque da Saúde, os paulistanos deixaram de contar com esta área verde de recreação. O local podia acolher um bom número de visitantes e, além das trilhas e dos estares sombreados para piqueniques, oferecia também espaço para bailes, como registraram periódicos da época[6]

Outra área verde, também particular, já bastante freqüentada na virada do século, era o Jardim da Aclimação, que atingiu seu auge na década de 20, quando oferecia ao público, além da sombra das árvores, *"botes de aluguel, remo e natação, que se desenvolviam na lagoa, o salão de baile, restaurante e 'terrasse'. barracões para piqueniques, conjuntos musicais de sanfoneiros e violeiros, rinque de patinação, barracas e feira de diversões. Além dessas atividades de recreação, o Jardim da Aclimação possuía uma 'vacaria' e uma 'crémerie'. que eram espaços destinados a exposição de animais e venda de laticínios. E contava ainda com um zoológico que despertava grande interesse do público"* (Dorea, 1982). No entanto, na década de 30, o zoológico já estava decadente.

Além destes mais citados pelos cronistas, havia ainda outros parques, também propriedades privadas, como os do Jabaquara e da Granja Julieta, sem contar os "tivolis" e os "recreios" (Reis Filho, 1994).

Sendo propriedades particulares, tais parques durariam o tempo que conveio aos interesses dos seus proprietários. Dentre eles apenas parte do Aclimação seria revertido mais tarde ao uso público, mediante desapropriação, enquanto que o da Floresta, depois de desapropriado pela prefeitura com finalidade recreativa, seria tragado pela retificação do rio Tietê.

Mas a grande novidade em termos de lazer ao ar livre, na época ora em pauta, foi o considerável aumento verificado na prática dos esportes: canoagem, natação, ciclismo, futebol. O preço das entradas para espetáculos desportivos era relativamente baixo e mais barato do que os ingressos para outro tipo de divertimento, levando à popularização das atividades desportivas. Na primeira década do século eles se disseminaram de tal modo que os jornais lançaram o

(5) Um acordo da Light com a Companhia Antárctica permitiu que se reduzisse o preço das tarifas da condução, segundo informa PONTES, José Alfredo O. V. Em busca do verde perdido, *Memória*, ano V, n. 18, abr./maio/ jun. 1993.

(6) Veja-se a respeito matéria de 02 de maio de 1907 do jornal *Fanfulla*, da colônia italiana, noticiando a festa do 1º de Maio realizada naquele parque pelo Centro Socialista Internacional.

neologismo "esportemania" para se referirem ao novo modismo. (Elazari, 1979, p. 96).

A popularização do futebol já era um fato no início desse século, sendo tão disseminados os campos, ou "campinhos" pela cidade, que a prefeitura foi levada a regulamentá-lo, com a Lei n. 702 de 5 de janeiro de 1904, com o intuito de resguardar *"as pessoas e as propriedades de quaisquer ofensas ou danos"*

Entre os depoimentos recolhidos por Ecléa Bosi (1983, p. 88-89), em seu livro *Lembrança de velhos* há um depoimento, o do sr. Amadeu, nascido em 1906, que atesta a grande disseminação do futebol nas primeiras décadas desse século, mesmo que se desconte a imprecisão e o exagero nos números: *"Comecei a jogar futebol com nove anos. Naquele tempo tinha mais de mil campos de várzea. Na Vila Maria, no Canindé, na Várzea do Glicério, cada um [dos bairros] tinha mais ou menos cinqüenta campos de futebol. Penha, pode pôr cinqüenta campos. Barra Funda, Lapa, entre vinte e vinte e cinco campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode pôr uns cinqüenta campos. Vila Matilde, uns vinte (...)."*

O sr. Amadeu também dá um testemunho do processo de urbanização das várzeas: *"Quem tinha um campo de sessenta por cento e vinte metros acabou vendendo pra fábrica. (...) Cada campo tinha um clube; a maior parte dos campos eram dados pelos donos para o lugar progredir, popularizar. O dono é que pedia pra fazerem um campo nesses terrenos baldios. Quando tinha um clube, vinha o progresso. No domingo vinham duas mil pessoas assistir, e começava o comércio, o progresso."*

Paralelamente a estas novas formas de lazer, continuavam a ser usados os jardins públicos para os tradicionais passeios, animados por bandas musicais e, muitas vezes, no Jardim da Luz, prestigiados pelo comparecimento da família do prefeito Antônio Prado. O relato de Jorge Americano recordando os passeios no largo do palácio do governo (atual Pátio do Colégio) e no Jardim da Luz, dá uma boa idéia sobre a formalidade que envolvia estes acontecimentos e sobre a estratificação social que se refletia nos espaços públicos, apesar de serem utilizados por pessoas de todas as classes: *"terminado o jantar, às cinco, as famílias dos bairros vinham vindo. Sentavam nos bancos do jardim. Os vadios eram escorraçados, e ficavam para o lado de fora das grades"*. No Jardim da Luz, *"ao cair da tarde vinham chegando os apreciadores de música, de todas as classes sociais. Todos os homens, mesmo operário, usavam colarinho, gravata e chapéu, todas as mulheres usavam chapéu. À proporção que chegavam os 'funcionários', os operários, embora de colarinho, cediam-lhes os bancos, e ficavam passeando em redor do repuxo e do lago (...). Os 'abastados' chegavam mais tarde, às seis e vinte, encontravam vazias as mesas ao ar livre, do bar, onde sentavam. Os operários não compravam nada. Os funcionários compravam por um tostão um cartucho de pipocas, amendoins e balas dos vendedores ambulantes. Os 'abastados' pediam 'gasosas' (um tostão), chopes (220 réis), 'sandwiches' (200*

réis) e sorvetes (300 réis), sentados às mesas a que atendiam os garçons do bar" (Americano, 1957. p. 215-218).

Afora esses usos mais formais que se davam aos jardins públicos e os mais descontraídos que se davam aos parques recreativos privados, ou então nos clubes de várzea, ocorria o lazer cotidiano nos bairros operários, já não em áreas verdes, porque eles não as possuíam, mas nas calçadas – espaços de sociabilidade para os adultos – ou na própria rua, nas quais as crianças brincavam e jogavam.

Não tendo ainda recebido os "melhoramentos" que contraditoriamente viriam a interditá-los como espaços de lazer dos moradores pobres das suas cercanias, os rios paulistanos, apesar dos transtornos das enchentes, eram uma fonte de prazer para as crianças, como relembra dona Alice: *"Quando chovia muito, a baixada do Bom Retiro ficava a Veneza brasileira. A enchente tomava conta de tudo. As famílias todas tinham barco e, durante a noite, cantando e fazendo serenata. Para nós, os moços, aquilo era uma alegria, quando o Tietê transbordava."* (Bosi, 1983, p. 62)

Por tudo isto se pode afirmar que as opções e os programas de lazer ao ar livre, em geral, aumentaram na primeira década desse século, relativizando o cenário descrito por Jorge Americano na passagem do século 19 para o 20. Resta ver qual foi a participação da municipalidade na oferta de espaços para este tipo de lazer.

Ações da municipalidade para o provimento das áreas verdes de recreação

Em termos de realizações pode-se dizer que, até meados da década de 20, o que se fez de mais significativo em termos de provimento e tratamento de áreas verdes públicas esteve baseado no plano de melhoramentos gerado durante a gestão de Antônio Prado (Guaraldo, 1995), implantado pela Diretoria de Obras e Viação Pública – talvez o órgão mais forte dentro da organização administrativa municipal – comandada por Vitor da Silva Freire.

Mas independentemente destes feitos, e dado o caráter propiciatório dos corpos d'água e dos vales fluviais também para a implantação de áreas verdes, é oportuno saber como eles se apresentavam no início e no fim do período em pauta para então verificar como a municipalidade se posicionou diante deste potencial.

Em 1900, as planícies dos maiores cursos d'água que atravessavam o município estavam praticamente livres de urbanização, com exceção da margem esquerda do rio Tamanduateí, já ocupada até o bairro do Ipiranga. A mancha urbana contínua não ultrapassava, ao norte, a margem esquerda do rio Tietê e os



Figura 2
As manchas em verde claro permitem estimar o potencial de áreas verdes junto aos vales fluviais em 1930
Fonte: Sempla – PMSP

vales dos rios Pinheiros e Aricanduva estavam desocupados em praticamente toda a sua extensão.

Em 1930 a urbanização, entremeada por áreas livres, já se aproximava da planície da margem esquerda do Tietê, às vezes na própria várzea, da foz do Aricanduva à foz do Pinheiros. Já na planície da margem direita a urbanização era ainda esparsa em 1930. De fato, havia grandes extensões de planície aluvial não-ocupadas em ambos os lados do Tietê atingindo, nos limites do município, cerca de 50 quilômetros de várzea livre de urbanização em ambas as margens, com larguras que podiam chegar a centenas de metros.

O rio Tamanduateí, por sua vez, já apresentava em 1930 sua margem esquerda totalmente urbanizada, desde a divisa de São Caetano do Sul até a foz. Pela direita, a várzea era ocupada pelo grande pátio ferroviário existente entre a Mooca e o Ipiranga, enquanto o bairro de Vila Prudente já encostava no vale. Só não estavam urbanizados pequenos trechos de baixada do lado esquerdo, entre o Cambuci e a Liberdade. Por sua vez, a várzea do Carmo, junto a este rio, já estava àquela altura do século urbanizada, convertida em parque público.

Nos primeiros terraços da margem direita do rio Pinheiros estavam implantados os bairros de Santo Amaro, Brooklin Novo, Itaim, Jardim Europa e Pinheiros, mas nenhum deles chegava até a várzea. Do bairro de Pinheiros até a foz nada estava urbanizado. A margem esquerda do rio Pinheiros contava com poucos e pequenos núcleos urbanizados. De mais de 30 km era a extensão das largas faixas de áreas livres de urbanização em ambos os lados deste rio.

À beira da represa do Guarapiranga apenas um bairro, Interlagos, assentava-se, enquanto a represa Billings não apresentava qualquer sinal de urbanização.

Pode-se, assim, ter uma idéia do potencial ainda existente no fim da terceira década do século para a implantação de áreas verdes, não só com finalidade ambiental, mas também recreativa, visto que vários bairros populares estavam estabelecidos nos terraços dos maiores rios. É bem verdade que com diferentes usos – as ferrovias, as indústrias, a mineração – competiam pelo espaço das várzeas, mas ainda havia lugar para os clubes recreativos e esportivos, uns mais equipados – Tietê, Espéria, Floresta – outros mais precários – os chamados "clubes de várzea" – voltados pode-se dizer que, exclusivamente, para o futebol.

No entanto, a ação da prefeitura para garantir terras para parques junto a corpos d'água naturais limitou-se a uma intervenção pontual (que seria contraditada mais tarde): a desapropriação dos terrenos na Chácara da Floresta, às margens do Tietê, na altura da Ponte Grande, em obediência a uma das recomendações deixadas por Antoine Bouvard em sua passagem por São Paulo em 1911.

A Chácara da Floresta era uma área de lazer de propriedade privada junto à Ponte Grande do rio Tietê. A iniciativa de implantar ali o parque público

recomendado foi de autoria do vereador Armando Prado, convertida na Lei n. 1.486 de 11 de dezembro de 1911. A compra da chácara de 30.505,75 m², que integraria o futuro parque, foi realizada em 1912. Outro terreno, vizinho a ela, de 15.600,90 m², foi adquirido com o mesmo objetivo em 1913.

Os artigos da Lei n. 1.486, que autorizou a compra de terras para o parque, deixam claro a finalidade a que o parque deveria atender:

"Art. 1º – Fica a Prefeitura autorizada a adquirir, por compra ou pelos meios que julgue conveniente, 'ad-referendum' da Câmara, uma área de terreno nesta capital, que se preste à instalação do necessário a exercícios esportivos destinados à educação física da mocidade.

Art. 2º – Será feita uma secção para natação, composta de um grande lago e dependências que forem necessárias.

Art. 3º – A Prefeitura submeterá ao juízo da Câmara, em tempo oportuno, um regulamento concernente aos aludidos exercícios, dos quais se excluirá toda idéia de jogo.

Art. 4º – Para execução desta Lei, a Prefeitura fará as necessárias operações de crédito"

No relatório que o prefeito Raymundo Duprat encaminhou à Câmara Municipal, relativo ao exercício de 1911, vinha explicitado o plano da prefeitura para a implantação do Parque da Ponte Grande ou da Floresta. Tratava-se de um parque de grandes dimensões, composto pelas duas áreas desapropriadas mais os terrenos municipais devolutos situados nos fundos da Chácara da Floresta, mais os terrenos do patrimônio municipal aforados em torno da chácara, que tiveram os respectivos contratos de aforamento rescindidos. Computando-se as áreas desapropriadas, os terrenos aforados que tiveram os contratos suspensos e outros terrenos municipais devolutos nos fundos da chácara que deveriam ser integrados ao parque, chegar-se-ia a um total em torno de 300.000 m², área não muito inferior a do maior parque paulistano de então, o da Várzea do Carmo (D. Pedro II), que possuía cerca de 450.000 m² Os gastos com a compra de terras para a formação do parque e com as indenizações das benfeitorias existentes nos terrenos que estavam aforados atingiram, em 1911, a soma de 1.636:656$775, quase 15% do total da receita daquele ano.

O significado deste parque para a cidade vinha expresso nas palavras do prefeito: *"Apesar de ser um melhoramento esse de não pequena monta, para os cofres do Município, a administração não hesitou em iniciá-lo, fazendo essas aquisições de terrenos, convencida como está de que é preciso dotar S. Paulo de reservatórios de ar, principalmente numa zona como essa, entre os bairros do Bom Retiro e da Luz, de grande aglomeração de habitantes, de acordo com o projeto Bouvard."*

No entanto, aquela "grande aglomeração de habitantes" em sua maior parte constituída de trabalhadores e de suas famílias, ficou sem seu "reservatório de ar"

e sem sua área de recreação, utilizando, enquanto foi possível, os terrenos deixados ao abandono na várzea do Tietê como área de lazer improvisada.

A oferta de áreas verdes de recreação pela iniciativa privada – de que são exemplos a Chácara da Floresta, o Parque Antártica, o Bosque da Saúde, o Jardim da Aclimação, o Parque da Avenida –, a disponibilidade de vazios ainda não alcançados pela urbanização – que possibilitavam a apropriação informal para o recreio ou mesmo a formação de clubes e associações em diversos bairros ribeirinhos, assim como a reversibilidade para o lazer de terrenos do Estado, a princípio destinados a outras finalidades – como o Horto da Cantareira e o Jardim Botânico nas cabeceiras do Ipiranga –, devem ter contribuído, em um primeiro momento, para evitar pressões incômodas sobre a prefeitura, no sentido de prover espaços verdes para a recreação pública e gratuita.

E mesmo mais tarde, nos últimos anos da década de 20, as providências da prefeitura para a implantação de um parque nos terrenos do Ibirapuera serviram de argumento para justificar sua omissão na formação de um sistema de parques, tantas vezes proposto, no seu principal vale fluvial. A respeito disto vale lembrar que Ulhoa Cintra, no plano que elaborara em 1922 para o rio Tietê, ainda que preocupado com os gastos com as desapropriações, propunha diversos espaços públicos ao longo do vale, conectados por *parkways*, enquanto Saturnino de Brito, em 1924, reservava 930 hectares de terras não-construídas formadas por lagos e matas para a regularização do regime do Tietê e também por parques e "jardins acessórios" Em 1927, o mesmo Ulhoa Cintra, então presidente da Comissão de Melhoramentos do rio Tietê, novamente preocupado com os custos de desapropriações e alegando estar a prefeitura já empenhada em construir um grande parque na "várzea de Santo Amaro" ou seja, o futuro Parque Ibirapuera, dispensou todos os espaços livres propostos no vale retificado do Tietê, fossem eles para fins de "aformoseamento" ou para fins "utilitários" ou de "higiene" (Guaraldo, 1995, p. 149). E isto apesar de o prefeito Pires do Rio afirmar à Câmara, no mesmo ano de 1927, que *"à margem do Tietê, a municipalidade defende com energia, por atos e por ação judiciária, a posse de grandes áreas em que alguns jardins serão possíveis"*[7]

(7) Relatório de 1927, apresentado pelo dr. J. Pires do Rio, prefeito do município de São Paulo: São Paulo, Empreza Graphica Limitada, 1928, p. 25.

Em suma, a Administração dos Jardins executava a arborização e o ajardinamento dos espaços públicos, administrava o viveiro de plantas, fiscalizava e fazia a manutenção das áreas verdes. Mas ali não se planejava nem se projetava no sentido mais completo destes termos. Se havia planejamento, era um planejamento de produção do viveiro ou de execução dos serviços. Se havia projeto, era um projeto expedito, uma resposta quase imediata a um programa quase sempre simples, reduzido ao traçado de alguns caminhos e à distribuição, sobre os canteiros, da vegetação cultivada no viveiro. Mas por mais incompleto ou simples que fosse, o ato de realizar os jardins deveria envolver uma escolha, uma preferência por certas linhas e formas, por certos materiais – vegetais ou não –,

um "gosto" resultante do próprio fazer, da própria prática, ou mesmo assimilado por imitação.

O que se pretende enfatizar é que o grau de liberdade ou de invenção, inerente ao projeto, era muito restrito para aqueles funcionários da prefeitura que executavam os jardins da cidade. E também que a escolha dos espaços livres a serem tratados, a sua finalidade e o próprio modo como seriam tratados, estavam fora do alcance da Administração dos Jardins. Eram decisões tomadas em outras instâncias e pautadas nas prioridades da viação e do saneamento urbanos. Muito do que foi executado em termos de áreas verdes ocorreu, no período, em largos ou praças já existentes, ou em novos logradouros derivados de intervenções viárias. Sobre estes espaços atuava a equipe comandada por Antônio Etzel. Os projetos mais complexos e de maior visibilidade eram encomendados a terceiros.

As atribuições da unidade dirigida por Antônio Etzel e, depois, por seu filho Arthur, podiam, portanto, ser numerosas e grande a quantidade de serviço. Podiam também envolver reparos nas falhas de plantação cometidas pelas empresas contratadas – como se deu no Parque da Várzea do Carmo – mas delas não constava projetar integralmente os parques ou jardins. De qualquer modo, foi sob a coordenação dos Etzel que se executaram e se mantiveram a arborização e os jardins públicos da capital no período considerado, até a reforma administrativa empreendida pelo prefeito Fábio Prado, em 1935, com a criação da Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios.

Vladimir Bartalini
Professor do Departamento de Projeto da FAUUSP

Bibliografia

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo*. São Paulo: Edição Saraiva, 1957.

BARROS, Liliane, MOIZO, Rosana. Formação administrativa da cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, 1991.

BOSI, Ecléa. *Lembranças de velhos*. São Paulo: Queiroz Editor, 1983.

SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo intendente municipal Cesario Ramalho da Silva – 1893*. São Paulo: Typ. A vap. de Espindola, Siqueira & Comp., 1894.

_____. *Relatório de 1922 apresentado à Câmara Municipal de S. Paulo pelo prefeito dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo:* Casa Vanorden, 1923.

_____. *Relatório de 1927 apresentado pelo dr. J. Pires do Rio, prefeito do município de São Paulo* (1º vol.). São Paulo: Empreza Graphica Limitada, 1928.

DOREA, Augusta Garcia Rocha. *Aclimação – História dos bairros de São Paulo*. v. 19. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1982.

ELAZARI, Judith Mader. *Lazer e vida urbana – São Paulo – 1850-1910*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ETZEL, Eduardo. O verde na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 195, 1982.

GUARALDO, Eliane. *São Paulo, paisagem e paisagismo na primeira república*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

PONTES, José Alfredo. Em busca do verde perdido, *Memória*, ano V, n. 18, 1993.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades – Produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994.

Carlos Augusto da Costa Niemeyer

Orientadora:
Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy

URBANIZAÇÃO E LAZER A CONTRIBUIÇÃO LÚDICO-PEDAGÓGICA DOS PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO 20

RESUMO

Este artigo pretende resgatar a contribuição dos parques infantis para o processo de urbanização de São Paulo. Previstos pelos reformadores sociais nas primeiras décadas do século 20 como uma forma branda de controle social, os parques foram posteriormente instituídos durante a gestão inovadora de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da administração municipal paulistana. Descreve o caráter lúdico e pedagógico deste notável equipamento urbano, atualmente extinto, associado a uma ampla política cultural adotada pela municipalidade durante os anos de 1935-1938, como forma de inclusão da população trabalhadora. Resgata os objetivos e os paradigmas inspiradores desta tipologia arquitetônica, segundo a visão social de seus idealizadores induzidos pela necessidade de expandir lazer, cultura e padrões de higiene a uma classe trabalhadora em formação.

ABSTRACT

This text focuses on the recreational contribution of the city program playgrounds to São Paulo urbanization process. Social reformers introduced this program thought in the first decades of the twentieth century as a form of social control. Mário de Andrade's innovator administration at city government of culture assumed a recreational and pedagogycal character to the leisure program offered in this remarkable urban equipment associated created as pant of a broad cultural politicy between 1935 e 1938. Focuses on the objectives and the models inspirated and the arquitectural typology according to the social views of its idealizers induces on the necessity to expand leisure, culture and hygiene standards to the in formation working class.

"Deixai vir a mim as criancinhas, quer dizer: deixai que sejam crianças, que cresçam com o sorriso nos lábios e com a fronte levantada para o céu, porque é estúpido que se consiga a riqueza com o sangue das suas veias e com a medula dos seus ossos, ao preço de sua inocência e da bondade de sua alma." (*Boletim da Escola Moderna*, 01/05/1919).

"O intelectual verdadeiro, por tudo isso sempre há de ser um homem revoltado e um revolucionário, pessimista, cético e cínico: fora da lei." (Mário de Andrade)

O presente artigo constitui uma síntese de alguns aspectos abordados na pesquisa de mestrado desenvolvida na FAUUSP entre 1998 e 2001, intitulada *A criação de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: O caso dos parques infantis de São Paulo (1934-1954),* na qual procuramos resgatar a história social e arquitetônica de uma tipologia funcional, atualmente extinta, de notáveis desdobramentos na concepção futura de equipamentos urbanos, notadamente lúdicos e escolares: a dos parques infantis. Prevista pelos reformadores desde a década de 20 dentro de uma perspectiva de reforma social, os parques serão incorporados às políticas de urbanização da cidade a partir da década de 30, durante o governo municipal de Fábio Prado, como parte de um ambicioso projeto político-pedagógico capaz de mudar os destinos de uma sociedade que se pretendia educada e higienizada.

É certo que as duas primeiras décadas do regime republicano foram as responsáveis por introduzir as bases da economia industrial no Brasil. A nova ordem jurídica que então se firmava institucionalizou mudanças profundas em um país recém-liberto das amarras da escravidão, permitindo gerar condições necessárias para a modernização das relações de trabalho e o desenvolvimento de novas formas de produção, segundo o modelo capitalista emergente.

Preocupadas em estabelecer um contraste com o período anterior, as primeiras administrações republicanas tiveram como objetivo fundamental promover a "modernização" das cidades brasileiras. O ideal de progresso era latente em um regime que pretendia a qualquer custo apagar vestígios das velhas patologias coloniais indutoras do visível atraso econômico e social que o país mantinha perante as nações desenvolvidas da época. As novas elites republicanas, em geral ligadas a setores agrários e ávidas por encontrarem um lugar para o país na então "nova" divisão internacional do trabalho, impuseram a necessidade de levantar atraentes fachadas urbanas dentro dos cânones do ecletismo em voga, como forma de assegurar um cenário condizente com as novas relações econômicas e políticas que se estabeleciam.

Não obstante o caráter social excludente dessas reformas urbanas que, em geral, confundiam remoção da pobreza com remoção dos pobres, tais intervenções tiveram também como fator determinante a necessidade de se implantar programas de saúde pública nas cidades, constantemente assoladas por graves surtos epidêmicos. Procurava-se, assim, anular as causas da desqualificação do país diante dos modelos civilizatórios mais afamados, aos quais as gestões burguesas buscavam se identificar, promovendo uma política higienista de grande envergadura, ao mesmo tempo em que impunham pretensiosas obras de renovação urbana. O objetivo dessas intervenções era obter uma paisagem urbana limpa, sadia e moderna, por meio de um "completo" saneamento da cidade que se urbanizava, sendo, esta, parte imprescindível do projeto republicano de nação que se pretendia realizar a qualquer custo. Não me refiro a um saneamento físico somente, mas a um saneamento social e cultural, afinado com as exigências de um projeto modernizador da sociedade, que impunha com isso o compromisso de reproduzir razoavelmente sua força de trabalho à medida que as necessidades do estado capitalista se industrializava.

Esse é o momento decisivo em que as intervenções urbanas passam também a incorporar novos conceitos urbanísticos fortemente assentados em novos padrões éticos e morais. Caberia à ciência urbanística, naquele momento histórico do processo urbanizador, o papel de disciplinar os comportamentos sociais, ensinando os cidadãos a viverem em coletividade, negando pelo citado "saneamento" cultural, velhos hábitos e costumes ditos coloniais, que viessem a obliterar os inadiáveis caminhos da modernidade republicana. Será nesse vasto campo de pensamento e ação, que atuarão higienistas e reformadores sociais nas primeiras décadas do século 20, reproduzindo nas grandes cidades brasileiras novas concepções organicistas baseadas em freqüentes analogias entre a saúde da cidade e a do ser humano. No âmbito do cidadão, essa teia de saberes será responsável por colocar em prática um projeto médico-pedagógico de higienização social, centrado na figura do educador sanitário. Em São Paulo, essa estrutura médico-pedagógica será proposta nos anos 20 pelo médico sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza, quando ocupava a direção do Serviço Sanitário do estado, entre 1922 e 1927, acumulado com a direção do Instituto de Higiene, instituição modelar na formação de educadores sanitários preparados para o esforço modernizador centrado na higienização social.

Essa responsabilidade também se fez presente, significativamente, no pensamento da primeira geração de urbanistas nacionais, com destaque para a ação profissional do engenheiro sanitarista Francisco Saturnino de Brito (1864-1929), considerado um dos patriarcas da engenharia sanitária no país. Saturnino de Brito, para quem a *"salubridade de uma cidade se aprecia pela saúde de seus habitantes"* (Brito, 1902: 7), já apontava entre os desejáveis "melhoramentos municipais" que propunha às velhas estruturas urbanas uma correspondente

"assistência pública" por meio de *"escolas, jardins e parques, e campos de educação física"* (Brito, 1944: 161), como forma de conscientizar a população para os pressupostos da higiene social. A cidade moderna, na concepção dos higienistas, emergia como um objeto a medicalizar, impondo um controle social sobre os usos e os meios, daí decorrendo a noção de *salubridade* e *higiene pública.* Nessa ampla esfera de ação e controle "político-científico" do meio urbano, entendido aqui não apenas no sentido físico, mas na escala do indivíduo e de sua família, se aquilatará a importância dos processos educativos na consolidação de uma nova mentalidade cívica que desse sustentação às práticas higiênicas postas em relevo.

Ao consolidar-se como uma disciplina moral e estética aplicada aos diversos setores da atividade humana, agora abarcadas sobre o manto único da higiene social, disciplina que propunha a melhoria das condições de saúde pública pelos procedimentos higiênicos aplicados ao corpo da sociedade, tais práticas visavam promover uma adequada reprodução das "classes laboriosas" garantindo, com isso, a normalidade social. No âmbito das relações de trabalho, o surgimento do *tempo livre* do trabalhador, como conseqüência direta da organização das forças produtivas do capitalismo industrial, e a emergência do *lazer* enquanto fenômeno cultural decorrente de uma sociedade cada vez mais urbanizada e laicizada, determinarão novas políticas sociais, sendo estas direcionadas para agir pedagogicamente no futuro comportamento social do trabalhador.

Esse amplo destaque dado à saúde pública e aos seus serviços correlatos atingirá todas as instituições de "higiene especializada" tendo sido o aparelho escolar, desta maneira, considerado alvo prioritário dessa política higiênica. O ideal de reforma eugênica da classe trabalhadora, que tanto entusiasmara os reformadores sociais, tinha nos processos educativos a possibilidade concreta de construir uma sociedade homogênea, escolarizada, moralizada, enfim civilizada, sendo vista então, na ótica republicana, como um fator de progresso social.

Nesse contexto, os espaços públicos de lazer, alçados à nova condição funcional a serviço do tempo livre, passam a ganhar destaque no processo histórico de urbanização de São Paulo. É quando começa, a partir dos anos 20, a consolidar a idéia de um lazer "dirigido" e higienizador por parte de reformadores atentos a bem-sucedidos paradigmas estrangeiros vindos, sobretudo, dos Estados Unidos, que já experimentavam um extraordinário avanço no desenvolvimento de sistemas recreativos de massa. Esse é o momento em que se permitirá introduzir em São Paulo uma variante da tipologia arquitetônica dos *reform parks.* Espaço funcional de grande notabilidade, essa tipologia reformadora, introduzida naquele país a partir de 1900, marca um momento de ruptura do ideal contemplativo com a conseqüente valorização do lazer "ativo" dando margem ao aparecimento dos primeiros *playgrounds* e demais equipamentos lúdicos como proposta de lazer de massa. Em São Paulo, seu oferecimento dar-se-á também no interesse da

preservação social, exigência de um padrão econômico e populacional em mudança diante da rápida urbanização da cidade, cabendo destacar que nessa época os usos do *tempo livre* ainda dividiam os reformadores quanto ao seu verdadeiro papel na sociedade do trabalho, sendo por isso, em geral, incorporados a um discurso moralizador e institucional.

Ao entrarmos na década de 30, assistimos à ascensão do regime getulista, impondo a industrialização do país pela via autoritária, em um discurso ambíguo de cooptação do trabalhador por meio de uma nova legislação social. Nesta, o lazer do trabalhador em seu *tempo livre,* recém-institucionalizado na Constituição de 1934, servia como suporte a uma retórica eugênica da sociedade em que o estímulo estatal à produção de espaços lúdicos acabará por obedecer a uma lógica dirigida a objetivos de formação do cidadão-soldado, obediente, dócil e trabalhador. Será neste contexto de cidadania regulada, tendo até então a função catártica do lazer servido a propósitos de controle social, que surgirá, como um contraponto ideológico, a progressista idéia dos parques infantis em São Paulo, institucionalizados durante a gestão de Fábio Prado na prefeitura paulistana (1934-1938).

O programa dos parques infantis será desenvolvido por personagens ilustres da cultura nacional, induzidos pela busca de soluções concretas para atenuar os rigores da crise social existente naqueles decisivos anos de consolidação do industrialismo nacional. Dentre estes, destacamos a participação entusiasta do poeta Mário de Andrade (1893-1945) como primeiro diretor do então Departamento de Cultura, em que os parques se afiguravam como um projeto de forte impacto social agregado a uma ampla política cultural adotada no município. Contudo, encontramos as raízes inspiradoras do programa sendo gestadas desde a década anterior, dentro de um discurso pedagógico-moralizador que unirá instituições e personagens públicos em uma rede solidária de ações voltadas à tarefa de colocar em prática mecanismos para promover a tão sonhada reforma social. Será nesse momento de maturação dos dispositivos para orientar a transformação da sociedade, de elaborar estratégias e meios para administrar os valores essenciais da higiene (moral e física) e da saúde, visando formar e preservar a força de trabalho dos quais surgirão as primeiras propostas lúdico-assistenciais concebidas dentro do espírito moderno de "sanear pela educação"

"Nutrir, educar e recrear" o ideal reformador

As novas condições sociais, econômicas e culturais que permearão a década de 20 em São Paulo, geradas em virtude do acelerado processo de industrialização e urbanização que ocorria, provocou um estado geral de inquietação com profundas repercussões em todos os campos do conhecimento.

Período de renovação da sociedade, será em meio a toda essa efervescência cultural que se dará a crença no poder restaurador da educação como forma de construção de uma sociedade nacional forte, educada e higienizada. Dentre os reformadores mais diretamente envolvidos nesse processo, destacamos a figura do eminente sociólogo e educador Fernando de Azevedo (1894-1974), pioneiro nas reformas pedagógicas que, a partir dos anos 20, questionará o modelo tradicional vigente, denunciado por sua concepção social vencida e reprodutora do *status quo.* Foi redator do famoso manifesto *escolanovista,* marco histórico da pedagogia no Brasil, de grande influência sobre a política educacional do governo paulista pós-revolução (1932). Esse documento propunha de forma pioneira a criação de "instituições complementares peri-escolares e pós-escolares" já com a tríplice função de "nutrir, educar e recrear", dando contorno à proposta de dotar a cidade de recreios dirigidos na perspectiva de promover formas diferenciadas de assistência à criança e ao adolescente. Segundo os reformadores:

"*Em tese, os campos de recreio são organizados para, em cidades congestionadas, superlotadas e com falta de espaço, completar a educação da criança e adultos, dando-lhes ambiente são, recreação saudável e exercícios físicos apropriados, para auxiliar a formação ou conservação de melhores cidadãos.*" (Rodrigues, J. *Revista Educação Física*, abr. 1936)

Ao mesmo tempo em que valorizará a educação e a higiene, a década de 30 trabalhará a questão da ociosidade de crianças e adolescentes, sobretudo aquelas vindas de famílias operárias, de maneira a evitar supostos "desvios" de comportamento, indesejáveis aos olhos de uma sociedade conservadora. Vale destacar que a *educação* e a *cultura,* por pressão de setores "ilustrados" politicamente envolvidos com os *constitucionalistas* de São Paulo, ganhará capítulo a parte na nova Carta Constitucional Pós-Revolução, em 1934, exigindo maior atenção das municipalidades na implementação de "sistemas educativos" fato gerador que estimulará a criação de programas voltados à difusão de recreios dirigidos.

Em sua obra *Da educação física,* editada pela primeira vez em 1920, Fernando de Azevedo antecipou a intenção de *"atrair para lugares higiênicos a mocidade pobre e operária"* (op. cit., p. 84), esboçando os fundamentos teóricos que levariam, mais tarde, à criação dos primeiros parques infantis paulistanos. Buscava, assim, solucionar um problema "social, étnico e econômico" não escondendo, o ilustre educador, como muitos de sua época, o entusiasmo pelas virtudes da ciência galtoniana enquanto instrumento metodológico para construção eugênica do homem brasileiro. Ao enxergar no lazer ativo uma alternativa eficiente de reprodução social dentro da concepção de moldar corpos e mentes sãs, pela educação física, Azevedo será o primeiro a esboçar um programa de necessidades, dimensionamento e estudo de implantação de "Praças

de Jogos", como eram chamados os *playgrounds* construídos, (mas não inaugurados) na curta gestão do urbanista Anhaia Mello (1930-1931), dentro de propósitos buscados para a humanização da cidade.

Ao discorrer sobre a "instalação de uma praça ideal" Fernando de Azevedo antecipa de forma pioneira um completo programa arquitetônico para construção de recreios dirigidos, tendo como base os homônimos estrangeiros, e que servirá como parâmetro para o modelo oficial de parque infantil adotado pela municipalidade na década seguinte. O autor preconiza a instalação dos parques em terrenos "secos e espaçosos" em dimensões não inferiores a 100 x 150 m, "afastado de ruas de grande trânsito e exposto amplamente a ar puro" conforme recomendava os manuais de higiene. Adotará, também, a segregação espacial por sexo, seguindo um paradigma de organização de inspiração taylorista comum ao modelo *reform* norte-americano, já bem conhecido de nossos reformadores mais afetos à questão do lazer. Ao centro, essas praças esportivas se abriam às instalações comuns: o "estabelecimento balneário e a piscina" Além dos anexos cobertos (administração, consultório médico, refeitório, sanitários, etc.) descreverá os demais componentes funcionais do espaço lúdico os quais transcrevemos na íntegra:

"1. Espaços livres para correr e de campos de jogos: um de areia e outro de relva (substituível por um rinque de patinação), para os meninos, e outro, gramado, para as crianças e meninas; cada um dos quais pode servir não só para jogos de turma como para danças, evoluções artísticas, em dias de festas;

2. um tanque de vadiar (um de 13,50 m e outro de 15,00 m de diâmetro, com seus respectivos deslizadores (...)

3. um abrigo ou galeria de refúgio contra a chuva;

4. uma pérgula circular;

5. dois caramanchões;

6. uma sala de ginástica (...);

7 um pátio de aparelhos para distração ao ar livre, de caráter higiênico e educativo: a) baterias de gangorra; b) escadas horizontais; c) deslizadores ou planos inclinados (...); d) pórticos de madeira ou de aço com balanços, escadas de cordas, etc.; e) um carrossel ou passo volante (...);

8. oito stands ou caixas de areia (...);"

Lembramos ainda da importante contribuição do urbanista Anhaia Mello na codificação de uma nova sensibilidade urbanística, que apontava para a modernização funcional dos espaços livres. Afeto às experiências urbanas de vanguarda, Anhaia Mello, que também colaborará na organização do Departamento de Cultura, proporá estudos para implantação de um "sistema geral de recreios" na cidade, incluindo a construção de parques infantis, motivada pela nova realidade urbano-industrial que se descortinava. A temática do lazer, fruto das utopias modernas que se estabeleciam naquele período desenvolvimentista,

tendo o coletivo sido objeto de novas soluções programáticas voltadas às necessidades de massa, deu origem a vários ensaios acadêmicos publicados pelo urbanista nos *Boletins do Instituto de Engenharia* desde fins da década de 20. Em sua curta gestão no executivo municipal, Anhaia Mello permutará com a família Jafet um terreno, situado no bairro do Ipiranga, que propiciará a construção do primeiro parque infantil paulistano, baseado em estudos de implantação desenvolvidos por Fernando de Azevedo por solicitação de Comissão da Câmara Municipal, constituída para este fim. Em seguida repetirá a mesma iniciativa no Parque D. Pedro II e no bairro da Lapa, populosas zonas operárias paulistanas, iniciando obras que somente serão inauguradas no início da gestão de Fábio Prado.

É interessante colocar que os parques infantis somente ganharão tal denominação no governo Fábio Prado, por meio de ato administrativo, motivada por pressões de setores conservadores da sociedade, receosos quanto à real significação do termo "jogos", temendo alguma relação com *jogos de azar,* ocasião esta em que se tornará de fato um importante programa de recreação popular dirigida como um amparo à classe trabalhadora. Enquanto "obra de educação higiênica e preservação social", os parques se constituíam em espaços lúdico-assistenciais, extra-escolares, destinados a oferecer um ambiente "higiênico" e acolhedor que "atrai" jovens trabalhadores em busca de lazer, promovendo assim, segundo Fernando de Azevedo, uma proteção *"contra os elementos disgênicos, que possam obstar ao desenvolvimento da saúde e do senso moral, geralmente deturpado e desviado pelos maus exemplos domésticos e por todos os vícios das ruas"* (Azevedo, 1960: 310-13).

Sua estrutura voltada ao lazer dirigido, entendido aqui como aquele que não dispensará os cuidados de recreadores e higienistas, responsáveis pela organização de suas atividades, tinha sempre em mente agir pedagogicamente, com base em uma extensa e convidativa programação lúdica:

"Em todo o projeto procuramos, aliás, adotar como distrações, aparelhos antigos e modernos (como gangorras, deslizadores, carrossel, etc.), destinados a diversões de tal natureza que obriguem a criança à atividade, e em que se aliem, portanto o caráter recreativo e educativo." (Azevedo, 1960: 313)

Concomitante à precípua finalidade higiênica e educativa, o programa incorporará também uma outra dimensão; esta assentada na necessidade de desenvolver um "espírito nacional" condizente com aquele otimismo pedagógico que se vivia na década de 30. Exigência de setores ilustrados das elites dirigentes paulistanas, seduzidas pelo ideal nacionalista de apropriação de uma identidade brasileira em uma época conhecida pela farta influência de modelos político-ideológicos de construção nacional. Importará em uma ampla valorização da cultura brasileira, do "elemento" nacional, representado em cada componente físico ou simbólico utilizado na construção e na gestão dessas praças esportivas,

servindo como forma de atenuar ou "abrasileirar" a influência cultural imigrante fortemente instalada nos bairros operários:

"Mas não bastará que estas praças sejam úteis, isto é, aparelhadas praticamente com o necessário para o fim higiênico e recreativo que se propõe. Não bastará que sejam belas e convidativas. É preciso também que sejam núcleos de espírito nacional." (Azevedo, 1960: 319)

Os parques infantis incorporarão esse ideário em sua fase arquitetônica neocolonial (nas primeiras unidades), tida por Fernando de Azevedo como imagem da "modernidade" referindo-se a esta como contraponto à arquitetura eclética fortemente consolidada na cidade. O "caráter nacional" dos parques deveria manifestar-se pedagogicamente nesses elementos concretos tanto quanto na "direção" do estabelecimento, pelo resgate de "jogos nacionais" oriundos de nossa cultura popular, mais tarde institucionalizados na sólida intenção social do Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade.

Atento ao termômetro social, o prefeito Fábio Prado irá declarar que *"cego ou completamente alheio ao que se passa em torno é o administrador que não admite as profundas modificações na sociedade humana"* (Abdanur, 1992), referindo-se às novas questões relacionadas à saúde e à educação do trabalhador, colocadas pelos emergentes modelos de gestão socialista que aportavam naquela época, em um contraponto ao capitalismo negligente. A intenção de Fábio Prado será também propor limites à ação ideológica de grupos anarco-sindicalistas em ascensão, tomando seu espaço por meio de uma política voltada à preservação da classe operária, e com isso alcançar uma paz social, interessante aos propósitos das elites ilustradas da qual fazia parte. Em sua operosa gestão, iniciará uma ampla reforma administrativa, tendo no escritor e jornalista Paulo Duarte, seu chefe de Gabinete, um importante e decisivo colaborador. É deste último a proposta de criação do Departamento de Cultura e Recreação, antiga aspiração de um pequeno grupo de intelectuais modernistas ligados fraternalmente a Duarte[1], meta esta tão ambiciosa quanto contagiante em seus objetivos mais velados.

A idéia de "mudança" presente no ideário modernista tornar-se-á adequada aos interesses hegemônicos de setores ilustrados das elites paulistas a procura de novas formas para se contraporem à ascendência política do governo federal. Caberá a Paulo Duarte, na condição de assessor do prefeito, servir de ponte para a consecução deste objetivo, costurando uma composição de interesses entre "ilustrados" e modernistas. O resultado mais visível deste enlace político se dará na criação do Departamento de Cultura, cuja minuta de criação merecerá as atenções de intelectuais como Mário de Andrade, Plínio Barreto, Anhaia Mello, Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, além do próprio Paulo Duarte. O Ato Municipal n. 861, publicado no *Diário Oficial* em 3 de maio de 1935, tendo Mário de Andrade como seu primeiro diretor, a convite de Paulo Duarte, transformará o sonho em realidade, iniciando uma tentativa profícua de expansão

(1) Faziam parte deste grupo, *Mário de Andrade, Antônio de Alcântara Machado*, Tácito de Almeida, *Sergio Milliet*, Antônio Carlos de Barros, Henrique da Rocha Lima, *Randolfo Homem de Mello* e Rubens Borba de Moraes (em itálico, os que serão convidados a participar do Departamento de Cultura). In: DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edarte, 1972, p. 55.

cultural às massas, jamais vista no município (Sampaio, 1999). Parques infantis, programas esportivos para a classe trabalhadora, bibliotecas populares, entronização de eventos educativos são apenas uma amostra do estabelecimento de uma ampla política de promoção social no município, revelando uma concepção de gestão que enxergava na expansão do lazer e da cultura um eficiente instrumento de prevenção social.

A idéia de defesa da cultura nacional, sempre presente nos discursos de Mário de Andrade e de todos os intelectuais modernistas que agora se viam circunstancialmente no poder, significou uma rara oportunidade de problematizar a questão cultural como um modelo de gestão progressista que se pretendia adotar ao país. A administração paulistana serviria como uma imagem concreta do ideal modernista. Por isso enxergavam no Departamento de Cultura o embrião do futuro Instituto Brasileiro de Cultura, meta ambiciosa e fundamental para colocar o estado e o país na rota da modernidade, adquirindo, assim, respeitabilidade internacional. Para a consecução deste ideal, apostavam suas fichas na candidatura Armando Salles de Oliveira à presidência da República, o que levaria à promoção nacional de uma política consolidada em uma identidade de propósitos alicerçada em novos paradigmas morais e culturais. Intenção esta, como sabemos, inviabilizada pelo golpe do governo federal, em 1937 instalando o Estado Novo, e, em decorrência, inserindo novas prioridades na ação política, distantes, porém, daquele efêmero ideal progressista.

Os parques infantis na gestão Mário de Andrade

Para o poeta e educador Mário de Andrade, a infância e a classe operária tinham nos parques infantis seu objetivo explícito, segundo se apreende em seu discurso no qual pregará a socialização da cultura, até então prerrogativa das camadas privilegiadas da população, como forma de ampliar direitos de cidadania. Enquanto parte de um projeto cultural que a prefeitura tornará realidade com a criação do Departamento de Cultura, os parques infantis têm seus antecedentes gestados ainda no governo anterior. Será na administração Antônio Carlos Assumpção, pelo Ato n. 590 de 26 de março de 1934, que se implementará os primeiros alicerces de uma política de recreação e lazer na cidade, carregando em sua origem objetivos reformadores. A "Comissão de Recreio Municipal" constituída por este ato dará um passo firme nesse sentido, ao considerar o "recreio ativo e organizado" como um "dever social" já prevendo os "benéficos efeitos morais e físicos dele decorrentes"

Será com base nesses trabalhos então iniciados em 1934 que, em seguida, será criado o "Serviço Municipal de Jogos e Recreio para Crianças" pelo Ato n. 767 de 9 de janeiro de 1935, já na gestão Fábio Prado, que virá

posteriormente a chamar-se "Serviço Municipal de Parques Infantis" Este ato enfatizará a necessidade de expandir atividades lúdicas na cidade dentro dos propósitos previstos: *"despertar nas novas gerações o gosto e criar o hábito de empregar seus lazeres em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico"* dispunha aquele instrumento administrativo. Considerará os "jogos" como *"construtores essenciais da vida social e fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais, como a solidariedade, a comunicabilidade e a cooperação"* Por este aspecto, priorizará o lazer infanto-juvenil, em face da exigência constitucional de estabelecer formas efetivas de assistência a este segmento da população, considerado o mais frágil diante das novas condições sociais existentes:

"(...) os parques de recreio e de jogos inspirados nesse ideal de promover o bem-estar da infância que se desenvolve frequentemente em más condições higiênicas e morais, constituem, sobretudo em bairros pobres, um meio poderoso de derivar as crianças de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade, para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle dos poderes públicos." (Ato n. 767/35. RAM, fev. 1935)

Tais condições urbanas, marcadas pelo padrão de crescimento explosivo de uma cidade cuja população ultrapassara a um milhão de habitantes nessa década, concorrerão para estabelecer os objetivos preservadores desse ato, cuja importância, dada em conjunto à *higiene* e *à educação*, traduz o meio dinâmico de preservação social idealizado pelos reformadores. Essa intenção inspirará o conteúdo pedagógico dos parques infantis enquanto paradigma de educação extra-escolar voltado à proposta de mudança das mentalidades, em uma perspectiva de longo prazo. O Ato n. 1.146/36 introduzirá disposições funcionais, em que caberá aos "instrutores sanitários" a importante tarefa de:

"(...) zelar pela saúde das crianças (...); investigar sobre as condições sanitárias do meio social de que provenham (...); orientar as atividades recreativas da criança (...) sem lhes perturbar ou ameaçar a liberdade e a espontaneidade nos jogos (...); promover a prática de todos os jogos (...); aproveitar as oportunidades que lhes proporcionar o interesse das crianças para lhes ministrar a educação física sistematizada por meio de exercícios adequados" (Ato n. 1.146/36. RAM, jul. 1936).

Caberá ao jornalista e advogado Nicanor Miranda dirigir a recém-criada Divisão de Educação e Recreios (até 1945), subdivisão do Departamento de Cultura, atendendo ao convite do prefeito Fábio Prado. Sua indicação se dará pelo notório conhecimento e posição intransigente em defesa da construção de *playgrounds* na cidade, tomada pelas diversas matérias jornalísticas redigidas na condição de redator do *Diário Nacional*, órgão oficial do Partido Democrático, e notório veículo aberto às idéias modernistas. Miranda tivera oportunidade de conhecer os congêneres uruguaios e argentinos, em especial a experiência portenha com suas *plazas de juegos para niños,* equipamento de grande

notabilidade naquele país. A partir de um maior contato com o urbanismo norte-americano, em destaque em nosso meio, também assimilará a rica experiência daquele país que já colhia os frutos da política inclusiva do *New Deal*, com prioridade absoluta ao lazer de massa como forma de mitigar a crise econômica e social existente naqueles conturbados anos 30. Ao assumir a Divisão de Jogos e Recreios, Miranda conhecerá pessoalmente os *reform parks,* tipologia de parque recreativo com objetivos assistenciais existentes desde 1900 por meio de missões de intercâmbio cultural entre o Departamento de Cultura e a norte-americana National Recreation Association.

Baseando-se nas propostas de nosso movimento *escolanovista*, cujas origens inspiradoras encontravam-se nos movimentos homônimos europeus e norte-americanos, os parques infantis refletiam os objetivos de superar velhos conceitos no campo da pedagogia, para a qual a infância passara a ser encarada como uma etapa necessária da vida humana. Decorrerá daí a importância de valorizar sua interação com o meio ambiente, em termos físicos e psicológicos, segundo as novas teorias em voga, sendo o lazer visto agora como estimulador de uma nova educação. Uma educação baseada na solidariedade e na cooperação, princípios básicos de uma boa convivência entre as classes. Os parques são, portanto, o resultado concreto desse processo de renovação pedagógica previsto pelos intelectuais progressistas, preocupados em formar uma sociedade educada, à altura das novas premissas em jogo. Implantados em generosos sítios urbanos reservados nas proximidades de bairros operários, os parques infantis buscavam incentivar o lazer na natureza com suas instalações amplas e ventiladas, e amplo *playground*, caracterizando o ambiente de salubridade e preservação requerido pelos higienistas a esta tipologia arquitetônica, segundo descreve Nicanor Miranda:

"Cada parque infantil possuía, no mínimo, um campo gramado, um abrigo-mor, com salas de instrutores, sala de médico, chuveiro, instalações sanitárias, além de dois galpões laterais ao abrigo-mor. Várias espécies de aparelhos tais como balanços, gangorras, passos gigantes, carrocéis, deslizadores, toros de equilíbrio e outros estão distribuídos pelo campo, além de um tanque de vadiar e taboleiros de areia" (Abdanur, 1992: 101)

A gestão Mário de Andrade no Departamento de Cultura (1935-1938) construirá três parques infantis, além da já existente unidade do Ipiranga, inaugurada na gestão do prefeito Antônio Carlos Assumpção. Os que passaram a funcionar por intermédio do departamento foram o de Santo Amaro, da Lapa e do Parque D. Pedro II. Pesquisas encomendadas pelo departamento apontavam um registro diário nas unidades do Ipiranga e da Lapa, de 1.651 crianças assistidas em turno integral (Abdanur, 1992: 101). A unidade localizada no Parque D. Pedro II registrará, em 1938, uma afluência diária no período noturno de cerca de 300 jovens que a este se dirigiam em seu *tempo livre* em busca de lazer (RAM, jul. 1938). Mário de Andrade ainda se empenhará na construção de três

novos parques infantis, deixando-os prontos para serem inaugurados na gestão seguinte: as unidades da Barra Funda, Catumbi e Vila Romana, incorporando ao programa arquitetônico *"pistas de corrida, locais para jogos atléticos e esportivos, campos de futebol, quadras de bola ao cesto e piscinas"* (RAM, jul. 1938), dando o formato final a este equipamento voltado essencialmente à recreação ativa, amenizadora das ansiedades e tensões produzidas pela sociedade do trabalho.

Atendiam, os parques, a faixa dos 3 aos 12 anos em período diurno, ficando as demais faixas etárias, incluindo adolescentes e jovens trabalhadores (até 21 anos), para o período noturno, com a denominação de Clube de Menores Operários e/ou Centro de Moças. Conservarão, em sua essência, os princípios *froebelianos* e sua *Paedagogigg des Kindergartens*[2], não dispensando uma base empírica que os notabilizará, com uma programação de forte conteúdo cultural voltada às nossas particularidades sociais, ao contrário dos congêneres estrangeiros mais inclinados às questões pedológicas.

Mapeando as aspirações populares pelas constantes pesquisas sociológicas no intuito de melhor compreender o universo do público assistido, o padrão de cultura popular, suas tradições e crenças, o Departamento de Cultura procurava suprir as necessidades lúdicas da população, dando ênfase a programas que valorizassem e difundissem nossas raízes culturais no meio operário, que, como sabemos, era consideravelmente estrangeiro. Para Mário de Andrade, o componente lúdico oferecido permitia imensas possibilidades para instrumentalizar tal expansão cultural por ele proposta. Pesquisas recentes na área de educação entrevêem uma certa semelhança de propósitos entre as intenções progressistas dos parques infantis com as da moderna pedagogia marxista difundida por Liev Vigótski, de grande impacto social na Rússia pós-revolução (Faria, 1999). Essa influência pouco conhecida de Mário de Andrade permite-nos entender sua forte inclinação para experiências lúdico-culturais, a exemplo daquela importante experiência socialista, marcando as múltiplas influências sofridas pelos parques infantis em São Paulo.

Incorporados a um projeto de urbanização da cidade durante a gestão de Fábio Prado, os parques foram uma experiência pioneira no campo educacional, porém não escolar, de promoção do lazer e da cultura em São Paulo, e que acabarão por revelar notáveis desdobramentos sob o ponto de vista da educação e da arquitetura nacional[3] Apontam para a atualização, mesmo em termos internacionais, de uma proposta pedagógica posta em relevo pelo manifesto escolanovista, resultante desse momento crítico em que se problematizou a cultura em nosso país, iniciada com a Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922), tornando-se um paradigma de equipamento urbano com fins sociais.

A continuada depuração desta tipologia reformadora, extinta nos anos 70, correspondeu plenamente aos anseios de ampliação da cidadania e de preservação social; estes condizentes com a proposta modernista de inserção

(2) Os *Kindergarten*, espécie de embrião dos "jardins de infância", foram criados pelo pedagogo alemão Friedrich Froebel (1782-1852), favorecendo o estímulo ao desenvolvimento infantil com uma proposta fortemente baseada em atividades lúdicas e pedagógicas. A proposta terá notáveis desdobramentos a partir da tese inglesa em voga da comprovada "influência" do jogo sobre as emoções humanas. A partir daí surgirão as primeiras propostas de *parques infantis*, difundidas na Europa e, posteriormente, nos EUA (1886) onde, incorporando-se ao *Parks Movement*, ganhará contornos próprios ao estabelecer um novo paradigma de lazer organizado, vindo a consolidar a tipologia dos *parques de recreio* (*playgrounds*). A proposta dos parques infantis paulistanos foi significativamente influenciada por este modelo (Niemeyer, 2001).

(3) A partir de 1950, com o "Convênio Escolar", o planejamento moderno assume uma posição definitiva e coadjuvante ao modelo pedagógico ativo e progressivo divulgado pelo educador Anísio Teixeira, segundo teoria do filósofo e educador Jonh Dewey (1859-1952), da qual era tributário. A tipologia dos parques infantis entram em sua fase mais madura, adotando uma concepção moderna e utilitária, sendo então vistos como agrupamentos unitários e pontos focais da integração comunitária; proposta esta defendida pelo arquiteto Hélio Duarte (1906-1989), coordenador da equipe de arquitetos que projetará as unidades do convênio entre 1949 e 1952. A equipe traduziu as novas expectativas em princípios programáticos, vindo a constituir-se *"na primeira comissão de serviço público a adotar a arquitetura contemporânea como programa de trabalho"* (*Acrópole*, n. 314, 1965: 25).

consciente do país na órbita da modernidade, não obstante os percalços que sempre acompanharam a trajetória do programa[4]. Concluindo nesses termos, podemos dizer que os parques infantis foram uma proposta moderna e social, oferecida no contexto de busca de uma política cidadã de desenvolvimento urbano, implantados nos anos 30 com o objetivo de alimentar a "cultura do espírito" como disse certa vez o poeta Mário de Andrade, privilegiando interesses lúdicos e culturais fortemente presentes em uma planta arquitetônica de poucas salas (nenhuma de aula), muitas árvores, areia e brinquedos.

(4) A título de ilustração, o governo Fábio Prado previu construir 60 unidades durante seu mandato (1934-1938), proposta esta inviabilizada pelo golpe do Estado Novo. A gestão *estadonovista* do prefeito Prestes Maia (1938-1945) herdou sete parques da gestão anterior, sendo quatro em funcionamento, três por inaugurar e nenhum integralmente construído em sua gestão, caracterizando seu desprezo pela manutenção do programa (Duarte, 1971). A partir de 1956 inicia-se uma lenta transformação de uso nos parques infantis ao incorporar forçosamente as novas classes escolares previstas pela rede municipal de ensino; vindo, em 1972, a transformar-se definitivamente nas atuais Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs). Em que pese tal necessidade, verificamos que sua evolução não seguiu a tendência dos congêneres estrangeiros, incorporados na trama urbana como *parques de vizinhança*, apesar da forte demanda existente por este tipo de equipamento.

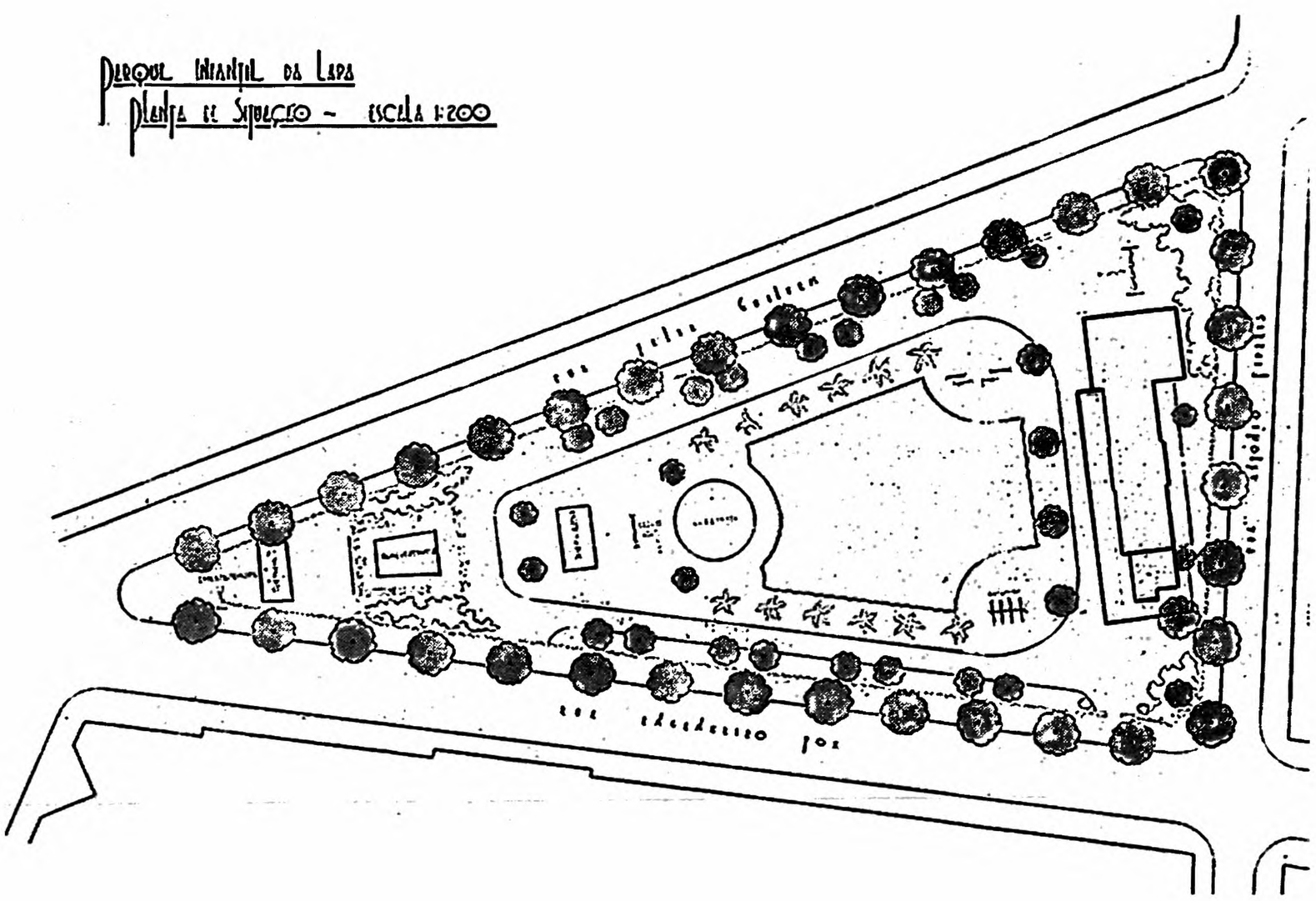


Figura 1
Parque infantil da Lapa (1948). Implantação típica ocupando toda uma quadra, com seus amplos espaços livres arborizados e forte impacto visual na trama urbana
Fonte: NIEMEYER, 2001, p. 176

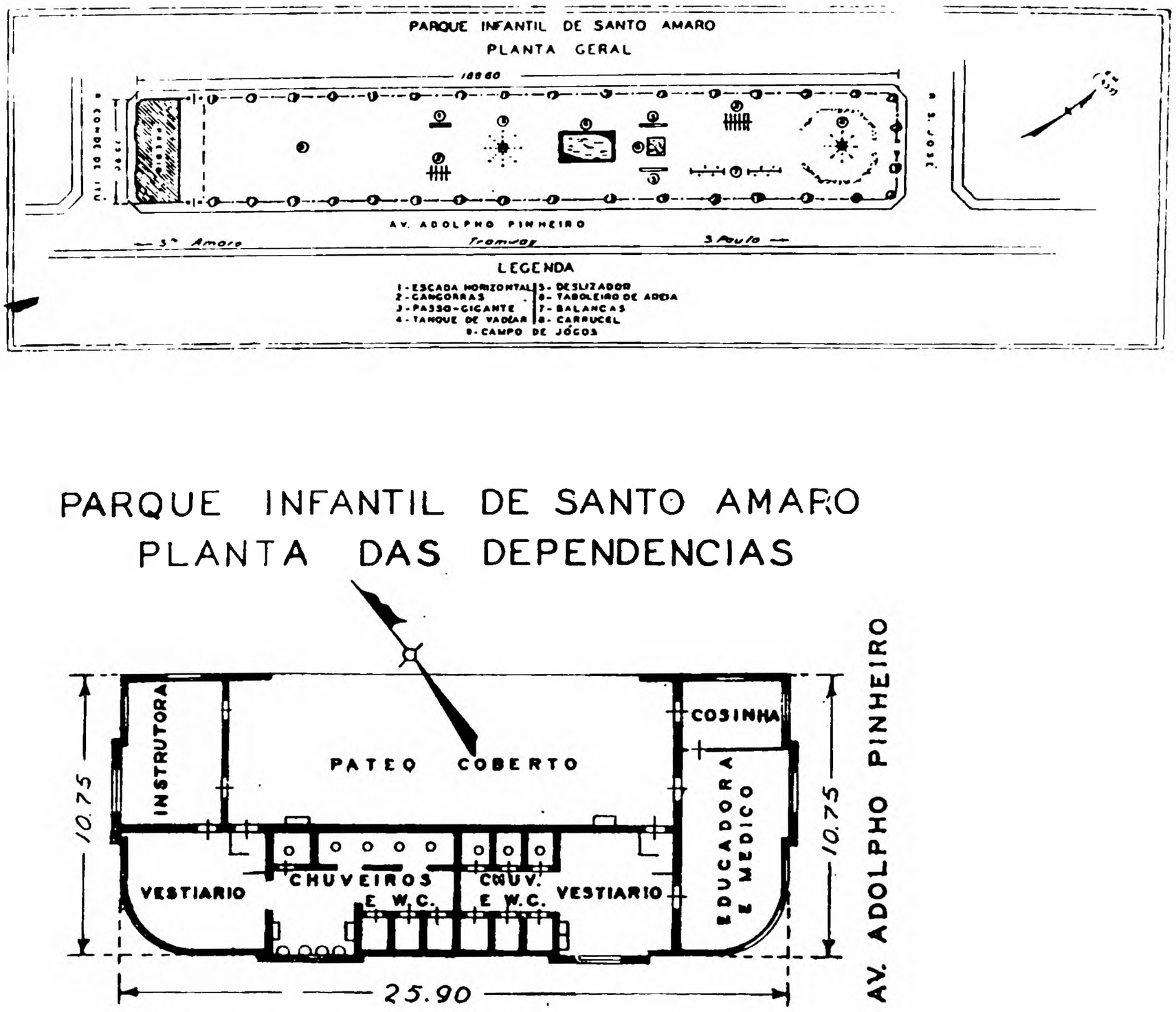


Figura 2
Planta e imagem do parque infantil de Santo Amaro (década de 30): Série pioneira
Fonte: MIRANDA, 1938

Carlos Augusto da Costa Niemeyer
Arquiteto e mestre pela FAUUSP.

Bibliografia

ACRÓPOLE. Homenagem, ano 27, n. 314, 1965.

ABDANUR, Elizabeth França. *Os "ilustrados" e a política cultural em São Paulo.* Monografia de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

AZEVEDO, Fernando de. *Da educação física.* São Paulo: Melhoramentos, 1960.

BRITO, Francisco Saturnino de. *Obras Completas.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. v. XX e XXII.

_____. *Esgoto das cidades; sistemas conhecidos e novos.* Trabalho apresentado ao CONGRESSO DE ENGENHARIA E INDÚSTRIA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

CAMPOS, Cristina. *A cidade através da higiene,* 1925-1945. *As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para São Paulo.* São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SÃO PAULO (cidade). Divisão de Ensino e Recreio. *Legislação dos parques infantis.* São Paulo: Departamento de Cultura do PMSP, 1941.

_____. Divisão de Ensino e Recreio. *O que são os parques e recantos infantis de São Paulo.* São Paulo: Departamento de Cultura do PMSP, 1949.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo.* São Paulo: Edarte, 1971.

DUARTE, Hélio de Queiróz. *Escolas classe-escolas parque: Uma experiência educacional.* São Paulo: FAUUSP, 1971.

FARIA, Ana Lúcia G. *Educação pré-escolar e cultura.* Campinas: Unicamp/Cortez, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

LIMA, Magali Alonso. *Formas arquitetônicas esportivas no Estado Novo (1937-1945).* Rio de Janeiro: Funarte, 1979.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: Médicos, educadores e discurso eugênico.* Campinas: Unicamp, 1994.

MIRANDA, Nicanor. *Atividade gimnica e atividade lúdica.* São Paulo: Departamento de Cultura da PMSP, 1941.

_____. *O significado de um parque infantil em Santo Amaro.* São Paulo: Departamento de Cultura da PMSP, 1938.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *A construção de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: O caso dos parques infantis em São Paulo (1934-1954).* São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. Departamento de Cultura-PMSP. *Ato n. 590 de março de 1934,* São Paulo, v. 3, ago. 1934.

_____. *Plano inicial da seção de parques infantis.* São Paulo, v. 21, mar. 1936.

_____. *Parques de jogos da Barra Funda, Catumbi e Vila Romana.* São Paulo, v. 66, abr. 1940.

_____. *Os parques infantis como centros de educação extra-escolar.* São Paulo, v. 89, mar. 1943.

REVISTA EDUCAÇÃO FÍSICA. *Serviço de recreação operária.* Rio de Janeiro: Cia. Brasil, n. 78, 1944.

REVISTA ESCOLA MUNICIPAL (SEC-PMSP). *Recuperando a história da educação infantil em São Paulo.* São Paulo, n. 13, 1985.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. *São Paulo, 1934-1938; os anos da administração Fábio Prado.* São Paulo: FAUUSP, 1999.

Mauro Claro

Sobre Desenho e Design

Orientadora:
Profa. Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara

Resumo

A discussão sobre o significado das palavras empregadas para nomear a atividade do *designer* – atividade que no Brasil era conhecida, até a década de 70, como desenho industrial – colocou-se entre nós, desde os primeiros textos que abordam a questão (Vilanova Artigas e Flávio Motta), de um ponto de vista predominantemente construtivo; a idéia de projeto foi eleita como conceito-chave, capaz de integrar a ação projetual do *designer* e do arquiteto à reconstrução política do próprio país – aspecto que ganha importância a partir do golpe de 1964; poucas abordagens, no Brasil – e aquela feita por Sérgio Ferro no texto *O canteiro e o desenho* é talvez o melhor exemplo – abordaram a questão por um ângulo menos otimista, mais cético, levantando o aspecto opressor da racionalidade projetual; desde 1965 o historiador Giulio Carlo Argan problematizava a questão de um modo semelhante, apontando para a crescente separação, na sociedade de consumo, entre a individualidade do sujeito e a objetividade das coisas – relação essa que ele vê como sofrendo processo de esgarçamento; mais recentemente, em 1992, um texto do filósofo Vilém Flusser sintetiza parte de seu pensamento, ressaltando os aspectos destruidores da atividade de *design*; Argan e Flusser, além desses pontos em comum, também utilizam a palavra *design* para descrever a nova situação da disciplina, que se desenvolvera, para Argan, como o projeto não mais dos objetos em si, mas como a programação do ambiente, expressa na idéia de que o que se projeta (o que se programa) é o circuito completo que envolve, além do objeto, sua imagem – principalmente sua imagem – portanto, informação que circula; o texto tenta situar essas diferentes elaborações, relacionando-as entre si e apontando para a necessidade de novas categorizações que dêem conta da natureza atual do *design*.

Abstract

The discussion about the meaning of words used to name designer activity, or "industrial design" as it was known up to the decade of the 1970's, mainly revolved around the notion of a constructive approach. Former texts relating to this matter by the architects Vilanova Artigas and Flávio Motta transformed the idea of project into the key-concept, proposing that designer and architect projective procedures be integrated into the political reorganization of the country. This notion gained importance from the 1964 dictatorship onwards. At this time there were but a few skeptical approaches to the matter. Perhaps Sérgio Ferro's text *O canteiro e o design*, which emphasizes the oppressing aspects of projective rationality is the best example. Since 1965 the italian architectural and urban historian Giulio Carlo Argan, in a similar vein, remarked the increasing dissolution between the subject's individuality and the objectivity of things – in such a relationship that he saw and described as a "tearing process" More recently, in 1992, the philosopher Vilém Flusser synthesized part of his theory on design by mentioning the "destructive aspects" of design activity. Argan and Flusser, besides their common views at this point, used both the word design to describe a new disciplinary level, which has developed, according to Argan, as environmental programming, no longer concerned exclusively with the design of the objects themselves. Argan argues that what can be "designed" now is a complete circuit that involves, besides the object, its image and therefore the image transformed into information that flows and circulates. This text tries to put out these diverse approaches, establishing connections between them and tries to indicate the demand for new categories to understand the very nature of design today.

Este texto procura questionar o significado do termo desenho, procurando problematizar por um lado a ligação entre projeto e progresso e, por outro lado, a validade desse raciocínio hoje. Utiliza como fio condutor o texto *A crise do design*[1], escrito por Argan em 1981, e secundariamente o texto de Flusser, *On the term "design"*[2], de 1992, além de *Desenho e emancipação*[3], de Flávio Motta e de *O desenho*[4], de Vilanova Artigas, ambos de 1967

Argan e Flusser, a partir de um ponto de vista internacional, procuram colocar em xeque as possibilidades do projeto como provedor de mudanças sociais. A palavra *design* toma, no texto de Flusser, um sentido desconhecido para nós, leitores brasileiros, acostumados a interpretações mais otimistas acerca das possibilidades do projeto (do desenho) – refiro-me aqui às idéias de desenho como desígnio (desejo), previsão, possibilidade de projetar (planejar) o futuro, encontradas em grande parte de nossa literatura arquitetônica.

Flávio Motta, no texto citado, diz:

"*Bem sabemos que a palavra 'Desenho' tem originalmente um compromisso com a palavra 'Desígnio' Ambas se identificam. Na medida em que restabelecemos, efetivamente, os vínculos entre as duas palavras, estaremos também recuperando a capacidade de influir no rumo do nosso viver. Assim, o desenho se aproxima da noção de 'projeto' (pro-jet), de uma espécie de lançar-se para a frente, incessantemente, movido por uma 'preocupação'. Essa 'pré-ocupação'. compartilharia da consciência da necessidade. Num certo sentido, ela já assinala um encaminhamento no plano da liberdade. Desde que se considere a preocupação como resultante de dimensões históricas e sociais, ela transforma o projeto em 'projeto social'.*"[5]

Na análise de Motta, a perda desse vínculo original entre desenho e desígnio deve-se à herança da Missão Francesa que teria trazido para cá não a concepção inglesa de *design*, mas a idéia de desenho como traço delineador, limite, contenção, como uma reação poussiniana-davidiana à "galanteria rococó" De acordo com Motta, a concepção inglesa de *design* tem um caráter mais prático que a concepção latina (mais erudita) para a palavra desenho. Ela combina os aspectos concretos da concepção e da produção com a necessidade de integrar uma parte da população ao trabalho na indústria e ao consumo, no quadro da Revolução Industrial. Aí está a vinculação perdida pela herança francesa (por meio da missão chegada até nossas escolas de arte): por não compreender as lições do mestre David, tomaram (os intelectuais da missão) a beleza do traço como a essência da obra, deixando de valorizar a estrutura interna que permite a esse traço viver na superfície do papel. Separavam, assim, forma e conteúdo:

"*Os propósitos, os desígnios, o conteúdo se separou da forma, na procura de um deleite, de confirmação imediata. A forma reduziu sua significação. Foi esse o desvio.*"[6]

(1) ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. In: *A crise do design*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (280 p.) p. 251-67.

(2) FLUSSER, Vilém. *On the term "design"*. Nova York: Artforum, v. 30, n. 7, p. 19-20, mar. 1992.

(3) MOTTA, Flávio. Desenho e emancipação. *Desenho industrial e comunicação visual* – Exposição / Debates, p. 1-5, out. 1970. / Texto originalmente publicado no jornal *Correio Brasiliense*, em 16 dez. 1967.

(4) ARTIGAS, Vilanova. O desenho. *Revista do IEB*, Universidade de São Paulo, n. 3, p. 23-32, 1968. / Aula inaugural na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 1/3/67.

(5) MOTTA, op. cit.

(6) MOTTA, op. cit.

No mesmo ano de 1967, porém anteriormente ao texto de Motta, pronunciava Vilanova Artigas uma aula tratando do tema "desenho" cujo texto, a exemplo do de Motta, tornou-se um clássico. Para Artigas, a concepção humanista que interessa manter – se não resgatar por perdida que estivesse – é a gênese semântica da palavra *disegno:*

"*O 'disegno' do Renascimento, donde se originou a palavra para todas as outras línguas ligadas ao latim, como era de esperar, tem os dois conteúdos entrelaçados.*"[7]

Os dois conteúdos: técnico, no qual *disegno* tem o sentido de risco, traçado, "*mediação para expressão de um plano a realizar*" e artístico, no qual tem o sentido de "*desígnio, intenção, propósito, projeto humano no sentido de proposta de espírito. Um espírito que cria objetos novos e os introduz na vida real*" De modo semelhante ao posterior Motta, o autor prega e defende a possibilidade, para ele concreta e palpável, de fusão dos conteúdos por meio do fazer do artista:

"*Aos artistas, principalmente, compete conhecer esta dicotomia para ultrapassá-la. Com certeza, a semântica da palavra desenho tende a enriquecer nessa direção. Sentimos já as primeiras mudanças. O desenho não é a única linguagem para o artista. E as linguagens são formas de comunicação ligadas estreitamente ao que exprimem.*"[8]

O desenho, como linguagem do arquiteto, "liga-se estreitamente ao que exprime" Mas desenhar, para Artigas, como para Motta, é fazer história, também, ou seja, também faz a história quem desenha; o arquiteto desenha, o arquiteto faz a história também:

"*Alinho-me entre os que estão convictos que a máquina permite à arte uma função renovada na sociedade. É esta, aliás, a tese que pretendo experimentar aqui, aproveitando a oportunidade para tecer considerações em torno do desenho, linguagem da arquitetura e da técnica.*"[9]

A arte, enquanto obra do homem[10], é a fusão entre a técnica e a intenção com o fim de sobrepujar a natureza. É nessa luta contra a natureza[11] que o homem constrói seu mundo, sua habitação, sua sociedade. Vencendo a natureza, o homem faz história[12]:

"*Neste dualismo, provisório e didático, que nada tem de misterioso, é que encontra suas origens o conflito entre técnica e a arte. Uma técnica para apropriação da natureza e o uso desta técnica para a realização do que a mente humana cria dentro de si mesma. Um conflito que não separa, mas une.*"[13]

Trata-se aqui do conflito entre técnica e intenção, ou seja, entre técnica e arte. É desse modo, a meu ver, que se pode determinar que tanto Artigas como Motta – e Daher[14] também – tinham em mente o aspecto do *design* que Argan, em texto de 1981, chamou de histórico. Argan distingue programação de projeto, e associa a primeira a uma situação em que o próprio processo histórico torna-se ausente – por superado:

(7) ARTIGAS, op. cit., p. 27.

(8) ARTIGAS, op. cit., p. 32.

(9) ARTIGAS, op. cit., p. 24.

(10) *"Pois a arte é obra do homem e não da natureza."* ARTIGAS, op. cit., p. 25.

(11) "... *Não se projeta a favor mas sempre contra alguém ou alguma coisa: contra a especulação imobiliária e as leis ou a autoridade que a protege, contra a exploração do homem pelo homem, contra a mecanização da existência,... contra a adversidade das forças naturais; sobretudo, se projeta contra o submetimento ao imprevisível, ao acaso, à desordem, à seqüência cega dos eventos, ao destino."* ARGAN, Giulio Carlo. *Progetto e destino.* Milano: Mondadori, 1965. (373 p.) p. 9-74. Na p. 63-4, diz o texto original: "*Non si progetta mai per ma sempre contro qualcuno o qualcosa: contro la speculazione immobiliare e le leggi o le autorità che la proteggono, contro lo sfruttamento del'uomo da parte dell'uomo, contro la meccanizzazione dell'esistenza, ... contro l'avversità delle forze naturali; soprattutto, si progetta contro la rassegnazione all'imprevedibile, al caso, al disordine, alla percossa cieca degli eventi, al destino."*

(12) "*No retorno a Marx, o retorno ao núcleo explicativo do processo histórico: a relação entre o homem e a natureza; o homem que, na atividade por meio da qual atua sobre a natureza para saciar-se, para atender suas necessidades, modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida, modificando ao mesmo tempo sua relação com a natureza. Deixando, portanto, de ser repetitivo e reativo. Desafiado a imaginar e criar, modificando suas condições de vida e modificando-se ao mesmo tempo, constituindo-se como humano, humanizando-se. Lefebvre descobriu que essa tese de A ideologia alemã ...*" MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética.* São Paulo: Hucitec, 1996. (151 p.) p. 13-24. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre, p. 15.

"O projeto ainda é um processo integrado numa concepção do desenvolvimento da sociedade como devir histórico; a programação, por sua vez, apresenta-se como a superação da história como princípio de ordem da existência social."[15]

O conceito de devir histórico é fundamental para entender a questão. O que está em jogo para Argan é a concepção do desenvolvimento da sociedade. A programação prescinde do processo histórico e já não reflete, como disse Artigas[16] no caso da arte, o fazer social. O fazer social, histórico, está superado por não ter utilidade para o fazer da programação, pois os indivíduos não têm mais qualquer parcela de poder ou decisão, diz Argan.

Em texto de 1954 Argan descrevia a função social do projeto de um modo muito mais próximo ao de Motta e Artigas em 1967 sem problematizar a questão como faria mais tarde:

"O caráter metodológico do design é confirmado pelo fato de supor em seu próprio princípio a idéia do projetar ou planificar e portanto do próprio contínuo superar-se; isto permite considerá-lo como o meio específico do progresso da produção e, se se assume a produção como função da sociedade, como meio do progresso social."[17]

O caráter metodológico – ou seja, o caráter daquilo que é passível de ser submetido a um método e, portanto, de ser previsto, planejado e repetido – é o que confere ao *design* uma natureza social, pois é o que permite sua utilização em uma perspectiva histórica.

A modificação dos termos da questão ocorre quando Argan considera que, após a Segunda Guerra, passa-se a viver mundialmente uma outra evolução tecnológica, em função da qual a tônica sai da produção e vai para o consumo: não mais se projeta, mas apenas se programam os circuitos de informação[18], com os produtos tendo perdido "o antigo *status* de objeto e adquirido o *status* de notícia" sendo isso exatamente o que permite que a ação de programar (referente a um conjunto de procedimentos de mercado) suplante a necessidade, que não deixa de existir, mas deixa de ser prioritária, de projetar[19]

Retornamos, em uma definição tomada de Lévi-Strauss pelo autor, à "era dos *bricoleurs*" época que corresponde à pré-história da humanidade e em que nada é *design*, pois predomina o gesto espontâneo, e os utensílios não são fabricados senão achados, montados (bricolage) e descartados após o uso. A primeira metade do século 20 foi tipicamente uma época de construtores (a outra categoria definida por Strauss), que "*organizam o ambiente da vida, fabricando coisas, ou seja, projetando-as com a mente e executando-as mediante uma técnica*"[20]. Aqui, entre os construtores da primeira metade do século 20, tudo é *design*:

"Há um design em sentido lato: tudo aquilo de que dispõe previamente e que é produzido mediante uma técnica, com vistas ao melhor relacionamento dos indivíduos com o mundo; e há um design em sentido estrito, que implica a

(13) ARTIGAS, op. cit., p. 24. A respeito, diz FLUSSER (op. cit.): "*a tradução latina para techné é ars, a habilidade de colocar as coisas juntas*", portanto, articular.

(14) DAHER, Luiz Carlos. Sobre o desejo – digo, o desenho – do arquiteto. *Projeto*, São Paulo, p. 95-7, n. 99, maio 1987.

(15) ARGAN, op. cit., p. 251.

(16) Ver parágrafo acima: o desenho, como linguagem do arquiteto, "*liga-se estreitamente ao que exprime*".

(17) ARGAN, Giulio Carlo. L'industrial design come fattore d'integrazione sociale. *Aut-Aut*, n. 24, p. 460-7, nov. 1954. p. 460. Diz o texto original: "*Il carattere metodologico del design è confermato dal fatto che esso implica nel proprio principio l'idea del progettare o pianificare e quindi del proprio continuo superarsi; esso può dunque considerarsi come il mezzo specifico del progresso nella produzione e, se si assume la produzione come funzione della società, come mezzo del progresso sociale.*"

(18) O mesmo que circuitos produtivos e distributivos, ou seja: como produzir, vender, para quem, quando, por quanto, etc. Talvez uma boa ilustração disto seja o projeto de sanduíche reproduzido em: STURM, Hermann. Pandoras Box: Design – zu einer Ikonographie der Gestaltung des Nützlichen. *Kunstforum International*, p. 71-143, n. 130, maio/jul. 1995. p. 139.

(19) "*...automação, grandes séries, perda do interesse pela qualidade de objetos únicos, transição da realização de projetos de coisas para a programação de circuitos produtivos e distributivos, ruptura da relação lógica de causa e efeito entre necessidade e consumo.*" ARGAN, Giulio Carlo. *Ritratti di opere e di artisti*. Roma: Riuniti, 1993. (164p.) p. 117-21. Il design. p. 118. / Tradução deste trecho para o português fornecida pela Livraria Editora Martins Fontes.

(20) ARGAN, Giulio Carlo. *Ritratti di opere e di artisti*. p. 117-8. / Tradução deste trecho para o português fornecida pela Livraria Editora Martins Fontes.

vontade de reformar e melhorar a produção de bens necessários à vida. É uma corrente cultural, especificamente artística, que se forma na primeira metade do século, quando as tecnologias artesanais de produção são sucedidas pelas industriais. Foram, então, formuladas teorias e metodologias para a criação de projetos com a intenção de conferir aos produtos uma função educativa, que estava muito além da instrução para uso e continha toda a casuística dos comportamentos sociais."[21]

Com o *ready-made* (1917), Marcel Duchamp acompanhou esta qualidade construtora[22]:

... Com o ready-made, a arte deslocava seu próprio objetivo da forma da linguagem para o que se dizia. O que significa que ele transformou a natureza da arte de uma questão de morfologia para uma questão de função. Essa mudança – da 'aparência' à 'concepção' – foi o começo da arte 'moderna' e o começo da arte conceitual. Toda a arte (depois de Duchamp) é conceitual (em natureza) porque a arte só existe conceitualmente."[23]

(21) ARGAN, Giulio Carlo. *Ritratti di opere e di artisti*. p. 118. / Tradução deste trecho para o português fornecida pela Livraria Editora Martins Fontes.

(22) A bricolage em que implica um *ready-made* não se confunde com a bricolage descrita por Strauss e Argan.

(23) KOSUTH, Joseph. Apud: FABRIS, Annateresa (Org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1994. (160p.) p. 9-26. Modernidade e vanguarda: O caso brasileiro. p. 12.

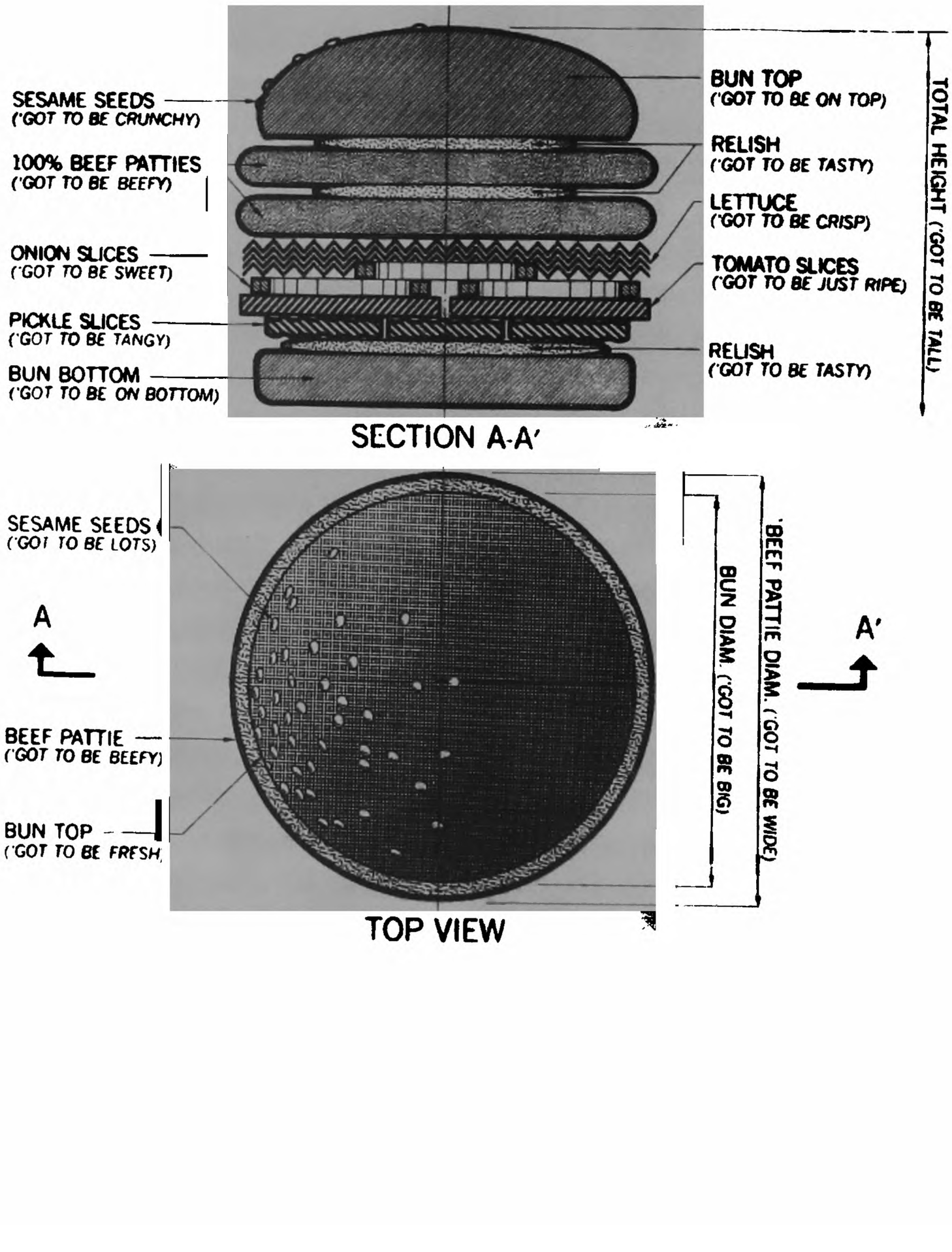


Figura 1
Layout para hambúrger
Fonte: Imagem reproduzida de: *Kunstforum International, Ruppichteroth*, n. 130, maio/jul. 1995

Não é verdade, no entanto, que Duchamp operou sozinho essa transformação, mas que ela foi sublinhada com esse marco. O fato é que a atitude e o processo de construir o objeto da arte, implicando um projeto, tornou-se evidente com o *ready-made*; o mistério da criação da arte se desfez, a aura se foi, o que aliás era bem adequado para uma época na qual a produção em série de objetos úteis tendia a democratizar a sua posse. Se a aura era composta de autenticidade[24] e parte dela se devia à sabedoria objetivada no bem ou obra de arte produzida, a atitude de Duchamp foi uma reviravolta no entendimento do valor do objeto de arte – por extensão também no entendimento dos objetos do *design* – e selou a compreensão do saber, contido no projeto, como o principal valor.

O aspecto histórico do *design* não é, certamente, aquele ao qual se refere Flusser. Para ele a atividade de *design* transformou-se no século 20 – não antes – em uma ação contra os esquemas concebidos para vencer a natureza. Portanto, paradoxalmente, o *design*, historicamente um processo de afirmação da vontade e do desejo do homem diante da natureza, transforma-se no inimigo desses processos. Para compreendê-lo nesta formulação, precisamos retomar a idéia arganiana de programação: a lógica do consumo se torna dominante após a Segunda Guerra e substitui a relação de necessidade que havia antes entre o projeto do objeto e o uso a que estava destinado. O *design* não deixa de existir, mas agora se destina a melhorar a otimizar, a azeitar – os circuitos de circulação da informação. Isso é o que passa a ser desenhado, projetado, em primeiro lugar. O *design* dos objetos perde a importância que tinha. Não deixa de existir, mas não importa mais. Compra-se e vende-se não mais objetos, ou não mais apenas objetos, mas sim informação em forma de objeto – compram-se e vendem-se imagens[25]:

A coisa foi substituída por sua imagem; a imagem é frágil, gasta-se logo; as pessoas se acostumaram a se desfazer de coisas que ainda podiam servir, mas cuja imagem tornava-se insuportavelmente batida. Descobriu-se que o consumo psicológico era infinitamente mais rápido que o consumo objetivo; basta apresentar um novo tipo de produto, e imediatamente o velho torna-se obsoleto, caduca. Portanto, o que importa é a novidade, a notícia; ao progressivo aprimoramento da imagem (que constituía o objetivo do desenho industrial), seguiu-se a pura e simples renovação, mesmo que depreciativa, da imagem, sua redução a notícia. Apelou-se à psicologia coletiva: o sistema industrial perderia velocidade se não houvesse um aumento contínuo na ânsia de consumo das pessoas, a qual, em última análise, é uma libido neurótica, uma necessidade de destruir para existir."[26]

O anúncio de uma empresa de *design*, publicado na revista *Form,* em 1995, diz com todas as palavras que é preciso mais que apenas função, que há uma dimensão estratégica que "ganha importância" Diz o texto:

(24) BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 251-83, ano IV, 1968. p. 254.

(25) Não confundir com fetiche da mercadoria, conceito que exprime a ausência de reconhecimento das relações econômicas (portanto sociais) que instauram o objeto enquanto mercadoria, no capitalismo. Ver: MARX, Karl. *O capital – Crítica da economia política.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Livro 1, v. 1. (579 p.) p. 41-93. A mercadoria.

(26) ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna – Do iluminismo aos movimentos contemporâneos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (709p.) p. 581-2. O texto diz ..."*ao progressivo aprimoramento da imagem*"... quando faria mais sentido dizer que, ao progressivo aprimoramento da coisa (que constituía o objetivo do desenho industrial), seguiu-se a pura e simples renovação, mesmo que depreciativa, da imagem dessa coisa e sua redução a notícia.

"... Projetar produtos de um modo que faça-os funcionar perfeitamente, este é o primeiro e mais abrangente objetivo do design. Mas seu segundo objetivo é de crescente importância – a dimensão estratégica: quer dizer, dotar os produtos de mais que mera função – emprestar-lhes magia. Phoenix Product Design cria design que tem o poder de transformar produtos em produtos-personalidades originais – e vendê-los com sucesso."[27]

A ação de construir notícia – no sentido que Argan que dá a esse termo – está de tal modo entranhada na prática da produção de mercadorias em nossa sociedade, que não é incomum encontrar considerações sobre isso servindo como novos alimentadores do objetivo inicial de criar notícia. O texto do anúncio acima reproduzido pode ser exemplo disso. Flusser, de seu modo, diz a mesma coisa:

"Estamos nos tornando cada vez mais conscientes do fato de que a cultura é um design contra a nossa condição natural, que todo e qualquer artefato é concebido para enganar a natureza a nossa volta e dentro de nós, e que o termo 'design' significa a verdadeira essência da cultura."[28]

A importância crescente do termo e da atividade do *design*, para Flusser, está justamente em que, aprendendo demais sobre a natureza do *design*, compreendemos que podemos passar a desenhar contra os esquemas desenhados para enganar a natureza "*dentro de nós e a nossa volta*" Ou seja, desenhamos contra os próprios esquemas de *design* – os velhos.

O texto de Argan descreve uma crise geral da sociedade apoiando-se na análise das relações – esgarçadas até um limite muito extremo – entre sujeito e objeto. Na medida em que o homem age sobre a natureza, vencendo-a, exerce uma ação de projeto – de *design* – e, ao estabelecer-se como sujeito diante da natureza-objeto, constrói a sua história. Portanto, outro conceito central neste texto, além de sujeito e devir histórico, já apontados, é teleológico, que quer dizer aquilo que é desenhado (social, historica, filosoficamente) para atender a certos fins – ou seja, ainda uma vez deixamos aqui o domínio da natureza selvagem para nos colocarmos no campo da história. Diz Argan:

"Toda a cultura ocidental, a partir da Idade Média, colocou o conceito de história como estrutura orgânica de toda sociedade baseada em uma finalidade comum a todos os seus membros. Isto é, a idéia de história está associada a uma concepção teleológica que encontra no ato de projetar seu momento prático. A própria moral, em substância, não é mais do que uma ordem projetista que a humanidade dá à sua existência. A programação, ao contrário, tira dos indivíduos toda escolha e decisão, conferindo-as ao poder. E, como tende à repressão até mesmo violenta de qualquer contradição ao seu sistema, nega à sociedade toda forma de existência histórica."[29]

A palavra grega *telos* significa fim ou objeto último e a palavra *logos* significa a razão ou a manifestação da razão, concebida na filosofia grega antiga como o princípio controlador do universo. Portanto, o termo teleologia pode ser

(27) Anúncio da empresa Phoenix Product Design na revista *Form*, Frankfurt am Main, n. 152, p. 64-5, 1995. Diz o texto original: "*... To shape products in a form that makes them function perfectly, that is the first and foremost purpose of design. But its second purpose is of growing importance – the strategic dimension: that is to say, to give products more than mere function – to lend them magic. Phoenix Product Design creates design, that has the strength to turn products into original product-personalities – and to sell them successfully.*" / Também, como diz Peter Schneider, sucessor de Dieter Rams na direção do Departamento de *Design* da empresa alemã Braun: "*Nós podemos e queremos não nos alienar da época em que vivemos. E eu considero a emoção uma função do produto.*" TRAPPSCHUH, Elke. Wir müssen progressiver werden. *Form*, Frankfurt am Main, n. 152, p. 62-3, 1995. Diz o texto original: "*Wir können und wollen uns der Zeit, in der wir leben, nicht entziehen. Und ich betrachte die Emotionalität als eine Funktion eines Produkts.*"

(28) FLUSSER, op. cit. O texto original diz: "*We are becoming ever more conscious of the fact that culture is a design against our nature condition, that each and every artifact is intended to cheat nature around us and within us, and that the term 'design' means the very essence of culture.*" / Sobre arte e técnica, ver também CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995. (440p.) p. 317: "*As palavras mecânica e máquina vêm do grego e significam estratagema engenhoso para resolver uma dificuldade corporal. Assim, alavanca ou polia são mecânicos ou máquinas. Qual é o estratagema astucioso? Fazer com que alguém fraco realize uma tarefa acima de suas forças, graças a um instrumento engenhoso. Uma alavanca permite deslocar um peso que uma pessoa, sozinha, jamais deslocaria. A técnica pertence, assim, ao campo dos instrumentos engenhosos e*

astutos para auxiliar o corpo a realizar uma atividade penosa, dura, difícil."

(29) ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*, p. 251.

(30) WEBSTER'S third new international dictionary. Chicago: William Benton, v. 1-3. p. 2350, 1966. Diz o texto original: "*the philosophical study of evidences of design in nature*".

(31) WEBSTER'S, op. cit., p. 2350. Diz o texto original: "*a metaphysical doctrine explaining phenomena and events by final causes*".

(32) JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. São Paulo: Forense Universitária, 1990. (146p.) p. 55. Aqui importa reter, para consideração futura, que a brutalidade da destruição das culturas persistiu, após a destruição nazista, devido às mudanças nos modos de produção.

(33) Jeudy examina as possibilidades sociais da museologia e, por extensão, da memória – que é, do ponto de vista de uma análise museológica, o que confere ao indivíduo a possibilidade de se relacionar com a natureza em uma posição de sujeito e de se relacionar com o outro indivíduo também nessa mesma condição, tendo ambos a possibilidade de trocar entre si mercadorias que representam, na ordem social, aquilo que a consciência (consciência do mundo, individualidade) representa na ordem psicológica.

(34) Onde falta ou parece faltar um plano regular, um objetivo ou padrão.

(35) JEUDY, op. cit., p. 88-118.

(36) Que obrigaram investimentos sociais destinados à elevação do padrão de vida dos operários dos países europeus ocidentais, no segundo pós-guerra (construção do *welfare state*), para conter a sedução pelo socialismo: não se podia massacrar o trabalhador, pois havia uma opção – o socialismo da União Soviética.

entendido como "o estudo filosófico de evidências do *design* na natureza"[30] ou "a doutrina metafísica que explica fenômenos e eventos por causas finais"[31]. No caso do trecho citado de Argan, o termo teleologia pode ser entendido como a crença que o arranjo universal se dá por sucessivos ajustes da razão com as contingências da natureza, ou seja, não há uma predestinação, mas sim o fazer da história do homem por ele mesmo, já que o "princípio controlador" do Universo é a razão. Daí que o ato de projetar toma o lugar central em que Argan o coloca: identifica-se projetar com escolher (manifestação da razão), o *telos* da sua existência.

Argan procura analisar a passagem de uma época, da primeira para a segunda metade do século 20, a partir da qual não é mais possível fazer *design*, desenhar, projetar a vida.

Jeudy, em texto de 1986, sugere uma relação entre a mudança cultural contemporânea e o nazismo. Diz:

"*Se é verdade que a brutalidade da destruição das culturas manifestou-se durante o regime dos nazistas, persistiu no entanto, sob modalidades aparentemente mais legítimas e menos violentas, ao longo dos decênios durante os quais se efetivaram as mutações dos modos de produção.*"[32]

Assim fica mais fácil, fica possível e moralmente correto, utilizar os objetos da cultura como um *bricoleur* o faria, ou seja, recortando-os de seu contexto imediato para descartá-los após o uso. Jeudy[33] diz que essa operação ficou evidentemente privilegiada a partir da organização da memória em bancos de dados cuja natureza randômica[34] sugere o recorte completo, a anulação das referências (anulação do relato contido no objeto, anulação do objeto enquanto submetido ao sujeito e, portanto, sua transformação em algo exterior, fora do domínio do sujeito). A idéia de Jeudy, com relação ao que é exterior ao sujeito, é a que a cultura, antes, poderia ser vivida pelo indivíduo na medida em que fazia parte dele, estava dentro de sua cabeça. Agora, "sob a lógica da rede" a cultura se exterioriza, migra para as memórias eletrônicas, deixa de pertencer ao indivíduo, torna-se um objeto[35]. É importante não confundir o uso que faz Jeudy do termo "objeto" com o que dele faz Argan, o qual usa objeto como aquilo que permite ao homem se constituir como um verdadeiro sujeito diante da natureza domada.

No âmbito mundial passamos de uma época de produção dirigida pelo lucro, mas limitada por necessidades políticas[36], a uma época de produção estimulada pela fantasia consumista (Argan: "*um aumento contínuo na ânsia de consumo das pessoas*") e, por isso, potencializadora do lucro. A produção é libertada dos limites políticos que a constrangiam (e que a obrigavam a cumprir um papel social de satisfazer necessidades materiais) e passa a dar as cartas completamente, obedecendo apenas à lógica do lucro. A conseqüência é a instauração de uma percepção fragmentada do mundo, decorrente da perda do



Figura 2
Erased de Kooning by Robert Rauschenberg, 1953
Fonte: Imagem reproduzida de Willem de Kooning. Paris: Centre Georges Pompidou, 1984

referente objeto: o segundo pós-guerra é o marco temporal simbólico dessa mudança que estaria ligada à consumação da substituição do paradigma estético[37] da produção por um paradigma técnico[38]

Talvez uma boa ilustração da perda do paradigma estético em nossa contemporaneidade seja o trabalho de arte de Robert Rauschenberg, que consiste em apagar um desenho de Willem de Kooning com uma borracha, deixando apenas rastros[39]. Com as implicações imediatas desse ato no campo estudado por Jeudy – o da mudança no sentido da memória neste momento em que o sujeito exterioriza a cultura, a qual, tornando-se objeto (não no sentido que Argan dá a este termo), deixa de pertencer a este íntimo que constitui a identidade cultural[40] de cada indivíduo: a dissolução do desenho como ação consciente de um artista – este ser que está para perder mais uma vez sua posição na escala hierárquica de poder na cidade[41] (pode-se dizer também na sociedade) – representa literalmente a perda desse vínculo de necessidade entre artefatos[42] – produtos do esforço manual e do saber tradicional – e identidade cultural. A perda do paradigma estético na produção e sua substituição progressiva pelo paradigma

(37) Que se explica pela ação de tipo artesanal presente na definição do ser estético e, ao mesmo tempo, pela condição de apreensão, suposta nessa ação artesanal, daquilo que é global. Essa possibilidade é o que distingue o paradigma estético em oposição ao técnico: a possibilidade de apreender o geral.

(38) Ver: ARGAN, *História da arte como história da cidade.*

(39) Erased de Kooning drawing, Robert Rauschenberg, 1953, coleção do artista. Ver reprodução na p. 220 de: Willem de Kooning. Paris: Centre Georges Pompidou, 1984. p. 287.

(40) Ver JEUDY, op. cit., p. 88-93, em que a expressão identidade cultural pode ser

entendida como: reconhecer aquilo que é seu, assinalar o seu e assim – fazendo-se particular, especial, diferente – obter identidade. Ou seja, não ser igual. O termo identidade cultural é diferente do termo idêntico cultural, utilizado também pelo autor, mas para nomear o aspecto redutor do processo social, vivenciado sob a "lógica da rede"

(41) Sobre o artista como político – uma idéia platônica – ver FLUSSER, Vilém. *On art and politics*. Nova York: Artforum, p. 25-6, v. 29, n. 4, dez. 1990.

(42) No sentido de feito-com-arte; feito-segundo-os-procedimentos-da-arte. É o artificial e opõe-se ao natural. Retirado de CONTARDI, Bruno. (Prefácio). In: ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*, p. 1-9.

(43) ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna – Do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. p. 17.

(44) Robert Rauschenberg, apud Willem de Kooning, op. cit., p. 221. Diz o texto original: "*'Mais, je ne vais pas te faciliter les choses' et m'a tendu un collage, enfin, un dessin au crayon gras composé de plusieurs substances différentes, un vrai 'mixed media'..., il m'a fallu deux mois et encore, il n'était pas complètement effacé! Mais là n'était pas le but.*"

(45) HESS, Thomas. Dessins. In: Willem de Kooning, op. cit., p. 40-3.

(46) "*Ora, parece que, na maioria das vezes, os andaimes desaparecem quando a obra está construída. Ou, se preferirmos, à medida que o trabalho prossegue, as estruturas se reabsorvem naquilo que estruturam.*" DUFRENNE, Mikel. *Estética e filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 1972. (269p.) p. 103-49. A arte é linguagem?, p. 127.

(47) ANDRADE, Mário de. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. São Paulo: Livraria e Editora Martins, 1965. p. 71-7. Do desenho, p. 75.

técnico está na origem da crise da arte e, de acordo com Argan, é conseqüência da perda de relação entre projeto e progresso social:

"*A passagem da tecnologia do artesanato, que utilizava os materiais e reproduzia os processos da natureza, para a tecnologia industrial, que se funda na ciência e age sobre a natureza, transformando (e freqüentemente degradando) o ambiente, é uma das principais causas da crise da arte.*"[43]

O desenho a ser apagado por Rauschenberg era feito de muitas camadas de material oleoso e papéis colados, de modo que o apagamento não fosse tarefa fácil. Não o escolheu Rauschenberg, mas o próprio de Kooning:

"*'Mas eu não vou te facilitar as coisas' e me ofereceu uma colagem, enfim, um desenho em lápis oleoso composto de várias substâncias diferentes, um verdadeiro 'mixed media' ... me foram necessários dois meses e ainda ele não estava completamente apagado! Mas não era esse o objetivo.*"[44]

Escolha reveladora do método de trabalho do próprio de Kooning que, de acordo com descrição de Hess[45], construía sua pintura opondo a estrutura do desenho à superfície de tinta, em um processo no qual ao desenho cabia participar da lenta conformação da imagem, ao mesmo tempo andaime[46] e limite (Ingres, David). O apagamento feito por Rauschenberg, como uma escavação, descobre os alicerces e os põe à mostra, quase os destruindo também, "mas não era esse o objetivo"

Talvez, justamente, o objetivo fosse questionar o sujeito expressionista abstrato – que interage com a matéria do quadro, revelando o caminho percorrido, sem que isso subtraia um milímetro da individualidade que expressa como pintor – e, por meio desse questionamento, abrir espaço para uma arte preocupada em enfrentar o real de um outro modo, a partir do conteúdo técnico da comunicação de massa, o que vem a ser a arte *pop*, especialmente a norte-americana. Talvez o objetivo fosse, parodicamente, separar o que estava integrado e, uma vez revelado esse arcabouço técnico, por assim dizer, tomá-lo como assunto.

Mário de Andrade compara o desenho a um procedimento técnico (traços convencionais) e a uma caligrafia. Para ele o desenho exprime o elemento transitório, porém definidor de um objeto, coisa ou idéia:

"*O desenho... é um jeito de definir transitoriamente, se posso me exprimir assim. Ele cria, por meio de traços convencionais, os finitos de uma visão, de um momento, de um gesto.*"[47]

Os finitos de uma visão são os objetivos (os fins) de uma vontade (uma visão), ou seja, a definição de uma intenção, ou seja, a transformação dessa intenção (dessa arte) em projeto (em técnica: os finitos). Para Andrade, o desenho, que define transitoriamente, é instrumento para uma redefinição infindável – sempre renovada – da relação do sujeito com o mundo. É uma ação teleológica também, na medida em que disputa dialeticamente com a

sedimentação do saber através do tempo, mas é uma ação dialética. Para Andrade, também, faz-se história com o desenho:

"*Essa a natureza deliciosa do desenho, que é transitório e sábio como um provérbio, terrestremente momentaneamente conceituoso como um provérbio. Uma esperança de conforto.*"[48]

Apesar de comparar o desenho a um objeto técnico, Mário de Andrade não está a dizer o mesmo que Sérgio Ferro o qual, em texto de 1976, assinala o papel unidirecional do desenho de execução da obra de arquitetura – o desenho técnico da arquitetura – o qual, de acordo com Ferro, é exclusivamente um código para a transmissão exata (portanto fixa) de uma ordem[49]; por isso, nada de ambíguo será neste caso admitido. Para Mário, ao contrário, importa o que o desenho tem de ambíguo – entre permanência e transitoriedade. De certo modo, todos os procedimentos modernos com relação à separação entre desenho e pintura, ou melhor, com relação à problematização dessa relação, conduzem à consideração de uma dependência mútua e à própria ambigüidade dessa manifestação – como ela ocorre com Cézanne e, depois, com Mondrian: de Kooning, assim, representa a vertente visceral, expressionista, subjetiva dessa relação entre técnica e arte (entre matéria e representação) – relação a partir da qual importa, neste texto, considerar a arte do século 20. Representa de Kooning, como aponta Hess, sua vertente manifestamente dialética, no mesmo sentido já designado por Mário de Andrade.

A dialética, como a reformula Marx, é a possibilidade de compreender os objetos do mundo como objetos em movimento – como um processo de transformação: eles só são compreendidos em sua transitoriedade, quer dizer, jamais como objetos estáticos e acabados, mas sim como objetos que se negam constantemente, na medida em que se transformam em outra coisa:

"*... Na sua forma racional ela é um escândalo e uma abominação para as classes dirigentes e os seus ideólogos doutrinários, porque na concepção negativa das coisas existentes inclui simultaneamente a compreensão da sua negação total, da sua destruição necessária; porque, captando o próprio movimento, no qual qualquer forma realizada é apenas uma configuração transitória, não se deixa subjugar por nada: porque ela é essencialmente crítica e revolucionária.*"[50]

Não apenas Rauschenberg, mas o próprio de Kooning usava a borracha como meio de construir a linha do seu desenho, como modo de fazer da linha plano, estendendo-a pela superfície bidimensional do papel[51] Fazer e desfazer, esse era o método. Alternar do todo (a pintura, a superfície contínua, o plano trabalhado intensa e grossamente) ao particular – à linha ordenadora que se revela em andaime, viga da construção, em uma palavra: à técnica.

Esse desenho que se funde na pintura é, de um modo particular, resposta à questão de Motta sobre a integração entre conteúdo (o desenho) e forma (a

(48) ANDRADE, Mário de, op. cit., p. 77.

(49) FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto, 1982. 111p. Retomarei adiante.

(50) MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Antologia filosófica*. Lisboa: Estampa, 1974. (213p.) p. 78.

(51) HESS, op. cit.

pintura). Lembremos: o traço do desenho de Ingres, citado por Motta, vive na superfície do papel porque há um forte desenho interno, que não aparece. Na superfície do papel só aparece a forma final desse desenho que é belo, mas que não existe sem aquela estrutura – aquela essência – que é o ato de desenhar – o desenho como um instrumento servindo à análise (ao conhecimento, ao desvendamento) da coisa. Mas esse instrumento, por sua vez, é nada menos que o olho, o olhar (a inteligência: "*arte è cosa mentale*") do artista Ingres, decompondo o seu objeto de observação de modo a trazer à luz um desenho. Com de Kooning essa relação entre superfície e profundezas torna-se, além de mais dramática (diga-se), também mais clara do ponto de vista de uma nova situação histórica que só se faz compreensível se analisada dialeticamente. Um século antes, a pintura de Ingres desempenhara o papel de unir a arte e a técnica, porém deixara atônitos quantos viram ali apenas um virtuoso. Com de Kooning a questão permanece e a resposta não: o desenho, sem abandonar sua função estruturante, assume parte dos encargos da pintura, mas deixando o processo à mostra, o que Hess chama de situação aberta e dialética:

"*A linha de de Kooning – a essência dos desenhos – é sempre vigorosa. Ela é sinuosa, saída de formas espessas, impedida de formar uma interrupção. Mas então, sobre estas colagens e frottages outras linhas aparecerão. A interrupção será reafirmada, sublinhada, modelada. Depois a ação de esfregar e de empastar reaparece até que o desenho estanque, porque o artista viu algo que deseja reter, ou então seja destruído, ou, mais raramente, conduzido a um grau de completude que de Kooning busca nas pinturas onde os conceitos mutuamente exclusivos de linha e de plano são manipulados em estado de tensão. É a situação 'aberta' característica de de Kooning: o silogismo sem síntese no qual tese e antítese são explorados totalmente, depois autorizados a co-existir. Nada é sacrificado a um ideal apócrifo de harmonia ou àquele acadêmico de unidade. O procedimento dialético está exposto – exatamente como Monet expunha o golpe de pincel e Cézanne a armadura planométrica de uma toalha que assume a inevitável majestade de uma montanha.*"[52]

Sem dúvida, essa tensão experimentada nos desenhos manifesta-se nas pinturas. As várias Woman – Woman I, pintado entre 1950 e 1952 é ótimo exemplo – fundamentam-se nessa busca de *"estruturas que naufragam para em seguida reaparecerem modificadas"* [53]

Na Bienal de São Paulo de 1989, a mostra Insights / Ready-mades belong to everyone[54] levanta uma outra ponta dessa questão – a questão de o que se vê quando se olha, se o conteúdo ou a forma, ou se os dois. A idéia é: qualquer pessoa pode se tornar artista ao comprar – e Ready-mades belong to everyone é uma agência que vende esse serviço – a autoria de uma obra de arte. O *slogan* da empresa diz:

(52) HESS, op. cit., p. 42. O texto original diz: "*La ligne de de Kooning – l'essence des dessins – est toujours attaquée. Elle est brouillée, poussée dans des formes épaisses, empêchée de former une coupure. Mais alors, sur ces gommages et frottages d'autres lignes apparaîtrons. La coupure sera reaffirmée, soulignée, modelée. Puis l'action de frotter et de gommer réapparaît jusqu'à ce que le dessin s'arrête, parce que l'artiste a vu quelque chose qu'il désire garder, ou bien soit détruit, ou, plus rarement, amené à un degré de complétion que de Kooning cherche dans ses peintures où les concepts mutuellement exclusifs de ligne et de plan sont amenés en état de tension. C'est la situation 'ouverte' caracteristique de de Kooning: le syllogisme sans synthèse dans lequel thèse et antithèse sont exploitées en plein, puis autorisées à coexister. Rien n'est sacrifié à un idéal apocryphe d'harmonie ou à celui académique d'unité. Le procédé dialectique est exposé - exactement comme Monet exposait le coup de pinceau et Cézanne l'armature planométrique d'une nappe qui assume l'inévitable majesté d'une montagne.*"

(53) DUFRENNE, op. cit.

(54) Ver MILLET, Catherine. Ver e assinar. In: FRANCE – XXe BIENNALE INTERNATIONALE DE SÃO PAULO. Ministère des Affaires Etrangères / Association d'Action Artistique, 1989. (94p.) p. 86-90.



Figura 3
Woman I, primeira etapa, 1950, óleo sobre tela, 192 x 147 cm
Fonte: Imagem reproduzida de: KOONING, Willem de. Paris: Centre Georges Pompidou, 1984



Figura 4
Woman I, quinta etapa, 1951-52, óleo sobre tela, 192 x 147 cm
Fonte: Imagem reproduzida de: KOONING, Willem de. Paris: Centre Georges Pompidou, 1984

A história da arte procura personagens – Não espere amanhã para entrar para a história – Os ready-mades pertencem a todos."[55]

O serviço oferecido pela agência consiste na inserção, em registros estratégicos (publicações, registros museológicos, bibliografias, anais de congressos, etc.), da falsa informação sobre a existência de determinado autor e na confecção de tudo o que for necessário para dar vida a essa identidade artística inexistente, incluindo a confecção física da própria obra (apenas na medida suficiente para dar credibilidade às informações, não mais). O falso se torna real quando passa a fazer parte da memória, representada aqui pelas diversas formas de armazenamento e distribuição da informação. Não é a memória do relato, da autenticidade contida no objeto aurático, mas sim a simples (simples?) memória digital.

Ready-mades belong to everyone examina a própria manipulação da memória, do conhecimento, a perda da relação de sujeito entre o indivíduo e os objetos estéticos – redutos últimos da reflexão individual, que agora se desfaz como tal.

(55) Foram colados cartazes nas paredes da bienal com esse texto, acompanhado da imagem das lombadas de livros de arte em uma estante.



Figura 5
Woman I / trabalho concluído, 1952, óleo sobre tela, 192 x 147 cm, Museu de Arte Moderna de Nova York
Fonte: Imagem reproduzida de: KOONING, Willem de. Paris: Centre Georges Pompidou, 1984



Figura 6
Philippe Thomas, *Histoire de l'art cherche personnages... n'attendez pas demain pour entrer dans l'histoire,* 1988
Fonte: Cartaz, exposto na 20ª Bienal Internacional de São Paulo, 1989

Catherine Millet, curadora de Insights / Ready-mades belong to everyone descreve "*o vínculo que, na nossa sociedade, se estabeleceu entre aquele que cria as condições de existência de uma obra e aquele que a assina*"[56]. Nesse processo o objeto artístico desaparece em meio a uma série de atos, igualmente importantes, e que só fazem sentido quando apresentados em conjunto: o trabalho da divulgação pelos jornais, o do historiador que acreditou no falso registro e elaborou a partir do erro, o *marchand* (naturalmente), o colecionador, o museu que acolheu a obra falsa. A obra, isolada do contexto que a instaura e sustenta, não tem significado, ou não tem valor. Para ser vista (compreendida) precisará de um olhar sofisticado – o oposto da ingenuidade infantil da qual fala Matisse, em texto publicado em 1953, quando indica as qualidades imprescindíveis e suficientes para artista e fruidor[57] Não será suficiente, no caso de Ready-mades belong to everyone, ter os olhos capazes, dos quais nos fala Matisse. Aqui, para ver, será necessário conhecer o conjunto de acontecimentos que tomou o lugar da obra. Ao mesmo tempo, a proposição desse olhar complexo

(56) MILLET, op. cit., p. 90.

(57) MATISSE, Henri. Com olhos de criança. *Arte em São Paulo*, n. 14, mar. 1983. / Para o texto em francês: MATISSE, Henri. *Écrits et propos sur l'art* – Texte, notes, et index établis par Dominique Fourcade. Paris: Hermann, 1972. (365p.) p. 321-3, Il faut regarder toute la vie avec des yeux d'enfants.



Figura 7
Jay Chiat, Insights, 1989, cybachrome, 120 x 180 cm. 20ª Bienal Internacional de São Paulo, 1989

pode estar significando o triunfo das fontes de imagens manipuladas, apontadas por Matisse:

"*Ver, isso já é uma operação criadora, que exige esforço. Tudo o que vemos na vida diária sofre mais ou menos a deformação produzida pelos hábitos adquiridos. e o fato é talvez mais sensível numa época como a nossa, onde o cinema, a publicidade e as revistas nos impõem cotidianamente um fluxo de imagens prontas que são um pouco, na ordem da visão, o que é o preconceito na ordem da inteligência. O esforço necessário para se desvencilhar disso exige uma espécie de coragem; e esta coragem é indispensável ao artista que deve ver todas as coisas como se as estivesse vendo pela primeira vez; é preciso ver toda a vida como quando se era criança; e a perda dessa possibilidade vos retira a de vos exprimir de uma maneira original, isto é, pessoal.*"[58]

(58) MATISSE, op. cit.

Conhecer o conjunto de acontecimentos que tomou o lugar da obra, do modo como descrito acima, é algo que está, naturalmente, interditado para a maioria dos indivíduos. Mas há um indivíduo ainda ativo enquanto sujeito nesta sociedade, que é o *connaisseur* (amador):

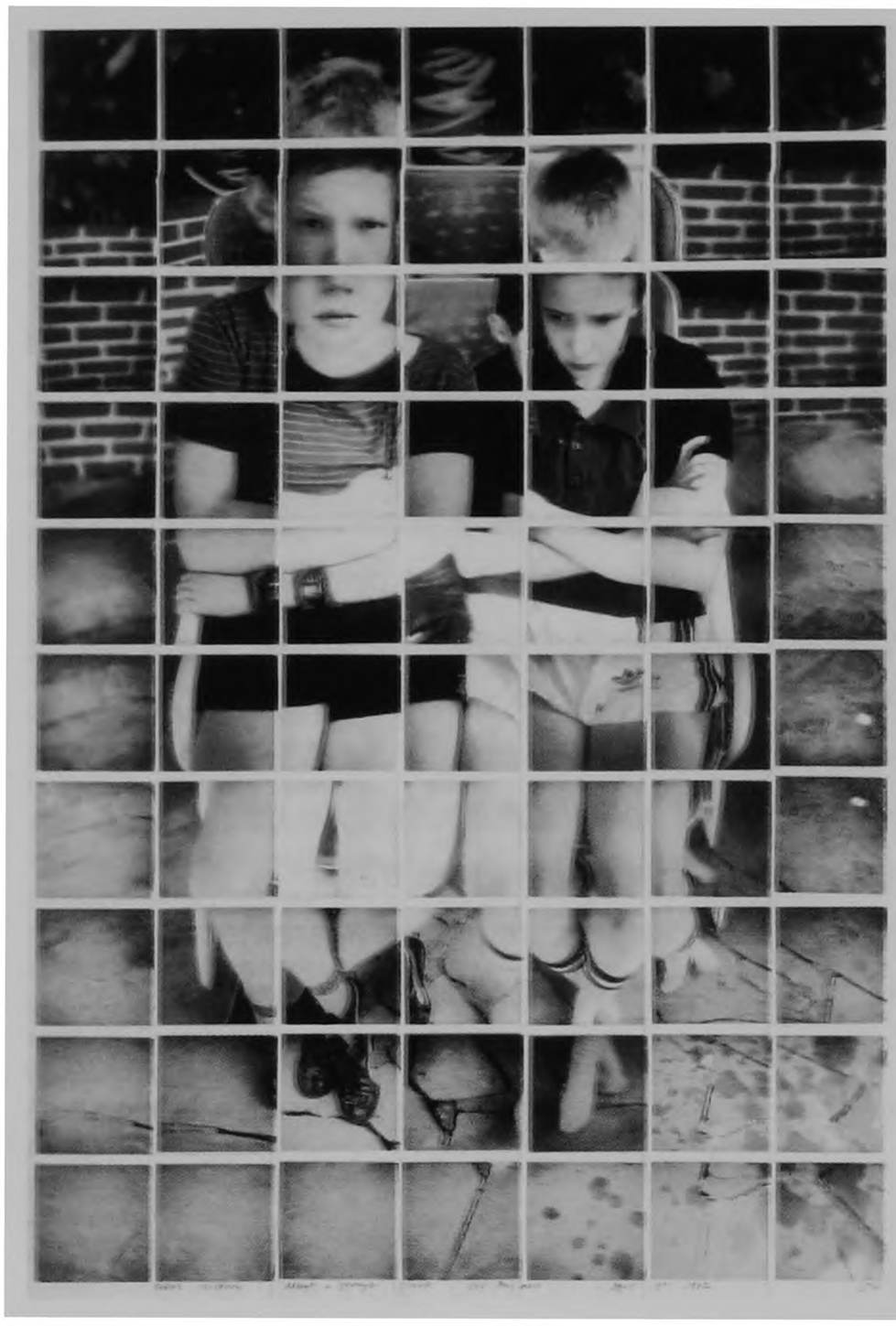


Figura 8
David Hockney, Celia's children Albert and George Clark, Los Angeles, 7 de abril de 1982, montagem com fotos Polaroid
Fonte: Imagem reproduzida de HOCKNEY, David. *Cameraworks*. Nova York: Knopf, 1984



Figura 9
David Hockney, Henry reading on his porch, Southampton – Nova York, ago. 1982, montagem com fotos 35 mm
Fonte: Imagem reproduzida de HOCKNEY, David. *Cameraworks*. Nova York: Knopf, 1984

"O que é um amador de arte? Um amador de arte é um explorador obsessivo e possessivo. O território que ele investe é esquadrinhado por seu olhar meticuloso, e somente adicionando pontos de vista fragmentários ele pode esperar adquirir uma idéia global deste território. Admitindo mesmo que o amador seja o proprietário da obra, é preciso reconhecer que é somente através da penetração de seu olhar que ele a possuirá realmente. Reconhece-se um amador de arte pelo fato de ele andar com o nariz colado à superfície dos quadros."[59]

A discussão sobre a reconstituição do conjunto a partir de suas partes mostra que a realidade, quando vista sem atenção e, portanto, tomada pelo seu valor aparente – *"esta nova desconfiança no falso, esta incapacidade em aceitá-lo pelo seu valor aparente..."*[60] – é apenas imagem, ou notícia. *"Somente adicionando pontos de vista fragmentários"* pode o amador se tornar "proprietário" do objeto amado. Tomarei um texto de 1984 que descreve o processo de observação dos objetos por um pintor (David Hockney):

A partir de 1968, Hockney freqüentemente usou a fotografia como um aide mémoire para sua pintura. Vários de seus mais famosos retratos... foram

(59) MILLET, op. cit., p. 88.

(60) FLUSSER, Vilém. *On the term "design"* Diz o texto original: "*This new mistrust in fakes, this incapacity to accept them at face value...*'

precedidos por dúzias de estudos fotográficos, ao lado dos muitos esboços a bico de pena. Ele fotografou a mobília, as paredes, o modo como a luz penetrava na sala em diferentes horas do dia; detalhes de rostos, mãos, membros; impressões de posições e posturas. (...) Ele estava usando as fotografias para sacudir sua memória; a confluência de dúzias de diferentes lembranças e observações iria formar a pintura possível, a qual no final alcançaria algo como a destilação da essência de todos os estudos que a precederam. Se houve alguma razão, foi usando a fotografia dessa maneira que Hockney acabou por suspeitar muito mais de sua pretensa realidade."[61]

À simples fotografia, pretensamente realista, opõe-se a construção de uma imagem completa, feita a partir de um conjunto de detalhes que trazem informações, mesmo que descaracterizadas pela sua diversidade e aparente desconexão. Hockney explica que seu modo de perscrutar os objetos deve-se à dificuldade de apreender toda a sua complexidade de um lance apenas. Uma percepção mais abrangente e compreensiva dá-se obrigatoriamente com um tempo maior de exame, diz, coisa que uma simples foto não carrega, esse tempo:

"*Depois de um tempo comprei uma câmera melhor e tentei usar uma grande-angular porque queria captar uma sala inteira ou uma figura inteira de pé. Mas odiei as imagens que fiz. Elas pareceram extremamente falsas. Elas mostraram algo que você de fato nunca viu. Não eram apenas as linhas curvando-se como nunca fazem quando você olha as coisas. Era mais a falsificação – seu olho nunca vê tanto de uma só vez. Não é como na vida real.*"[62]

Transformar o todo em fragmentos, que em seguida serão juntados para revelar as verdadeiras relações entre as partes, é a estratégia do *connaisseur*, e é o que Hockney propõe: uma pintura que desvele o interior dos objetos, o que eles têm de tempo, de memória – enfim, sua estrutura por sob a beleza da forma. Mas a estrutura, que antes estava escondida por trás da linha do desenho (Ingres), agora, com Hockney, aparece totalmente – estética ela mesma – para mostrar a um tempo sua beleza própria como também a verdade que a mantém. O que no fim vem a ser o mesmo, pois, agora, pode-se dizer que o belo – o estético – é a verdade, porque a estrutura tomou o lugar da forma e não há mais forma desligada de conteúdo.

Mas esse argumento – identidade entre forma e conteúdo – é o argumento moderno que a desconstrução visual de Hockney apenas recupera e que já estava presente nas ações picassianas ou cézannianas, como o próprio Hockney reconhece. A novidade é que se tornou útil retomá-lo e este pode ser um sintoma de que talvez a questão do des-envolvimento entre arte e técnica não esteja resolvida, havendo ainda, eventualmente, alguma possibilidade de que sobreviva o envolvimento.

Sérgio Ferro, em seu livro *O canteiro e o desenho*, escrito em 1976, discorda dessa possível integração pois, diz ele, os sujeitos são sempre sujeitos de classe:

(61) WESCHLER, Lawrence. True to life. In: HOCKNEY, David. *Cameraworks*. Nova York: Knopf, 1984. (284p.) (p. 6-41.). Na p. 8, o texto original diz: "*Beginning in 1968, Hockney often used photography as an aide mémoire in his painting. Several of his most famous portraits ...were preceded by dozens of photographic studies, alongside the many pen-and-ink sketches. He'd photograph the furniture, the walls, the way light fell across the room at different times of the day; details of faces, hands, limbs; impressions of stances and postures. (...) He was using the photographs to jog his memory; the confluence of dozens of discrete recollections and observations would form the eventual painting, which in the end would achieve a sort of distillation of the essence of all the studies which had preceded it. If anything, it was by using photographs in this manner that Hockney came to distrust their purported reality all the more.*"

(62) David Hockney, apud WESCHLER, op. cit., p. 8. O texto original diz: "*After a while I bought a better camera and I tried using a wide-angle lens because I wanted to record a whole room or an entire standing figure. But I hated the pictures I got. They seemed extremely untrue. They depicted something you never actually saw. It wasn't just the lines bending in ways they never do when you look at the world. Rather it was the falsification – your eye doesn't ever see that much in one glance. It's not true to life.*"

"*... se o olhar procura, por cortes e rebatimentos, traspassar sua* [do objeto] *carne, é menos por desconfiar e para remediar o trabalho* [do operário] *que ajuda a desqualificar, que para assegurar a total incorporação* [ao objeto] *do sobretrabalho. A vivissecção do objeto pelo desenho do objeto persegue o acréscimo do depósito de hora abstrata.*"[63]

Não há aqui qualquer vislumbre de socialização do conhecimento por meio desse desenho: enfim o desenho, por mais claro e explicativo que seja, depende de quem lhe entenda o código. Os desenhos de um projeto de arquitetura visam – antes de permitir que o operário que executa a obra a compreenda ou, o que seria o mesmo, permitir que compreenda a sua própria inserção como um operário no conjunto de ações que leva à produção do objeto – garantir, isto sim, que a mais-valia (horas trabalhadas, mas não-pagas, portanto horas abstratas) seja de fato incorporada ao objeto produzido. Diz Ferro:

"*Os erros decorrentes de ordens frouxas, as irregularidades que exigem uma correção posterior, as hesitações e pausas que a informação imprecisa ou insuficiente engendra, impedem o bom rendimento.*"[64]

E dificultam a incorporação da mais-valia.

A informação foi transformada hoje, dizem muitos autores, na principal mercadoria, uma mercadoria particular, pois bem de produção[65] Ferro localiza o papel da circulação da informação no interior do processo produtivo. Ele diz: a produção em série de objetos depende de uma perfeita articulação de vários trabalhos individuais a qual só é possível se a natureza de cada tarefa, separadamente, for perfeitamente comunicada e compreendida; o sucesso da produção – que se mede pela possibilidade de produção de mais-valia – depende da perfeita comunicação entre detentores dos códigos apropriados[66] ou seja, simplificadamente, da perfeita comunicação entre autor (detentor da compreensão global da obra – neste caso o capitalista) e executor (neste caso o gerente que, na linha de montagem ou no canteiro de obras, designa a tarefa de cada operário). Desenho é, portanto, instrumento (um dos) desse objetivo – qual seja: obtenção do lucro a partir da manipulação da informação que transforma o conhecimento em objeto, ou a intenção em ação.

"*A informação contida num desenho técnico é percebida da mesma maneira por todo sujeito possuidor dos diferentes códigos ... Um desenho completo é uma ordem.*"[67]

Uma ordem para a produção de mais-valia. Essa é a tese de Ferro:

"*O desenho é uma das corporificações da heteronomia do canteiro. Ou, para dizer a mesma coisa mais claramente: o desenho de arquitetura é caminho obrigatório para a extração de mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção.*"[68]

Contradizendo parcialmente a idéia de que pelo desenho, pelo projeto da coisa, pelo *design* – para usar termo de Argan, Flusser, Motta e Artigas – projeta-

(63) FERRO, op. cit., p. 63.

(64) FERRO, op. cit., p. 61.

(65) "*O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu 'valor de uso'*". LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. (123p.) p. 5. / Na p. 9 Lyotard cita Marx: "*A base (Grundpfeiler) da produção e da riqueza... torna-se a inteligência e a dominação da natureza na existência do homem enquanto corpo social* [de modo que] *o saber social geral, o knowledge, tornou-se força de produção imediata.*" MARX, Karl. *Fondements de l'économie politique*. Paris: Anthropos, v. 1, p. 223. 1968. / Marx, ainda de acordo com Lyotard na p. 9, explica que é estritamente o conhecimento como "*órgão imediato da práxis social*", ou seja, como máquinas, que se torna força produtiva; máquinas são, diz Marx, "*órgãos do cérebro humano forjados pela mão do homem, da força de saber objetivada*"

(66) Ferro resume: "*o acordo a ser imposto aos componentes produzidos pelos trabalhadores divididos*". FERRO, op. cit., p. 63.

(67) DEFORGE, Y. *L'education technologique*. Apud: FERRO, op. cit., p. 62.

(68) FERRO, op. cit., p. 11.

se o social e faz-se história, Ferro diz: só se for a história de quem é sujeito. Ora, qual sujeito, na sociedade capitalista, consegue exercer seus direitos em sua plenitude senão o proprietário[69]? Seja mesmo, como diz Millet, o amador que, por sua ação consciente – ação proprietária – de *connaisseur* apropria-se, torna-se proprietário da arte.

Utilizando a noção segundo a qual as superestruturas de uma sociedade mudam mais lentamente e sempre depois das infra-estruturas[70], pode-se pensar que dois séculos de organização industrial (isto é, técnica) do trabalho fizeram-se suficientes para determinar uma tecnicização da produção cultural, que por sua natureza de servir à divisão do trabalho liga-se menos a aspectos de totalidade e mais às contingências parciais da produção. A apreensão parcial dos objetos por meio do consumo – do consumismo (Argan) – pode significar que eles se mantêm cada vez menos íntegros na transição platônica de idéia (teoria[71]) para realidade (forma). É o que diz Flusser:

"*Para Platão, a adaptação era uma traição. Desenhe um triângulo, e a soma de seus ângulos nunca é exatamente 180º Imponha um estado politicamente ideal às pessoas, e de um modo ou de outro ele acaba por ser não tão ideal.*"[72]

Para Artigas, "*um conflito* [entre arte e técnica] *que não separa, mas une*"[73]. Parece que podemos agora relativizar um pouco essa possibilidade, mesmo para a situação brasileira no momento (1967) em que o texto foi escrito.

(69) O operário também é sujeito da história, na medida em que pode se organizar em classe-para-si, mas em sua condição de pertencente à classe despojada (antes, portanto, que revolucione a sociedade), não tem acesso aos meios para transformar o conhecimento numa forma de poder – sendo essa justamente a luta que trava contra a classe que domina.

(70) "*... porque, se olharmos as coisas mais de perto, descobriremos sempre que o próprio problema surge apenas onde as condições materiais para sua resolução já existem ou, pelo menos, estão em vias de existir.*" MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política (1859). In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Antologia filosófica*. p. 58.

(71) "*To look at ideas before they were mishandled was called 'theory'*". FLUSSER, Vilém. *On art and politics*.

(72) FLUSSER, Vilém. *On art and politics*. Diz o texto original: "*To Plato, the adaptation was a betrayal. Draw a triangle, and the sum of its angles is never exactly 1800. Impose a supposedly ideal political state on people, and somehow or other it ends up not so ideal after all.*"

(73) ARTIGAS, op. cit., p. 24.

Mauro Claro
Mestre e doutorando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, docente no curso de Desenho Industrial da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Mackenzie

Bibliografia

ANDRADE, Mário de. Do desenho. In: *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1965. p. 71-7.

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. *A crise do design*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 251-67.

_____. *Progetto e destino*. Milão: Mondadori, 1965. p. 9-74.

ARTIGAS, Vilanova. O desenho. *Revista do IEB,* Universidade de São Paulo, n. 3, p. 23-32, 1968.

FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto, 1982. 111p.

FLUSSER, Vilém. On the term "design" *Artforum*, Nova York, v. 30, n. 7, p. 19-20, mar. 1992.

MOTTA, Flávio. Desenho e emancipação. *Desenho industrial e comunicação visual – exposição / debates*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, out. 1970, p. 1-5.

4 CONFERÊNCIAS NA FAUUSP

Eric Mumford

associate professor,
Washington University
in St. Louis

SHAPING AMERICAN URBAN PUBLIC SPACE FROM CIAM TO NEW URBANISM

FAUUSP LECTURE MAY 15, 2001

ABSTRACT

Throughout much of the history of the United States its architects have been preoccupied with creating urban public spaces. In the nineteenth century two broad design directions emerged, one pastoral, exemplified by Olmsted and Vaux's Central Park in New York, the other monumental, based in European classicism but often given a particularly american character in projects such as Washington, DC.

In the problematic decade of the Depression, architects of CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) attempted to introduce new approaches to the design of urban space derived from European avant-garde movements. In the United States in the early 1940s, the Barcelona architect Josep Lluis Sert, developed a modification of CIAM urbanism based on the four functions of dwelling, work, recreation and transportation which added a fifth element, the civic center or core. This element was demonstrated by Sert and his partner Paul Lester Wiener's project for a Brazilian "Motor City" for auto workers near Pétropolis (1943). This project paralleled Sert's participation with Sigfried Giedion and Fernand Léger in calling for a "New Monumentality" which would express popular aspirations using an architectural language based on the work of modern painters and sculptors as well as architects such as Le Corbusier.

This direction was promoted by CIAM in its postwar Congresses, notably CIAM 8, "The heart of the city" of 1951. In the United States it inspired many corporate plazas and civic spaces and may have had some influence on the development of the typology of the suburban shopping mall. The austrian "émigré" Victor Gruen recreated the pedestrian urban shopping environment in self-contained centers at the metropolitan periphery, which were intentionally accessible mainly by automobile. All the earlier problems of congestion and lack of parking were solved by this new form, which was rapidly replicated around the country in the 1950s and 1960s and has become the normative public environment in most american metropolitan areas. It was in response to these conditions that a new planning movement was formed in the early 1990s which calls itself the Congress for the New Urbanism. Inspired by the form of american small towns, the new urbanists

appeal to history to argue that it is possible to recreate the pedestrian scale and its associated public life. They rightly point out that the typical physical form of postwar american urban development is governed by zoning and building codes which mandate widely spaced buildings and extensive provision for motor access and parking. They advocate new codes which generate a pattern of detached or semi-detached houses on small lots, arranged in patterns reminiscent of early twentieth century small towns and Garden Cities. For the new urbanists the traditional town square is an especially significant space, one in which they believe a genuine participatory public life can be recreated. As understood by architects, New Urbanism overlaps with other kinds of postmodern historicism, which include efforts to revive City Beautiful forms and strategies of urban reconstruction. In recent decades new downtown civic buildings in many cities have attempted to represent a sense of civic purpose through the use of a neo-neo-classicism. Many architectural practitioners in the United States are enthusiastic proponents of these ideas and of New Urbanism, which they see as a realistic way of opposing the continuing trends toward what is often termed metropolitan "sprawl"

The new urbanist direction has gained considerable support, but it also has serious drawbacks which are the result of the contradictions of capitalist development. While certain parts of cities have been spectacularly revived, the results do not necessarily differ so much from the highly controlled environments of theme parks or existing suburban shopping malls. This in turn has generated considerable critical resistance, which questions the shopping and entertainment oriented "pseudo-public realm" that results, a public realm that excludes or at least does not welcome the poor and provides no room for politics. Thus perhaps none of these directions – the City Beautiful movement, CIAM, or New Urbanism – which have preoccupied american architects over the last century can overcome the inevitably limited role of architecture in creating a public realm. On the other hand, all have significantly shaped the contemporary form of american cities.

Throughout much of the history of the United States, its architects have been preoccupied with creating urban public spaces. In the nineteenth century two broad design directions emerged, one pastoral, exemplified by Olmsted and Vaux's Central Park in New York, the other monumental, based in European classicism but often given a particularly american character in projects such as Washington, DC. This direction, known as the "City Beautiful" movement, was based on architects' efforts to create orderly and imposing urban compositions of public buildings inspired by European classicism. From its beginnings at the 1893 World's Columbian Exposition in Chicago into the 1920s, the City Beautiful movement was immensely successful in the United States, as cities across the country remade their downtowns with monumental plazas and civic buildings. After the Great Depression of the 1930s this urban movement died out, attacked by modernists as irrelevant to modern life and rendered unpopular by the large population movement to new anti-monumental suburban environments, which were being shaped by garden city ideas. Since the 1980s efforts have been made to revive aspects of City Beautiful planning, but with limited success. At the same time, the pastoral tradition of park design has lived on, but often in diluted form and usually applied at the metropolitan periphery.

In the problematic decade of the Depression, architects of Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna CIAM attempted to introduce new approaches to the design of urban space derived from European avant-garde movements. When the Barcelona architect Josep Lluis Sert arrived in the United States by way of Cuba in 1939, he brought with him the still-unrealized project of a large CIAM publication, which would make the congresses deliberations known in the New World. The result was his *Can our cities survive?: an ABC of urban problems: their analysis, their solutions, based on the proposals formulated by CIAM*, published in the fall of 1942. The origins of the material presented in this book were the "Constatations" from the fourth CIAM, held aboard a cruise ship in the Mediterranean in the summer of 1933. *Can our cities survive?* seems to have been intended to create a semi-informed audience for CIAM proposals, with enough knowledge of urban development to demand planning but one, which would still be content to leave the specifics to the experts of CIAM.

The sources of this approach may be found in the work of the Spanish philosopher José Ortega y Gasset, whose *The revolt of the masses* (1930) influenced both the American publisher of news magazines, Henry R. Luce, as well as Sert. In his analysis of modernity, Ortega argued that the rise of Fascism was closely linked to the overspecialization demanded by capitalist societies, which devalued the general historical and political knowledge necessary for good citizenship. This insight had led Luce to try to develop a "socially responsible" mass media which would stress the heritage of Western civilization and at the same time promote american business and world leadership[i] *Can our cities survive?* can be read as an effort by Sert, perhaps unknowingly, to adapt some of the same Ortega-influenced approaches used by the Luce magazines such as *Time, Life, Fortune* and *Architectural Forum* to promote the cause of CIAM. In Sert's case the goal was not profit but to gain support for the CIAM vision, as well as to increase his chances of securing an academic position in an american university. As such, it differs considerably from the volume envisioned at CIAM meetings in Europe.

Yet the attempt to change the perception of CIAM from an avant-garde to an elite group of planning experts had a serious shortcoming. Whereas Lenin had successfully led a group of activist intellectuals to real power after the Russian Revolution, by 1939 it was becoming clear that CIAM was less likely to achieve an equivalent role in urbanism, however that might be defined. While Sert's advocacy of CIAM and its position of urbanistic control by experts appeared to make sense in CIAM's changed circumstances, the problem remained that

many of the still active members of CIAM did not in fact hold important positions in town planning in the larger and more powerful countries. Le Corbusier had yet to be given an important planning commission in France; Gropius, practicing in exile, had had only relatively small commissions since 1933; and Sert himself at this time was simply an "émigré" attempting to reestablish himself as an architect in New York. This situation must have raised questions about their claims to be urbanistic experts in the pragmatic context of american architecture and urban development.

At the end of 1940 Sert had approached Lewis Mumford about the possibility of writing the introduction to the proposed CIAM book. When shown a draft of the proposed CIAM text in december of that year, Mumford gave Sert a sympathetic hearing, but he was unwilling to write the introduction that Sert requested. As Mumford wrote a few years later to his friend F. J. Osborn, the English Garden City advocate.

Did I tell you that Sert, a very fine man, had in accordance with CIAM instructions written his whole book, *Can our cities survive?*, without a single reference to the functions of government, group association or culture in the first draft? For these progressive architects the whole life of the city was contained in Housing, Recreation, Transportation, and Industry[ii]

Mumford told Sert directly in a letter that though he thought the "illustrated folio" Sert had shown him was "a very able piece of work," he felt he should point out

... a serious flaw in the general outline which CIAM prepared, and which established therefore the main lines of the collective investigation and of the book itself. The four functions of the city do not seem to me to adequately to cover the ground of city planning: dwelling, work, recreation, and transportation are all important. But what of the political, educational, and cultural functions of the city: what of the part played by the disposition and plan of the buildings concerned with these functions in the whole evolution of the city design. The leisure given us by the machine does not merely free modern man for sports and weekend excursions: it also frees him for a fuller participation in political and cultural activities, provided these are adequately planned and related to the rest of his existence. The organs of political and cultural association are, from my standpoint, the <u>distinguishing</u> marks of the city: without them, there is only an urban mass... I regard their omission as the chief defect of routine city planning; and their absence from the program of the CIAM I find almost inexplicable. Unless some attention was paid to this as a field, at least, for future investigation, I should find it very difficult to write the introduction that you suggested[iii]

Mumford told Osborn that after this "they [Sert and CIAM] have made a few pallid efforts to meet this criticism; but the lesson they failed to learn from [Ebenezer] Howard they are not likely to learn any more effectively from me" and he still refused to give the book "the blessing of an introduction."[iv]

Instead, the foreword by the Dean of the Harvard Architecture program, Joseph Hudnut, makes it clear that the point of *Can our cities survive?* was not to advocate a modern version of the ideal city of geometric clarity and classical order, "an architecture having a basis no firmer than a logic of form and a reward no deeper than an aesthetic experience," but rather to link urban planning and design to "those processes by which material things are shaped and assembled for civic use"[v] The images used in the book can be read as suggesting how these modernizing processes are "inevitably" producing the constituent elements of the "Functional City, emphasizing that the CIAM polemic is indeed a scientific response to these forces. By blurring the line between the work of CIAM members and projects like Robert Moses's highways or his Jones Beach State Park, the book furthers the impression that CIAM in somehow in a position to direct urban development along lines already being established in the United States.

At the same time, the lack of attention to the extensive urban housing and other public projects of the Roosevelt administration's "New Deal, is notable. Whereas previously CIAM had defined itself as an organization oriented to bending "the State" toward implementing a particular urban agenda, *Can our cities survive?* appears to indicate a shift in this position. It appears to be intended to mobilize mass opinion away from the then-current american governmental efforts to implement the urban strategies of the new architecture. The "something more than these official solutions" the book hopes to bring into being would seem to be widespread faith in the "Town Planning Chart" from the fourth CIAM Congress (reproduced at the end of the book) and faith in the experts who created it. Rather than rely on "official" solutions, CIAM, through the voice of Sert, seems to be encouraging a belief in a set of abstract commandments about what constitutes sound city development, presented as transcendent rules emerging from the *Zeitgeist*, "a collective spirit capable of organizing community life to the lasting advantage of the many instead of to the immediate profit of the few."[vi]

Sert's attempt to use photos, statistics, and cartoons to create an American mass following for what would soon become known as the Athens Charter may seem quixotic today, but in fact the book was being directed at a "popular" american audience precisely at the moment where various large businesses were successfully promoting a new metropolitan lifestyle of a different but related sort. By 1942 the power of such media to form social outlooks was already recognized; Wallace K. Harrison, in his wartime role as Deputy Coordinator of Inter-American Affairs, wrote in March 1942 to Nelson Rockefeller about his efforts to counter Axis influence in South America:

> ... we have the greatest propaganda media possible in the form of "Time" and "Life" and "Fortune" who [sic] may be drafted to help us.[vii]

Though the stance of the Luce magazines was obviously different in political outlook from Weimar avant-garde journals such as *Das Neue Frankfurt* or *A.C.*, the magazines were indifferent, if not hostile, to City Beautiful efforts at civic embellishment, and were also eager to see narrow city streets lined with technologically substandard urban dwellings demolished and replaced with better highways and parklike open spaces.

This convergence across the political spectrum in favor of a new urbanism, however, was not identified in contemporary reviews of the book. It appeared at a point where the deluge of planning proposals for "194x, as the year the war would be over was being called, was just beginning, and *Can our cities survive?* no doubt seemed to be simply another book of same type. After the publication of *Can our cities survive?*, Giedion and CIAM sought to find a new direction for CIAM in the United States, shifting its agenda toward postwar reconstruction in Europe rather than further efforts influence american urban renewal... These efforts resulted in the creation of the New York CIAM Chapter for Relief and Postwar Planning in 1943. For american CIAM members like the danish "émigré" Knud Lonberg Holm, active in Detroit and then New York, their goal in the 1930s had been to transform the entire american building process. They were far more interested in, as the title of Lonberg Holm's 1940 book put it, *Planning for Productivity*[viii] than in the creation of "architecture" as such. Like the visionary engineer Buckminster Fuller, with whom he was in close contact, Lonberg Holm hoped to make buildings as lightweight, demountable and temporary as possible, believing that the traditional built fabric of the city was itself an impediment to social change and better living patterns. This position has been aptly described as a "consciously anti-aesthetic, productivist dogma disseminated through the commercial press."[ix] Lonberg Holm did not share the admiration Giedion had expressed in his *Space, Time and Architecture* (1941) for Rockefeller Center or New York's

Triborough Bridge as "symbols of modern times." Instead, he sought to reorganize american building production from within organizations like the F W. Dodge Corporation, where as the Dodge Corporation director of research after 1932, he reorganized Sweet's Catalog of building products so as to bring to the attention of any architect or builder the full range of available choices for any type of building component[x]

For a short period in the United States in the 1930s there had been a certain plausible convergence between the Fordist logic of large-scale capitalism, the replanning activities of "Master Builders" like the Rockefellers or Robert Moses in New York, and the goals of CIAM.[xi] Yet the CIAM desire to assume a controlling role in american planning efforts had met with little direct success in the United States. On the other hand, aspects of the CIAM agenda were appropriated for the populist, consumer-oriented modernism of the 1939 New York World's Fair, organized by Robert Moses, where Henry Dreyfuss's "Democracity" and Norman Bel Geddes's "Futurama" implemented some CIAM-like doctrines in the service of a politically conservative urbanistic vision of remade american downtowns served by highways linked to commuter suburbs[xii]

It was this vision, more than CIAM's, which came to characterize modern urbanism as it was actually implemented in the United States. During the Second World War, the need for a common front against the Axis led to cooperation between the previously antagonistic advocates of free enterprise and various forms of collectivism. The real differences in political outlook behind the forces behind american urban renewal and the CIAM version of urbanism were blurred then and have remained unclear ever since. But while CIAM saw masterplanning by "experts" as a necessarily step to provide a better life for all, american urban renewal advocates like Robert Moses and his supporters objected to calling their highly coordinated, "top-down" efforts at urban reconstruction and control, "planning" at all.

This unanticipated turn of events further confused the direction of CIAM, and seems to have raised questions about its continuing relevance in the new wartime atmosphere. While its internationalism seemed pertinent, especially after the publication of republican presidential candidate Wendell Wilkie's *One World* in 1943, its earlier emphasis on planning, standardization, and urban reconfiguration based on the "four functions" of dwelling, work, transportation and recreation had become so widely accepted that at a CIAM meeting called by Giedion early in 1943, Lonberg Holm is quoted as saying that "the younger generation takes the point of view of the CIAM for granted"[xiii] At this meeting Sert questioned whether CIAM had "really fulfilled its function" and wondered whether any other international institution could replace it[xiv] Giedion, however, according to the minutes taken by himself, argued for continuity, and he and Sert then went forward with organizing a revived CIAM.

Sert at this time had gone into partnership with Paul Lester Wiener, a german-born american architect based in New York, who had worked with Lucio Costa and Oscar Niemeyer on the brazilian pavilion at the 1939 New York World's Fair. Wiener also began to attend these New York CIAM meetings[xv] Le Corbusier seems to have introduced Sert to Wiener, mentioning in a letter of May 20, 1940 to Sert in New York that he could speak with Wiener about CIAM and "our friends in Rio"[xvi] Wiener's father-in-law was Henry Morgenthau, Jr., secretary of the Treasury 1934-1945,[xvii] and Wiener had developed connections with the U.S. State Department[xviii] According to the 1947 Museum of Modern Art catalog, *Two cities*, Sert and Wiener were commissioned in may 1943 by the Brazilian Airplane Factory Commission to design a new town around an airplane engine factory in the Baixada Fluminese area of reclaimed marshland 25 miles northwest of Rio de Janeiro[xix] According to later recollections of Oscar Niemeyer, the commission was originally given to a brazilian architect-engineer, Fernando

Saturnino de Brito, who asked Niemeyer to do the architectural design. Niemeyer suggested to Wiener, then in Brazil, that he join them as a partner. After agreeing to this, Wiener returned to the United States and replaced Brito with Sert, and then suggested to the client that the Roberto Brothers should do the architectural design[xx]

As published a few years later, the Sert and Wiener project, which they called the "Cidade dos Motores, or Motor City, was zoned using the CIAM "four functions" of dwelling, work, recreation, and transportation. It was an application of the Radiant City, and resembled Le Corbusier's and Pierre Jeanneret's plan for Nemours[xxi] Its more elaborated "civic center" element may reflect Lewis Mumford's criticisms of CIAM urbanism when asked by Sert to write the introduction to *Can our cities survive?*[xxii] While the concept of civic center as a kind of CIAM "Fifth Function" would remain important to Sert and Giedion, and would eventually provide the theme of CIAM 8 in 1951, it does not seem to have been considered as important by other CIAM members during the war years. Gropius was concentrating his efforts at the time on a non-place-specific prefabricated housing system with Konrad Wachsmann[xxiii] and he made no mention of civic center design at a Harvard conference on urbanism held in 1942[xxiv] From the same period, there is little in the writings of CIAM members Neutra, Chermayeff, or Lonberg Holm from this time that suggests much concern with the design of the civic center element[xxv] Although a number of CIAM members or sometime members were involved in designing american defense housing at this time, most notably Neutra, these projects were highly constrained and did not provide pedestrian community centers of the type called for by Giedion and Sert and demonstrated in the plans for the Motor City[xxvi]

Not surprisingly, the real concerns of the group at this point seem to have been largely to get commissions; as Gropius put it, their intention was "perhaps more going towards the practical effects than building up a new philosophic movement"[xxvii] In 1943 the allied powers had established the United Nations Relief and Rehabilitation Administration (UNRRA) "to restore the devastated areas of Europe as they were liberated, and it seems likely that the american CIAM chapter had been set up to attempt to give CIAM a role in this process. When the "Constituting Committee" of the new CIAM group met for the first time a few weeks before D-Day on may 20, 1944, at the New School for Social Research in New York, the meeting failed to produce any new CIAM consensus.

At this same moment, first Le Corbusier, and then Giedion and Sert had begun to develop a new stance toward what they eventually termed "the new monumentality," not in the hope of preserving or reviving classical urbanism, but as a response to what they believed were popular needs and aspirations. This new direction was related to the defense of cubist abstraction in the arts which Le Corbusier and Fernand Léger had begun to make in Paris in the mid-1930s[xxviii] At about the same time Le Corbusier developed his Vaillant-Couturier Monument, a project for a huge sculptural artifact commemorating the spokesman on cultural affairs for the French Communist Party[xxix] Surmounted by an early version of the "Open Hand, and scaled to be seen by motorists in passing cars, the unbuilt monument indicated a new approach to monumentality. The discussion concerning modern monumentality was also taking place in Switzerland, in a series of articles by Peter Meyer, editor of *Das Werk*. Prompted by the emergence of Socialist Realism and the challenges it raised to the earlier avant-gardism of the Neues Bauen,[xxx] the debate introduced a new set of issues that would eventually be engaged by CIAM. In a 1939 essay "The Dangers and Advantages of Luxury, inspired in part by his visit to Frank Lloyd Wright's Johnson Wax building, Giedion criticized the American Beaux-Arts tradition for "simply transferring emotional luxury-forms from earlier periods to our own" He found this "bound to be unsatisfactory,"

and linked to the suppression of modern architecture in most (and soon, very likely, in all) totalitarian countries"[xxxi] Yet in contrast to earlier CIAM polemics, Giedion did not criticize what he called "our need for luxury, splendor and beauty"; instead, he argued that to satisfy it "we must create for our own 'optical vision'" by means of the collaboration of architects with modern painters and sculptors[xxxii]

By 1943, at the same time that Giedion, Sert and Wiener had begun to create the New York CIAM Chapter for Relief and Postwar Planning, Giedion, along with Fernand Léger and Sert, had been commissioned by the American Abstract Artists (AAA) group to make a contribution to a planned volume on the collaboration between artists, painters and sculptors[xxxiii] Titled "Nine Points on Monumentality, their manifest for the first time introduced the issue of "monumentality" into discussions of modern architecture[xxxiv] Their decision to emphasize monumentality was a surprising departure from previous CIAM attitudes, where the concept had always been linked to the classical tradition, which they rejected. Giedion went on to develop the theme with more historical detail in his famous essay produced around the same time, "The Need for a New Monumentality," where he attacked the "pseudomonumentality" of the nineteenth century and argued that nonetheless a new monumentality was foreshadowed by the spatial and plastic conceptions of modern artists such as "Picasso, Léger, Arp and Mirò"[xxxv] Such a new monumentality, however, had to flow from the "emotional life of the community," which could only come about through face-to-face contact rather than through the new media of radio and television. Giedion believed its focus should be new, publicly-financed community centers[xxxvi] Giedion's image of these community centers seems to have derived in part from his experiences of crowds in modern pavilions at the 1937 Paris Exposition and the 1939 New York World's Fair. In "The Need for New Monumentality" he invoked these fairs as "great spectacles capable of fascinating the people" with "waterplays, light, sound and fireworks"[xxxvii]

Giedion did not develop in detail the link between his New Monumentality and CIAM urbanism, but Sert took up this task in a companion essay, "The Human Scale in City Planning," also commissioned by AAA at the same time[xxxviii] Clearly in the line of Le Corbusier's earlier polemics for design in accord with the human scale[xxxix] Sert's essay emphasized the need to "plan for human values" and to design cities based on the compact neighborhood unit.[xl] In his essay Sert went beyond simply restating Garden City thinking about neighborhood units; he also argued that pedestrian civic centers ought to be created. Especially in large cities he asserted that the "civic and cultural center constitutes the most important element... its brain and governing machine, and in it should be found university buildings, museums, concert halls and theaters, a stadium, the central public library, administration buildings, "and areas especially planned for public gatherings, the main monuments constituting landmarks in the region, and symbols of popular aspirations..."[xli] This conception of the civic center, of course, bears more than a passing resemblance to earlier Beaux-Arts or City Beautiful notions, but Sert did not acknowledge these parallels.

Not coincidentally, Sert's essay was written as he and Wiener were preparing the plans for the Brazilian Motor City. In contrast to earlier CIAM projects like Stam's and Schmidt's plans for Orsk or Le Corbusier and Jeanneret's for Nemours, the civic center element was here developed and presented with much greater architectural specificity, possibly in response to Lewis Mumford's comments when asked to write the introduction to *Can our cities survive?*, where he had particularly objected to CIAM's lack of focus on the design of buildings intended to house the political, educational, and cultural functions of the city[xlii]

For CIAM the concept of the New Monumentality was more definitively presented in Le Corbusier's

1945 plan for the French town of St. Dié, destroyed in the German retreat at the end of the war. Here he interpreted the concept somewhat differently from Sert and Wiener[xliii] In the St. Dié plan, first exhibited with other work by Le Corbusier at Rockefeller Center New York in November 1945, the civic center–housing a theater, café, museum and administrative buildings– was explicitly not an enclosed space like the one at the Motor City. Instead, in the St. Dié plan the civic center is an open platform with free-standing buildings: a high-rise administrative center, a civic auditorium, a museum designed as a square spiral, a department store, cafés and shops, and a hotel[xliv] Giedion later called the proposal "a long stride from the enclosed Renaissance piazza, and he asserted the buildings were "placed in such a way that each emanates its own social atmosphere," demonstrating "a more dynamic conception of space" than traditional enclosed urban space[xlv] The placement and design of the buildings were governed by Le Corbusier's Golden Section-based proportional system, soon to be codified and published as *The Modulor* in 1948[xlvi] and well as by Le Corbusier's intuitive visual judgments.

These two unbuilt projects – Sert and Wiener's Brazilian Motor City and Le Corbusier's plan for the reconstruction of St. Dié – both displayed a much greater focus than previous CIAM-related projects on the civic center element, and they emphasized its political role as a public gathering space. The two projects set the stage for part of the postwar work of CIAM, providing the conceptual basis for its uncertain efforts to remain an avant-garde movement in the immediate postwar years.

In the United States, however, other architects stepped into the vacuum left by the loss of interest in Beaux-Arts planning after the war. One of the most influential was the austrian "émigré" Victor Gruen, who perfected the typology of the suburban shopping mall. Gruen recreated the pedestrian urban shopping environment in self-contained centers at the metropolitan periphery, which were intentionally accessible mainly by automobile. All the earlier problems of congestion and lack of parking were solved by this new form, which was rapidly replicated around the country in the 1950s and 1960s. Appearing at a moment when many american cities were experiencing economic decline and racial conflict, the mall and its less sophisticated cousin, the strip mall, quickly supplanted most traditional downtowns as the focus of everyday shopping. These commercial spaces became the auto-accessible "de facto" public sphere of decentered metropolitan regions, but without the earlier public institutions, monuments, and spaces of assembly found in traditional downtowns.

Architects began to identify this loss of the urban public sphere as a serious problem in the 1960s, and variety of efforts were made to propose alternatives, many of them related to the Team 10's efforts to suggest pedestrian-based urban forms which did not replicate the pre-automobile city. At the same time, existing cities built before 1930 began to be revalued as environments, which had physical patterns no longer available in the new suburban environments. Efforts in the 1950s by cities to remake themselves to compete with their suburbs gave way to nascent preservation movements in the 1970s, which tried to restore central urban areas which had been in decline for decades. These processes of urban conservation have continued in an uneven pattern across the country, with outcomes ranging from the spectacular success of parts of cities such as New York, Chicago, Boston and San Francisco to the continuing decay of many others. At the same time, suburban metropolitan expansion has continued at a rapid rate, to the point where cities such as Denver or Atlanta now cover huge territories and nearly all of the commercial built fabric consists of the new mall typologies, with little possibility of pedestrian public life.

It was in response to these conditions that a new planning movement was formed in the early 1990s which calls itself the Congress for the New

Urbanism. Inspired by the form of american small towns, the new urbanists appeal to history to argue that it is possible to recreate the pedestrian scale and its associated public life. They rightly point out that the typical physical form of postwar American urban development is governed by zoning and building codes which mandate widely spaced buildings and extensive provision for motor access and parking. These codes were developed in the 1910s and 1920s in response to what were then the major problems of congestion and overcrowding. The new urbanists argue that things have gone too far in the other direction and that a certain degree of well-planned higher density development is desirable. To this end they suggest new codes which generate a pattern of detached or semi-detached houses on small lots, arranged in patterns reminiscent of early twentieth century small towns and Garden Cities. For the new urbanists the traditional New England town square is an especially significant space, one in which they believe a genuine participatory public life can be recreated.

As understood by architects, New Urbanism overlaps with other kinds of postmodern historicism, which include efforts to revive City Beautiful forms and strategies of urban reconstruction. New downtown civic buildings in many cities have attempted to represent a sense of civic purpose through the use of a neo-neo-classicism. Many architectural practitioners in the United States are enthusiastic proponents of these ideas and of New Urbanism, which they see as a realistic way of opposing the continuing trends toward what is often termed metropolitan "sprawl. The Secretary of Housing and Urban Development in the Clinton administration, Henry Cisneros, strongly supported New Urbanism and was supported the effort to replace high-rise slab housing projects loosely based on CIAM Functional City planning principles with lowrise townhouse developments influenced by new urbanist ideas. For new urbanists, as for many postmodernists generally, CIAM and the Modern Movement were primarily responsible for the decline of american central cities. Much new urbanist rhetoric has been based on the idea of bringing cities and towns back to their supposedly ideal conditions before the destructive era of Modern Movement urban renewal in the 1950s through the use of urban infill in the form of buildings which as much as possible copy the surrounding context of pre-1930 buildings. This use of historical imagery has tremendous appeal for contemporary american urban dwellers, who know that american cities were safer, more prosperous, and had better schools and public transit systems sixty years ago than they do now.

At the same time, New Urbanism has been strongly criticized for its backward looking approach and for its assumption that its use of certain kinds of planning will allow for the reconstruction of the community life dispersed by suburban sprawl. Just as the City Beautiful movement could not solve the real problems of poor sanitation, overcrowding and violence in the early twentieth century american cities, New Urbanism seems unlikely to be able to solve american social problems through new urban patterns. Like the City Beautiful movement, New Urbanism assumes that architects' visions have a kind of totemic social power to call into being a new way of life. Although its urbanism is based on opposite premises – mixed use instead of zoning by function, and a preference for relatively dense lowrise instead of widely-spaced high-rise housing – it appears to be similar in its assumption that architectural and urban form has the power to reshape society.

Like CIAM, New Urbanism is a carefully orchestrated effort by architects to determine urban patterns. Both seem problematic under contemporary conditions, where most new building in the United States now occurs in peripheral, previously undeveloped areas on the metropolitan periphery of fast-growing cities in the South and West. For this kind of development architects typically have no involvement in the urban design, which almost

always means wide auto-based commercial strips of "big box" retail outlets, fast food restaurants, drive-in banks, and gas stations which are set back from the street by large asphalt-surfaced parking lots. This metropolitan pattern is entirely based on automobile transportation and has in effect eliminated "architecture" in the usual sense altogether, with the occasional exception of a distinctive commercial building or private house. The negative social and environmental effects of this pattern have been the subject of extensive discussions by architects in recent years, but since the implementers of these now quite standardized patterns have little interest in architects' ideas, these discussions have a futile, pointless quality.

This problematic condition of disciplinary knowledges which in a sense no longer have much larger social purpose, that this impasse has produced marks a new step in development of architects' efforts to shape urban design, and suggests that positions, such as either CIAM's or New Urbanism, which assume a different architect-client relationship than what typically exists are unlikely to succeed in their ambitious project of social change through design. What this likely failure means for the future form of american cities, with some high-profile exceptions, is the continued expansion of a monotonous pattern which no one actually seems to like that much but which is at the same time granted a kind of historical inevitability based on its low cost and ease of implementation. Thus any alternatives – CIAM, New Urbanism, or other possible positions – appear to be luxuries which can only be made available at either high cost or through extensive additional efforts and are thus not suitable for everyday use. While this need not be the case, this is the present reality for urban design in the United States. For architects this has meant either renewed attention to the material specifics of individual projects, without the social vision of earlier stages of modernism and postmodernism, or continued efforts to revitalize existing urban environments.

This revitalization direction seems to be promising, but it also has serious drawbacks which are the result of the contradictions of capitalism. While certain parts of cities have been spectacularly revived, the results do not necessarily differ so much from the highly controlled environments of theme parks or existing suburban shopping malls. This in turn has generated considerable critical resistance, which questions the shopping and entertainment oriented "pseudo-public realm" that results, a public realm that excludes or at least does not welcome the poor. Thus perhaps none of these directions – the City Beautiful movement, CIAM, or New Urbanism – which have preoccupied american architects over the last century can overcome the inevitably limited role of architecture in creating a public realm. On the other hand, all have significantly shaped the contemporary form of american cities.

Notes

i. James I. Baughman, Henry R. Luce and the Rise of the American News Media (Boston, 1987), 111-112.

ii. Lewis Mumford to Osborn, May 5, 1945 (Lewis Mumford and Frederic J. Osborn: a transatlantic dialogue 1938-70 (Bath, 1971), 83).

iii. Lewis Mumford to Sert, Dec. 28, 1940 (Folder E1, Sert Archive, Harvard Graduate School of Design).

iv. Lewis Mumford to Osborn, nov. 27, 1942 (Lewis Mumford and Frederic J. Osborn, 34).

v. Joseph Hudnut, Foreword to Sert, Can Our Cities Survive? (Cambridge, MA; Harvard University Press, 1942), iii-iv.

vi. Sert, Can Our Cities Survive?, 41.

vii. Letter from Wallace K. Harrison to Nelson Rockefeller, march 13, 1942 (Harrison Archive, Avery library, Columbia University, 2: 1989 gift, box 2).

viii. Knud Lönberg-Holm and Theodore Larson, Planning for Productivity (The Hague, 1940).

ix. Marc Dessauce, "Contro lo Stile Internazionale: 'Shelter' e la stampa architettonica americana, Casabella 604 (Sept. 1993), 71.

x. Lonberg Holm is the subject of a Columbia University dissertation by Marc Dessauce, who has generously shared much information with me on Lonberg Holm, Weissmann, and other CIAM members in this period.

xi. Giedion wrote in 1941 that he thought Le Corbusier should be Moses's adviser, although he said he himself had not had time to meet him (Giedion to Le Corbusier, February 20, 1941 Giedion Archive, ETH Zurich).

xii. For illustrations of the 1939 Fair see Larry Zim, The World of Tomorrow (New York, 1988). For an interpretation of it, see Warren I. Susman, "The People's Fair: Cultural Contradictions of a Consumer Society," in Culture as History: The Transformation of American Society in the Twentieth Century (New York, 1984).

xiii. Inofficial [sic] Meeting of the following CIAM-members: Giedion, Lonberg-Holm, Sert, Weissmann, 850 Seventh Ave., february 19, 1943 (Ernest Weissmann Papers, New York).

xiv. Sert had met a month earlier with Eliel Saarinen and Philadelphia planner Edmund Bacon at Oscar Stonorov's farm, a meeting which may have had some connection to CIAM. (Letter from Stonorov to George Nelson, Jan. 13, 1943 (Sert Archive, Harvard Graduate School of Design).

xv. Born in Leipzig but an American citizen since 1919, Wiener had returned to Berlin in the 1920s, where he worked with Bruno Paul. In the 1930s he worked as a product and interior designer in New York. For an example of his work, see "Manhattan Apartment, P. L. Wiener, Designer," Architectural Forum 61 (nov. 1934), 339-341. In 1936 Wiener, in association with Levi and Higgins designed the American pavilion at the 1937 International Exhibition in Paris ("U. S. Pavilion carries skyscraper motif to Paris," Architectural Record 82 (December 1937), 20-23).

xvi. Le Corbusier to Sert, May 20, 1940, courtesy of Josep Rovira.

xvii. Henry Morgenthau, Jr. (1891-1967) had also been the publisher of the American Agriculturist (1922-1933) and was the author of the controversial wartime "Morgenthau Plan" for postwar germany, which called for eliminating the country's industrial base and returning it to farmland.

xviii. See the "U. S. Department of State" correspondence files in Sert, Can Our Cities Survive? (Cambridge, MA; Harvard University Press, 1942), particularly Morgenthau's letter on Wiener's behalf to Secretary of State Cordell Hull (Morgenthau to Hull, dec. 17, 1940 (Wiener Papers, University of Oregon Library). The exterior of the Brazilian pavilion was designed by Lúcio Costa and Oscar Niemeyer.

xix. Museum of Modern Art, Two Cities: Planning in North and South America (New York, 1947). Chronologies of the work of Sert and Wiener generally give the date of this project as 1945, but it is clear from the correspondence in the Wiener papers that it was commissioned before the end of the war. A letter from Sert to Wiener of April 2, 1945 mentions he was working on "modifications of the plan for the Cidade dos Motores."(Wiener Papers, University of Oregon Library).

xx. Letter from Jorge Czajkowski to Alan Colquhoun, may 2, 1994 (Courtesy of Alan Colquhoun). Niemeyer recalls that he was furious.

xxi. Illustrated in Le Corbusier, Oeuvre complète 1934-1938 (Zurich, 1945), 27-30. This plan was exhibited at the 1935 Functional City exhibition in Amsterdam.

xxii. The project was first published in "Brasil Builds a New City" Progressive Architecture 27 (sept. 1946); for a more detailed description, see my "CIAM and Latin America," in Sert: Arquitect a Nova York (Barcelona, 1997), 50-56.

xxiii. On Gropius's prefabricated system, see Herman Herrey, "At last we have a prefabrication system which enables architects to design any type of building with 3-dimensional modules: Konrad Wachsmann and Walter Gropius produce the General Panel Corporation's packaged building," New Pencil Points 24 (april 1943), 36-47; and Gilbert Herbert, The Dream of the Factory Made House: Walter Gropius and Konrad Wachsmann (Cambridge, 1984).

xxiv. Walter Gropius and Martin Wagner, "Epilogue: the New City Pattern for the People and by the People," in Guy Greer, ed., The Problem of the Cities and Towns: Report of the Conference on Urbanism, Harvard University, march 5-6, 1942 (Cambridge, 1942). Parallel to Gropius's and Wachsmann's efforts, in 1943 Wiener had received a grant from the Federal Office of Production Research and Development of the War Production Board to develop a prefabricated housing system called "Ratio Structures," a project which Sert was also involved with. The work was carried out at the New School for Social Research in New York, and lasted at least until 1945. See U. S. War Production Board, Office of Production Research and Development, Modern Designs for Prefabricated and Demountable Buildings (Washington: War Production Board, 1944); and P. L. Wiener, "Ratio Structures," Architectural Forum 79 (dec. 1943); Josep Rovira, "Sun and Shade," in Sert: Arquitect a Nova York (Barcelona, 1997), 106-108.

xxv. An exception is the pamphlet published in 1943 by Oscar Stonorov and Louis I. Kahn, then in partnership with George Howe, which proposed a neighborhood unit with a school and a drive-in shopping center at the center of the neighborhood (Oscar Stonorov and Louis Kahn, Why City Planning is Your Responsibility (New York: Revere Copper and Brass, n.d. [1943]).

xxvi. At Neutra's Channel Heights, a defense housing project in San Pedro, near Los Angeles, most of the project was one and two story apartment units on cul-de-sac streets on the Radburn model. An Administration and Community Building was provided, but was sited to take advantage of the rolling topography and had no plaza element, only a parking area ("Channel Heights Housing Project," Architectural Forum 80 (March 1944), 65-74; Thomas S. Hines, Richard Neutra and the Search for Modern Architecture (New York, 1982), 182). Other defense housing projects by CIAM members, like Gropius and Breuer's Aluminum City Terrace, near Pittsburgh (see Isabel Bailey, "New Kensington Saga," Task 5 (Spring 1944), 28-38); Howe, Stonorov and Kahn's Pennypack Woods, in northeast Philadelphia; or Neutra's Avion Village, in Grand Prairie, Texas, were similarly lacking in pedestrian civic center elements (Architectural Forum 75 (october 1941). Sert and Wiener also designed a defense housing project for an aircraft equipment factory near Sidney, New York at this time, which does not seem to have been published.

xxvii. Gropius to Sert, feb. 21, 1944 (Sert Archive, Harvard Graduate School of Design).

xxviii. Le Corbusier, "The Quarrel with Realism, The Destiny of Painting," in J. L. Martin, et al., Circle, 71.

xxix. Le Corbusier, Oeuvre complète 1938-1946 (Zurich, 1946), 10-11; Gilles Ragot and Mathilde Dion, Le Corbusier en France: Projets et réalisations (Paris, 1997), 253-254. Vailliant-Couterier was also the editor of the French Communist Party newspaper, L'Humanité.

xxx. See Peter Meyer, "Zur Architektur des Zürcher Kongressgebäudes," and Martin Steinmann, "Das Kongresshaus und die Frage der monumentalen Architektur," Archithese 2-80 (march-april 1980), 42-43. These debates over monumentality in Switzerland are discussed in Jacques Gubler, Nationalisme et internationalisme dans l'architecture moderne de la suisse (Lausanne, 1975).

xxxi. S. Giedion, "The Dangers and Advantages of Luxury," Architectural Forum 70 (May 1939), 348. This was an abridged version of the article that appeared in Focus (London) 3, Spring 1939. In this article, Giedion also suggested that Nazi and Fascist monumentality had had "subversive influence on neighboring countries" like Switzerland and Holland, and he criticized Oud's ornamented and symmetrical Shell Building in the Hague (1938) on this basis.

xxxii. S. Giedion, "Dangers, Architectural Forum 70 (may 1939), 348.

xxxiii. The American Abstract Artists group, who admired the work of Picasso, Kandinsky, Klee, and Miró, was founded in 1936.

xxxiv. For other discussions of the New Monumentality, see Joan Ockman, "The War Years in America: New York, Monumentality, in X. Costa, ed., Sert: Arquitecte a Nova York (Barcelona, 1997), 22-47; and Christiane C. and George R. Collins, "Monumentality: A Critical Matter in Modern Architecture,' Harvard Architecture Review 4 (1985), 15-35.

xxxv. Sigfried Giedion, "The Need for a New Monumentality," in Paul Zucker, ed., New Architecture and City Planning (New York, 1944), 549-568.

xxxvi. Giedion, 556-557, 566. Following Keynes, Giedion asked, "Why not keep the economic machinery going by creating civic centers?"

xxxvii. Giedion, 568.

xxxviii. J. L. Sert, "The Human Scale in City Planning, in Zucker, ed., New Architecture and City Planning, 392-413.

xxxix. See for example Le Corbusier's 1937 proposal for an "Exposition internationale de l'habitation à Vincennes" in Le Corbusier, Oeuvre complète 1934-1938 (Zurich, 1945), 140-141.

xl. The neighborhood unit was usually defined as an urban sector housing the population necessary to support an elementary school (which usually implied populations ranging from 5,000 to 11,000 inhabitants), and designed such that no child need walk more than a one half-mile to the school, preferably without ever having to cross a major traffic artery. In the United States the term was first used by Clarence Perry, "The Neighborhood Unit: A Scheme of Arrangement for the Family Life Community," Regional Plan of New York, vol. 7 (New York: Regional Plan Association, 1929). The concept had been used earlier by Grosvenor Atterbury and Frederick Law Olmsted, Jr. at Forest Hills Gardens, Queens of 1908, a Garden Suburb based on the British town planning work of Raymond Unwin and Barry Parker.

xli. Sert, "The Human Scale in City Planning,' 403-404. Joseph Hudnut wrote to Sert in 1945 that he "agreed heartily" with Sert's essay, saying "I have just finished reading the Hilberseimer book [The New City] and I found it exceedingly depressing. The author assumes that practically all urban problems can be solved without the aid of art.' (Letter from Hudnut to Sert, Jan. 8, 1945 (Folder E2, Sert Archive, Harvard Graduate School of Design).

xlii. Letter from Lewis Mumford to Sert, 28 Dec. 1940 (Folder E1, Sert Archive, Harvard Graduate School of Design).

xliii. See Edouard Mure and Nathalie Régnier, "Saint-Dié: Chronique d'un échec," in Le Corbusier: une encyclopédie, (Paris, 1987), 363-364; Anatole Kopp, Frédérique Boucher, and Danièle Pauly, La Architecture de la Reconstruction en France 1945-1953 (Paris, 1982), 71-75; Jerzy Soltan, "Working with Le Corbusier," in H. Allen Brooks, Le Corbusier: The Garland Essays (New York, 1987), 5.

xliv. The St. Dié plan, which replaced Le Corbusier's Nemours plan as the prototypical example of CIAM urbanism in the immediate postwar years, is illustrated in Le Corbusier, Oeuvre complète 1946-1952 (Zurich, 1953), 132-139. It was displayed at both CIAM 7 and CIAM 8.

xlv. S. Giedion, "Social Imagination,' in his architecture, you and me (Cambridge, 1958), 161-2.

xlvi. The Modulor, a proportional system based on the 1.10 meter square, was developed by Le Corbusier, Gérald Hanning and the French ASCORAL group beginning in 1943. It used the Golden Section (a proportional relationship where the ratio of the whole to the larger part is the same as the ratio of the larger part to the smaller, usually expressed as the relationship between a square and a rectangle whose longer side is the same as the diagonal of the square) to arrive at the "ideal" human height of 1.75 or 1.82 meters (or 6'0" in countries using the English system of measurement), from which two series of ideal proportional dimensions (the red and blue) were derived. These dimensions were to be used to standardize the components of all parts of a design. (Le Corbusier, The Modulor I and II (Cambridge, 1954).

(*) O artigo foi transcrito do original e manteve a norma americana

Eric Munford
Professor na Washinton University, St Louis (USA), na área de História da Arquitetura e Planejamento Urbano. Foi docente em Harvard (1995-96) e na Columbia University. Doutorou-se na Princeton University, em 1996, com a tese "The Discourse of CIAM on Urbanism" É autor de *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960,* MIT Press, 2000.

Bibliography

Primary sources

CIAM, "Statements of the Athens Congress, 1933,' in Auke Van der Woud, *Het Nieuwe Bouwen Internationaal/ International: CIAM Volkshuisvesting Stedebouw/Housing Town Planning* (Delft: Delft University Press, 1983), 164-167.

Le Corbusier, *La Charte d'Athènes* (Paris: Plon, 1943), translated into English by Anthony Eardley as *The Athens Charter* (New York: Grossman, 1973).

José Luis Sert, *Can Our Cities Survive?: An ABC of urban problems, their analyses, their solutions, based on the proposals formulated by the CIAM* (Cambridge: Harvard University Press, 1942).

_____. "The Human Scale in City Planning," in Paul Zucker, ed. *New Architecture and City Planning* (New York: Philosophical Library, 1944).

_____. "Brasil Builds a New City," *Progressive Architecture* 27 (Sept. 1946).

José Luis Sert, Ernesto Rogers, Jacqueline Tyrwhitt, *CIAM 8: The Heart of the City* (New York: Pellegrini and Cudahy, 1952).

Paul Lester Wiener, *Uma Nova Era Cultura para as Américas* (Rio de Janeiro: Instituto Brasil-Estados Unidos, 1943).

P. L. Wiener and J. L. Sert, "A New City in Brazil,' *Architects' Year Book* (1949), 75-86.

_____. "Urbanisme en Amerique du Sud/Town-Planning in South America" in *L'Architecture d'Aujourd'hui* 33 (1951).

Secondary sources

Xavier Costa and Guido Hartay, eds., *Sert: Arquitect a Nova York/ Arquitecto en Nueva York* (Barcelona: Museu d'art contemporani, 1997).

Nan Ellin, *Postmodern urbanism* (New York: Princeton Architectural Press, 1996).

Eric Mumford, *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960* (Cambridge, MA: MIT Press, 2000).

Michael Sorkin, ed. *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space* (New York: Hill and Wang, 1992).

João Sette Whitaker Ferreira

GOVERNANÇA, UM NOVO PARADIGMA DE GESTÃO? SOBRE A CONFERÊNCIA DE PIERRE CALAME

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise crítica da palestra proferida em maio de 2001, por Pierre Calame, presidente da Fondation Charles Leopold Mayer Pour le Progrès de l'Homme (França), no programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, sobre o seu livro *A questão do estado no coração do futuro*, recentemente lançado no Brasil.

O livro propõe uma reflexão em torno do tema da governança, do qual o autor é um conhecido defensor em seu país. Para ele, trata-se de uma resposta à necessidade de reestruturação dos mecanismos de funcionamento da administração pública em face dos novos paradigmas do pós-fordismo. As dinâmicas de diversidade e interdependência das sociedades mundializadas impõem novas esferas de administração, que se aproximem da realidade e permitam a tomada de decisão co-responsável por parte de todos os atores sociais, dando-lhes a possibilidade de autodeterminação do destino de sua sociedade.

Apesar do aspecto universal e internacional que o autor dá a essas idéias, este texto propõe uma reflexão cautelosa acerca da eficácia de sua transposição para a realidade específica brasileira e suas formas particulares de estruturação de uma sociedade desigual, na qual o Estado serve, antes de tudo, como instrumento histórico de hegemonia das classes dominantes. Ainda assim, o artigo busca ressaltar os aspectos positivos dessas idéias, que podem ser úteis para aqueles que se vêem à frente de governos populares e têm que lidar com um aparato estatal corrompido e desvirtuado de suas funções.

Abstract

This paper presents a critical analysis of the seminar given in may 2001 by Pierre Calame at USP Post-Graduation Program of the Faculty of Architecture and Urbanism, based on his book "L'état au coeur" co-written with André Talmant and recently launched in Brazil. Pierre Calame is the president of the Fondation Charles Leopold Mayer pour le Progrès de l'Homme. The book deals with the theme of urban governance, particularising the case of France.

According to Calame, governance implies the need for a reorganization of state operation and management mechanisms when faced by the new paradigms posed by the post-fordism transformations of society. These new dynamics impose the creation of new co-responsibility spheres for all social actors concerned with the control of society's destiny.

In spite of the "universal" and international aspect that Calame wants to express in his ideas, this text is a reflection about the efficacy of their transposition for the specific reality of Brazil with its particularly unequal social structure and where the State is the historical instrument of the dominant classes' hegemony.

However, his reflection also tries to draw on the positive aspects of the ideas discussed, which may be useful for those heading popular governments in Brazil, and for those who must "deal with" a corrupt and eroded state.

No dia 8 de maio de 2001, a pós-graduação da FAU recebeu o francês Pierre Calame, para uma palestra sobre seu livro *A questão do estado no coração do futuro* (Vozes, 2001, em co-autoria com André Talmant), promovida pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP (LabHab).

Calame é engenheiro civil, com longa experiência administrativa na França, na área de planejamento urbano e regional. É presidente da Fondation Charles Leopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, que desenvolve projetos de cooperação internacional, edita livros (como o apresentado na palestra), e ficou conhecida por aqui pelo seu projeto de *Plataforma por um Mundo Solidário.*

O subtítulo do livro, "o mecano da governança", revela o teor da palestra, e o interesse do LabHab em promovê-la na FAU-Maranhão: a questão da governança, um conceito de administração em voga na França e recente por aqui, cuja implementação os autores relacionam à lógica do *mécano*, um jogo de montar muito popular naquele país. Calame aprofunda com mais especificidade a noção de "governança urbana e territorial" o que torna o tema especialmente interessante para quem atua na área do planejamento urbano e regional.

Por causa de sua experiência empírica de gestão na região de Valenciennes na França, por quase duas décadas, e pela reflexão que resultou no livro aqui comentado, Pierre Calame é hoje citado na França como um "porta-voz quase universal da governança urbana"[1] Sua visão desse conceito é resultante de uma forte crítica ao funcionamento da máquina administrativa francesa nas últimas décadas, à luz da sua experiência pessoal.

Do ponto de vista etimológico, *governança* significa simplesmente governo, ou o ato de governar. Define, portanto, as ações administrativas inerentes ao exercício do governo, e pode-se dizer que se assemelha ao que aqui se chama de *gestão.* Entretanto, a palavra vem sendo utilizada com um sentido mais amplo, como se ela qualificasse a noção de gestão: pode significar gestão local, autônoma, participativa, co-responsável, etc. Essa variedade de sentidos também faz com que várias interpretações do termo sejam feitas, cada qual com objetivos conceituais e políticos próprios. Por isso, iniciaremos este artigo aprofundando um pouco essa discussão.

O conceito de governança tem sido recebido com cautela no Brasil, especialmente no meio acadêmico crítico à atual hegemonia neoliberal, em função de sua associação com a ideologia difundida pelas instituições multilaterais de Bretton Woods, como o FMI e, em especial, o Banco Mundial. Nessa visão, abertamente neoliberal, a idéia de governança vem associada à instigação da importância do poder local, como uma escala da ação política que permite o estímulo às parcerias público-privadas e à "participação" no intuito de fortalecer subliminarmente a idéia da renúncia do Estado e sua retirada de muitas funções essenciais, como por exemplo a gestão dos serviços públicos e de infra-estrutura. Essa renúncia é justificada pela diversidade, complexidade e interdependência da sociedade global contemporânea, que seria muito mais difícil de administrar, e demandaria instâncias de gestão mais dinâmicas e menos "presas" à "pesada" máquina estatal.

Para reforçar esse argumento, é comumente lembrado o "sucesso" das novas formas de gestão empresarial[2], conhecidas por *reengenharia*, e que surgiram justamente para responder à necessidade de adaptação das empresas à nova realidade econômica e política da era global. É nesse sentido também que pode ser entendida a atual importância dada ao "terceiro-setor" que vem abrindo espaço para confusões acerca do papel e do caráter das associações, ONGs e outros agentes de uma nova esfera "público-privada" que em alguns casos serve mais como um "guarda-chuva" para a promoção dos interesses privados em funções antes reservadas ao Estado. Com isso, visa-se a eliminação dos espaços de disputas e conflitos de interesses (de classe), comuns nas formas mais tradicionais de governo,

essa esfera "público-privada" assumindo um papel limitado à regulação das dinâmicas e distorções do mercado.

Embora não tão claramente associada à palavra governança, essa tendência ideológica em prol do poder local e das parcerias público-privadas já se fez sentir no encontro HABITAT de Istambul, em 1996, como mostra relato de Maricato:

"É impossível para qualquer bom observador não desconfiar de tanto empenho no fortalecimento do poder local considerando que as tendências do processo de acumulação já apontam para a desregulamentação de políticas nacionais." (Maricato, no prelo: 103)

"No que se refere a outros conceitos hegemônicos muito repetidos na Conferência – parcerias e participação social – *podemos fazer uma leitura semelhante àquela que foi feita para o poder local. Os insistentes elogios à eficácia das parcerias entre poder público e comunidades na gestão de serviços públicos e infra-estrutura também dão margem a desconfianças. (...) Impossível não ver nessas ações uma direção bastante funcional com a demissão do Estado em relação aos serviços públicos."* (Maricato, no prelo: 104)

Calame e Talmant não negam a relação da palavra governança com o léxico das agências multilaterais ("*são as instituições de Bretton Woods que a puseram na moda*", p. 21), nem com o entendimento de *"união dos agentes sociais na gestão" que estas lhe dão. Para eles, a governança engloba "o conjunto dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a administração, o governo, o parlamento, os tribunais, as coletividades locais*[3]*, a administração do Estado, a Comissão Européia, o sistema das Nações Unidas..."* (Calame e Talmant, 2001: 21)[4]. Os autores vão mais longe nessa visão holística, buscando a noção de agregação de todos os agentes sociais em uma mesma esfera de atuação responsável: "*A governança é a capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos, de corpos sociais, para elas mesmas se gerirem, em um movimento voluntário*" (C&T, 2001, 21).

Ainda que pareçam semelhantes, há uma diferença substancial entre a interpretação dos autores e a das agências multilaterais: embora ambas valorizem a co-responsabilização do conjunto dos atores sociais na gestão de suas sociedades, Calame e Talmant não o fazem com o objetivo de descreditar o papel essencial do Estado nesse processo. Ao contrário, eles sugerem o resgate de sua função de protagonista principal, propondo analisar os erros e descompassos sofridos pela máquina administrativa e que ajudaram no seu enfraquecimento diante da vaga neoliberal e dos novos paradigmas da economia pós-fordista. Para eles, o que fez as instituições de Bretton Woods adotarem o termo *governança* foi justamente a constatação de que o Estado havia sido fundamental para a retomada econômica de muitos países, como no caso do "milagre asiático" da década de 80 (C&T, 2001: 26). Além disso, os autores negam a possibilidade de uma influência positiva das experiências de gestão empresarial[5]. O título original do livro, *O estado no coração*[6], parece querer não deixar dúvidas ao leitor sobre esse compromisso. Calame e Talmant não só negam a idéia do mercado como substituto do Estado, mas atribuem justamente à sua força a necessidade de se repensar as formas de governo:

"Deixemos de fingir acreditar que o mercado, a ciência e a técnica permitirão, quase automaticamente, garantir os equilíbrios que nós teríamos renunciado a garantir pelo estabelecimento de uma governança sensata. (...) O drama da modernidade (...) é que o mercado, a ciência e a técnica deixaram progressivamente a condição de meios para se tornarem verdadeiras finalidades (e por vezes fatalidades!), impondo-se às sociedades humanas e provocando o acúmulo de crises de resultado incerto: o crescimento do apartheid social, a ruptura sempre mais radical entre ricos e pobres (...), o fosso crescente entre regiões ricas e pobres do mundo (...). Não enfrentaremos esses riscos sem uma

governança prudente, resoluta, desde o nível mundial até o nível local." (Calame e Talmant, 2001: 23)

Observe-se que a transformação do mercado em um fim em si, os autores não contrapõem claramente à necessidade de um Estado atuante, mas sim de uma "governança prudente e resoluta" Ou seja, o que pode contrabalançar a hegemonia neoliberal não é exatamente o Estado em si (embora sua importância seja conceitualmente imprescindível), mas sim as suas formas de gestão, dos quais se sobressai a importância dada à governança. Em suma, se o mercado vem ganhando um espaço indesejado nas nossas sociedades, muito se deve à ineficácia do Estado, nas suas formas administrativas tradicionais, em responder às mudanças pelas quais passa o mundo. E sua simples volta ao papel de protagonista principal não garante nada se não houver, na visão dos autores, uma remodelação de suas formas de funcionamento.

Calame e Talmant partem da observação que o Estado contemporâneo é uma instituição com mais de um século, elaborada antes do Estado-Nação tornar-se *"apenas um dos elementos de um sistema planetário interdependente"* antes da revolução da informática, das empresas transnacionais, etc. Antes, portanto, das mudanças paradigmáticas geradas pelo processo de *mundialização* (discutiremos mais adiante esse conceito). Mas segundo eles, acostumamo-nos aos seus modos de funcionamento arcaicos e inadequados, a tal ponto que nem mais nos espantamos com eles. E esse é o nó da questão: para Calame e Talmant, os modos atuais de gestão estão defasados e não respondem mais à realidade de nossas sociedades nem às aspirações dos cidadãos. A reflexão dos autores se faz, portanto, no sentido de resgatar a capacidade do Estado em dar essas respostas.

Quais foram então as evidências empíricas que levaram os autores à constatação da ineficácia administrativa do Estado? Calame e Talmant comentam inicialmente a inflexão do papel do Estado-Nação, em especial na Europa, a partir da década de 70, quando o modelo do Estado-Providência, triunfante do pós-guerra até então, sofre abalos diante das transformações estruturais que passam a atingir as sociedades capitalistas ocidentais, e que Harvey (1992) chamou de passagem do sistema de "acumulação rígida" para o de "acumulação flexível"

Para os autores, o Estado foi aos poucos se erodindo. Por fora, pela internacionalização dos fluxos financeiros, pela competitividade econômica mundial que precipitou novas formas de nuclearização política supranacionais (como a Europa e o Acordo de Maastrich), pelo aumento da influência das empresas transnacionais, e assim por diante. Por dentro, pela nova vitalidade da sociedade civil organizada nos países desenvolvidos, que estabelecem novas exigências de participação, pelo aumento das reivindicações autonomistas, pelo "*enfraquecimento dos grandes corpos intermediários políticos, sindicais, religiosos, sociais, que garantiam em escala nacional o diálogo entre o Estado e a sociedade*" (C&T, 2001: 28). Nos países subdesenvolvidos, pela ineficácia administrativa em resolver o endividamento, a corrupção e sobretudo a miséria. A essa crise da ação pública associa-se uma crise, mais profunda, da própria democracia. A política se vê isolada em torno de uma estrutura que responde cada vez menos aos anseios da sociedade, e a democracia e a cidadania, que "*se tinham construído... em torno do Estado-nação*" (C&T, 2001: 30), vêem-se fragilizadas pela crise do próprio Estado.

Dessa erosão resulta uma série de descompassos na condução do Estado: burocratização, sedimentação das estruturas e dispositivos jurídicos e financeiros, excesso de centralização, afastando o Estado dos níveis efetivos nos quais se dão as interdependências sociais e econômicas, "tecnocratismo" exagerado das decisões administrativas, incapacidade da ação pública em responder rapidamente a problemáticas reais e concretas colocadas por comunidades locais,

ineficácia de planos diretores em face da inércia administrativa[7] para colocá-los em prática, ou ainda despreparo e abandono dos técnicos administrativos por parte dos ideólogos políticos, gerando um descompasso entre as vontades políticas dos que tomam as decisões e a falta de envolvimento comprometido do funcionalismo com essas mesmas decisões. Para Calame e Talmant, a burocracia, uma perversão do Estado que se instaura quando este deixa de ser instrumento da sociedade e se transforma em um fim em si, é "*a aplicação uniforme de regras gerais sem levar em conta situações particulares*" (C&T, 2001: 39), e não pode ser solucionada se não for dada ao funcionário público a faculdade de juízo para poder reconhecer essas situações particulares. E a tecnocracia representa a divisão estabelecida entre os eleitos, que têm o "monopólio dos sentidos" e os técnicos, que têm "o monopólio do domínio das respostas a dar" Os autores ainda observam, por exemplo, a dificuldade do Estado em renovar suas próprias políticas, quando o que deveria provar seu sucesso seria justamente a necessidade de sua mudança, pois isso significaria que a política teria logrado transformar *"as condições que lhe deram origem"* (C&T, 2001: 46).

Esses desvios da ação pública, que não parecem estranhos para nós, verificam-se, segundo os autores, em níveis local e nacional, mas também se repetem regionalmente, como no processo de construção da Europa, que vê dificuldades em criar uma governança dinâmica capaz de "*conciliar de maneira visível a busca de um destino europeu comum e a liberdade de cada povo para dispor de si mesmo*" (C&T, 2001: 48), ou ainda internacionalmente, em função da perda de importância das Nações Unidas, enfraquecida com o aumento significativo do número de nações, com a nova multipolaridade econômica, com o aumento do fosso entre o Norte e o Sul, com a multiplicação dos conflitos locais de causas cada vez mais complexas e com a irredutibilidade das soberanias nacionais na defesa dos seus interesses específicos:

> *"Os Estados-nações não estão atualmente <u>dispostos</u> a inventar as condições de uma nova governança planetária, a procurar como as tradições das diferentes civilizações podem se unir para definir os princípios e as modalidades dessa governança, pois sabem que isso os levaria a redefinir o papel do Estado-nação.* (Calame e Talmant, 2001: 49, grifos meus)

Embora seja verdade que os problemas apontados na ação do Estado nos são bastante familiares, parece pertinente discutir com mais atenção a maneira com que os autores tendem a "universalizar" essa questão, tanto em relação à organização social (em especial a internacional), quanto em relação à indistinta aplicação desse diagnóstico para qualquer país do mundo.

Quanto à questão internacional, a análise apresentada por Calame e Talmant alinha-se com a corrente idealista da teoria das relações internacionais[8], e fica vulnerável justamente naquilo que nos parece ser um de seus pontos delicados: a falta de percepção, ao acreditar na capacidade das instâncias internacionais em gerenciar harmoniosa e justamente os conflitos entre as nações, da real extensão e grau de complexidade e desequilíbrio dessas contendas, que envolvem interesses geopolíticos, econômicos, étnicos, culturais e religiosos de difícil superação. É exemplo disso a maneira como vêm atuando, por exemplo, o FMI, o Banco Mundial, a OMC ou a OCDE, de forma francamente favorável ao acirramento das condições de hegemonia dos países industrializados sobre o capitalismo mundial. Pode-se argumentar que Calame e Talmant justamente alertam para a desestruturação dessas instituições, o que os diferenciaria dos idealistas. Mas seu diagnóstico não questiona as instituições em si, mas a sua forma de gestão. Se a harmonia entre as nações não ocorre, não é porque as instâncias para isso são inadequadas, mas sim porque não estão sendo geridas no sentido de permitir a união entre "*as tradições das diferentes civilizações*" pois não há

uma governança (i.e. uma forma de gestão) que faça dessas instituições instrumentos da autodeterminação dos povos sobre seu próprio destino. Assim, a idéia que sobressai ao ler o trecho citado acima é que a governança planetária seria possível, desde que houvesse disposição dos Estados em procurar a harmonia entre "as tradições das diferentes civilizações" isto é, em aproveitar-se efetivamente das instituições de governança internacional, que foram sim erodidas, mas nunca perderam, segundo os autores, a potencialidade para gerenciar a "unidade e diversidade" características desta nova era.

"Em escala planetária, a governança não é totalmente inexistente. O sopro de criação do sistema das Nações Unidas não se perdeu inteiramente. (...) A Terceira Guerra Mundial não aconteceu. Mediante instituições internacionais, os contatos entre inimigos não foram jamais completamente rompidos." (Calame e Talmant, 2001: 25)

A pergunta que se faz é: unidade e diversidade entre as nações são assim tão facilmente gerenciáveis, que a criação de sistemas de governança com esse fim dependam apenas de "disposição" das nações para isso? Seria injusto dizer que os autores acreditam piamente nisso. Na verdade, mostram ter consciência que a tarefa que propõem é árdua, que a governança internacional que eles vislumbram ainda é, de fato, incipiente:

"A Carta das Nações Unidas falava dos 'povos da terra' De fato, mais prosaicamente, temos relações comerciais entre Estados. Sobre a maioria dos grandes temas de interesse comum – alimentação, saúde, desenvolvimento, meio ambiente, estabelecimentos humanos –, as agências das Nações Unidas oferecem um quadro, ainda que imperfeito, de diálogo. Multiplicaram-se as convenções internacionais, assinadas mesmo por Estados totalitários. Isso talvez nos faça sorrir. Sabemos que essas convenções são muitas vezes violadas, mas talvez nos esquecemos do que aconteceria se elas não existissem. Os militantes desses países dizem como as usam para criar dificuldades aos regimes que não assinaram as convenções. Trata-se de tímidos, mas reais avanços da governança mundial." (Calame e Talmant, 2001: 25)

O que deve ser ressaltado, neste caso, não é exatamente a discussão sobre o grau de idealismo da crença em uma governança mundial, mas o certo descompasso que se verifica entre a proposta de gestão e a leitura que se faz da realidade. A governança mundial pode sim ser possível, mas um diagnóstico mais ou menos otimista sobre as relações internacionais (o nosso, por exemplo, é bem menos do que o dos autores) pode tornar a idéia factível ou não. Do que adianta uma previsão otimista de governança se o quadro real não deixa muita esperança que isso seja de fato realizável em menos de alguns séculos? O perigo, então, está no risco de se simplificar demais a realidade – e por isso despolitizá-la, já que se tratam de relações de poder –, em nome de uma idéia de gestão. Essa é a razão pela qual falar em "falta de disposição" dos Estados nacionais em implementar uma gestão internacional pode parecer simplista demais.

Quando a questão passa a ser a escala nacional, entretanto, esse descompasso entre diagnóstico, proposta de gestão e realidade torna-se, a nosso ver, bem mais problemático. Como presidente há 15 anos de uma fundação com atuação internacional, Calame tem peregrinado pelo mundo, e destacou na palestra o caráter internacional da sua análise: "*no decorrer desses intercâmbios (...) descobrimos que as dificuldades encontradas eram espantosamente parecidas de um país para o outro*" (C&T, 2001: 70). Essa universalização do diagnóstico está sujeita justamente ao perigo do descompasso de que falamos. A transposição da noção da governança para o cenário brasileiro deve ser cautelosa, para não cairmos na armadilha das "idéias fora do lugar" (Maricato, 2000). Entretanto, parece-nos que, neste caso, a cautela dos autores não foi suficiente. Vejamos por quê.

Embora não neguem a grande parte de responsabilidade política nos problemas que

apontam nas formas de exercício da ação pública, os autores os identificam, sobretudo com uma gestão do Estado inadequada para responder às mutações da sociedade nas últimas décadas. Problemas que podem, portanto, ser solucionados alterando-se as formas de gestão do Estado, para que ele possa corresponder a sociedades interdependentes, diversificadas e dinâmicas, e servir de instrumento para a harmonização das diferenças e para a autodeterminação, com a participação responsável de todos os atores, do seu próprio destino. Esta é, em essência, a definição dos autores para a *governança.*

Pois bem, na transposição dessa discussão para a nossa realidade, deparamo-nos novamente com uma problemática bem mais complexa do que uma questão de adaptação da gestão do Estado aos novos paradigmas da sociedade pós-fordista. A começar porque sequer é certo que tais paradigmas efetivamente chegaram por aqui, uma vez que permanecem ainda enraizadas no país as bases sociais, políticas e econômicas absolutamente arcaicas e características do paradigma anterior, sobre as quais, é verdade, sobrepõem-se alguns aspectos da modernização, o que caracteriza justamente o modelo de desenvolvimento *desigual e combinado*. O diagnóstico conjuntural, portanto, não é o mesmo para a França ou para o Brasil. Porém, tampouco o diagnóstico estrutural a respeito do Estado é o mesmo. Pois a questão a discutir aqui não é a incapacidade do Estado em adaptar-se aos supostos novos paradigmas pós-fordistas de um mundo interconexo, dinâmico, informatizado, e assim por diante, mas sim seu desvirtuamento e apropriação históricos por parte das nossas classes dominantes.

Se Calame e Talmant associam a governança à necessária possibilidade dos cidadãos decidirem "*sobre o seu destino, tanto em nível local como em nível planetário*" (C&T, 2001: 50) por meio de um Estado que os capacite para isso, deve-se ressaltar que no Brasil o Estado sempre teve como função justamente **não permitir** a autodeterminação da nação pelo conjunto de sua sociedade (Sampaio Jr., 1999). Há, portanto, aqui um descompasso primário no diagnóstico, que coloca em questão todo o raciocínio desenvolvido por Calame e Talmant, quando aplicado à nossa realidade. Uma coisa, por exemplo, é a burocratização do Estado na França, um "desvirtuamento" e outra é o tecnoburocratismo brasileiro (Ribeiro e Cardoso, 1994), um instrumento **proposital** de controle do aparelho de Estado pelos setores dominantes da sociedade, ou seja, as "inadequações" de gestão foram aqui justamente **garantidoras** desse controle. O que lá é um problema, aqui é, ao contrário, a **prova do sucesso** da ação deliberada para criar um Estado à imagem de poucos e propositalmente distante da realidade da maioria. É de fato um problema de gestão, que pode ser resolvido com uma "boa" governança. Resta que para alcançá-la talvez seja necessária uma reviravolta um pouco mais profunda das nossas estruturas sociais, econômicas e políticas.

As observações acima remetem à discussão sobre a formação econômica e política brasileira, que passa pelos grandes intérpretes do assunto, como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes ou Celso Furtado. Todos ressaltam que é justamente a falta de controle do conjunto da população sobre o seu próprio destino e sobre a construção da nação que matiza a nossa sociedade, o que se verifica na impossibilidade de compatibilizar desenvolvimento capitalista, democracia e soberania nacional (Sampaio Jr., 1999). Isso, sem dúvida, dificulta o entendimento de que a solução esteja em uma "nova filosofia de governança" (C&T, 2001: 51), capaz de assimilar o caráter "interdependente e infinitamente diverso" (C&T, 2001: 50) da nossa sociedade, se essa diversidade, no seu aspecto social e político, é justamente a base do seu impasse estrutural.

Para dar um exemplo mais concreto do descompasso de que falamos, tomemos a explicação dos autores para os efeitos da governança sobre a questão da exclusão social. Defendendo a importância da "*mobilização do conjunto da*

sociedade contra a exclusão" eles defendem a idéia de um pacto social:

"[Esse pacto] provocaria uma recomposição profunda da ação pública do Estado, pois suporia a análise e a globalização de todas as transferências financeiras de origem nacional e a seguir a mobilização desses fundos (...). Poderia combinar, e não mais justapor, ações de natureza totalmente diferente. Por exemplo: o desenvolvimento dos serviços de proximidade, articulação entre a divisão do tempo de trabalho negociada localmente e a política do tempo livre, apoio às microiniciativas por uma política de crédito solidário, desenvolvimento de um movimento de 'empresas cidadãs' associando pesquisa da rentabilidade, respeito à biosfera e consciência das responsabilidades sociais, ação sobre o mercado imobiliário, desenvolvimento de redes de intercâmbios não monetários, valorização dos recursos econômicos locais ligados aos know-how coletivos, ações em favor dos jovens etc. E ver-se-iam, então, atores de natureza diferente unir os seus esforços na base de uma real parceria."
(Calame e Talmant, 2001: 148)

A maioria dos elementos que constitui o pacto acima descrito representaria, no caso brasileiro, uma ótima perspectiva de reconstituição do tecido social e de ação participativa contra a exclusão. Resta que é muito mais simples falar do que efetivamente lograr a mobilização dos fundos financeiros, a redução da jornada de trabalho, o incentivo às microiniciativas ou o controle sobre o capital imobiliário, em uma sociedade que, em total oposição a esses objetivos, exacerba (em função das políticas liberais implementadas no país) justamente a desregulação e a liberalização desses fluxos financeiros, que apresenta altíssimas taxas de desemprego e de trabalho informal, que mantém políticas de abertura irrestrita do mercado e taxas de juros que praticamente impossibilitam o fortalecimento das pequenas e médias empresas e, enfim, na qual o capital imobiliário ainda atua com a mesma lógica de trinta anos atrás. Como foi evidenciado no parágrafo anterior, isso é conseqüência de uma lógica proposital de formação desigual da nossa sociedade. Por isso o sentimento paradoxal que se tem, ao se tentar transpor para nossa realidade as "receitas" da boa governança colocadas no livro. Se por um lado, enxerga-se as boas intenções das ações participativas e mobilizadoras propostas, por outro lado, fica claro que elas não assimilam as verdadeiras dimensões dos problemas estruturais que a nossa sociedade enfrenta. Por isso podem soar simplistas demais.

Isso não significa, entretanto, que os apontamentos do livro, as soluções apresentadas, os elementos que constituem, enfim, uma "boa governança" não possam ser assim mesmo de grande utilidade para nós e não devam ser tratados com a atenção que merecem. O que sobressai é que enquanto as abordagens analíticas das questões internacional e nacional sofrem as imprecisões do descompasso entre diagnóstico e realidade, e soam para nossa realidade como "idéias fora do lugar" a análise das questões locais, ou seja, aquelas que dizem respeito aos mecanismos práticos de funcionamento da máquina administrativa, é bastante pertinente para nós, e constituem com certeza o lado mais importante das idéias aqui apresentadas. Os caminhos apontados no livro para buscar uma "recomposição profunda da ação pública do Estado" são claros e precisos, talvez por ser esta a parte da análise realmente baseada na experiência administrativa empírica dos autores, o que os torna interessantes para aqueles que estão hoje à frente da árdua tarefa de fazer funcionar governos democráticos e populares com máquinas estatais maculadas por centenas de anos de desvirtuamento da função da ação pública. Não é à toa, nesse sentido, que a ótima apresentação da edição brasileira seja feita por Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre, cidade que vem experimentando tal desafio. Tarso define, aliás de forma clara, o que vem a ser o valor central da governança, em uma ótica adequada à realidade brasileira: a revisão das relações Estado x Sociedade x Administração Pública, visando o que

"dá radicalidade à questão democrática" a saber, o **controle público do Estado**. Vejamos, então, o que apontam os autores a esse respeito.

A primeira das atitudes preconizadas por Calame e Talmant é a desestruturação dos mecanismos geradores da burocracia, que passa por uma série de ações, entre as quais destacamos algumas: evitar o parcelamento das demandas da sociedade em uma soma de necessidades sem relação entre si; evitar a segmentação das ações administrativas em uma infinidade de "funções" técnicas preestabelecidas a serem preenchidas a qualquer custo; evitar a criação de categorias de classificação para os problemas a resolver; ou, ainda, que as normas administrativas se tornem um fim em si.

Outra questão central é a necessidade da "entrada em inteligibilidade" da máquina do Estado, ou seja, fazer com que ele deixe de ser uma "caixa-preta" inacessível à sociedade. Para isso é necessária a absoluta transparência em suas ações, a promoção constante de discussões públicas feitas em locais públicos (e não somente "no segredo dos gabinetes e salões"), a busca prioritária de mecanismos que permitam o entendimento verdadeiro das demandas concretas de todos os segmentos da sociedade.

Este último aspecto só se torna possível, então, a partir da promoção da participação efetiva da população (e não, como coloca Tarso Genro, por meio de uma "participação em abstrato" que sequer pensa em novas formas de administração), que é a base para o controle público do Estado. Por isso a necessidade de o Estado "entrar em diálogo" com todos os atores sociais da sociedade civil organizada à iniciativa privada, passando pelos excluídos, com o objetivo de produzir um "projeto" comum que estimule a "inteligência coletiva" (daí, neste caso, o sentido de co-responsabilidade da governança), o que nós entendemos como a necessidade de o Estado ser capaz de apresentar um projeto político consistente e adequado às demandas sociais, que por sua vez tornará possível o engajamento e a mobilização consciente do próprio funcionalismo nesse projeto.

Por fim, os autores ressaltam a importância da articulação de espaços e tempos, dando ênfase a uma escala de ação que eles chamam de "aglomeração" que poderia ser entendida como a escala da comunidade capaz de organizar-se coletivamente, sem entretanto abrir mão de uma interdependência eficiente e concreta entre as diferentes escalas e níveis de administração. O conjunto das ações acima colocadas tornaria possível, segundo os autores, uma governança capaz de associar união e diversidade, e baseada no princípio da "subsidiariedade ativa", o qual indica a idéia de que "*é a partir de parcerias constituídas localmente que se pode recompor do melhor modo a ação pública*" (C&T, 2001: 133), o adjetivo "ativo" sublinhando os laços de interdependência com os outros níveis. Essa visão de governança assemelha-se às discussões feitas nos meios acadêmicos franceses e canadenses, que já há algum tempo trabalham a noção de governança como o "*processo interativo e dinâmico da malha de instituições que asseguram a tomada de decisões coletivas*" (Ferreira e Moreira, 2000). Nessa visão, um bom desenvolvimento do processo de governança urbana

"pode ser verificado através da habilidade dos atores sociais em participar integralmente dos processos de decisões e de ações com os diversos níveis de governo. O que há de inovador na governança é a idéia de legitimidade e responsabilidade que a gestão das estruturas públicas, e o papel da ação estatal assumem. A legitimidade depende da existência dos processos de participação coletiva do Estado e da sociedade civil, enquanto que a responsabilidade invoca a transparência nos processos de decisão e implantação." (Ferreira e Moreira, 2000)

As ações descritas não são para nós exatamente uma novidade, pois refletem muito claramente aquilo que vem sendo a luta das gestões das administrações populares no Brasil, já há alguns anos: as

experiências dos mutirões, que mostram a eficácia da parceria local para a reconstituição do tecido social; o empenho em implementar e aperfeiçoar instrumentos de participação, em concatenar políticas metropolitanas de ação, em formar agentes comunitários e incluir as organizações comunitárias na gestão da cidade; a criação de espaços de discussão coletivos e a realização de audiências públicas; os esforços de descentralização e reforma administrativa, e assim por diante. Nesse sentido, poderíamos dizer que os princípios da governança com "subsidiariedade ativa" entendidas no seu nível local mais pragmático, parecem ser de fato os eixos estruturadores da ação pública nessas administrações. Há de se convir, entretanto, que mais uma vez a passagem da teoria à prática não é tarefa simples, muito pelo contrário.

Pois, certamente o maior desafio, hoje, para essas administrações não esteja na teorização desses princípios – embora nunca seja demais eles serem permanentemente relembrados – mas efetivamente na implementação de sua prática e na superação das distorções estruturais históricas que o Estado brasileiro carrega. E aí surge a principal diferença e dificuldade na sua implementação em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como a França e o Brasil: nos desenvolvidos, fazer política pública que atinja o conjunto da sociedade significa estar também atuando para o conjunto do mercado, ou quase, o que é coerente com o papel do Estado burguês contemporâneo; nos subdesenvolvidos, fazer política pública para o mercado significa deixar de lado uma enorme parcela da sociedade. Ou seja, enquanto nos países desenvolvidos o mercado é constituído – é claro que com todas as distorções e desigualdades que o capitalismo acarreta – pela enorme maioria da sociedade, em países como o Brasil a maioria da sociedade fica mesmo é de fora do mercado.

Quando se considera que o Estado burguês contemporâneo, em uma visão marxista, tem uma função muito precisa no processo de acumulação, ao permitir as "*condições materiais genéricas da produção*" a "*regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital*" e a "*segurança e expansão do capital nacional total no mercado internacional*" (Gozzi, 1998: 404), percebe-se que este detalhe da definição da amplitude real do mercado em relação à sociedade passa a ter certa importância. Pois a análise de Calame e Talmant nunca chega a questionar a função específica do Estado também como instrumento garantidor do sistema capitalista, já que, em última instância, essa discussão, nas sociedades industrializadas herdeiras de um ainda eficiente (embora enfraquecido) aparato estatal de assistência social, coloca-se com muito menos ênfase. Ao transpor qualquer discussão sobre o papel do Estado contemporâneo para as sociedades subdesenvolvidas, essa questão passa a ser central, pois se discute o papel do Estado como garantidor de um sistema que não atinge o conjunto da sociedade, o que desmonta, em última instância, a própria justificativa política para a estruturação do sistema do bem-estar social: a de que o Estado possa ser o fiador da manutenção de condições humanas de vida e reprodução da classe trabalhadora **como um todo**. Se lembrarmos que só na cidade de São Paulo, 60% do emprego está na economia informal (PMSP, 2001), podemos dizer que no Brasil a classe trabalhadora está à margem da ação do Estado. Mais uma vez, e não por acaso, caímos nas mesmas contradições acerca da formação da sociedade brasileira a que já nos referimos anteriormente.

Antes de concluir, faz-se necessária uma última e rápida discussão a respeito de duas palavras da moda, mas que geram confusões pelo uso ideológico que se faz delas: *globalização* e *mundialização.* Observe-se que enquanto no Brasil se fala recorrentemente de globalização, Calame e Talmant usam o termo mundialização, comum no meio acadêmico francês, que se refere a um conjunto de transformações tecnológicas logradas pela humanidade, que deram novo significado às noções de espaço e tempo: a Terra se tornou, nos termos de

McLuhan, uma "aldeia global" e as distâncias "diminuíram" para as comunicações pessoais, ou a propagação das informações, ou ainda os fluxos econômicos e financeiros, os processos de produção e gerenciais, e assim por diante. Esse seria um processo inexorável, assim como foram os progressos oriundos do invento da máquina a vapor. Por causa dele, uma série de questões, especialmente relativas ao meio ambiente, "socializaram-se" por todo o planeta, demandando agora uma esfera de responsabilização acima dos Estados nacionais que envolva o conjunto da sociedade mundial. Vê-se implícito aí o conceito de governança planetária sobre o qual já discutimos neste texto.

Já a palavra globalização, ainda na visão adotada pelos autores, é "*a mundialização reduzida à idéia de livre comércio internacional. É mais ou menos a versão moderna da antiga política da canhoneira: a utilização de relações de forças políticas para impor a abertura dos mercados*"[9] (Calame e Talmant, 2001: 114). Globalização se refere, portanto, a um processo ideológico, à tentativa de associar-se as mudanças da mundialização a um novo modo de organização econômica exclusivamente baseado no liberalismo (principalmente para os países subdesenvolvidos) e na hegemonia do mercado. É o chamado pensamento único, que segue aqui a cartilha do consenso de Washington. Não por acaso é o termo difundido entre nós pelos principais meios de comunicação, eles mesmos porta-vozes dessa imposição ideológica.

A diferenciação feita por Calame e Talmant tem aspectos positivos, e outros nem tanto. Entre os positivos está o fato de desnudar a armação ideológica que a confusão desses conceitos gera, alertando para o perigo da hegemonização do pensamento único e da visão globalizante economicista, praticada por nossas elites. Sobre a conhecida máxima "pensar globalmente, agir localmente"[10], que traduz, inclusive, a abordagem do poder local defendida pelo Banco Mundial e comentada no início deste texto – os autores dizem: "*pensamos que este slogan pode ser perigoso, pois estimula em certos casos imperialismo e hipocrisia. O imperialismo, se em nome do 'pensar globalmente'. pretende-se impor a todos um único modo de pensar; a hipocrisia, se o fato de agir em seu terreno basta para tranqüilizar a consciência*" (Calame e Talmant, 2001: 149).

Os aspectos não tão positivos dessa abordagem estão na possibilidade que ela abre para, mais uma vez, uma "universalização" de problemas relativos a dinâmicas políticas extremamente complexas, que são alçadas a uma ordem de julgamento universal quase moral, e que geram discursos de responsabilidade novamente um pouco simplistas. No trecho citado acima, a 'hipocrisia' acontece quando problemas locais buscam ser solucionados apenas em seu âmbito local, sem considerar seus efeitos sobre toda a população mundial. Entende-se daí que há questões que dizem respeito ao planeta todo, e a todos os seus habitantes, e por isso devam obrigatoriamente ser de responsabilidade de todos. Mais uma vez, o perigo está no julgamento generalizante e desinformado de problemas relacionados a diagnósticos locais estruturais específicos e politicamente complexos. Paradoxalmente, aliás, muito da responsabilidade por esses problemas encontra-se justamente nas dinâmicas de poder global.

O que se conclui da palestra de Calame, e da leitura de seu livro, é que há uma clara necessidade de se repensar a gestão da coisa pública, tanto no Brasil quanto no exterior. Mas o que deve ficar marcado é o extremo cuidado com que devem ser feitas transposições de teorias aparentemente universais, globais, planetárias, ou afins, para não se cair na velha tradição brasileira de se importar "pacotes teóricos" fechados, sem se preocupar em verificar se respondem efetivamente às especificidades do desenvolvimento desigual e combinado que nos caracteriza. Calame e Talmant insistem em seu livro no teor "internacional" de suas

colocações. Não se deve esquecer que essa é uma visão de "universalidade" que parte da sua ótica própria, uma ótica com certeza comprometida com a construção de um mundo menos desigual e com a crença no papel fundamental do Estado, porém que tem pouca familiaridade com as causas mais profundas dos desequilíbrios de nossa sociedade. O conceito de governança que eles nos passam, entretanto, pode ser bastante adequado aos desafios que se colocam nas nossas cidades, se for entendido no sentido do "controle público do Estado" por meio da intensificação da participação e do comprometimento das forças sociais organizadas em seus níveis local, regional e até nacional. Essa governança já se iniciou em algumas cidades, pela implementação paulatina de reestruturações administrativas próximas àquelas apontadas pelos autores. Mas em algum momento esse processo deverá se confrontar com uma discussão mais profunda a respeito das mudanças estruturais que se fazem necessárias para que o conjunto da nossa sociedade possa ser capaz de assumir seu próprio rumo para a autodeterminação da nação. Temos certeza que os autores, se mergulhados por algum tempo na nossa realidade, entenderiam isso como um passo natural dentro do conceito de governança que propõem.

Notas

(1) "La Gouvernance, ce n'est pas si difficile" *Urbanisme*, Hors-Série, n. 14, Paris, janeiro de 2001.
(2) A associação com a gestão empresarial também é usada, por exemplo, para valorizar o chamado "planejamento estratégico", coqueluche do planejamento urbano da escola Barcelonense.
(3) A tradução literal do termo *collectivité locale* presta à confusão: ele designa, em francês, a administração municipal, e sua tradução mais correta seria "município" Não denomina, como deixa a entender a tradução, a sociedade civil local organizada.
(4) Identificaremos por (C&T, 2001) nas próximas citações corridas.
(5) *'... é sempre imprudente partir da idéia de transposição da gestão da empresa para a governança"*(Calame e Talmant, 2001: 122).
(6) *"L état au coeur"*, Paris: Desclée de Brouwer, 1997.
(7) Para Villaça, a questão da não-aplicação dos planos no Brasil não estaria ligada à inércia administrativa, mas a uma ação explícita nesse sentido, de âmbito político-ideológico (Villaça, 1999).
(8) A visão idealista da teoria das relações internacionais está vinculada à idéia de construção de uma *paz* duradoura, possibilitada por uma esfera de entendimento supranacional capaz de superar as diferenças entre as nações. Dentro dessa corrente, os institucionalistas acreditam nas instituições internacionais como garantidoras desse acordo. A ela se opõe a visão realista (ver Aron,1986), que interpreta o equilíbrio político mundial como um jogo de poder na balança da paz e da guerra entre as nações.
(9) A esse respeito, ver também Ferreira, J. S. W.; *Os contrastes da mundialização: A economia como instrumento de poder em um sistema internacional excludente*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP.
(10) Popular entre pensadores anglo-saxões e usada por Castells e Borja em *Local & global: Management of cities in_the information age*. Londres: UNCHS (Habitat/ONU) e Earthscan Publications, 1997.

Bibliografia

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações.* Brasília: UNB, 1986.

CALAME, P., TALMANT, A. *A questão do estado no coração do futuro.* Petrópolis: vozes, 2001.

FERREIRA, João S. W., MOREIRA, Tomás, A. *Governança urbana no contexto das cidades subdesenvolvidas.* Trabalho apresentado ao IX CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE URBANISMO, 2000, Recife.

GOSSI, Gustavo. Estado contemporâneo. In: BOBBIO et al. *Dicionário de política.* Brasília: Editora UNB, 1998 (edição original italiana de 1983).

HARVEY, David. *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1992.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, VAINER, MARICATO. *A cidade do pensamento único.* Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana.* Petrópolis: Vozes, (no prelo).

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, CARDOSO, Adauto Lucio. Planejamento urbano no Brasil: Paradigmas e experiências. *Espaço & Debate*, n. 37. Ano XIV. São Paulo: Neru/FAUUSP, 1994.

SAMPAIO Jr., Plínio de A. *Entre a nação e a barbárie: Os dilemas do capitalismo dependente.* Petrópolis: Vozes, 1999.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria de Planejamento Municipal. *Globalização e desenvolvimento urbano.* São Paulo: Sempla, 2001.

João Sette Whitaker Ferreira
Arquiteto, urbanista (FAUUSP) e economista (PUC/SP), mestre em ciência política (FFLCH-USP) e doutorando na FAUUSP. Professor do grupo de disciplinas de Planejamento Urbano do Departamento de Projeto da FAUUSP.

5 | NÚCLEOS E LABORATÓRIOS DE PESQUISA DA FAUUSP

ENTREVISTADORA

VERA PALLAMIN

Arquiteta, professora doutora do Departamento de Tecnologia da Arquitetura, orientadora da pós-graduação. Autora de *Arte urbana: São Paulo – Região central (1945-1998),* Annablume, 2000. Docente responsável pelo Ateliê de Escultura FAUUSP e editora-chefe da *Revista Pós*.

RICARDO TOLEDO SILVA

Arquiteto e urbanista. Mestre, doutor e livre-docente em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Professor titular do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (início de carreira em 1978) e coordenador científico do Núcleo de Pesquisa em Informações Urbanas da Universidade de São Paulo – INFURB (desde 1992).
Pesquisador em tecnologia e gestão da infra-estrutura urbana e serviços públicos em rede, com cerca de 30 publicações nacionais e estrangeiras nessa área.
Especialista em planejamento e construção habitacional pelo Bouwcentrum International Education de Rotterdam (Holanda).
Coordenador, pela USP, dos convênios com a União Federal sobre o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água.
Foi pesquisador do IPT na área de instalações e saneamento de 1980 a 1991.
Foi secretário de Desenvolvimento Urbano do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente e secretário geral-adjunto do Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (1988-9).

INFURB – USP

Núcleo de Pesquisa em Informações Urbanas, de caráter interdisciplinar, é voltado à pesquisa sobre estruturas espaciais de âmbito regional e urbano. Congrega pesquisadores de vários departamentos da USP nas áreas de tecnologia, arquitetura, planejamento urbano, economia, geografia urbana, engenharia civil, engenharia hidráulica e sanitária, direito econômico, direito administrativo, ciência política e psicologia social. A seguir, apresentamos entrevista com seu coordenador, Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva, do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP.

Vera Pallamin: Eu gostaria que você caracterizasse o INFURB, nas suas linhas gerais, como núcleo de pesquisa.

Ricardo Toledo: O núcleo foi criado em 1992 e tinha como principal motivação, na época, uma possibilidade de, com a Fundação Seade, trabalhar os resultados do Censo de 1991. A idéia era de, em colaboração com a Fundação Seade, fazermos tabulações avançadas de informações acerca da habitação, saneamento e condições habitacionais, condições de vida para a região metropolitana de São Paulo e para o estado de São Paulo. Isso estava ligado a uma colaboração anterior. A existência do núcleo derivou de uma participação minha, pessoal, com o Pedro Paulo Branco, da Fundação Seade, em um projeto da Fundap, em 1989, sobre perspectivas para uma política habitacional na década de 90 para o Brasil. Isso resultou em uma série de publicações e, particularmente, uma revisão da estimativa de déficits habitacionais. Então, foi em cima dessa experiência que construímos expectativas de um núcleo que pudesse trabalhar muito próximo da Fundação Seade quanto a esta interpretação de dados. Acontece que os dados do Censo de 1991 foram atrasando muito, e nós nunca conseguimos fechar esse projeto de tabulações avançadas, em um tempo hábil. Entretanto, mantivemos aberta a linha de colaboração com a Fundação Seade em uma série de oportunidades de estudos conjuntos. Esta linha perdura até hoje. Mas o núcleo, como já estava existindo, tinha que procurar outras alternativas e tivemos duas saídas importantes para começar ativá-lo. Por um lado, um projeto com o IPEA, financiado pelo Banco Mundial e outras agências internacionais, voltado para um plano de reorganização institucional do setor de saneamento. Assim, no final de 1993 houve uma solicitação do Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS, cuja gerência executiva ficava no IPEA (federal). Consistia em uma proposta de modernização do setor, uma proposta de rearticulação institucional dos agentes setoriais. Como alguns membros do grupo já tinham experiência em saneamento, então nos foi possível colaborar muito com este projeto. Este foi o primeiro projeto grande que o núcleo teve, e desenrolou-se ao longo de 1994 e parte de 1995, tendo seus resultados sido consolidados em um livro, o primeiro de uma série de 18, que formam a série *Modernização do setor de saneamento*, contendo propostas de reestruturação técnica e institucional. A partir daí já estava mais ou menos criada aquela que seria uma das duas principais linhas de trabalho do núcleo, que é a de pesquisa em infra-estrutura e serviços em redes.

Nessa mesma época, houve uma colaboração também com o IPEA – Rio de Janeiro, no âmbito de um projeto da Finep, no qual dois pesquisadores do núcleo, Philip Gunn e eu mesmo, fizemos uma análise do setor elétrico em termos institucionais.

Então esta linha (de pesquisa em infra-estrutura) estava mais ou menos criada e em processo de amadurecimento, mas estava faltando um maior prestígio e aprofundamento naquilo que tinha sido a motivação inicial do núcleo, isto é, a informação urbana e a espacialização dessas informações. Foi a Sueli Schiffer quem conduziu, a partir do momento em que ela conseguiu organizar e estruturar um projeto temático com a Fapesp, iniciado em 1996, que tratava das transformações na região metropolitana de São Paulo trazidas pelo processo de globalização. Neste projeto temático da Fapesp, finalmente concretizou aquela colaboração inicial que tínhamos imaginado com a Fundação Seade. A fundação nos forneceu alguns dados importantes de pesquisa e, ao mesmo tempo, contávamos com mais resultados do Censo 1991 que, a esta altura, já estavam disponíveis. Foi realizado todo um trabalho no núcleo de espacializar as informações do censo na malha intra-urbana da região metropolitana, quer dizer, as informações foram todas organizadas por distritos censitários, inclusive as que não estavam publicadas em papel, aquelas que só eram disponíveis em meio magnético. Este foi um trabalho importante, porque de fato propiciava retornar à motivação original, que era colaboração com a Fundação Seade e com outras

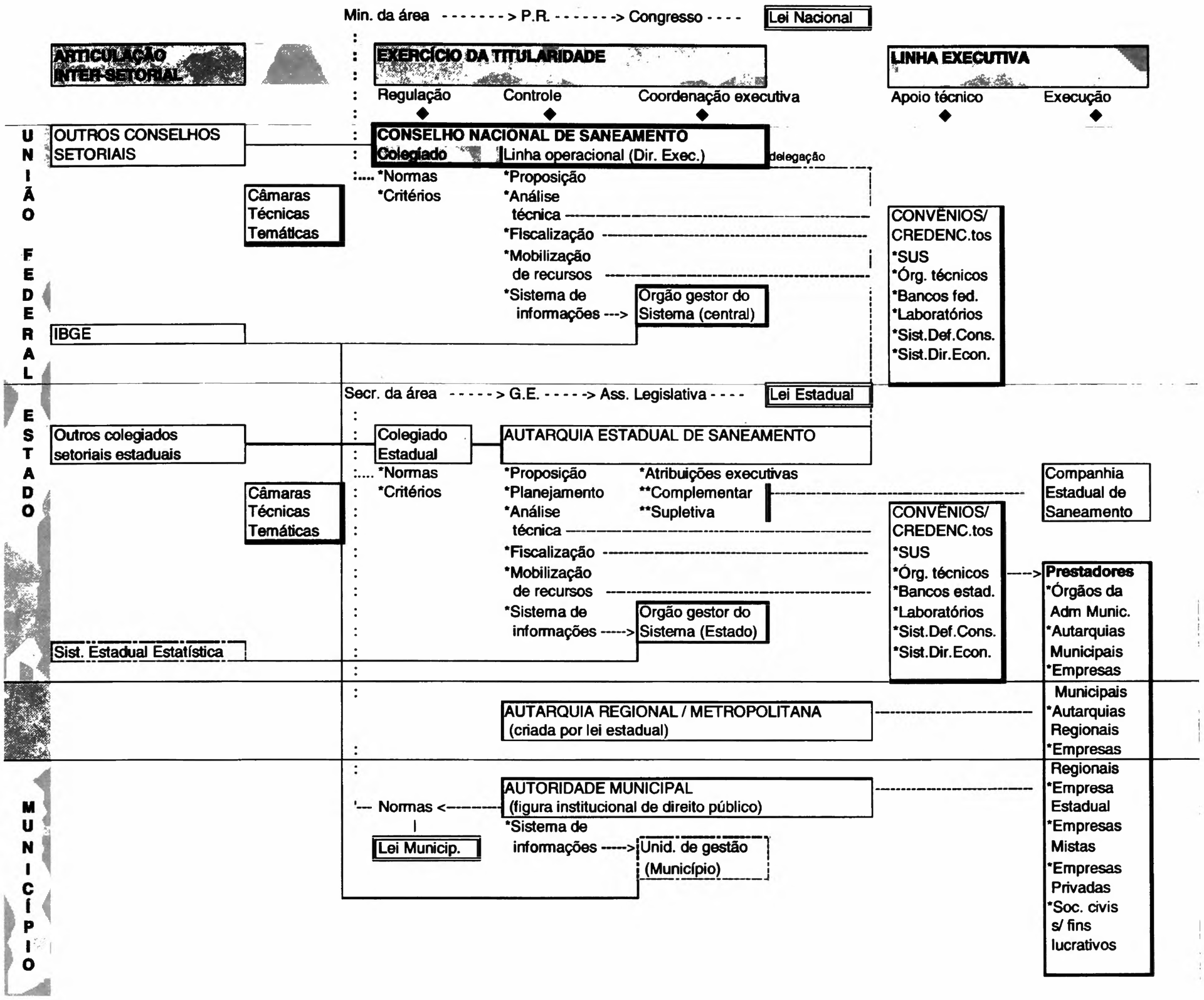


Figura 1
Fundamentos e proposta de ordenamento institucional. Série Modernização do Setor Saneamento. Vol. 1. Ministério de Planejamento e Orçamento – Secretaria de Política Urbana / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília
Fonte: INFURB

instituições, em torno de dados e informações socioeconômicas que pudessem caracterizar as transformações em curso. A partir de então ficava caracterizada esta outra linha de trabalho, uma linha de pesquisa em transformação urbana que, na verdade, era a inicial, a que deu de fato origem ao núcleo. Mas como a primeira oportunidade de um trabalho maior surgiu na linha da infra-estrutura, foi esta que saiu na frente.

Um segundo trabalho de pesquisa nesta linha fora o projeto da Fapesp, foi um convênio com o IPEA, em torno de um grande projeto de estudo dos instrumentos de planejamento e gestão urbana, abrangendo nove capitais brasileiras, dentre as quais São Paulo. Nesse trabalho o INFURB prestou assessoria metodológica para todo o Brasil, para as nove capitais, em paralelo ao encargo de desenvolver o volume que tratava da região metropolitana de São Paulo. Esse trabalho está sendo publicado agora.

VP: Eu gostaria que você falasse sobre o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água, um trabalho de grande porte que vocês fizeram.

RT: O Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água é um filhote daquele primeiro trabalho de

institucionalização do Setor de Saneamento que fizemos. Naquele trabalho, à parte as questões institucionais propriamente ditas, identificamos que um dos pontos fundamentais seria aumentar a eficiência dos serviços com relação ao uso da água e também aumentar a produtividade da água fornecida para o usuário, o consumidor final. Tudo isso ficaria dentro do conceito de uso racional e conservação de água. Tentamos resgatar algo que já tinha sido iniciado anos atrás (1985-1986) no IPT, relacionado a um seminário que naquela época tínhamos feito lá, sobre a necessidade de se desenvolver tecnologias poupadoras de água no Brasil. Esse seminário deu origem a uma série de preocupações que nunca decolaram, na verdade, porque em 1986 foi extinto o BNH, que teria sido o grande executor dessa política. Então, ficamos anos com essa política de uso racional e combate ao desperdício de água suspensa em nível federal, até que, com o projeto de institucionalização do saneamento, que desenvolvemos em 1994 – com o pessoal do IPEA – identificamos novamente essa prioridade, que passou a ser considerada de novo na política nacional de saneamento. Foi aí que a Secretaria Nacional de Política Urbana, por meio da sua Diretoria de Saneamento, fez um convênio conosco para desenvolvermos o Projeto Nacional de Combate ao Desperdício de Água nacionalmente.

VP: Vocês o finalizaram em 1999?

RT: Não, o programa, teve uma primeira fase em 1997 que foi a de identificar prioridades e desenvolver os primeiros documentos básicos, em três linhas: uma linha era relacionada ao planejamento estratégico das políticas de combate ao desperdício; a segunda linha dizia respeito às medidas de controle e perdas em sistemas públicos de abastecimento, inclusive urbanos, quanto ao abastecimento de água; e uma terceira linha se referia ao controle das perdas nos sistemas prediais.

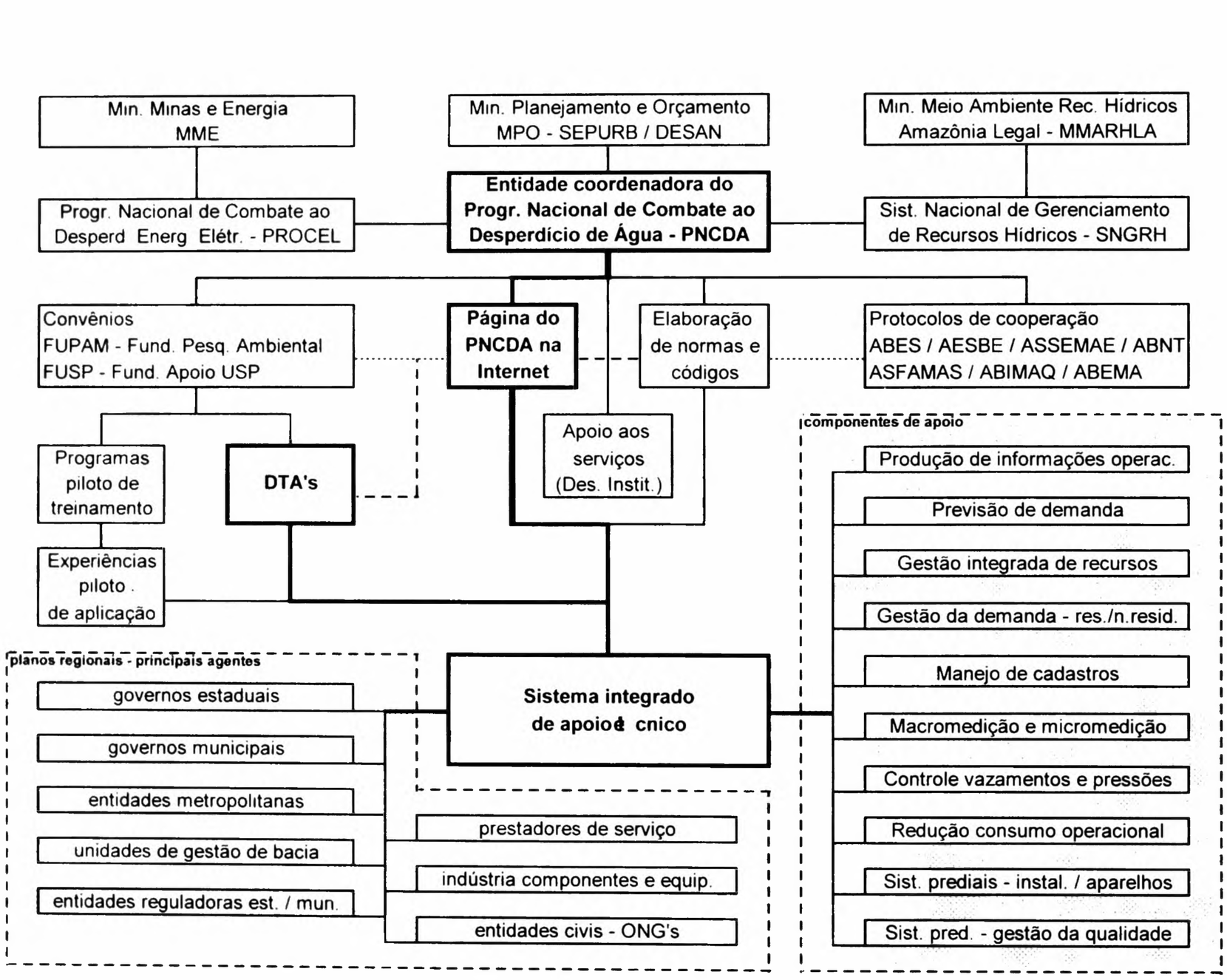


Figura 2
Resumo dos principais fluxos de componentes de apoio e agentes participantes dos planos regionais de combate ao desperdício de água
Fonte: INFURB

Nessa primeira fase foram gerados cerca de 15 DTAs, que são Documentos Técnicos de Apoio, ainda em redação provisória, um texto base não levado até as últimas conseqüências de revisão. A fase 2, realizada em 1998 e 1999, constou em um aprofundamento desses textos, da sua publicação, sendo que cinco deles foram publicados em papel e no total próximo de 18 foram disponibilizados pela internet, no site do programa (PNCDA), com o texto completo. Integrou também a segunda parte uma experiência-piloto, desenvolvida no município de Juazeiro, na Bahia, com a supervisão e o acompanhamento dos nossos colegas da Poli, do Departamento de Construção Civil. Aliás, todos esses programas, na linha de infra-estrutura, caracterizam-se realmente por serem interdepartamentais e interunidades, porque temos uma colaboração muito próxima com a Escola Politécnica, principalmente dos departamentos de Engenharia de Construção Civil e de Engenharia Hidráulica e Sanitária. Isso tem sido uma constante. Até o mais recente projeto de colaboração com o grupo, que foi o Plano de Bacia do Alto Tietê, cuja coordenação é do Departamento de Engenharia Hidráulica daquela unidade.

Retomando o esboço das três fases, assim que terminou a fase 2, em 1999, nós iniciaríamos a fase 3: seu escopo era de um programa intensivo de treinamento e capacitação de equipes mais a formação de planos regionais e locais de combate ao desperdício. Seriam planos baseados nas prioridades locais. Só que foram mudadas a estrutura do governo federal e a inserção do programa dentro dela lá em Brasília. Até agora não está bem definida, em Brasília, qual a melhor forma de se tocar esta fase 3, como operar com o programa. Com a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, o mais provável é que esta competência venha a ser assumida por esta agência, porque historicamente os planos de combate ao desperdício de água em todos os países são afetos à área de recursos hídricos. É provável que isso aconteça. Em função disto, a fase 3 está meio atrasada porque estamos esperando desde o final de 1999 que ocorra esta reestruturação, este reenquadramento institucional do programa.

VP: Você poderia comentar sobre o Plano de Bacia do Alto Tietê?

RT: Este plano foi comissionado pelo Comitê de Bacia do Alto Tietê à Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP que, por sua vez, tem como órgão responsável pela gestão do projeto o Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Poli. O responsável inicial era o professor Benedito Braga, e depois passou para a professora Monica Porto, ambos da Hidráulica, que é a coordenadora geral do plano pela USP. Neste caso, o INFURB entra com análises de interações e instrumentos de planejamento de gestão urbana. Essa área é muito sensível, porque o plano parte da concepção de dois cenários, um cenário tendencial e outro induzido. No cenário tendencial considera-se aquilo que acontece se não fizermos nada, e o trabalho do INFURB, neste caso, é a construção desse cenário a partir de informações socioeconômicas, demográficas e ambientais. Para esse primeiro levantamento de informações nós nos beneficiamos muito do citado projeto realizado com o apoio da Fapesp, sobre transformação urbana, da Sueli Schiffer. Foi de lá que recuperamos as informações básicas para processar essa primeira contagem do cenário tendencial. Na análise de cenário induzido deu-se uma atitude mais pró-ativa da parte de técnicos da equipe. Foram feitas propostas de como conter localizadamente o adensamento e o crescimento da mancha urbana em áreas sensíveis, tanto do ponto de vista de proteção aos mananciais como do ponto de vista de controle de inundações. Este é um trabalho estratégico. Fizemos um sistema georreferenciado de informações no qual se pode caracterizar, em cada distrito metropolitano, tanto variáveis socioeconômicas como variáveis ambientais e dados de degradação de meio físico, como escorregamento, pontos de inundação, etc. Tudo isso está associado em uma base de dados integrada que desenvolvemos aqui no INFURB, com a colaboração do professor Marcelo Giacaglia. Há uma interface de operação com este

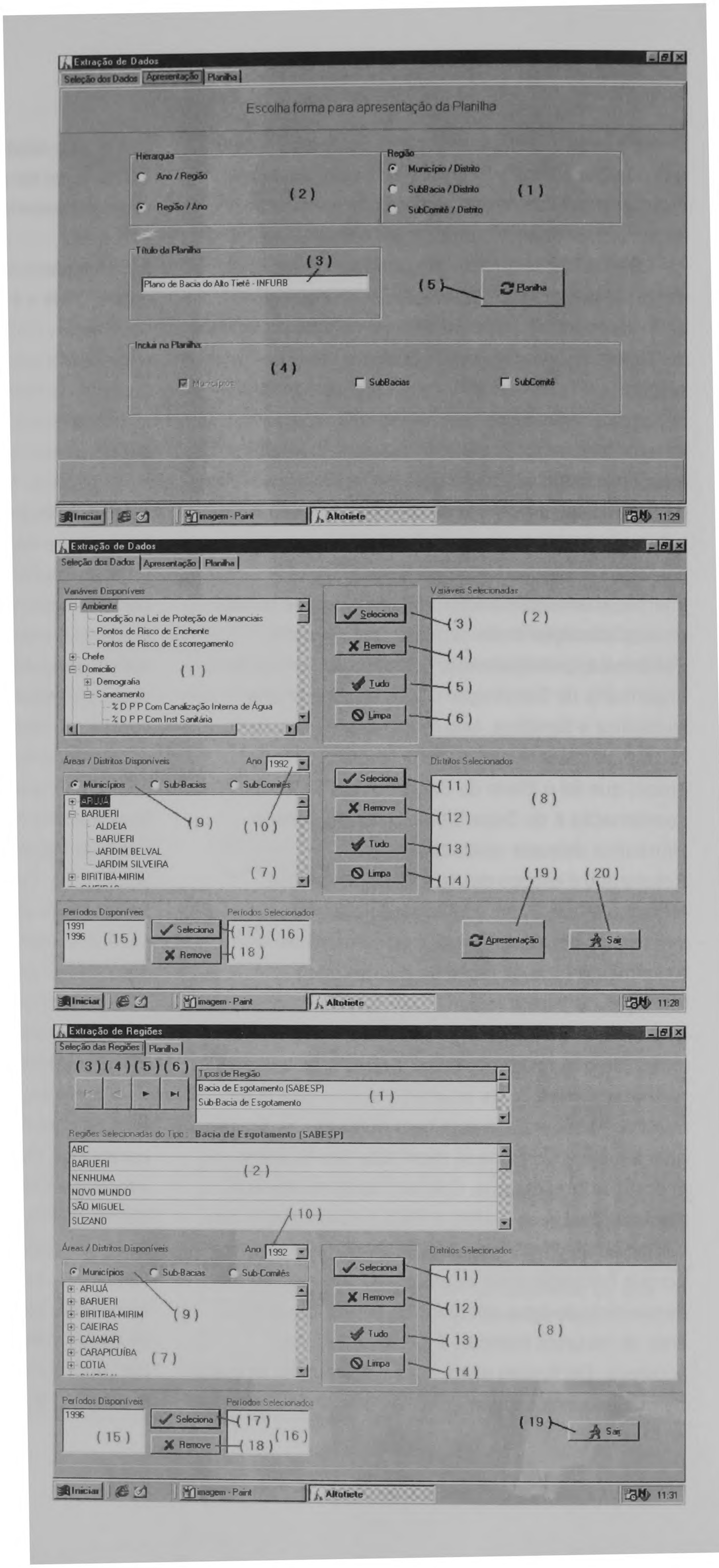


Figura 3.1
Bacia do Alto Tietê / Extração de Dados – Apresentação
Fonte: INFURB

Figura 3.2
Bacia do Alto Tietê – Extração de Dados / Seleção

Figura 3.3
Extração de Regiões
Fonte: INFURB

banco de dados, que futuramente será operada pelo próprio Comitê de Bacia do Alto Tietê. Será possível, a todo o momento, estar atualizando informações sobre cada pedacinho da área de interesse da Bacia do Alto Tietê. Uma das diferenças fundamentais deste plano em relação aos anteriores está que nos planos anteriores de gestão de recursos hídricos trabalhava-se com indicadores médios para toda a área de bacia considerada. Isso funciona se é uma bacia relativamente homogênea e pouco urbanizada, como uma bacia lá no interior de São Paulo, ou uma bacia hidrográfica no Mato Grosso ou no interior de Minas Gerais. Aí há uma grande propensão de que a bacia seja homogênea e sem grandes alterações de padrão de uso e ocupação em cada subsetor. No caso da Bacia do Alto Tietê ocorre o contrário. Esta bacia é altamente urbanizada e profundamente heterogênea na ocupação do seu território. Os desenhos da bacia hidrográfica do Alto Tietê são quase coincidentes com o desenho da região metropolitana de São Paulo, à exceção de três municípios que não fazem parte: Guararema, Santa Isabel e Juquitiba. Fora esses três municípios, todos os outros que integram a bacia do Alto Tietê são municípios metropolitanos de São Paulo, e mais do que isso, a mancha urbana metropolitana está inteiramente contida na Bacia do Alto Tietê. Isso significa que tudo o que se trata de plano estratégico para a Bacia do Alto do Tietê é diretamente relacionado à região metropolitana. Este tratamento de dados foi feito com o mesmo nível de desagregação com o qual já tínhamos trabalhado no projeto da Fapesp. Isso trouxe uma novidade enorme para o conceito de plano de bacia que passou a trabalhar não com indicadores médios, mas com indicadores localizados a cada ponto da região metropolitana. Este é o espírito que orienta a montagem do sistema de informação gerencial da bacia, que vai ser todo dirigido para decisões estratégicas localizadas. Dentro desse desdobramento, iremos trabalhar normas de uso e ocupação de solo urbano a partir das vazões de restrições determinadas pelo plano de macrodrenagem. As normas específicas de uso e ocupação do solo metropolitano vão derivar de uma análise racional das condições de drenagem, com o objetivo de evitar os efeitos mais agudos nas enchentes. Esse projeto ainda não terminou, está em andamento.

VP: Eu gostaria que você falasse um pouco também sobre o desdobramento deste projeto temático da Sueli.

RT: Além deste desdobramento setorial que falei, para a base inicial do projeto Alto do Tietê, a Sueli está participando de uma rede internacional de estudos sobre essas questões relativas aos impactos da globalização. Estes estudos são promovidos pela Universidade das Nações Unidas e formam uma rede de pesquisa que envolve uma série de universidades importantes, tais como Columbia e Stanford, nos Estados Unidos, Newcastle, na Inglaterra. Sueli, hoje, está trabalhando em um aprofundamento da pesquisa, em um órgão da Unesco, em Roma. Há uma rede internacional que faz pesquisas comparativas a respeito desse tema. Essa é uma linha mais de aprofundamento acadêmico. Além disso, um dos desdobramentos da pesquisa sobre transformação urbana tem sido mapear, com maiores detalhes, as ocorrências de violação dos direitos humanos, as ocorrências de violência urbana. Isso tem uma sinergia enorme com estudos feitos pelo Núcleo nos Estudos de Violência. Complementamos seus estudos com uma visão espacial mais nítida de certas ocorrências, com a possibilidade de utilização destas bases, que foram inicialmente trabalhadas no projeto da Fapesp, para orientar o diagnóstico, e diretrizes de políticas públicas, possibilitando-as serem muito mais voltadas ao atendimento específico de cada área. Esta linha de colaboração com a violência urbana é um dos desdobramentos mais importantes, hoje, da linha de pesquisa em transformação urbana e está incluída no plano de trabalho do CEPID NEV, apoiado pela Fapesp.

VP: Professor Ricardo, comente sobre os desdobramentos acadêmicos dessas atividades do INFURB para a FAUUSP.

RT: Bom, acho que o núcleo tem um compromisso bem claro com o aprofundamento de linhas de

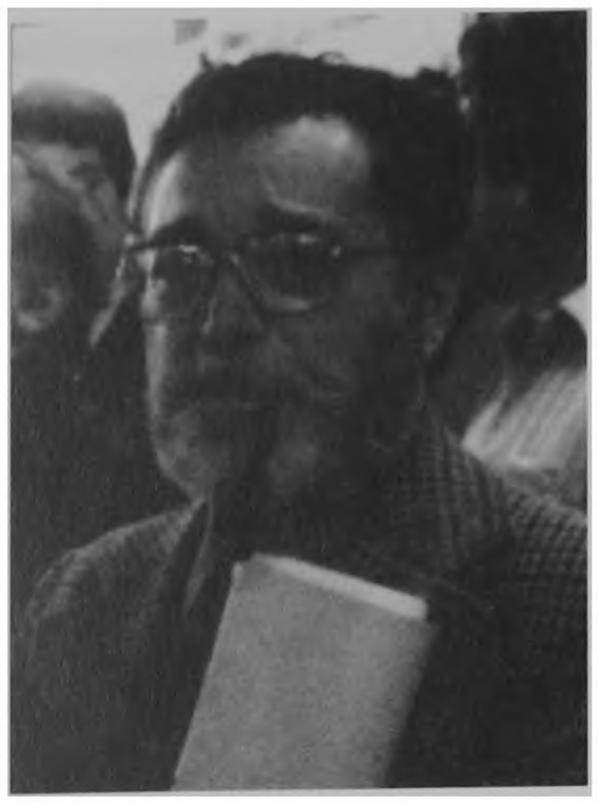
pesquisa, que possam apoiar tanto a pós-graduação quanto a graduação. É importante ressaltar-se que, desde a sua origem até hoje, este núcleo nunca teve projetos simplesmente para complementação salarial ou para empresa privada. Quer dizer, nunca teve envolvimento com a pura e simples extensão de serviços. Não acho nem bom nem ruim, mas o fato é que este núcleo em particular, dada a temática com a qual trabalha, sempre esteve envolvido com grandes projetos públicos, de políticas públicas. E hoje, acho que o núcleo detém uma massa crítica importante sobre essa questão de ofertas, tecnologia e regulação de serviços públicos em rede e infra-estrutura, permitindo-nos formular agora reflexões mais profundas, inclusive novas formulações teóricas sobre as perspectivas de estruturação de políticas urbanas e metropolitanas. De fato, um elemento concreto de interesse comum entre municípios metropolitanos, municípios que compõem talvez uma aglomeração urbana ou uma microrregião, são esses serviços em rede, associados à infra-estrutura. A questão metropolitana sempre patinou muito, no plano institucional, pois ela tentava se estruturar apenas como uma questão de planejamento e gestão política. E era difícil identificar-se com clareza os objetos concretos dessa colaboração. Hoje, com o processo intensivo de privatização, não só da operação de serviços como também do processo decisório sobre esses serviços, se os poderes públicos municipal, estadual e, em alguns casos, o federal, não se unirem no resgate do interesse público relativamente a esses serviços, eles vão perder completamente o controle. Então, o que está estruturando o espaço metropolitano, o espaço multirregional em termos de redes de serviços, acabará passando totalmente ao domínio privado. O INFURB hoje detém uma massa crítica que veio se formando ao longo desse tempo de modo que os pesquisadores, em cada um dos seus projetos, têm internalizado este tipo de reflexão. Quer dizer, como que concretamente estes serviços interagem no espaço em que eles estão trabalhando; como que questões, hoje tremendamente abstratas e genéricas como a globalização, traduzem-se em propostas concretas de tecnologia e gestão, de que maneira o planejador, o arquiteto, a sociedade podem de alguma forma interferir neste processo.

VP: Quem são os principais pesquisadores do INFURB?

RT: Sueli Schiffer, que trabalha muito nesta linha da transformação urbana, Csaba Deak, do Departamento de Projeto, Phillip Gunn, e eu mesmo, formamos o "núcleo duro" e aí dependendo da pesquisa e do projeto, fazemos parcerias estáveis com uma série de colegas tanto aqui da FAU como de outras unidades. Temos na Poli parcerias amplas com colegas dos departamentos de Construção Civil e de Engenharia Hidráulica e Sanitária. Já trabalhamos e continuamos a trabalhar em parceria com pesquisadores da FEA, especialmente nos projetos que envolvem regulação econômica dos serviços em rede. Houve também uma colaboração importante com o Departamento de Geografia da FFLCH, com a professora Sandra Lencioni, no Projeto Temático sobre Impactos da Globalização. Mantemos também colaboração estreita com a equipe do Laboratório IPPUR-FASE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em temas de interesse para a rede de pesquisa sobre metrópoles brasileiras, coordenada por aquela instituição no âmbito dos projetos PRONEX do sistema CNPq / Capes / Finep.

Quanto à questão da pós-graduação, da orientação aos alunos, tudo isso tem sido presença recorrente nos cursos que damos aqui na FAU e nas colaborações com os colegas, como a professora Cristina Cacciamali, da FEA. Há ainda uma colaboração estável com a Faculdade de Direito, porém mais específica, com o professor Alaor Café, na área de recursos hídricos. A este núcleo duro se somam também o professor Marcelo Giacaglia, do AUT, e outros professores, cuja parceria é definida conforme os projetos. De maneira geral, tudo que se faz no núcleo é trabalhado na pós-graduação e direta ou indiretamente refletido nas pesquisas de mestrado e doutorado, orientadas por seus pesquisadores-seniores.

6 | IN MEMORIAM



Eduardo Corona

Carlos Alberto Cerqueira Lemos

Não é fácil escrever sobre Corona nestes dias após seu falecimento aos 79 anos, porque a sua presença parece ainda estar viva e atuante, dando-nos a impressão que foi ali e já volta. Mesmo doente, nesses últimos anos, agia com desempenho e não se amedrontava em sair de casa para qualquer tipo de atividade, mesmo sabendo-se frágil. Fomos testemunhas disso, recentemente em uma reunião do IAB, quando arquitetos veteranos se manifestavam sobre o exercício da profissão. Em dado momento, cambaleou, e sofrendo o grande desconforto causado pelo coração comprometido, pálido como uma folha de papel, apoiando-se na borda da mesa, exigiu que a sessão continuasse e só depois de terminada a reunião solicitou que fosse transportado ao hospital.

A reunião de pessoas, sobretudo colegas, era o meio propício à sua personalidade, que se revelava e se expandia bem-humorada, fosse qual fosse o tema tratado – a conciliação sempre foi a sua meta e, para isso, nunca foi intransigente. Transitava entre os seus pares com a maior desenvoltura.

No exercício da profissão, foi mais do que um arquiteto, bom arquiteto por sinal, como atestam vários de seus projetos. Foi, antes de tudo, um aglutinador de posições e de idéias dentro de sua classe. Ajudou na fundação de escolas de arquitetura e todos estamos a nos lembrar de sua atuação na FAU, nas faculdades de Mogi das Cruzes e de Guarulhos. Ali foi um bom professor e disso fomos testemunhas oculares como seu assistente da cadeira Teoria da Arquitetura, talvez

por uns dez anos. Estranhamente, enquanto era dedicadíssimo no preparo das aulas, era tolerante e complacente com os alunos desatentos, como se não fizesse questão alguma que aprendessem. Suas aulas teóricas eram expostas com muita clareza e vagarosamente desenvolvia suas idéias, não se importando muito com a receptividade das explicações. Para ele, aluno que fosse bom aprendia tudo com facilidade e, quem não fosse, nunca iria tomar conhecimento da matéria, mesmo que tivesse outras oportunidades. A repetição de ano era uma bobagem. Nunca reprovou um aluno sequer. Talvez fosse mesmo exigente nos exames do vestibular, em que atuou por muitos anos, porque ali estava selecionando futuros arquitetos. No cotidiano, no entanto, jamais exigiu coisa alguma dos outros.

Agiu também por muito tempo como conselheiro do Crea, mas ali seu espírito conciliador sempre esteve atento às normas, às regras e às leis, sabendo desatar como ninguém os nós cegos surgidos nos processos que recebia para relatar. Tomava decisões com incrível rapidez e extremo bom senso. Sabia simplificar as coisas facilmente, sendo inimigo das discussões intermináveis. Sabia de pronto colocar cada coisa em seu lugar.

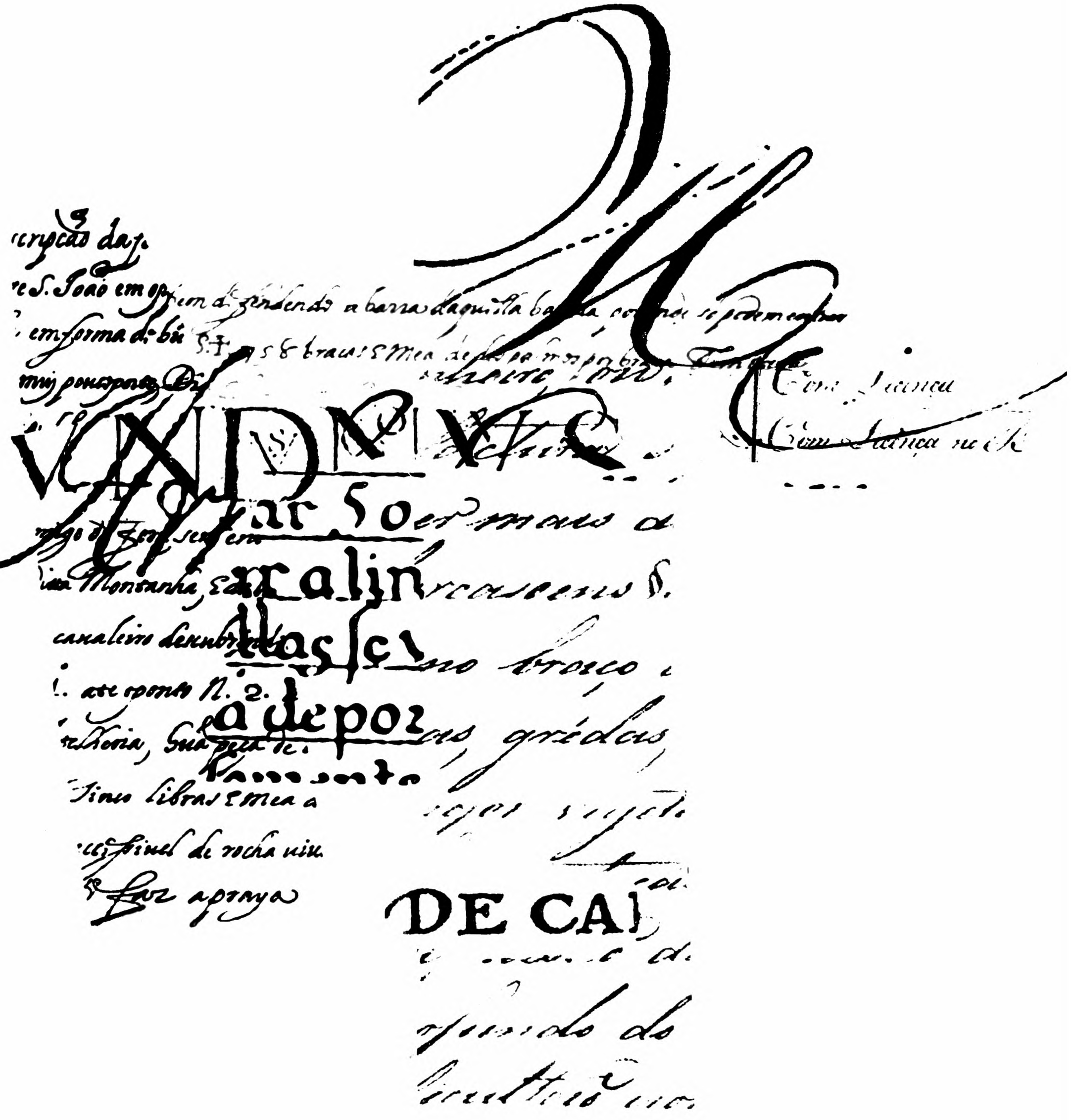
Com seu tino agudo de observação escreveu durante anos nos boletins do IAB, no qual sempre defendeu os aspectos éticos da profissão e os interesses da classe, sem, contudo, assumir posições políticas radicais. Intimamente, era um homem de esquerda, talvez desde os dias de estudante no Rio, quando conviveu com Oscar, como seu estagiário e desenhista. Publicamente, no entanto, sua posição política era estar sentado em cima do muro, o que irritava o pessoal do partidão. Nunca se importou com isso.

Enfim, as mil facetas do Corona impedem que se fale com precisão e só podemos tachá-lo de homem hábil no convívio com seus pares e, não podemos esquecer, muito competente na prancheta de arquiteto, como atesta o seu projeto da Faculdade de História e Geografia da USP

Fomos verdadeiramente amigos por 50 anos.

Carlos Alberto Cerqueira Lemos
Professor titular aposentado do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto e orientador no curso de pós-graduação FAUUSP.

(texto reproduzido do *Informativo FAUUSP* – maio 2001)
Foto: Cristiano Mascaro



7 | eventos

Hábitat e estatuto da cidade

Paulo César Xavier Pereira

Hábitat, referindo-se à noção de arquitetura e especificando práticas urbanas novas, denomina uma nova área de concentração na pós-graduação proposta por docentes da FAUUSP. A sua proposição visa estimular o *conhecimento crítico* da produção da cidade e valorizar as *experimentações inovadoras* em políticas públicas, que signifiquem a superação de conflitos e a melhoria da qualidade de vida para o conjunto da população.

Assim, com esta preocupação foi organizado por integrantes do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos – LabHab e do Laboratório de Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo – LabFAU um seminário sobre o **Estatuto da Cidade**, no dia 28 de agosto de 2001, visando discutir a Lei Federal n. 10.257/2001, sancionada em julho.

Para este seminário, que contou com cerca de 400 participantes, foram especialmente convidados representantes da promotoria pública, da Associação de Juízes pela Democracia e funcionários da administração pública, tendo a participação do secretário municipal da Habitação de São Paulo e de professores da FAUUSP, aos quais foram propostas indagações sobre o caráter inovador do estatuto e de quais seriam as possibilidades que se abriam para as práticas urbanas populares com a nova lei.

O estatuto, ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal inova quando introduz legalmente o princípio de que a propriedade urbana está sujeita ao cumprimento de sua função social. Foi na Constituição de 1988 que, pela primeira vez, contemplou-se o tema urbano em um texto constitucional. Nesse sentido, o estatuto, ao responder à necessidade de sua regulamentação é inovador, sobretudo porque no parágrafo único do capítulo I – Diretrizes Gerais, em seu artigo 1º afirma que: *"Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental."*

Assim, o Estatuto da Cidade veio aumentar a importância nacional da temática urbana e reforçar a busca de soluções democráticas para o problema habitacional. Sendo conhecido que a maioria da população brasileira vive hoje em um hábitat urbano, o compromisso da universidade pública com a sociedade na busca destas soluções renova a necessidade de aprofundar o conhecimento crítico da urbanização contemporânea e a preparação contínua de um novo tipo de pesquisador, inovador e profissional da cidade.

As apresentações e o debate confirmaram a necessidade e a oportunidade de constituir um campo de reflexão sobre a produção e a apropriação do hábitat urbano, tendo como eixo central de pesquisa e ensino os conflitos sociais e os problemas urbanos gerados pela utilização predatória da cidade contemporânea. Focou-se, particularmente, o caso de São Paulo, mas pode se verificar como os problemas e a história da construção desta cidade encontra semelhança em outras tantas cidades brasileiras. E mais importante, as manifestações do público presente e o tipo de questões suscitadas apontaram para a necessidade de formar profissionais inovadores capazes de conduzir de maneira nova e democrática o processo de urbanização e de construção das cidades.

Mostrou-se que, historicamente, a forma de produção e uso das cidades brasileiras, apesar da diversidade de suas manifestações, tem, na atualidade, destruído mais as possibilidades da vida urbana e aumentado a população submetida às práticas habitacionais perversas e, cada vez mais, degradantes. Mas se discutiu como é possível redirecionar esse tipo de urbanização, e foi considerado que a variedade de instrumentos urbanísticos que o Estatuto da Cidade disponibiliza torna viável propor uma urbanização mais digna e menos espoliativa. Considerações atuais sobre a desqualificação habitacional na cidade de São Paulo constituiu-se em um retrato das condições de vida que têm sido criadas por práticas predatórias e a rigor anti-urbanas de construção e uso da cidade brasileira.

Dentro da preocupação de tornar-se conhecido o **Estatuto da Cidade** foi distribuído o seu texto completo e as apresentações destacaram as possibilidades dos instrumentos urbanísticos, alguns já antigos, que esta nova lei reúne, propondo que a sua utilização deveria ser acompanhada de uma modernização da gestão urbana e de um processo democrático na construção da cidade que assegure sua efetividade social. É nessa perspectiva que se organiza a nova área de ensino e pesquisa em pós-gradução: **Hábitat: Produção, Conflito e Políticas Públicas**. Este foi mais um pequeno passo.

Paulo César Xavier Pereira
Professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto e orientador do curso de Pós-Graduação da FAUUSP.

Pensamento e ação sobre o território – um balanço reflexivo do IX Encontro Nacional da ANPUR*

Henri Acselrad

O IX Encontro Nacional da ANPUR, realizado no Rio de Janeiro entre 28 de maio e 1 de junho de 2001 mobilizou de forma significativa pesquisadores de todo o país, como o atestam os 719 resumos e os 390 trabalhos definitivos encaminhados à sua comissão organizadora. Os trabalhos definitivos provieram de 14 estados da federação e da Argentina. Os trabalhos em proveniência dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro perfizeram mais da metade do total, embora tenham sido significativas as participações de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Dentre os trabalhos definitivos, 156 foram aprovados para apresentação oral e 96 para *pôsteres*, por uma comissão científica formada por 14 membros oriundos de diferentes programas de pós-graduação do país[1]. As sete sessões temáticas tiveram suas ementas definidas de modo a reproduzir, com ajustes, as grandes linhas de discussão da ANPUR. Após o redirecionamento de alguns trabalhos pela própria comissão científica entre diferentes sessões temáticas, verificou-se maior concentração de trabalhos nas sessões sobre os temas "Reconfigurações do espaço urbano e regional" (81 trabalhos), "Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional" e "Cidade e urbanismo – História e forma e projeto" (56 trabalhos cada).

Apresentaremos a seguir uma síntese das principais questões que motivaram os trabalhos selecionados para o IX Encontro, tendo por base a leitura que deles fizeram os próprios membros da comissão científica e apresentada em tópicos correspondentes as sete diferentes sessões temáticas.

Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional

O debate teórico-conceitual se centrou na oposição entre escalas espaciais e nos diferentes significados atribuídos aos novos recortes do fato espacial – notadamente da chamada globalização e das dinâmicas da escala dita local. Novos campos de poder estar-se-iam constituindo e os agentes econômicos políticos contribuindo para estabilizar ou desconstruir a própria escala em que haviam desenvolvido até então a sua ação. Seriam novas, conseqüentemente, as condições para a ação estratégica, estando em transformação tanto os papéis institucionais como as expectativas coletivas[2].

As soluções locais, em particular, são apontadas como atreladas a um modelo de tomada de decisões que retira das esferas estaduais e municipais qualquer possibilidade de construção política. A discussão de princípios e

* O presente texto resulta da reelaboração das análises efetuadas pelos membros da Comissão Científica do IX ENANPUR sobre os trabalhos recebidos para as diferentes áreas temáticas. Este esforço de síntese remete, assim, em pé de página, às fontes primeiras do presente balanço.

(1) A Comissão Científica do IX Encontro foi composta por Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Leila Christina Dias (UFSC), Lia Osorio Machado (UFRJ), Carlos Antonio Brandão (Unicamp), Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (UFBA), Margareth da Silva Pereira (UFRJ), Edna Castro (UFPA), Ana Fani Alessandri Carlos (USP), Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG), Philip Gunn (USP), Ricardo Farret (UnB), Angela Gordilho Souza (UFBA), Circe Maria Gama Monteiro (UFPE) e Eva Machado Barbosa Samios (UFRGS).

(2) Cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias. Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional. In: *Anais* do IX Encontro da ANPUR, RJ, 2001, p.1.

valores, própria aos processos democráticos, tem cedido lugar a prescrições comportamentais no campo da política. Um discurso universalista ocidental chama de "racional" a lógica da ação individual, fazendo da cidade – local em que se constrói a cidadania – *locus* da administração eficaz e competente. As "parcerias público-privadas" do empreendedorismo municipal estariam favorecendo elites rentistas freqüentemente sintonizadas com grandes interesses internacionais. É questionada assim a pretensão neolocalista de conceber o local ou a cidade como campo de um desenvolvimento alternativo. A transferência de atribuições aos municípios não teria conduzido necessariamente a uma maior democratização política. A flexibilização institucional, por sua vez, não se teria apoiado na mediação de conflitos de interesses, mas no favorecimento explícito do uso empresarial do solo urbano, na renúncia fiscal e no subsídio ao investimento privado.

No âmbito dos mecanismos de regulação, o processo de abertura de mercado e de privatização veio permitindo a entrada no país de operadores privados sem identidade locacional visível – "empresas do mundo" que centralizam o capital e ramificam seus interesses pelos "supermercados de serviços" que se autonomizam em relação à lógica dos interesses públicos. Mas mesmo estando o espaço de lugares sobreposto por um espaço de fluxos, políticas regionais em ambiente de federalismo, são afirmadas como possíveis e necessárias desde que haja vontade política de enquadrar as redes globais em mecanismos de democratização das decisões de investimento.

(3) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 2.

Uma crescente instabilidade tem-se caracterizado, assim, pela multiplicação de fenômenos como redes, novos contextos sociais e arenas políticas transitórias, distinguindo-se das dinâmicas freqüentemente apresentadas como homogêneas e predefinidas. No curso de tais transformações, normas, direitos, recursos e culturas têm sido submetidos a uma revisão estratégica que, com base nos princípios da gestão, modifica o teor das políticas públicas e as relações entre a sociedade e o Estado. O planejamento é invadido pela linguagem promocional do marketing e a redefinição das escalas da ação atualiza a administração pública. As mencionadas "parcerias" público-privadas seriam instrumento da difusão do princípio gestionário, racionalizador e instrumental, na condução da coisa pública. A eficácia gestionária das grandes corporações, difundida em órgãos de governo, vem colaborar com a desconstrução de culturas institucionais e direitos adquiridos[3]

Tratar-se-ia, portanto, de definir a gestão territorial adequada à sociedade perante às novas formas de realização da economia. Esta deverá partir do mapeamento de decisões político-administrativas que têm atingido o teor de relações Estado-Sociedade, assim como do entendimento das novas funções assumidas pelo Estado, expressas pela desregulação da provisão e do acesso a bens e serviços. Em que escala esta ação será desenvolvida, tendo em vista o

controle dos interesses privados e a garantia de direitos sociais? Um dos epicentros da gestão territorial expressiva das novas condições da produção capitalista seria a grande cidade, que abriga funções regionais e nacionais e, por vezes, até mesmo mundiais[4].

No espaço metropolitano estarão manifestos, em particular, os códigos da última modernização, expressa por meio da difusão do princípio gestionário, racionalizador e manipulador de recursos. O espaço metropolitano constitui um contexto de permanente inovação, dada a sua densidade sociocultural e econômica e a concentração de recursos públicos que a sustenta. É neste contexto, de natureza intrinsecamente multiescalar, que emerge a ênfase no nível "local" da vida coletiva. Nesta ênfase, convivem, desde anseios por democracia e autonomia até deslocamentos estratégicos de conflitos sociais, incluídos na descentralização de responsabilidades. O "local" é também reconhecido como contexto privilegiado da ação econômica hegemônica[5].

O discurso hegemônico sobre administração de recursos modifica representações de contextos sociais, objetivos das políticas públicas e conteúdos do poder. Têm sido assim criados e utilizados instrumentos de planejamento que escapam ao controle democrático de usos do território municipal e metropolitano. Mas a própria ênfase no local, em suas múltiplas conotações, foi responsável pela secundarização da escala metropolitana de planejamento, tão relevante para os países capitalistas periféricos[6].

Até que ponto se afirma, com estes processos, a tendência à privatização da própria problemática do desenvolvimento? Como a difusão de modelos e de práticas de planejamento interfere no reconhecimento do local como lugar, com sujeitos sociais e memórias? Trata-se, aqui, de pesquisar e refletir sobre ações planejadas que, reunindo sujeitos sociais e espaço herdado, permitam o encontro de estratégias de desenvolvimento expressivas de uma igualdade que se realize pelo respeito à diferença e à diversidade. Nesta perspectiva, a escala seria vista não apenas como resultado de processos históricos de longa duração, mas também como um fator estratégico na determinação do presente e do futuro. Existiria um "jogo de escalas" intrinsecamente articulado a arenas políticas e ambientes produtivos[7] Isto porque as próprias escalas são objeto de confronto, assim como o são as relações interescalares.

(4) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 2.
(5) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 3.
(6) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 3.
(7) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 4.

Reconfigurações do espaço urbano e regional

Esta sessão temática acolheu trabalhos relativos às dimensões espaciais da reestruturação produtiva, à reconfiguração da rede urbana brasileira, à redefinição das relações entre o urbano e o rural e ao papel particular de cidades médias, pólos tecnológicos e assentamentos de reforma agrária nas dinâmicas espaciais. A reestruturação produtiva internacional foi observada em seus impactos sobre as economias regionais, tais como expressos em deseconomias de aglomeração,

reversão de polarizações, desconcentração ou reconcentração de atividades. Nos processos de redistribuição espacial do emprego industrial foram observadas áreas com fracas tradições industriais e baixo poder sindical, sendo incorporadas aos padrões do trabalho flexível, próprios dos novos sistemas produtivos. A rede urbana foi caracterizada por sua crescente complexidade funcional, articulação interna e criação contínua de núcleos urbanos. A existência de pólos tecnológicos do chamado urbano moderno não-metropolitano teria apresentado, em particular, efeitos positivos sobre o desempenho local dos serviços especializados, sem, porém, assegurar mudanças de posição nas hierarquias da rede urbana.

Constatados o alargamento dos conteúdos sociais e econômicos do espaço rural, com a pluriatividade na agricultura familiar, assim como os encadeamentos produtivos e as dinâmicas demográficas que ligam as áreas rurais aos processos urbanos, discutiu-se as redefinições do rural, do urbano e do suburbano com suas implicações para a dinâmica tributária. A transformação de assentamentos de reforma agrária em pequenas cidades sugere, em particular, novas questões relativas à centralidade do assentamento na organização do espaço, ao papel da política no tratamento dos conflitos territoriais e às possibilidades de se inventar cidades menos desiguais.

Ênfase investigativa foi observada nas contradições geradas pelo processo de "modernização conservadora" responsável pela difusão de unidades produtivas modernas em todas as regiões produtivas do país nas últimas décadas. Requisitos de localização, externalidades locais e regionais são condicionantes cuja ação foi reafirmada. Outros requisitos perderam força e novas interdependências setoriais e territoriais reconfiguraram, assim, fluxos de mercadorias e redes de poder. Mas, por vezes, modelos de análises concebidos para situações passadas parecem dificultar a apreensão do movimento do real, levando a resultados inesperadamente redundantes[8] O recurso a teorias neo-schumpeterianas e do desenvolvimento endógeno vislumbra processos de reestruturação produtiva que operam por adaptação contínua às novas exigências da acumulação. Muitos ressaltam, nestas perspectivas teóricas, o papel da combinação de agentes territorializados na acumulação de diferenciais capazes de engendrar processos virtuosos de desenvolvimento. Outros apontarão os limites sistêmicos impostos às estruturas auto-organizativas localizadas que, apesar de poderem levar prosperidade a áreas determinadas, promovem novos padrões de integração produtiva sem lograr, de fato, fortalecer economias locais e regionais[9].

A análise do papel da infra-estrutura telemática para a organização das redes urbanas aponta para a emergência de uma hierarquia no conjunto de grandes cidades nacionais e no próprio sistema de cidades mundiais. Cresce o distanciamento entre os nós das redes e o conjunto das aglomerações urbanas; desestabilizam-se os antigos mecanismos de manutenção da coesão social nas cidades; emerge o risco de um novo tipo de exclusão social pela informatização.

(8) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão. Permanências e transformações na configuração do espaço urbano e regional brasileiro. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro, *Anais*. RJ, 2001, p. 259.

(9) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão, op. cit., p. 260.

Também os grandes projetos têm seus efeitos espaciais associados ao caráter da inserção dos empreendimentos nos circuitos nacionais ou globais de acumulação, seja enquanto plataformas territoriais seja enquanto semi-enclaves incapazes de promover efeitos de encadeamento[10].

A problemática urbana, associada à escala da aglomeração, é retomada na perspectiva da superação da sobrecarga de funções por cidades médias que reforçam sua centralidade em áreas circundantes ou que apresentam maior complexidade funcional, engendrando padrões urbanos formados por múltiplos circuitos não vinculados a seus *hinterlands*. O novo padrão migratório baseado em movimentos de curta distância também aciona a problemática das escalas, destacando o papel das cidades de porte médio. Mas esta temática aparece também na perspectiva da construção de imagens de marca pelas quais as cidades médias passam a competir, na perspectiva de captar fluxos turísticos ou de recursos em geral[11]

Novas espacialidades emergem associadas às transformações do campo – vinculadas às estratégias específicas de atores sociais como o movimento dos sem-terra ou ao surgimento de um conjunto de empregos em atividades rurais não-agrícolas. Novas questões espaciais surgem em associação a novas institucionalidades ou problemas renovados que se apresentam à gestão pública – sejam relativos às possibilidades abertas pelos consórcios intermunicipais, seja ao renovado interesse pelo zoneamento acionado para o enfrentamento das ocupações em áreas de mananciais[12]

(10) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão, op. cit. p. 260.
(11) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão, op. cit. p. 260-261.
(12) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão, op. cit. p. 261.

Cidade e urbanismo: História, forma e projeto

Nesta sessão temática, buscou-se recolher as possíveis contribuições de uma economia política do espaço ao trabalho histórico, explorando-se as diferentes possibilidades historiográficas das chamadas cidade-questão, cidade-memória e cidade-documento. Reviu-se o papel dos projetos de povoamento, colonização e fornecimento de trabalho livre no surgimento de nucleações urbanas. Mas se discutiu também o modo como a separação entre circuitos de produção e consumo, próprio às economias agroexportadoras, limitou, no urbanismo, a aplicação de racionalidades e funcionalidades produtivas ao espaço urbano. A exploração das interfaces entre estudos urbanos e estudos culturais permitiu, por sua vez, rever a história da entrada de certas cidades no circuito comercial do turismo: cidades hoje tornadas intercambiáveis por suas representações históricas, mesclando o exótico, o pitoresco e o sentimental, serviram de laboratórios aos exercícios contemporâneos do planejamento estratégico, tendo na busca de identidades locais o mecanismo de inserção no mundo globalizado.

A história das cidades, a arquitetura e o urbanismo foram pensados, assim, não só sob a perspectiva de uma gramática de formas ou estilos, mas também sob a própria institucionalização dessas formas no horizonte cultural e social. Um

primeiro grupo de questões referiu-se às relações entre a modernização econômica, política e social e a modernização urbana. Trata também das possibilidades e limites do urbanismo na construção da "cidade do bem e da justiça" As características da modernização excludente marcariam os limites para o pleno desenvolvimento do urbanismo no Brasil, tornando problemática a efetiva aplicação de muitos dos princípios na base das reformas urbanísticas do Hemisfério Norte, como a política habitacional e fundiária, a regulação do processo imobiliário e a integração das classes trabalhadoras a novos patamares de vida urbana. Estudos de caso pretenderam mostrar que muitas iniciativas de modernização urbana ao longo do século 20 contribuíram para a consolidação dos espaços segregados, já que diversos planos urbanísticos e planos diretores elaborados para a cidade viram-se incapazes de modificar o caráter segregacionista e as conseqüências danosas ao meio ambiente causadas pela urbanização[13]

Outros trabalhos discutiram a constituição de um pensamento e de uma prática urbanística política e socialmente compromissada, que buscou introduzir novos conceitos e novas propostas para a cidade, buscando aliar o enfoque científico da economia política à doutrina social da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, manter, diante de um entendimento "técnico" do urbanismo, uma expectativa de transformação social pelo trabalho profissional. Mostrou-se também como o debate centrado nas questões das disparidades regionais, do subdesenvolvimento e das reformas sociais, característico dos anos 50, adentrou a área do planejamento e como movimentos como economia e humanismo foram vistos como uma resposta possível às desigualdades sociais. Configurou-se intensa transformação na cultura profissional de arquitetos e urbanistas, vindo a concepção de planejamento substituir a de desenho. Dentro desta perspectiva, "bem comum" "harmonia" "integração" "equilíbrio" "desenvolvimento" e busca de melhores "condições de vida humana" passaram a marcar a representação de cidade no campo do planejamento, tensionando às noções de embelezamento, higiene, salubridade e monumentalidade, dominante nos ciclos liberais e de reforma das cidades no urbanismo do fim do século 19 e das primeiras décadas do século 20[14].

Certos temas em discussão referiram-se aos mecanismos de constituição do conhecimento na área do urbanismo e ao desenvolvimento de experiências regionais. Vários trabalhos discutiram os mecanismos de troca e circulação de idéias na formação de uma cultura urbanística. Um esforço foi feito no sentido de distinguir, dentre esses mecanismos, a simples "influência" das "transferências e traduções" – processo de transmissão e assimilação de conhecimentos pela forma seletiva, agregando referências de origem e significados muito diferentes – e das "ressonâncias" – trocas de experiências em que todos os profissionais envolvidos modificar-se-iam por meio desses contatos[15].

(13) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira. Cidade e urbanismo: História, forma e projeto. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais.* RJ, 2001, p. 548.
(14) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 548.
(15) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira , op. cit. p. 548.

Na perspectiva das trocas internas e da sistematização de dados sobre a constituição disciplinar no Brasil, algumas contribuições ressaltaram momentos da constituição de uma cultura de área por meio de experiências regionais, sobretudo por ocasião da construção de cidades novas e da conversão de núcleos fabris em "cidades" Um aspecto ainda relativamente pouco estudado na historiografia refere-se ao momento em que o plano de urbanismo cede espaço ao planejamento em larga escala como forma dominante de intervenção urbana, a partir de políticas, programas e agências de âmbito federal durante os anos 70.

Um segundo grupo de questões refere-se à forma urbana, discutida sob perspectivas diversas. O uso da quadrícula pela história é analisado para se mostrar como uma mesma forma urbana pode assumir significados diferentes em contextos sociais e temporais diferentes. Na história das cidades latino-americanas, a questão da quadrícula é entendida ora como reveladora de um sentido de planejamento territorial ora como um sinônimo de racionalidade. Faz-se oportuna a crítica ao peso, por vezes excessivo, dado às estruturas materiais em detrimento dos seus usos e funções mutáveis no tempo ou do modo de percepção das mesmas. No caso brasileiro, mostra-se a utilização freqüente da malha xadrez no processo histórico pós-independência, marcado pela consolidação do Estado nacional e pela emergência de uma nova legislação de terras. Adquirindo valor de troca, a terra passa a exigir rigor e precisão quanto à sua titularidade, dimensões e divisas, ocasião em que topógrafos e agrimensores se tornam responsáveis por planos de novas cidades ou novos bairros e loteamentos[16]

A discussão da relação entre monumento e forma urbana, por sua vez, permitiu desconstruir certos pressupostos sobre os quais se assenta a própria cultura moderna, particularmente os relacionados à primazia conferida ao olhar como instrumento de conhecimento sobre os demais sentidos, instituindo, em conseqüência, pelo menos desde o século 17 dois temas correlatos e de igual importância para a história das cidades. O primeiro diz respeito à importância atribuída aos "monumentos construídos" como "lugares de memória" privilegiados nas cidades. O segundo tema, decorrente desta capacidade dos objetos construídos "falarem aos olhos" é o da "imagem das cidades" A discussão da própria e indissociável relação entre arquitetura e espaço público coloca em relevo as articulações entre desenho da cidade e forma arquitetônica. Essa preocupação esteve presente em um bom número de obras do movimento moderno. Na perspectiva de construção de uma síntaxe espacial que articule a pluralidade de funções, desejável nas cidades com sua forma e seu projeto, procurou-se tecer um paralelismo metodológico entre crítica e projeto, capaz de servir tanto à análise de situações urbanas existentes quanto às novas proposições formais para as cidades concebidas por arquitetos e urbanistas[17]

O ideário urbanístico contemporâneo hegemônico e, em particular, o lugar que nele desempenham as ações que mobilizam a esfera da cultura, motivaram

(16) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 549.
(17) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 550.

um certo número de trabalhos. Discutiu-se as mudanças recentes no conceito de cultura e de cidade e como a cultura se torna peça fundamental nas estratégias urbanas dentro do processo de globalização. Uma síntese dos pressupostos e estratégias urbanísticas contemporâneos procura evidenciar como eles respondem aos termos da chamada pós-modernidade e como a inserção no processo de globalização de uma periferia subordinada interfere na concretização local de um "ideário urbanístico importado"[18].

O terceiro grupo de discussões remete-nos à história dos processos de urbanização e à história da modernização no Brasil, aprofundando os conhecimentos sobre aspectos do Brasil urbano no período colonial e imperial. Foi problematizada, em particular, a própria multiplicação de trabalhos de "história urbana" "história das cidades" ou "história da urbanização", sem que se esclareçam as divergências, convergências e deslocamentos de significados destas expressões. Um tal trabalho de ordem teórica, conceitual e epistemológica far-se-ia necessário para que se possa melhor articular os resultados já alcançados. Teses consagradas, seja quanto à submissão da economia rural, à economia urbana no período colonial, seja quanto são contestadas por propostas de reversão na dicotomia cidade/campo sob a hipótese de que, em certos casos, "a cidade produz o campo" No período colonial, qual entendimento poderíamos fazer dos lugares do "urbano" e do "rural"? No caso brasileiro desde o século 16, em um território sequer inteiramente reconhecido e demarcado, a idéia e a memória de uma experiência citadina, de modo geral, mas também o planejamento, inclusive, da função desejável que a cidade viesse a desempenhar freqüentemente, parece ter prevalecido sobre a sua materialização enquanto forma.

Finalmente, os ideais, representações e percepções da cidade constituem o quarto grupo de discussões apresentadas. Evidencia-se aqui a mesma preocupação de sublinhar a dimensão do imaginário e do imaginado na construção física e imaterial da cidade[19]

(18) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 550.
(19) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 550-551.

Sociabilidade urbana: conflitos sociais e território

Quatro grandes temáticas foram discutidas nesta sessão: as contradições do espaço público em contexto de priorização das lógicas privatistas, o papel da cultura na produção do espaço e da imagem das cidades, o impacto do Estado na divisão social do espaço e as dimensões sociais da circulação territorial.

A lógica cultural é apontada como pilar das economias urbanas contemporâneas, criando imagens capazes de prometer a inserção no mercado mundial. Os eventos culturais se inserem, assim, nos procedimentos de busca de eficiência mercadológica pelas autoridades municipais. "Fazedores de festa" criadores de hiper-realidade, com todos os recursos da tecnologia da imagem, produzem simulacros que se articulam, geralmente, com a reprodução do poder das oligarquias locais. Os usos e formas atuais de apropriação do espaço podem,

porém, favorecer a geração de um discurso crítico, capaz de subverter a ordem imposta pelo desenho dos espaços reformulados. Neste sentido, a consideração da territorialidade urbana dos diferentes grupos sociais, que se expressam, em particular, em eventos como o Carnaval, permite observar a requalificação do espaço, com a exploração de diversas histórias de realização possível para as cidades. Para tanto, importa o modo como as relações sociais históricas condicionam os laços identitários dos diferentes grupos sociais com o lugar.

Foram problematizados os impactos que o relato dos meios de comunicação sobre eventos violentos têm sobre o reconhecimento social da imagem da cidade, mostrando-se que a capacidade de transformação de uma "cidade maravilhosa" em "cidade perigosa" evidencia mecanismos pelos quais políticas de segurança são legitimadas e valorizadas em detrimento de políticas de educação, saúde e saneamento, por exemplo. Na análise das percepções sociais da moradia discutiu-se, por sua vez, o significado do conforto, da intimidade e da privacidade nas populações de baixa renda. Pode observar-se, assim, como as representações sociais dos ideais burgueses recontextualizam a casa própria, possibilitando transformar em objeto de reivindicação aquilo que a tais populações é negado.

O espaço público foi tratado do ponto de vista das formas de sociabilidade que favorecem as trocas simbólicas entre diferentes. O apontado esvaziamento deste espaço por carência de políticas públicas não teria impedido que a população o reconstituísse como *locus* privilegiado do encontro, comunicação e visibilização sociais. Foram estudados, desse modo, alguns processos históricos pelos quais a esfera pública se tornou permeável às reivindicações urbanas, e como os projetos de integração da sociedade moderna deram lugar à constituição de sujeitos políticos voltados à mediação das demandas com o poder público.

Os trabalhos que discutem a divisão social do espaço destacaram o modo pelo qual a concentração de renda e a desigualdade social condicionam a coexistência de espaços urbanos legais e ilegais, sendo as áreas desvalorizadas, de risco ou de preservação ambiental, ocupadas por populações de menor renda. Análises da dinâmica demográfica e locacional permitiram a elaboração de tipologias de padrões de transformação da divisão social de espaços metropolitanos do ponto de vista do perfil médio das categorias socioocupacionais predominantes, evidenciando ordens socioespaciais organizadas pelo mercado imobiliário, cujos interesses tendem a prevalecer na disputa pelos investimentos urbanos. A privatização dos espaços públicos e o confinamento da vida social de certos grupos aos condomínios e aos shopping centers são apontados como fatores do desenvolvimento de estratégias de "controle do crescimento" e de "territorialidades defensivas" que têm por base preceitos de "segurança"

Estudos de segregação socioespacial discutiram o menor grau de heterogeneidade interna social nas favelas, mostrando que persistem diferenças entre brancos e negros no que diz respeito à renda e à escolaridade. Um

processo de relativo "branqueamento" das favelas estaria sendo acompanhado do progressivo deslocamento dos negros para áreas periféricas.

O papel do Estado na divisão social do espaço foi, em particular, evidenciado pela caracterização dos impactos distributivos das políticas municipais de investimentos. Exercícios de correlação entre perfil político dos governos e as prioridades locacionais do investimento público, e de caracterização da evolução temporal dos investimentos, em correlação com o padrão de mobilização coletiva, permitiram mostrar como a "seletividade hierárquica das políticas" impede que os investimentos nas periferias resulte em reversão da segregação social no espaço.

Ordenar, recompor, remontar à estrutura das cidades são dimensões discutidas em um exercício classificatório dos traços respectivos do planejamento tecnocrático e do participativo. Foram também apresentados instrumentos de apoio ao planejamento por meio de abordagens sistêmicas apoiadas em simulação estatística do crescimento de uma cidade, eliminando-se hipoteticamente as restrições advindas da preexistência do sítio urbano, bem como aquelas relativas a legislações e incentivos de localização. Procurou-se evidenciar, assim, as microrrelações interativas que, estima-se, dariam forma às macroestruturas espaciais de sistemas que se pretendem complexos e auto-organizados.

Uma sociologia da mobilidade territorial foi acionada, por sua vez, para discutir efeitos espaciais de curta distância associados à dinâmica do emprego. Foram também levantadas as relações entre a crise da mobilidade urbana e a emergência das formas do chamado "transporte informal" Como se estabeleceria a legitimidade entre os agentes da circulação e do transporte na cidade? A observação sugere que o debate "regulação *versus* desregulação" constituiria uma falsa questão. Os transportes ditos "alternativos" estariam vinculados antes ao que se chamou de "involução metropolitana" associada aos avanços da modernização. Nesta ótica, a luta urbana por acessibilidade ultrapassaria os limites do próprio discurso dos agentes, problematizando a disputa substantiva pelo direito à cidade.

Novas instituições e territorialidades sociais motivadas pela questão ambiental

A reflexão teórica sobre a própria trajetória deste campo de investigação, presente em alguns trabalhos, em especial envolvendo conceitos como sustentabilidade ambiental e urbana, participação, cultura ou ética, procura caracterizar a problemática ambiental em sua interface com as questões urbanas e regionais. Grande importância foi atribuída à análise das estratégias de participação de grupos sociais atingidos por grandes empreendimentos nos processos de transformação do espaço e na conformação de novas territorialidades, sejam eles pólos industriais em áreas urbanas, incorporações

imobiliárias de porte ou projetos de ampliação da infra-estrutura produtiva com uso intensivo de recursos naturais. Foram discutidas as diferentes formas de regulação dos usos da base material do desenvolvimento, ganhando relevo a reflexão sobre as novas institucionalidades motivadas pela regulação ambiental, como os comitês gestores de bacias hidrográficas nos diversos conselhos setoriais municipais/regionais e outras instâncias que catalisam interesses em conflito[20].

Pode-se identificar nos instrumentos de planejamento e gestão socioambiental, como os EIA-RIMA e os Relatórios de Impacto Urbano, processos a partir dos quais os diversos grupos sociais se organizam e passam progressivamente a se reconhecer como sujeitos ativos. Em muitas situações, a constituição desses sujeitos sociais traz à tona práticas socioespaciais e econômicas situadas à margem dos circuitos econômicos e políticos hegemônicos. Tais diferenças podem evoluir tanto para situações mais acirradas de conflito quanto para o reconhecimento da alteridade e subseqüente estabelecimento de pactos em torno dos objetos de conflito. Neste tipo de abordagem, a análise dos diferentes discursos, das lógicas que os norteiam, bem como o entendimento da posição relativa dos diferentes agentes e das relações de poder que entre eles se estabelecem, constitui elemento central para a compreensão do processo e para as alternativas de ação possíveis[21].

No caso da criação de áreas especiais, como as reservas extrativistas, fica patente o conflito em torno do estabelecimento de limites territoriais e manutenção de modos de vida tradicionais de um lado e, de outro lado, a permanente tendência a submeter a totalidade do espaço à lógica da acumulação. O Estado é uma instância sempre presente, por suas ações regulatórias ou por meio de políticas setoriais. As ONGs e movimentos sociais organizados em torno das questões socioambientais vêm adquirindo um crescente protagonismo neste cenário, possibilitando a construção de práticas sociais transformadoras. As lutas socioambientais reafirmam a importância de se estabelecer os interesses políticos e econômicos que sustentam e reproduzem práticas ambientalmente predatórias, associando-as a movimentos mais gerais de apropriação da natureza para a reprodução ampliada do capital. A perspectiva dos interesses difusos observada por alguns trabalhos justifica a possibilidade de construção de alianças entre diferentes setores da sociedade em torno de projetos comuns fundados na noção de patrimônio ambiental[22].

Seja via demarcação de territórios, seja via percepções de pertencimento a determinados lugares ou modos de vida associados a ambientes específicos, as dimensões cultural e identitária se incorporam à construção do que se poderia identificar como um campo do conhecimento socioambiental articulado a processos de produção do espaço em escalas geográficas múltiplas. Do ponto de vista dos processos de transformação do espaço urbano são duas as questões-síntese: a caracterização dos conflitos de uso e ocupação do espaço e a

(20) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, Novas instituições e territorialidades sociais motivadas pela questão ambiental. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. RJ, 2001, p. 1075.
(21) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, op. cit. p. 1076.
(22) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, op. cit. p. 1076.

proposição de intervenções na gestão urbano-ambiental. Na primeira temática, destacar-se-iam desde estudos sobre a maior ou menor adequação da ocupação urbana às características físicas e morfológicas do espaço e suas implicações em termos de qualidade ambiental, até aqueles que retratam o conflito implícito nos processos de ocupação irregular do solo urbano sobre a expansão urbana em áreas de proteção ambiental. Na segunda temática, tenta-se o estabelecimento de zoneamentos especiais e suas respectivas instâncias de gestão, instaurando-se fóruns de negociação de interesses e instrumentos de preservação do patrimônio cultural/ambiental, muitas vezes associados a formas compartilhadas de gestão do espaço urbano e regional; ou ainda programas/projetos que incorporam a noção de sustentabilidade. São centrais aqui os mecanismos de controle social das políticas, questionando-se as condições nas quais se dá o exercício do poder[23].

Observou-se que os trabalhos se afastaram do caráter normativo, da busca dos modelos e da reprodução de práticas bem-sucedidas que perpassou, em outros momentos, o debate ambiental. Define-se agora como objeto de reflexão, em prioridade, as práticas socioambientais concretas e circunstanciadas, explicitando a ação dos diferentes atores, campos de interesse e de poder. Com o recurso crescente a subsídios da ciência política, da antropologia, da economia, vai se delineando uma ecologia política do espaço urbano e regional, calcada na discussão dos limites e possibilidades de construção de práticas sociais transformadoras, bem como de formas de intervenção éticas e democráticas[24].

(23) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, op. cit. p. 1077.
(24) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, op. cit. p. 1077.

Estruturação intra-urbana, política fundiária e a questão da moradia

Os trabalhos selecionados identificaram como dimensões da estruturação intra-urbana (i) a produção e a alocação de espaço, tanto pela via do mercado como fora dele; (ii) a qualificação da demanda, por meio da dinâmica populacional (crescimento demográfico, migração, mobilidade residencial, etc.); (iii) os condicionantes da oferta: a estrutura fundiária, a variabilidade dos preços imobiliários, as ações regulatórias de natureza urbanística, tributária e fiscal e a oferta de infra-estrutura urbana. A sessão temática se organizou segundo três eixos temáticos: dinâmica imobiliária; migração intra-urbana e mobilidade residencial; e produção e financiamento do ambiente construído e da habitação.

Os trabalhos sobre dinâmica imobiliária procuraram identificar as transformações espaço-temporais (i) nos padrões de uso e ocupação do solo; (ii) na distribuição espacial dos diferentes estratos da população urbana; e (iii) no papel dos agentes – públicos, privados e institucionais – responsáveis por estas transformações. Essas transformações puderam ser identificadas por meio dos movimentos de mercado, em transações imobiliárias que envolvem uma parcela significativa do estoque de terrenos, casas, apartamentos, lojas, salas, etc., bem como novos lançamentos imobiliários. O mercado imobiliário aparece como um

espelho dos padrões e processos de estruturação interna das cidades, na medida que é, simultaneamente, determinante e determinado por um intenso movimento de capitais e agentes[25]

As transformações na estrutura urbana não são captadas, porém, exclusivamente pelo mercado. A cidade informal aponta para outra direção. No interior dessa cidade informal encontrar-se-á também um "mercado imobiliário" com características e lógicas peculiares que começam a ser melhor entendidas. Destaques são feitos para o setor público e para o capital incorporador, como agentes importantes no processo de estruturação intra-urbana. O primeiro, por ser detentor das competências normativas e regulatórias do uso e ocupação do solo e da provisão da infra-estrutura urbana básica; o segundo, por operar a mudança no uso do solo, por meio de articulações com o setor público, via legislação urbanística e/ou da oferta de infra-estrutura urbana. Ressalte-se também questões relativas à formação dos preços, valorizações imobiliárias e seu determinante principal, a apropriação privada de externalidades positivas resultantes de decisões e ações públicas e privadas no meio urbano. Dominantes até duas décadas atrás, as teorias econômicas das rendas fundiárias mostram-se a este respeito por demais generalizantes para conseguir captar o interior dos processos geradores dos perfis de preços e acessibilidades, criados por essas ações e decisões[26]

Os trabalhos sobre migração intra-urbana e mobilidade residencial evidenciaram que a mobilidade residencial envolve o acesso a regras jurídicas e institucionais ou até mesmo mecanismos informais que regem os processos de produção e alocação de terra e moradia aos diversos segmentos da população. É visível o desafio de compreender esse processo por suas variáveis geradoras e articulações internas, cabendo registrar que entre os mecanismos que vêm reconfigurando o mosaico social e espacial urbano observou-se a busca de atributos de vizinhança e uma crescente forma de constituição domiciliar – o domicílio unipessoal – que vem despertando o interesse da oferta imobiliária[27]

O eixo temático sobre a produção e o financiamento do ambiente construído e da habitação mostrou-se relacionado mais diretamente aos projetos, programas, políticas e ações dos diversos agentes produtores do espaço. Os estudos vêm apontando para a intensificação dos processos de segregação e exclusão socioespaciais, advindos, sobretudo, da ampliação da cidade informal, dos entraves e impasses na questão fundiária e na legalidade urbanística, bem como do recuo e/ou redirecionamento das políticas habitacionais de interesse social. Esses processos estão confrontados à crescente privatização da infra-estrutura e dos serviços urbanos e aos investimentos em projetos urbanos de grande porte, estes implantados, sobretudo, na chamada cidade formal e na sua área de expansão, aprofundando, assim, o contraste social materializado no ambiente construído das cidades brasileiras na atualidade[28].

(25) cf. R. Farret – A. Gordilho. *Estruturação intra-urbana, política fundiária e a questão da moradia*. p. 1366.
(26) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1367.
(27) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1367.
(28) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1368.

As contribuições para esse eixo temático apresentaram três abordagens principais: os impactos normativos e de grandes projetos na produção do espaço, financiamento habitacional, e políticas, programas e intervenções no espaço urbano. Uma abordagem jurídica das desapropriações de terras por interesse social mostrou os impasses que as supervalorizações precatoriais representam para a implementação de políticas sociais. Outros trabalhos apontaram a limitada eficácia social da legislação urbanística e os problemas de sua efetiva viabilização no contexto brasileiro. Em relação ao financiamento habitacional, alguns trabalhos apontam o incremento do número das cooperativas autofinanciadas por meio de planos efetivados nos últimos cinco anos e as novas formas de gerenciamento nessa modalidade de provisão habitacional. Outros discutem os requisitos para o desenvolvimento da securização e do mercado de títulos imobiliários e a eficácia do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), implantado no Brasil, em 1997[29].

Na discussão sobre políticas, programas e intervenções no espaço urbano, a ênfase se situou na temática da habitação. Analisou-se a questão da ociosidade e esvaziamento dos centros e as possibilidades de recuperação e reocupação desses espaços construídos para efeito de moradia. Uma abordagem comparativa entre nove casos no Brasil apontou para as limitações das políticas habitacionais baseadas exclusivamente na regularização de assentamentos ilegais. A discussão da terceirização de projetos em programas de urbanização de favelas foi levantada, em uma visão comparativa da gestão de grandes projetos de implantação recente. A questão da regulação urbanística é discutida no caso curitibano, analisando-se os procedimentos e instrumentos mobilizados no gerenciamento do espaço e da população, trazendo uma valiosa reflexão teórica sobre o significado e a extensão do seu "êxito" e sua construção no jogo entre saber e poder[30]

(29) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1369.
(30) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1369.
(31) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa. Tecnologia, novas linguagens e processos espaciais. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. RJ, 2001, p. 1649

Tecnologia, novas linguagens e processos espaciais

Os temas centrais desta sessão foram desdobrados em quatro subtemas. O impacto das novas tecnologias da informação foi abordado tanto do ponto de vista das possibilidades que parecem abrir para o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade e de organização da vida urbana quanto sob o ângulo das conseqüências geoeconômicas da reestruturação produtiva. O tema dos instrumentos analíticos e conceituais necessários para a compreensão dos processos em curso no espaço urbano e regional dividiu-se em dois subtemas: um focalizando a questão das representações urbanas, dos novos valores culturais e ambientais e outro dedicado às metodologias de avaliação e modelagem[31].

No primeiro subtema, um debate teórico sobre a sociedade da informação contrapôs as epistemologias do espaço de soja às contribuições de Lefèbvre sobre o mesmo tema. A categoria do ciberespaço apresentou-se como um espaço de

representação, para onde convergem práticas reais e ficção. Um ensaio sobre o impacto das novas tecnologias da informação na vida urbana sustentou que novas tecnologias provocam mudanças nas relações espaciais que sugerem uma virtualização do espaço, enquanto, simultaneamente, observa-se uma tendência inversa de valorização do espaço em sua materialidade físico-geográfica. Da mesma forma, instaura-se uma divisão entre os que têm e os que não têm acesso às novas tecnologias. A apropriação e o uso das tecnologias de informação como ferramentas de fortalecimento da sociedade civil foram sustentados a partir de uma pesquisa sobre redes eletrônicas comunitárias. Partindo das figuras psicológicas implicadas com as novas tecnologias ("o indivíduo perdido" a "angústia do cidadão"), especulou-se também, de forma normativa, sobre as características de uma educação pela qual o domínio criativo da ferramenta tecnológica conduziria a formas de aprendizagem capazes de quebrar a estrutura hierárquica da educação tradicional[32]

No segundo subtema discutiu-se o "fim dos territórios" e o avanço dos processos de desterritorialização. Um rigoroso trabalho conceitual, ao criticar a confusão entre território e espaço geográfico, examinou as várias leituras do conceito de desterritorialização, desdobrando-as em suas vertentes e implicações, para concluir que o conceito é relativo e apresenta-se vinculado a determinadas escalas. Assim, o que em um nível pode ser visto como desterritorialização poderia, em outro, ser visto como reterritorialização. Foram examinadas também as novas formas de desterritorialização, mostrando-se como elas podem ser entendidas como expressões de uma multiterritorialidade. Os conceitos em emergência identificados, neste caso, são os de diáspora e de "globalização" relacionados aos novos processos migratórios, sugerindo que o mundo não se estaria desterritorializando ou desespacializando, mas ao contrário, convivendo com uma maior densidade de controles político-espaciais complexos[33]

Estudos que introduzem novos instrumentos de análise regional, oriundos da convergência entre economia regional e economia da inovação, discutem, em uma perspectiva neo-schumpeteriana, em que medida a RM de São Paulo estaria se configurando como o espaço propício à difusão de inovações ao concentrar as empresas de maior porte. A partir de indicadores de especialização regional, e também, a partir de indicadores de especialização setorial são discutidos os efeitos regionais da reestruturação produtiva e seus impactos nessas mudanças na espacialidade do trabalho no Brasil, concluindo-se que as repercussões regionais sobre a espacialidade do trabalho não chegaram a configurar novas hierarquias regionais, como teria ocorrido nos países mais desenvolvidos[34].

Os trabalhos do terceiro subtema, sobre representações urbanas, novos valores ambientais e culturais, apresentaram enfoques bastante diversos, considerando os usuários da cidade, suas percepções, valores e identidades, o modo de ver e dar sentido ao mundo. Tais identidades são vistas ora como

(32) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa. op. cit. p. 1650.
(33) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa. op. cit. p. 1650.
(34) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa, op. cit. p. 1651.

definidas, ora como definidoras de culturas ou subculturas. São analisados também os novos processos de criação, dominação ou superação atuantes na sociedade atual. Um trabalho teórico sobre modernidade e pós-modernidade e a questão das identidades culturais introduziu inquietantes indagações éticas sobre a construção de uma identidade moderna hegemônica, analisando processos e tendências. A noção de cultura é explorada, assim, como a construção de identidades relacionais e a emergência de um subjetivismo acerbado, visto como fruto das novas tecnologias de comunicação. São, desse modo, tecidas advertências quanto ao poder do mercado na determinação e dominação de identidades e no frágil limite entre uma prometida liberdade de comunicação para todos os cidadãos e uma exclusão das mais perversas. O caso do Rio de Janeiro suscita argumentos sobre a construção seletiva de espaços, articulados com diferentes políticas culturais. A recente articulação da promoção cultural com projetos de revitalização de áreas urbanas, diretamente articuladas com a competitividade entre cidades ou o marketing urbano, mostra o papel da "cultura" tanto como elemento de dominação como de participação e instrumento de cidadania. Políticas culturais diferenciadas são analisadas tendo como foco a relação centro-periferia, assim como a ação potencial do poder público, podendo agir tanto na construção e fortalecimento de um "enriquecimento cultural da vida urbana" como da exacerbação de distâncias sociais. Uma pesquisa sobre a "fabricação" de valores culturais sugere que processos de "disneyficação" ou cenarização não estão só associados a interesses econômicos do lugar, como acaba sendo introjetado no cotidiano dos moradores. Designa-se por metaurbanismo a este tipo de produção de lugares que objetiva fugir da realidade presente e intencionalmente criar uma "percepção estimulada"[35]

No quarto subtema, relativo a metodologias de avaliação e modelagem, a importância da informação e discussão das novas metodologias aplicadas ao planejamento urbano levou os organizadores do evento a formatarem uma sessão especial para o tema, no formato de oficina, com relatos de aplicação de diversos instrumentos, como SIG, programas de modelagem e simulação e aplicação de novas tecnologias. Entre os trabalhos sobre utilização ou formulação de metodologias destaca-se o papel da noção de impacto ambiental na análise de projetos de intervenção urbana, o recurso à modelagem gráfica na representação de "estruturas espaciais simples para explicar sistemas mais complexos" o uso das medidas de centralidade no ensino de projeto de cidades. A maior "novidade" desta sessão parece, por fim, ter sido a volta a temas, autores e referenciais teóricos clássicos, que haviam sido relegados a segundo plano, no bojo da chamada "crise dos paradigmas" da década de 80. Conseqüentemente, foi expressivo o número de trabalhos com preocupação teórica e conceitual, alguns dos quais apresentados explicitamente como ensaios teórico-críticos[36]

(35) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa, op. cit. p. 1651.
(36) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa, op. cit. p. 1652.

Considerações finais

Na produção apresentada no IX Encontro Nacional da ANPUR, pode-se perceber, com particular clareza, o esforço de pesquisa como constituído por uma dinâmica coletiva e mutante. Em sua dimensão coletiva, o conhecimento agregado se mostrou maior do que a soma dos esforços individuais de pesquisa. Professores e pesquisadores, já formados ou em formação, interpelaram seus respectivos referenciais teórico-metodológicos e seus modos de fazer dialogar razão e experiência. Em sua dinâmica mutante, as temáticas se reconfiguraram, colocando desafios relativos às diferentes formas de observar e construir teoricamente os objetos. Procurou-se, em suma, evidenciar o espaço como objeto síntese das experiências contemporâneas de racionalização da vida social, pondo em discussão a dinâmica de escalas e os papéis resignificados do Estado, de modo a impedir que os instrumentos do planejamento venham a escapar ao que se pôde até aqui construir como mecanismos do controle democrático da ocupação e uso do território.

Lacunas, dificuldades e problemas podem ser, sem dúvida, assinalados – a fragmentação sem recomposição teórica satisfatória de certas temáticas, por exemplo. Mas sobretudo, destacou-se na reflexão coletiva, por um lado, a recusa em aceitar passivamente a subtração do espaço ao centro do debate democrático brasileiro e, por outro lado, a pretensão a articular legitimamente as esferas do pensamento e da ação sobre o território. Ao discutir os limites e possibilidades da construção de práticas sociais transformadoras, a comunidade científica da área do planejamento urbano e regional pretendeu, por certo, afirmar sua inscrição em uma ética que – ao contrário das tendências hoje predominantes na sociedade brasileira – recusa, ao mesmo tempo, o alheamento em relação ao outro e a irresponsabilidade em relação ao coletivo.

Tendo por tema central "Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço" o IX Encontro Nacional da ANPUR procurou inserir suas discussões em um embate crucial para o futuro do país. Três posturas básicas parecem hoje orientar este debate sobre a ética aplicável ao planejamento. Uma primeira, mais visível nas esferas do poder, promove uma reversão da ética da responsabilidade. Chega-se a justificar o acobertamento de fraudes como ato necessário à preservação do bom nome das instituições públicas, salvaguardando embustes em nome da fé pública. Uma segunda postura investe na retórica da imoralidade como intrínseca à política. Foi um conhecido intelectual da República quem postulou que "o universo da política permite e tolera uma certa imoralidade"[37] Tratava-se aí de internalizar a imoralidade nas estruturas institucionais, de tentar estabilizar politicamente a falta de ética.

Uma terceira postura, porém, reúne os que pretendem fazer da democracia a oportunidade de colocar publicamente em questão os valores. Seus adeptos sabem que estes valores não são dados nem distribuídos estavelmente entre

(37) cf. *O Globo*, 31/04/2001.

pessoas, grupos sociais e instituições. Estão, isto sim, em discussão permanente. Esta é a especificidade da vida na *polis* e este é o processo que motiva, em sua maioria, os planejadores urbanos e regionais em nosso país. A eles hoje preocupa, notadamente, que a retórica do mercado e da competitividade subordine e reduza os princípios da vida democrática. Pois se a cidade é vista como empresa e o cidadão como mero consumidor, a própria democracia vê-se reduzida a um mercado. O projeto democrático, ao contrário, é aquele responsável pela constante remissão à *polis* – espaço ao mesmo tempo múltiplo, porque reflete as perspectivas distintas dos cidadãos, e o mesmo, posto que compartilhado por todos.

O presente texto resulta da reelaboração das análises efetuadas pelos membros da Comissão Científica do IX ENANPUR sobre os trabalhos recebidos para as diferentes áreas temáticas. Este esforço de síntese remete, assim, em pé de página, às fontes primeiras do presente balanço.

Henri Acselrad
Coordenador da Comissão Organizadora do IX Encontro da ANPUR; professor do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq.

Convite para a comemoração dos 100 anos do prédio Vila Penteado e Seminário sobre as novas áreas de concentração do programa de pós-graduação da FAUUSP

Vera Pallamin
Rebeca Scherer

No segundo semestre de 2002 a FAUUSP realizará um seminário sobre as novas áreas de concentração do seu programa de pós-graduação "Estruturas Ambientais Urbanas" concomitantemente à comemoração dos 100 anos do prédio Vila Penteado, onde o curso está instalado.

A Vila Penteado

Construída em 1902, em estilo *art nouveau*, segundo projeto do arquiteto Carlos Ekman, a residência Vila Penteado foi doada à Universidade de São Paulo em 31 de outubro de 1946 por Silvio e Armando Álvares Penteado, filhos do conde Antônio Álvares Leite Penteado, para sediar o curso de arquitetura:

"*o prédio ora doado destina-se à instalação de uma Faculdade de Arquitetura devendo para ele ser transferido o Curso de Arquitetura ora existente na Escola Politécnica de São Paulo. Esta Faculdade passará a denominar-se 'Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo'*" (Escritura de doação, Livro de Notas n. 766, fls. 66v.).

Este processo de doação teve na figura do Prof. Dr. Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello um dos seus mais empenhados protagonistas. Engenheiro formado pela Escola Politécnica em 1913, Anhaia Mello contribuiu para o início do ensino do urbanismo no país, segundo uma diretriz moderna e não-restrita aos moldes da engenharia sanitária até então prevalecente. Foi professor na Escola Politécnica a partir de 1918, e seus esforços no sentido de levar adiante a criação da Faculdade de Arquitetura, em conjunto com seus contatos com a família Penteado, foram decisivos para a efetivação da doação do prédio; assim, dois anos mais tarde, em 1948, foi aprovado o projeto de lei estadual dispondo sobre a criação da FAUUSP

Originalmente, o imóvel da Vila Penteado possuía sua entrada principal pela avenida Higienópolis e fundos para a rua Maranhão, estendendo-se pela quadra até as ruas Sabará e a Itambé. Destinava-se a abrigar duas residências em conjunto, sendo uma a da família do conde e outra a de seu genro, Antônio Prado

Júnior. Pisos em mosaico, vitrais, esculturas, ornamentos em ferro, arabescos, revestimentos em madeira – com detalhes talhados *in loco* – associavam-se a pinturas murais artísticas na ambientação estética da mansão.

As atividades de ensino da FAUUSP foram ali desenvolvidas até 1969, ano em que o curso de graduação passou a ocupar as dependências do Edifício Vilanova Artigas, na Cidade Universitária Armando Sales de Oliveira. A partir de então, ficou estabelecido que as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas no prédio na rua Maranhão teriam a seguinte natureza:

"cursos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo; serviços de biblioteca abertos ao público; conferências, amostras e exposições" (Congregação da FAUUSP, 26 de setembro 1969 – Relato)

A relevância da edificação, considerada como "*um monumento arquitetônico alusivo aos ciclos do café e pré-industrial*" fundamentou o pedido de processo de tombamento do imóvel, encaminhado pelo Prof. Dr. Nestor Goulart, representante da FAUUSP, ao Condephaat, tendo sido aprovado no início de 1977.

" a resolução do Condephaat, favorável ao tombamento da Vila Penteado, vem de encontro ao ponto de vista reiteradamente manifesto por diversos professores desta Faculdade, de que aquele edifício representa o mais importante exemplar ´Art Nouveau´ em São Paulo, sendo indispensável sua preservação. A proposta de tombamento deu ensejo a um longo trabalho de pesquisa, nesta Faculdade, coincidindo com uma publicação, que alicerçou a manifestação daquele Conselho ao decidir pelo tombamento" (Congregação da FAUUSP, 9 de março de 1977).

Aos trabalhos de conservação do imóvel, desenvolvidos continuamente ao longo de todos estes anos, somou-se uma série de atividades específicas de restauro voltadas, inicialmente, para a recuperação de seus ambientes originais (suas pinturas murais).

A Comissão de Patrimônio Cultural da USP – órgão ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão – por meio do seu Programa Integrado de Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural da Universidade, implementou o Programa "Canteiro-Escola" de Restauração de Pinturas Murais, criado e orientado pela professora Regina Tirello.

Na década de 90, segundo Tirello, o "Canteiro" desenvolveu na Vila Penteado um método de prospecção cromática e sondagem arquitetônica de superfície, não-invasiva, que resultou na identificação, classificação, estudos técnicos e estéticos dos murais *art nouveau* originais, até então desconhecidos porque estavam encobertos por sobrepinturas modernas. Entre outras pesquisas, relativas às cores originais do edifício, ao reconhecimento das alterações arquitetônicas havidas e não documentadas – úteis para o desenvolvimento de futuros restauros prediais – foram empreendidos trabalhos de restauração do

saguão principal, da saleta superior, de três módulos do corredor térreo e da sala de jantar.

Outras intervenções têm sido conduzidas no edifício, dentre as quais a recuperação dos espaços da Biblioteca e das estruturas da cobertura, ora em andamento.

As Novas Áreas de Concentração

A partir da década de 70 o prédio da Vila Penteado passou a abrigar o curso de pós-graduação da FAUUSP, e continua a fazê-lo até o presente. O programa aqui instalado denomina-se Estruturas Ambientais Urbanas, nome que coincide com o da área de concentração até o presente, existente no seu interior. O curso de mestrado foi criado em 1971 e a primeira turma foi matriculada em 1973, e o curso de doutorado foi criado em 1980. Foi o primeiro na área instalado na América Latina.

Estes cursos, voltados para a formação de docentes e pesquisadores, constituíram-se como uma única área de concentração. A opção por uma área tão abrangente deveu-se às condições objetivas que naquele momento se colocavam, isto é, à exigência de atender às diferentes necessidades que se verificavam no Brasil, em todas as partes do território, e de onde acorriam alunos com formação muito variada.

Os cursos de mestrado e doutorado então formados apoiaram-se nas pesquisas em andamento na FAUUSP, que se estruturavam a partir de suas especificidades disciplinares e metodológicas nas subáreas de pesquisa de Projeto de Edificações, Planejamento Urbano e Regional, Paisagem e Ambiente, Programação Visual e Comunicação Visual, Desenho Industrial e Projeto do Produto, História da Arquitetura e Teoria da Urbanização, e ainda, Tecnologia da Arquitetura.

O curso de Pós-Graduação da FAUUSP foi desde o início de grande porte, tendência que se mantém até o presente.

Nesse período de quase trinta anos formou em torno de 550 mestres e 308 doutores, cobrindo as questões fundamentais presentes na produção, uso e apropriação do espaço brasileiro e atendendo às especificidades de suas numerosas áreas. O curso conta no presente com 114 professores distribuídos por essas diversas subáreas de pesquisa e atende a 314 alunos de mestrado e a 261 de doutorado. Abre espaço também para alunos especiais, cujo número hoje gira em torno de 450. No presente, o curso oferece em média 50 disciplinas por ano, as quais são procuradas por alunos da FAU, de outras unidades da USP e de outras universidades. Também pós-graduandos do exterior vêm, crescentemente, procurando cursar este programa.

Esta massa de professores e alunos, e o conjunto de trabalhos e metodologias aí desenvolvidos estruturou-se enquanto pesquisas autônomas e

também naquelas organizadas do ponto de vista institucional em 21 laboratórios de pesquisa, três núcleos de pesquisa, seis unidades de prestação de serviços ao ensino e à pesquisa, duas bibliotecas (uma delas instalada no prédio da rua Maranhão e que contém 11.992 livros e 2.128 teses e dissertações) e uma fundação.

A quantidade, a qualidade e o compromisso de centenas de docentes e pesquisadores aí formados permitiu a formação de novos cursos de pós-graduação; primeiro os de mestrado e, bem mais recentemente, de doutorado em outras áreas do país, evidenciando em seus currículos e procedimentos a influência fundamental que a FAU teve em sua criação e conteúdo acadêmico. Esta proliferação de novos cursos, que pode dividir com a FAU a responsabilidade pela criação de quadros que o país exige, permite, agora, que este Programa de Pós-Graduação reestruture suas áreas de concentração em função de características que lhe são mais específicas e às quais agora pode dar total prioridade.

A impressionante qualidade e quantidade de atividades de pesquisa e ensino produzidas pelo corpo docente e pesquisadores da FAUUSP permitiu novas modalidades de agrupamento de temas, de metodologia de trabalho e de disciplinas.

Mantendo a característica fundamental de opção pela abordagem interdisciplinar, no ano de 2001 foi desenvolvida e concluída a primeira etapa de um processo de criação de áreas de concentração em pesquisa, e que deverá estar concluído até 2002, quando a FAU receber os novos ingressantes em seus cursos.

A comemoração dos 100 anos do prédio da Vila Penteado foi a oportunidade escolhida pela FAU para tornar público o novo formato de sua pós-graduação.

Uma das partes do seminário procederá a um balanço do que foi o curso até o presente, do ponto de vista dos temas tratados, questões teóricas e metodológicas que se colocaram, impasses vividos, necessidades que se evidenciaram no ministramento de disciplinas, nas relações com os órgãos de fomento à pesquisa, nas relações entre o corpo docente e discente.

A maior parte do evento, porém, será dedicada à apresentação das novas áreas de concentração do curso, seus fundamentos conceituais, a explicitação de suas linhas de pesquisa e das possibilidades que se abrem para a consolidação e aprofundamento do conhecimento até aqui produzido, bem como todo um conjunto de novos conteúdos que se colocam para a sociedade brasileira e que devem ser abordados em sua dupla condição de universais e particulares.

Assim, serão apresentadas e discutidas neste seminário as oito novas áreas de concentração que passam a compor o Programa de Pós-Graduação da FAUUSP:

1. **Projeto de Arquitetura,** composta de três linhas de pesquisa:
a. Produção de Arquitetura
b. Arquitetura e Cidade
c. Projeto de Arquitetura: Teoria e Método

2. **História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo,** composta das quatro linhas de pesquisa:
a. História e Preservação da Arquitetura no Brasil
b. Teorias e História do Urbanismo, da Urbanização e do Projeto Urbano
c. Teoria e História das Artes
d. Fundamentos Sociais da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização

3. **Tecnologia da Arquitetura,** composta de seis linhas de pesquisa:
a. Eficiência Energética e Ambiental
b. Avaliação Pós-Ocupação (APO) como Metodologia de Projeto
c. Sustentabilidade e Desempenho do Ambiente Construído
d. Qualidade e Desempenho na Construção dos Edifícios
e. Ergonomia Aplicada ao Ambiente Construído
f. Acústica das Edificações

4. **Projeto, Espaço e Cultura,** composta de duas linhas de pesquisa:
a. Projeto, Imaginário e Cultura
b. Espaço, Arte e Cultura

5. **Paisagem e Ambiente,** composta de quatro linhas de pesquisa:
a. História e Teoria
b. Políticas Públicas
c. Projeto e Apropriação
d. Fundamentos Artísticos, Científicos e Tecnológicos

6. **Hábitat,** composta de quatro linhas de pesquisa:
a. Indicadores e Fundamentos Sociais do Hábitat
b. Participação Social e Políticas Públicas na Produção e Gestão do Hábitat
c. Custos da Edificação, Urbanização e Infra-estrutura
d. Questões Fundiárias e Imobiliárias, Moradia Social e Meio Ambiente

7. **Design e Arquitetura,** composta de quatro linhas de pesquisa:
a. Objeto e Arquitetura: Projeto e Produção
b. Linguagem e Projeto
c. Percepção Ambiental, Imagem e Representação Visual
d. Imagem, Arte, Arquitetura e Cidade

8. Planejamento Urbano e Regional, composta de três linhas de pesquisa:
a. Economia, Sociedade e Território
b. Políticas Públicas Urbanas
c. Urbanismo e Planejamento

A discussão coletiva destas questões se configura como uma oportunidade ímpar para nos informarmos sobre uma opção acadêmica, cuja importância vai além dos limites nacionais, mas também, o que é ainda mais relevante, pela oportunidade que assim se cria de discutir questões que estão no cerne mesmo da reflexão sobre o que se espera que seja no presente o ensino e a pesquisa nas áreas da arquitetura e do urbanismo.

Vera Pallamin
Professora do Departamento de Tecnologia da Arquitetura, orientadora credenciada para o curso de pós-graduação.

Rebeca Scherer
Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, orientadora credenciada para o curso de pós-graduação.

INC DA lo Rio dos Bar
TA DO Capital de Vill
ITAR no anno
ERÇA FEIRA 12 DE DE MATT
DE MEI
ERES.
contada da Ill
de
eos Miliciaes Mor. p
ad da Procla-
habitantes da
foi logo pu-
ois sera in-
Gazeta pro-
operarios na
Palacio do
arissimo e
rane—Frei
nes da Sil-
no Joze de
DE CA
ranjeira
de Sul
ERAL
no Ci
V S
maior
Villa
dispo
dita
depoi
antes
Gove
da S
aeze
n unica em
r vor-mos d
Brazileira
la Cidade,

8 | RESENHA



Novos instrumentos de gestão ambiental urbana

RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana C. São Paulo: Edusp, 2001.

Cibele Haddad Taralli

A importância do livro *Novos instrumentos de gestão ambiental urbana* é apresentar uma discussão fundamental e ainda pouco desenvolvida com relação à questão ambiental, e à própria gestão urbana de um modo geral.

De certa maneira as formas utilizadas para a proteção, preservação e o controle ambiental ainda se baseiam, principalmente, no viés sanitarista e tecnológico, motivadas por restrições territoriais de uso e ocupação do solo, e com enfoque muito técnico e pouco político. Os novos instrumentos aqui apresentados introduzem fortemente a questão política na medida em que priorizam a participação de todos os atores no processo de decisão. Esta dimensão que caracteriza os diversos enfoques abordados no livro é considerada como parte de uma visão sistêmica de enfrentamento de problemas de gestão ambiental urbana.

Dentro desta ótica assumida pelo livro, o 1º capítulo, de autoria das organizadoras, discute o significado do conceito de qualidade ambiental urbana. É, na verdade, um ensaio que alerta para as deficiências das principais visões que compõem o conceito de qualidade de vida, buscando mostrar a limitação de visões quantitativas, marcadas por índices e coeficientes, em sua maioria distante das realidades locais e específicas. Reclama a ausência dos elementos subjetivos na formação de um conceito mais realista de qualidade ambiental urbana, que deveria considerar um maior número de variáveis, ainda que muitas delas de difícil mensuração.

O 2º capítulo, desenvolvido por Philippe Alirol, além de retomar o conceito de desenvolvimento sustentável, indica caminhos para a difícil tarefa de engajamento dos indivíduos no processo de gestão ambiental e da importância de uma integração que deve partir da iniciativa individual, para então fortalecer um envolvimento institucional. É

um estudo direcionado em busca de elementos que possam fortalecer os rumos para a implementação eficaz das políticas ambientais pelo comprometimento dos atores envolvidos.

A discussão dos novos instrumentos da gestão ambiental inicia-se a partir do 3º capítulo, com a preocupação de delinear seus limites e alcances dentro do processo de gestão.

Foi dada a Mario Sergio Cortela a tarefa de abrir a discussão sobre a importância da educação como instrumento de mudança social. Neste capítulo apresenta três visões existentes na relação sociedade/escola. A primeira, à qual se refere como "otimismo ingênuo" é aquela que atribui à escola um papel messiânico, em que o professor seria portador de uma vocação na qual, por meio da educação, seria possível resolver as questões de desigualdade social. A segunda visão, que nomeia como "pessimismo ingênuo" apresenta a escola como representante das classes dominantes e, portanto, agente da reprodução do sistema em vigor. A escola teria, então, a função de "fazer a cabeça" dos que a freqüentam. Aponta, no entanto, para o mérito de o educador ser um profissional politicamente comprometido. A terceira visão, chamada de "otimismo crítico" mostra a escola como um local de contradições, que permite o surgimento de inovações em meio ao conservadorismo, levando a mudanças sociais, em que o professor tem um papel político-pedagógico.

Essa discussão se direciona, a partir do 4º capítulo, de autoria de Cássia Palos e Rosilda Mendes, para a educação ambiental pelo uso do sistema de oficina como estratégia pedagógica. O sistema apresentado, na medida em que se constitui em um espaço para reflexão a partir das vivências pessoais – em que a problematização de um tema acontece com base na produção coletiva e crítica – aproxima-se da visão da escola dentro do conceito de otimismo crítico, conforme mencionado por Cortela.

É este trabalho de educação participativa, de troca e de incentivo ao pensamento crítico que está na base do desenvolvimento sustentável. Na seqüência, outros instrumentos de gestão, como a comunicação social, aparecem como dispositivos que amplificam e facilitam este incentivo.

O capítulo sobre comunicação como instrumento do planejamento e da gestão ambiental, desenvolvido por Helena Ribeiro, mostra que a comunicação, além de ser um requisito à informação, abre e democratiza o diálogo, tornando-o acessível e compreensível entre todos os atores envolvidos. Delineia, também, as etapas de um plano de comunicação e da importância dos elementos que o compõe, apontando para a necessidade de definição clara dos objetivos, do público-alvo, das mensagens, dos meios e dos indicadores para avaliação. Ao fazer isto, abre o caminho para a introdução de um conceito, ainda bastante polêmico no âmbito da gestão ambiental, que tenta utilizar princípios de marketing.

O 6º capítulo, portanto, elaborado por Dorinho e Arlindo Ornelas, fala do marketing ambiental. Ressaltando a importância da comunicação por meio da publicidade e propaganda da qual incorporam imagens incríveis, ao mesmo tempo em

que vendem produtos, buscam a conscientização ambiental, o engajamento político e a criação de um sentimento de cidadania, ainda inexistente. O marketing ambiental começa a ser pensado dentro de uma dimensão mais social, como parte de um projeto de comunicação, inserido no processo de educação, assumindo uma atuação coletiva e crítica e ajudando a moldar instrumentos de mudança social.

O capítulo sobre negociação, elaborado por Heliana C. Vargas, por reconhecer o caráter natural das divergências e conflitos entre os indivíduos, e, utilizando-se dos princípios e elementos apontados para os demais instrumentos de gestão ambiental, tenta delinear caminhos para a resolução de impasses por meio da arte da negociação. A valorização desta técnica de resolver divergências é realizada pela comparação com outras que recorrem à lei, à autoridade ou mesmo ao confronto, ou ainda com aquelas, e evitam o enfrentamento do problema. Centraliza a sua atenção sobre os diversos atores envolvidos em situações de disputa com interesses divergentes, ainda que altamente interdependentes. Procura ainda delinear os perfis dos negociadores, enquanto elementos fundamentais para a busca de um acordo, acentuando a importância da credibilidade e da coerência entre discurso e prática.

Como ilustração da importância, da necessidade e da falta de utilização dos novos instrumentos de gestão ambiental urbana, o 8º capítulo de Valério Igor Príncipe Vitorino apresenta o estudo de caso da Cratera de Colônia. Neste local existe um grande assentamento populacional em área de proteção aos mananciais, que se oferece como um claro exemplo de verificação das questões abordadas no decorrer do livro. O capítulo tem como ponto focal as contradições e a desarticulação das políticas públicas, o conflito de interesses, a falta de planejamento sistêmico e de gestão participativa, em uma área de fortes conflitos socioambientais.

Para fechar o livro, mas abrir uma discussão sobre ética ambiental, Helena Ribeiro e Heliana Vargas, as organizadoras, lançam mão, mais uma vez, do estilo ensaístico para levantar dúvidas ao invés de afirmações, levantar questões ao invés de tentar respostas e exprimir preocupações em torno do nosso futuro comum.

Ao falar de ética, retomam a questão qualitativa desenvolvida no capítulo inicial. Colocam em pauta a necessidade de redefinição de princípios, valores e padrões de vida e de consumo de uma sociedade desigual. Ao falar de ética, reclamam por uma revisão do que é certo ou errado e da importância de se abrir mão do individual em prol do coletivo e, portanto, paradoxalmente, abrir mão do subjetivo em busca de uma solução objetiva e comum, de consideração do outro. Como Diria Paul Ricoeur, por elas mesmas citado: *"A política se estabelece na ética: a vontade de um povo de querer viver junto."*

Cibele Haddad Taralli
Professora do Departamento de Projeto da FAUUSP



Arte urbana. são paulo região central (1945-1998) + obras de caráter temporário e permanente.

PALLAMIN, Vera. São Paulo: Editora Annablume, 2000.

Catharina P. Cordeiro dos Santos Lima

Em seu livro *A necessidade da arte*, parafraseando Jean Cocteau, Ernst Fischer inicia sua discussão com um inquietante epigrama: *"A poesia é indispensável. Se eu ao menos soubesse para quê..."*

Trata-se de um trabalho registrado em livro e CD-ROM, fruto da terceira etapa de uma pesquisa mais ampla intitulada "Arte urbana: Paisagem, percepção e projeto" que discutiu o tema, tendo como estudos de caso as cidades de Florença, na Itália, e São Francisco, nos Estados Unidos, cidades que faziam parte do cumprimento do programa de pós-doutorado realizado pela autora.

Em cena, a arte urbana, conceituada no 1º capítulo em uma abordagem que, a um só tempo, aprofunda e abre a discussão para uma perspectiva mais ampla e inclusiva, enriquecida pelas contribuições da sociologia, antropologia e filosofia. A arte que se faz no ambiente urbano, na conotação considerada por esse trabalho, concretiza-se no âmago das práticas sociais, articulando-se com a diversidade das formas de apropriação do espaço público. A abordagem valoriza obras que transcendem a sua recepção como objetos passivos, contemplativos ou que sejam tomadas como ornamentos da cidade; fugindo sabiamente do impulso de enquadrar os trabalhos em categorias estéticas, a discussão converge para a consideração dos papéis da arte no território urbano, visto como "campo de processos sociais" expondo e mediando conflitos e contradições; neste sentido abraça também o proscrito, o clandestino, o residual como formas legítimas de expressão de processos socioculturais.

A arte urbana, como vê a autora, materializa-se na abordagem processual em que sua apropriação criativa (no mais autêntico sentido do latino *colere*, criação, que

origina a palavra cultura) preconiza respostas da percepção que, em um crescente de participação do público, abre espaço para eventuais intervenções, alterações e até destruições, alimentando ciclos de finais não previstos, originalmente, por seus autores. Nessa dinâmica fecunda, vislumbra possibilidades imensas de "construção de relações de alteridade" de transformação da percepção de artistas e "usadores" (e não usuários, conotação mais ligada ao consumo veloz e volátil da arte como mercadoria), rumo a uma retomada responsiva e plena dos espaços livres coletivos urbanos, reabilitando-os.

A condição excepcional de visibilidade dessas manifestações artísticas na paisagem urbana – fora da cena de galerias e de museus – a arte das ruas favorece ainda o exercício de práticas socioculturais mais democráticas, passíveis de influir na construção da cidade. Tendo como palco o território do cotidiano, pode quebrar, em um sentido positivo, nossas estruturas de referência, desconcertar, instigar, questionar e, assim, enriquecer a experiência (também) estético-sensorial do ambiente urbano, podendo ainda conduzir a uma inquietação sobre o significado de temas e conceitos tão pertinentes quanto, infelizmente, desgastados pela sua vulgarização pelos meios de comunicação e pela dinâmica predatória do mercado, tais como democracia, inclusão, pertencimento, territorialidade, identidade...

Na paisagem das cidades, no contemporâneo, sobretudo a das grandes metrópoles, de conteúdos e significados embotados pela experiência repetitiva, mecânica e anestésica do movimento humano concentrado nos traslados e passagens, e pela saturação de imagens e outros estímulos do mercado, a conceituação de arte urbana ventilada por Vera Pallamin traz um frescor e um novo alento às possibilidades de transformação do cotidiano, abre espaço para a utopia e inunda nossos horizontes de motivação e predisposição para contribuir nesse processo.

No 2º capítulo, a autora discute os processos de estetização do espaço urbano em curso. Reiterando sua posição que conclama a uma efetiva participação da sociedade no processo do fazer artístico (sem resvalar em demagogias), ratifica a "noção contemporânea de recepção estética" que consiste na idéia de que "*o significado da obra é gerado no devir de seu processo de fruição e leitura e não depositado nela de antemão, numa plena totalidade*" Neste sentido, no primeiro bloco do capítulo em questão, dedica-se à identificação, no contemporâneo dos movimentos na contramão de um processo legítimo de apropriação, discutindo a "cultura como empreendimento" alertando para a lógica perversa do mercado que é capaz de absorver quaisquer intenções e ideais e devolvê-los em uma versão palatável, em uma embalagem atraente. *"Na mercadificação da cultura acentuada nesse processo..."* em que até o clandestino, o marginal pode ser glamourizado e vendido, *"... a alteridade é vista como fonte de vantagens e é apropriada com desfaçatez lucrativa: torna-se também mercadoria"* Nesse processo estéril e obscuro de estetização, esvaziam-se práticas sociais mais conseqüentes, comprometendo as oportunidades de ingerência do público sobre os seus espaços,

seus destinos. Adverte ainda a autora, nesse capítulo, para o cuidado na apreciação de projetos elitizantes de promoção da cultura ligados a processos de gentrificação urbana.

Na última parte do seu livro, Vera Pallamin recupera a importância de um pensar estético, longe das frivolidades ensejadas pelo mercantilismo cultural, a perpassar não apenas instâncias sociais, mas também as esferas várias do conhecimento.Trata-se de uma prospecção mais profunda que reconhece o estético, como argumenta Welsch, citado no texto, como pertencente *"... à camada fundamental do conhecimento e da realidade..."* distanciando-se de uma apreensão como *"... realidade secundária, ulterior..."*

O CD-ROM que completa esse trabalho se traduz em um esforço sério de uma pesquisadora arguta e cuidadosa no trato, sabidamente árduo, das fontes primárias. Transcendendo a instância de complemento do texto, essa *mídia* referenda, com documentação valiosa e de forma simbiótica, toda a fundamentação teórico-conceitual do trabalho literário.

Articulando os segmentos "Referências Urbanas" "Referências Artísticas" e "Autores e Obras" abre espaço para um abrangente leque de registros da arte urbana na cidade de São Paulo a partir de 1945, o qual inclui desde obras permanentes e consagradas, até a realidade dinâmica, proscrita e efêmera do teatro de rua (repositário de temas, por vezes, bastante árduos), da atividade mambembe de autores que se encontram fora dos circuitos oficiais da cultura. O CD-ROM acomoda personagens tão distintos quanto Rodolfo Konder, José Roberto Aguillar e Ivanildo Antônio, um dos autores de *A Canção dos Condenados*, espetáculo de rua em que dois personagens permaneceram durante 10 dias presos em uma cela de ferro na Praça da Sé, centro de São Paulo, em 1996, a fim de discutir as condições carcerárias do Brasil.

Muitos foram os autores que se debruçaram sobre temas correlatos com abordagens distintas. O aspecto inovador da obra de Vera Pallamim, a contribuição ímpar do seu trabalho, respalda-se em sua formação plural que mescla o rigor de professora doutora da FAUUSP, de aluna da Faculdade de Filosofia da USP e de pesquisadora, autora de diversos trabalhos acadêmicos, no cruzamento com sua sensibilidade de artista e com suas posições eticamente irrepreensíveis no trato dos temas sociais. Com desenvoltura, adentra as esferas da ciência e da arte, compondo uma abordagem não-linear que enseja um novo campo do conhecimento, uma abordagem verdadeiramente transdisciplinar no sentido de que o interesse não é o de *"superar as fronteiras que existem entre as disciplinas, mas em transformar o que gera as fronteiras"*[1]. *"A ética transdisciplinar recusa toda atitude que se negue ao diálogo, a discussão, qualquer que seja a sua origem – de ordem ideológica, científica, religiosa, econômica, política, filosófica. O saber compartilhado deveria levar a uma compreensão compartilhada, baseada no respeito absoluto das alteridades unidas pela vida comum numa única e mesma terra."*[2]

(1) A citação é de autoria de Maria Lúcia Rodrigues, professora titular do curso de pós-graduação da PUC-SP, com texto "Caminhos da transdisciplinariedade", publicado no caderno *Serviço Social & Sociedade*, n. 64, ano XXI, nov. 2000.

(2) Carta elaborada no 1º Congresso Mundial de Transdisciplinariedade, realizado em Portugal, novembro de 1994 e citada no texto mencionado no item (1).

Em tempo, texto e CD-ROM compõem uma obra que é política (na clara assunção de posturas em favor da recuperação do sentido público do espaço urbano), sem ser sectária e que, embora busque um aprofundamento conceitual (amparada por uma bibliografia irretocável de autores contemporâneos) e revele o rigor da procura de uma precisão lingüística, expressa-se em um texto vibrante, cuja leitura é absolutamente prazerosa. Isso porque sua linguagem evidencia o afeto da autora pelo espaço público, sua energia para a atuação nas práticas sociais diversas, sua paixão pela arte.

Recomendo a seqüência: ver/ouvir o CD-ROM, ler o texto, ver/ouvir o CD-ROM novamente; nesse processo seremos indubitável e positivamente "contaminados" pela leitura de Vera, que, não tendo a pretensão de esgotar o assunto, amplia a nossa percepção sobre os papéis da arte e sobre os espaços de convívio da coletividade urbana, ao mesmo tempo em que nos estimula a pensar a cidade sob ângulos inéditos.

Catharina P. Cordeiro dos Santos Lima
Professora do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente e do Departamento de Projeto da FAUUSP

9 | NOTÍCIAS

CD-ROM URBANISMO NO BRAIL

O estudioso da história da cidade e do urbanismo tem acesso, com o CD *Urbanismo no Brasil*, a uma ampla e inédita fonte de pesquisa. Este banco documental sobre urbanismo e planejamento urbano é o resultado de sete anos de trabalho desenvolvido por uma rede de pesquisadores em oito cidades brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Vitória e Niterói. Contém informações sobre documentos de urbanismo e planejamento urbano do período de 1890 a 1990.

Compreende o resumo de planos e projetos urbanísticos, legislação urbanística, livros e artigos publicados em revistas de engenharia, arquitetura e administração municipal. Contém informação sobre o perfil editorial das revistas pesquisadas. Todos os autores dos documentos foram cadastrados, acrescentando-se a biografia dos principais urbanistas. Foram também cadastradas as informações sobre as bibliotecas e os acervos onde podem ser encontrados estes documentos.

Para o pesquisador que já teve acesso ao livro *Urbanismo no Brasil*, de autoria da rede de pesquisadores e publicado pela FAUUSP/FUPAM e Studio Nobel, esclarecemos que não se trata da mesma informação. Para o guia de fontes publicado no livro foram elaborados verbetes de cada documento; no CD é apresentado o resumo. No formato de um banco de dados as informações podem ser acessadas por cidade, ano de publicação, autor, tipo de publicação e por palavra-chave. Contém ainda ilustrações dos documentos: plantas, projetos e fotos de cidades e dos urbanistas. A informação consultada pode ser impressa.

Para se ter uma dimensão do alcance documental do banco estão cadastrados 1.567 resumos de artigos, 860 resumos de livros, 50 planos e 554 plantas e projetos urbanísticos. Foram identificados 1.567 autores, e consta a biografia completa de 283 urbanistas. O pesquisador encontrará informação sobre 67 revistas e 92 bibliotecas.

Coordenação Geral: Maria Cristina da Silva Leme • **Belo Horizonte**: Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes, arquiteto Fábio José Martins de Lima • **Niterói**: Marlice Nazareth Soares Azevedo • **Porto Alegre**: Célia Ferraz de Souza, Maria Soares Almeida • **Recife**: Fernando Diniz Moreira • **Rio de Janeiro**: Vera F Rezende • **São Paulo**: Maria Cristina da Silva Leme, José Geraldo Simões Júnior, Carlos Roberto Monteiro de Andrade • **Salvador**: Ana Fernandes, Antonio Heliodoro Lima Sampaio, Marco Aurélio Filgueira Gomes • **Vitória**: José Francisco Bernardino Freitas, Eneida Maria Souza Mendonça, Martha Machado Campos, Renata Hermany de Almeida.

O CD-ROM contém o software SearchMan V1.3, desenvolvido pela Semiotic Systems Ltda.

Concepção do processamento simbólico: Ricardo Maciel Gazoni – Concepção da Interface Gráfica e Funcional: Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Apoio CNPq • Distribuição: FUPAM, sr. Antonio Gato – Tels.: 3256-7341/3091-4566

Brasil, cidades alternativas para a crise urbana

A chamada globalização aprofundou características que já eram históricas no processo de urbanização brasileiro: a desigualdade e a exclusão territorial. A reestruturação produtiva internacional e o ajuste de políticas econômicas orientadas pelo "Consenso de Washington" trouxeram novidades – modernização tecnológica, desemprego, diminuição do papel social do Estado, desregulamentações, privatizações, entre outras, que causaram forte impacto nas cidades de todo o Brasil, bem como em toda a América Latina. Até mesmo o ideário e a prática do planejamento urbano foram atingidos pelos novos tempos, substituindo uma matriz equivocada (modernismo funcionalista) e deslocada em relação à nossa realidade por outra (a do plano estratégico). Após décadas de crescimento urbano acelerado, e após duas décadas (80 e 90) de baixo crescimento econômico, as grandes cidades brasileiras, em especial as metrópoles, expõem a situação explosiva e dramática de problemas historicamente ignorados.

Diante desse quadro, quais são as alternativas para a crise urbana? Quais são os pressupostos para uma ação planejada, se é possível falar em planejamento em uma sociedade que convive com o desmonte da estrutura do Estado? É possível superar a tradição patrimonialista brasileira, que tem impedido o controle público sobre as políticas imobiliárias especulativas? É possível superar a aplicação arbitrária da lei e a privatização dos investimentos públicos, que caracterizam a sociedade brasileira? Quais são as chances de os governos urbanos – municipais – contrariarem as tendências globais e nacionais que aprofundam a miséria? Como comprometer a gestão urbana com a prioridade aos territorialmente excluídos no lugar da prioridade ao mercado? Como implementar participação social em um processo que pense a cidade para além das demandas pontuais?

Este livro pretende lançar alguma luz sobre essas e outras questões, relacionando o pensamento crítico a novas práticas urbanísticas, circunscritas na esfera do planejamento, gestão e controle urbanístico. Por mais que o "urbanismo *fashion*" contrarie a possibilidade do planejamento urbano enquanto orientação democrática do ambiente construído, em um mundo dominado pela desumanidade neoliberal, este livro pretende afirmar essa possibilidade, chamando especialmente os críticos e teóricos para o engajamento com a práxis urbana.

Ermínia Maricato

Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, coordenadora do curso de Pós-Graduação da FAUUSP, coordenadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP. Ex-secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989/1992). Autora dos livros *Metrópole na periferia do capitalismo*, Hucitec, 1996; *Habitação e cidade*, Atual/Saraiva, 1997, e uma das autoras do livro *A cidade do pensamento único*, Vozes, 2000.

(e-mail: vozes37@uol.com.br)

Cadernos de arquitetura da FAUUSP

Os *Cadernos de Arquitetura FAUUSP* têm o objetivo de promover o debate sobre a arquitetura brasileira na virada do milênio. Trata-se de trabalho oriundo da pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa da FAUUSP intitulado "Registro do pensamento e da produção dos docentes da FAUUSP nos últimos 25 anos" que sob a coordenação do professor Miguel Pereira, coletou no núcleo de apoio pesquisa-projeto e leitura de ambiente construído, (NAP-PLAC), o depoimento de 65 professores desta escola. Este trabalho procura discutir a permanência e a mudança nos valores que nortearam a arquitetura moderna no Brasil na segunda metade do século 20.

Os cadernos fazem parte de conjunto de publicações intituladas *Cadernos de Arquitetura da FAUUSP*. O primeiro caderno está constituído por textos que visam contextualizar o material coletado pelo grupo de pesquisa. Esses textos foram produzidos pelos arquitetos Sylvio Sawaya, Miguel Pereira, Antônio Cláudio Fonseca e Edgar Dente e Lucinda Prestes. Os demais cadernos são constituídos por material desenvolvido e coletado pelo grupo de pesquisa e estão consubstanciados por entrevistas na íntegra e resenhas analíticas de depoimentos selecionados. Os cadernos de números 1 e 2 foram lançados na FAU-Maranhão em novembro de 2001 e contou com apoio da Editora Pini e da Fapesp.

Coordenação

ESPAÇO & DEBATES
REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS
CHAMADA DE TRABALHOS

A revista *Espaço & Debates* retorna com um projeto editorial renovado e atualizado, passando a ser publicada em edições semestrais, direcionadas por um duplo objetivo: promover a reflexão mais aprofundada sobre temas de conjuntura e atualizar o debate de temas consolidados relativos às questões urbanas e regionais.

No sentido de reforçar o caráter multidisciplinar que deu origem à revista, foi constituído um coletivo editorial composto por pesquisadores das áreas de arquitetura, urbanismo, geografia, economia, antropologia, sociologia, ciência política e história da arte.

Os pesquisadores das diversas áreas de conhecimento que abordam as questões urbanas e regionais estão convidados a enviarem textos para a publicação.

A próxima edição traz o tema "Cidade e Cultura" Artigos relacionados a estas questões, assim como a outros aspectos dela, devem ser encaminhados ao:

NERU – *Espaço & Debates*

Caixa Postal 11028 – 05422-002 – São Paulo – SP

Formas para apresentação dos trabalhos:

Os trabalhos devem ser encaminhados em disquete (Word 6.0 ou 7.0, tabelas e gráficos em Excel) e em três vias impressas, digitadas em espaço 1,5, fonte Arial tamanho 11, margem 2,5, tendo no máximo 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo tabelas, gráficos, figuras e referências bibliográficas, acompanhados de um resumo em português ou na língua em que o artigo foi escrito e outro em inglês, contendo entre 100 (cem) e 150 (cento e cinqüenta) palavras com indicação de 5 (cinco) a 7 (sete) palavras-chave. Devem constar em apenas uma das cópias as seguintes informações: nome do autor, sua formação básica e titulação acadêmica, atividade que exerce, instituição em que trabalha e e-mail, além de telefone e endereço para correspondência. Os capítulos, títulos e subtítulos deverão ser ordenados segundo os seguintes critérios: Título 1: Arial, tamanho 14, normal, negrito; Título 2: Arial, tamanho 12, normal, negrito; Título 3: Arial, tamanho 11, normal, negrito.

As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do artigo, de acordo com os exemplos abaixo:

REIS, José de Oliveira. (2001) "Urbanismo e sua influência no município" *Espaço & Debates,* São Paulo, n. 41, p. 98-101, 2001.

VILLAÇA, Flávio. (1998) *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel, Lincoln Institute, Fapesp, 1998.

Dúvidas e Sugestões: *espacodebates@bol.com.br*

Informações: assinaturas, aquisição da coleção temática, números avulsos e contratos de consignação: Fone/fax: 11 3120.2188, às 2as, 4as e 6as feiras, das 14 às 18 horas.

Teses e dissertações
a partir de abril de 2001

Teses

ZEULER ROCHA MELLO DE ALMEIDA LIMA
A Cidade como Espetáculo: O Arquiteto no Paradoxo da Estetização da Cultura Contemporânea
Data: 18.05.01
Orientador(a): Profa. Dra. Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli

MANOEL ANTONIO LOPES RODRIGUES ALVES
Espaços Coletivos e a Cidade Contemporânea
Data: 21.05.01
Orientador(a): Prof. Dr. Jorge de Rezende Dantas

BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO
Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)
Data: 07.06.01
Orientador(a): Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho

MARIA HELENA DE MORAES BARROS FLYNN
Concursos de Arquitetura no Brasil 1850-2000 – Sua Contribuição ao Desenvolvimento da Arquitetura
Data: 08.06.01
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio

MARLENE AGUIAR
O Uso de Polímeros Reciclados e Recicláveis na Construção Civil
Data: 12.07.01
Orientador(a): Prof. Dr. Lucio Grinover

FERNANDO CRUZ SILVA
Comprovação da Eficiência, em Clima Tropical de Altitude, de Protetores Solares Exteriores sobre Vidros de Baixa Transmitância Térmica, Disponíveis no Mercado Nacional para Edifícios de Setor Terciário
Data: 24.07.01
Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro

MARIA ALICE GAIOTTO
Água Viva: Contribuição ao Diagnóstico das Tendências Ambientais Atuais e ao Planejamento da Preservação dos Recursos Hídricos da Sub-Bacia do Baixo Rio Sorocaba
Data: 01.08.01
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

PAULO TADEU LEITE ARANTES
Cidades: Competitividade, Competição e Cooperação – Estudo de Caso de Quatro Cidades Sul-mineiras à Luz da Competitividade, da Competição e da Cooperação
Data: 08.08.01
Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

MARCELO BEZERRA DE MELO TINOCO
Arquitetura em Disputa. O Lugar do Projeto Urbano na Ocupação da Cidade Ocupação Turística e Ocupação de Interesse Social
Data: 13.08.01
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

ÉRICO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA AYRES
Processo e Política Atual de Desmembramento Municipal no Maranhão
Data: 13.08.01
Orientador(a): Prof. Dr. Brenno Cyrino Nogueira

CARLA MARIA ARANTES FAZENDA
O Sentido da Cor: Uma Investigação Interdisciplinar
Data: 14.08.01
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

Dissertações

MAGALE SANGUINÉ DA SILVA
Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos – O Caso do Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS/Rebeca Scherer
Data: 03.04.01
Orientador(a): Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho

ANDRÉ LUÍS SAMPAIO SILVESTRI
Análise das Interferências Operacionais x Comerciais nos Terminais Aeroportuários Internacionais do Paraná
Data: 03.04.01
Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra, Nicolau Dionisio Fares Gualda, Otavio Yassuo Shimba

ARTUR RENATO ORTEGA
O Projeto e o Desenho no Olhar do Arquiteto
Data: 06.04.01
Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Vespaziano Puntoni

PEDRO ALBERTO PALMA DOS SANTOS
A Concepção Estrutural nos Edifícios de Escritórios: Uma Análise em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília a partir da Década de 30
Data: 10.04.01
Orientador(a): Prof. Dr. Gian Carlo Gasperini

NADIA PROSERPIO MARTINS
Novas Vertentes da Arquitetura Hoteleira em São Paulo: O Caso dos Apart-Hotéis
Data: 11.04.01
Orientador(a): Prof. Dr. Gian Carlo Gasperini

ZULEICA SCHINCARIOL
Através do Espaço do Acervo: O MASP na 7 de Abril
Data: 18.04.01
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

ROVENIR BERTOLA DUARTE
A Introdução do Computador no Processo Ensino/Aprendizado do Projeto Arquitetônico: Estudo de Casos
Data: 19.04.01
Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

ANGELA CANABRAVA BUCHMANN
Os Vales na Paisagem Urbana de Londrina: Uma Análise do Uso e Ocupação do Solo das Áreas Lindeiras ao Ribeirão Cambé
Data: 24.04.01
Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

CÉLIA REGINA SIMÃO
Hotéis Independentes de Médio Porte em Londrina: Interpretação da Estrutura dos Projetos
Data: 25.04.01
Orientador(a): Prof. Dr. Gian Carlo Gasperini

TANIA NUNES GALVÃO
Sérgio Rodrigues Arquiteto e Desenhista de Móvel
Data: 26.04.01
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cecilia Loschiavo dos Santos

ANA CLAUDIA GIMENEZ MESQUITA ZANGIROLANI
A Avenida Higienópolis de Londrina nos Anos 30 e 40
Data: 07.05.01
Orientador(a): Prof. Dr. Jonas Tadeu Silva Malaco

NELSON SARAIVA
O Estado da Arte em Ensino e Pesquisa na Área de Conforto Ambiental no Brasil
Data: 10.05.01
Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro

CLAUDIO EDUARDO SAUNORINS BUENO
Produção de Aplicativos Hipermídia para Arquitetura e Urbanismo
Data: 10.05.01
Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

IRACY SGUILLARO ABRANCHES LEME
Os Espaços Livres de Uso Público no Centro da Cidade de São Paulo
Data: 16.05.01
Orientador(a): Profa. Dra. Gilda Collet Bruna

RENATA MARTINS DE CASTRO RABBAT
Vãos e Vedos na Habitação Social: Tecnologia e Arquitetura
Data: 16.05.01
Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

MARIA DE JESUS DE BRITTO DZELME
Formação Sensível do Arquiteto
Data: 21.05.01
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

ANIBAL VERRI JUNIOR
A Obra de José Augusto Bellucci em Maringá
Data: 21.05.01
Orientador(a): Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky

CARLOS AUGUSTO DA COSTA NIEMEYER
A Construção de Espaços Púbicos de Lazer Organizado como Expressão de Cidadania: O Caso dos Parques Infantis em São Paulo (1934-1954)
Data: 21.05.01
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy

MARIO FIORE MOREIRA JUNIOR
Pintura e Paisagem Urbana
Data: 23.05.01
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

LUIZ AUGUSTO CONTIER
Ensino de Arquitetura – Aspectos e Reflexões sobre sua Organização
Data: 28.05.01
Orientador(a): Profa. Dra. Edith Gonçalves de Oliveira

LILIAN RIED MILLER BARROS
A Cor na Bauhaus – Teorias e Metodologias Didáticas e a Influência da Doutrina de Goethe
Data: 28.05.01
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

JULIANA HARUMI SUZUKI
Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi em Londrina: Uma Contribuição ao Estudo da Arquitetura Moderna no Estado do Paraná
Data: 29.05.01
Orientador(a): Prof. Dr. Lúcio Gomes Machado

GILSON JACOB BERGOC
Associações de Municípios do Estado do Paraná: Cooperação e Planejamento para o Desenvolvimento Regional
Data: 31.05.01
Orientador(a): Prof. Dr. Celso Monteiro Lamparelli

ROBERTO VITAL ANAU
As Transformações Econômicas no Grande ABC de 1980 a 1999
Data: 06.06.01
Orientador(a): Profa. Dra. Sueli Terezinha Ramos Schiffer

JOSÉ ROLLEMBERG DE MELLO FILHO
Arquitetura no Contexto Urbano Antigo
Data: 26.06.01
Orientador(a): Prof. Dr. José Cláudio Gomes

RENATO CARRIERI JUNIOR
Concepção Estrutural, um Guia para Estudantes de Arquitetura ou uma Maneira de Relacionar Arquitetura com Estrutura
Data: 29.06.01
Orientador(a): Prof. Dr. Lúcio Gomes Machado

MARIA STELLA TEDESCO BERTASO
Parques Temáticos: Arquitetura Embalada para Consumo
Data: 06.07.01
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

ANA CLÁUDIA VENTURA
Bibliotecas: A Rede Pública em São Paulo
Data: 06.07.01
Orientador(a): Profa. Dra. Marlene Yurgel

CARLOS AUGUSTO RAZABONI
Arquitetura Escolar, 60 Projetos para Região Metropolitana SP – Plano Ano I do Banco Mundial – FDE – Fundação para Desenvolvimento da Educação – 1991
Data: 10.07.01
Orientador(a): Prof. Dr. Edgar Gonçalves Dente

EMILIA GOLA
Cor e Cultura, Fachadas Contínuas e a Linguagem Visual Cromática
Data: 11.07.01
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

DELMAR MATTES
O Espaço das Águas: As Várzeas de Inundação da Cidade de São Paulo
Data: 13.07.01
Orientador(a): Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki

LEVI GALDINO DE SOUZA
Casa Hollanda (1928-1973): Um Estudo da Tradição e Modernização do Móvel em Pernambuco
Data: 26.07.01
Orientador(a): Prof. Dr. João Walter Toscano

NEIDE DE MELO NUNES MACHADO
A Percepção da Paisagem Urbana de Mogi das Cruzes: A Representação da Imagem
Data: 01.08.01
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

FLAVIO CARVALHEIRO
A Implantação de Estacionamentos em São Paulo
Data: 09.08.01
Orientador(a): Profa. Dra. Andreina Nigriello

RENATO CYMBALISTA
Cidades dos Vivos Arquitetura e Atitudes perante a Morte nos Cemitérios Paulistas
Data: 13.08.01
Orientador(a): Profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna

MARLI ALMEIDA DE ARAUJO
Cananéia – Inventário Analítico-Integrado do Centro Antigo e sua Relação com a Preservação do Patrimônio Cultural
Data: 21.08.01
Orientador(a): Prof. Dr. Gustavo Neves da Rocha Filho

RITA DE CÁSSIA SPIRONELLI RAMOS CALDEIRA
Contribuição ao Estudo das Possibilidades Permitidas pelo Sistema Estrutural em Aço nos Edifícios Brasileiros: Um Estudo de Caso
Data: 24.08.01
Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Vespaziano Puntoni

ALESSANDRO FILLA ROSANELI
A Construção da Cidade – Uma Análise dos Resultados da Implantação de Conjuntos Habitacionais para o Crescimento Urbano nas Cidades Projetadas no Norte do Paraná
Data: 28.08.01
Orientador(a): Profa. Dra. Regina Maria Prosperi Meyer

MAURICIO HIDEMI AZUMA
Comunicação e Integração de Projetos: A Contribuição da Informática
Data: 28.08.01
Orientador(a): Profa. Dra. Elisabetta Romano

ANA LUCIA SAAD
AutoCAD Atualizações Freqüentes: Avanço Tecnológico ou Obsolescência Programada?
Data: 31.08.01
Orientador(a): Prof. Dr. João Bezerra de Menezes

ao Pau

Musi

E VII

A PA

IO DESIGN

DE CAT

ter

São Paulo,

to de vista

tá falida A

de esfera

de debate

potência

relação

idade, e

notável

existe um

erdadeiro

A

no Ci

V S

Nos

dita

popu

Fra

fim

enge

muit

é sur

proc

deter

se

da S

nezes

Brazileira

la Cidade.

a depoi

vOLUME

DE CAT

ter

DA

lo Rio dos Bar

Capital do Vi

asilei

ma outra, de

o a que nos co

stimula "leitu

a leitura da pal

contada da Ilh

e não casual;

e não tão distân

por meio de Ar

cujo biografia

ória de educação

e reconhecem com

ad da Vicla-

habitantes

Teixeira, se coloca

parte de um "proces-

progressivo, no qua-

operários na

constroem reciproca-

sua própria condição. do

arissimo e

rane — Per

mes da Sil-

no Foz de

ERA FEIRA 12 DE

E DE MEI

ERES.

ERAL

Há necessidade u

visuais de massa

conhecimento soci

regiões? A comun

hidráulica também

A disciplina - des

o objeto

o edifício

1 – histór

Há também u

seguir

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

PÓS — REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

1. A revista aceita trabalhos na forma de artigos, projetos comentados, desenhos ou fotos artísticas.

2. Todo material recebido será submetido ao Conselho Editorial, cujos pareceres não serão divulgados.

3. Ao submeter um trabalho, o(s) autor(es) deve(m) assinar declaração de que são inéditos em português.

4. Os autores devem enviar seu nome e sobrenome da forma como desejam que seja publicado, sua formação profissional incluindo graduação e pós-graduação (título e instituição), a relação do texto com sua dissertação ou tese, seu orientador e opcionalmente seu atual cargo (instituição e departamento).

5. Os artigos deverão ter entre 10 e 20 páginas de 30 linhas com 70 toques (de 21.000 a 42.000 caracteres), incluindo bibliografia apresentada de acordo com as normas da ABNT, resumo e abstract (de 1.500 e 2.000 caracteres), de 6 a 8 palavras-chave, no máximo 3 (três) ilustrações nítidas (fotos com no mínimo 300 DPI, formato tiff, com créditos), sendo apresentados em disquete (word 6.0 ou 7.0, tabelas e gráficos em Excel), fonte 12, espaço 1,5, duas vias impressas.

6. Citações devem vir em itálico e entre aspas, com referência completa, incluindo página.

7 Os textos deverão ser encaminhados para:
Redação da Revista *PÓS*
Rua Maranhão, 88 – Higienópolis
01240-000 – São Paulo
Informações: (11) 257-7688 ramal 30
e-mail: cpgfau@edu.usp.br

8. Os autores de cada edição terão direito a 3 (três) exemplares.

OBS. Resumos e abstracts são de responsabilidade dos seus autores.

Laboratório de Programação Gráfica
Prof. Coordenador: Minoru Naruto
Supervisão Geral
José Tadeu de Azevedo Maia
Supervisão de Projeto Gráfico
André Luis Ferreira
Supervisão de Produção Gráfica
Divino Barbosa
Preparação e Revisão
Ivanilda Soares da Silva
Margareth Artur
Diagramação
José Tadeu de Azevedo Maia
Tratamento de Imagem
Sidney Lanzarotto
Emendas – Arte-Final
Eliane Aparecida Pontes
Montagem de Chapas
Robson Bráz Teixeira
Cópia de Chapas
Juvenal Rodrigues
Adauto Lino Duarte de Farias
Impressão
José Gomes Pereira
Dobra
Ercio Antonio Soares
Acabamento
Ercio Antonio Soares
Juvenal Rodrigues
Nadir de Oliveira Soares
Secretária
Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolito e impressão off-set
Laboratório de Programação Gráfica da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo
Pré-matriz
Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set
Papel
Pólen rustic areia 120 g/m²
Couchê fosco L2 90 g/m²
Cartão supremo alta alvura 350 g/m² (capa)
Montagem
25 cadernos de 8 páginas
Tiragem
1.000 exemplares
Data
dezembro 2001

DEPOIMENTOS

Carlos Alberto Cerqueira Lemos
Carlos Roberto Monteiro de Andrade

ARTIGOS

Philip Gunn
Telma de Barros Correia
Vladimir Bartalini
Carlos Augusto da Costa Niemeyer
Mauro Claro

CONFERÊNCIAS
NA FAUUSP

Eric Mumford
João Sette Whitaker Ferreira

NÚCLEOS E LABORATÓRIOS
DE PESQUISA DA FAUUSP

Ricardo Toledo Silva

IN MEMORIAM

Eduardo Corona

EVENTOS

Paulo César Xavier Pereira
Henri Acselrad
Vera Pallamin e Rebeca Scherer

RESENHAS

Cibele Haddad Taralli
Catharina P. Cordeiro dos Santos Lima

NOTÍCIAS

FOTO DA CAPA

Candida Maria Vuolo
Vista do Mercado Municipal e Edifício São Vito.

ISSN 1518-9554



CAPES